

Andréia Almeida Mendes

**A AUSÊNCIA E/OU PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO
DIANTE DE ANTROPÔNIMOS NA FALA DOS MORADORES
DAS CIDADES DE ABRE CAMPO E MATIPÓ – UM ESTUDO
SOCIOLINGUÍSTICO**

**Belo Horizonte
2015**

Andréia Almeida Mendes

**A AUSÊNCIA E/OU PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO
DIANTE DE ANTROPÔNIMOS NA FALA DOS MORADORES
DAS CIDADES DE ABRE CAMPO E MATIPÓ – UM ESTUDO
SOCIOLINGUÍSTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de Concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani

**Belo Horizonte
2015**



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos

Tese intitulada: “A ausência e/ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das cidades de Abre Campo e Matipó – um estudo sociolinguístico”, de autoria da doutoranda Andréia Almeida Mendes, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa Dra. Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani – FALE/UFMG –
Orientadora

Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen – FALE/UFMG

Profa. Dra. Soélis Teixeira do Prado Mendes – ICHS/UFOP

Prof. Dr Eduardo Tadeu Roque Amaral – FALE/UFMG

Prof^a Dr^a Ana Paula Antunes Rocha – ICHS/UFOP

Belo Horizonte, 12 de março de 2015.

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte – MG – 31270-901

À Lara,

Minha princesinha, companheira de vida,
congressos, aulas e apresentações; que chegou
ao mundo para iluminar meus dias...

À Deus,
por ter sido meu guia nesta caminhada...

AGRADECIMENTOS

Apenas quem já passou pela felicidade e pelas angústias de uma pós-graduação sabe a importância da ajuda de outras pessoas, seja teórica, metodológica e, principalmente, psicológica. É praticamente impossível realizar um trabalho como este que agora se conclui sem contar com várias pessoas; deste modo, chegou a hora de agradecer àqueles que, de uma forma ou de outra, tornaram-se parte deste sonho. O meu agradecimento vai:

À Deus, pelo dom da vida, pelas bênçãos e graças constantes, pelo amor e carinho com que sempre me acolhe, renovando minha fé, meu otimismo, minha segurança, minha paciência, minha perseverança e serenidade, pelas pessoas maravilhosas que coloca em que caminho;

À Lara Almeida Pereira, minha filha, sonho realizado em conjunto com o início do doutorado, razão de quase tudo;

A minha mãe, Margarida Mendes Costa Almeida, pelo apoio diário, carinho e cuidado comigo e com minha filha;

A meu pai, Sebastião Marques de Almeida, por me apoiar em todas as minhas decisões e me estimular para a conquista deste sonho;

À minha orientadora, Prof^a Dra. Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani, por sua atenção e paciência, pela parceria, pelas sábias lições, pela exímia inteligência, pelo gosto à pesquisa, pela orientação segura;

Às Profas. Dras. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen e Soélis Teixeira do Prado Mendes, pelas significativas sugestões fornecidas por ocasião do Exame de Qualificação;

Ao CNPq, pela concessão da Bolsa de Doutorado em grande parte da pesquisa;

Aos meus informantes de Abre Campo e Matipó e seus familiares, que me receberam de braços abertos em suas casas, por confiarem em mim, por aceitarem participar, concedendo crédito aos propósitos desta pesquisa;

À Kelly Jaciara Toledo Martins Daher, amiga de infância, pela torcida, pelo estímulo, pela companhia na visita aos cartórios e às casas de alguns informantes;

À Vera Lúcia Villares Nogueira, comadre querida, pelo apoio, pela companhia em algumas entrevistas e congressos;

ÀThamara Karllen de Sousa Pereira, Mayra Alves Rodrigues e Alessandra Frade Bedetti, minhas ex-alunas, por terem facilitado o contato com alguns informantes;

Aos titulares dos cartórios de Abre Campo e Matipó, assim como aos responsáveis pelos arquivos da Câmara dos Vereadores e Prefeituras de Abre Campo e Matipó, em especial à Fabrício Adriano Alves pelo apoio incondicional, cumplicidade e discussões a respeito do trabalho de um notário;

À Ana Paula Mendes Alves de Carvalho, minha eterna amiga do mestrado, do doutorado e da vida, por todo o apoio, pela cumplicidade, pela atenção;

À Luciene Maria Braga, pela amizade e pelas contribuições com o programa Goldvarb/VARBRUL;

Aos meus amigos do doutorado, Gabrielle Cristine Carvalho, Vander Lúcio de Souza, pela solidariedade;

À Rita de Cássia Ferreira Pedrosa Lazaroni, minha mãe-amiga, um querido e terno anjo que Deus colocou na minha vida, pelo carinho, pela amizade, pelo estímulo, pela cumplicidade;

À minha amiga e comadre Caroline Amadori Cavet, pelos dias de escuta, pelo carinho e pelas palavras de apoio, sempre;

À Letícia Sanglard Almeida, minha amiga da graduação, pela eterna parceria e pelos livros;

Ao meu primo Raulindo Gardingo, pela inspiração, por me fazer sonhar desde pequena em um dia conquistar este título;

Aos meus parentes e amigos, por tentarem, de alguma forma, entender minha reclusão social;

Aos meus sobrinhos, Walter Augusto Almeida Pereira (*in memorian*), Ana Carolina Almeida Pereira, Alícia Martins Almeida, Lavínya Almeida Mendes, Joaquim Vitor Almeida Mendes e Ronaldo Júnior Almeida Mendes, pelos momentos de ausência, pelos momentos juntos e, principalmente, pela ajuda, carinho e brincadeiras com a prima Lara;

À minha tia Laurice da Costa Gardingo e à minha prima Maria José Gardingo, pelo apoio incondicional em todos os momentos;

Aos meus professores do curso de graduação na FAFILE/UEMG, responsáveis por minha formação inicial, pelos seus ensinamentos e incentivo;

À minha irmã Maria Aparecida Almeida Pereira e a vovó Marly Portes, por terem me acompanhado nos meus primeiros dias de aula e congressos após do nascimento da Lara, minhas babás mais dedicadas;

Aos colegas tanto do período do mestrado quanto do doutorado, pela afeição e parceria fraterna;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Linguística, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos e suas experiências em sala de aula, pela sabedoria e entusiasmo com que me brindaram durante todo esse tempo;

Aos funcionários da Faculdade de Letras da UFMG, em especial aos do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, sempre alegres, cordiais e disponíveis para ajudar e orientar da melhor maneira possível quando requisitados;

Finalmente, a todos meus familiares, pelo apoio, carinho, estímulo e pela confiança em todos os momentos.

“Que dessa – chefe eu –
o O não me pilhava”.

(João Guimarães Rosa)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A - Ata

AC - Abre Campo

Adj. - adjetivo

art. - Artigo

Art. Def. - Artigo definido

BH – Belo Horizonte

CDP - Crônicas de D. Pedro

cf. – Conforme

COEPE – Comitê de Ética em Pesquisa

Det - Determinante

DLNL - Diálogo em Louvor da nossa Linguagem

DVV - Diálogo da Viciosa Vergonha

E - Escritura

ES - Espírito Santo

et al - e outros

etc. - *et caetera*

Exp. Qualif. - expressões qualificativas

fl. – folhas

Hist. da admin. – História da admin.

IEL - Instituto de Estudos da Linguagem

Km - Quilômetro

L – Língua

L1 – Língua 1

LEP - Língua Escrita Pretérita

liv. - livro

LOC - Língua Oral Contemporânea

Mod E - Modificador Externo

Mod I - Modificador Interno

Mt - Matipó

N – Nome

Nº - número

NP – nome próprio

NPP - nome próprio

NPr - nome próprio

NSN - núcleo do sintagma nominal

Num - Numerador

PNE - Pré-núcleo externo

PNI - Pré-núcleo interno

Poss - Possessivo

p. – página

pp. - páginas

Portvix - Projeto do Português falado na cidade de Vitória

pp. - páginas

Qf - Quantificador

Qv - Qualificativo

Ref - Reforço

Rev. Lusit. - Revista Lusitânea

Séc. - século

sgs. - seguintes

SN - Sintagma Nominal

SN1 - Sintagmas nominais à esquerda do verbo

SN2 - sintagmas nominais à direita do verbo

SPrep - Sintagma Preposicionado

T - testamento

TCM - Textos selecionados por Clarinda Maia

UCLA – Universidade da Califórnia, Los Angeles

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

v. - verso

VAR SUL - Variação Linguística no Sul do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa político da Zona da Mata localizando o município de Abre Campo.	123
Figura 2: Mapa de Minas Gerais destacando as cidades de Belo Horizonte e Abre Campo.	124
Figura 3: Igreja Matriz de Nossa Senhora de Santana	125
Figura 4: Visão parcial da cidade, entorno da praça matriz.	126
Figura 5: Rio Santana cortando a cidade	126
Figura 6: Ponte sobre o rio Santana.....	127
Figura 7: Casarão antigo.....	127
Figura 8: Mapa político da Zona da Mata localizando o município de Matipó.	132
Figura 9: Mapa de Minas Gerais destacando as cidades de Belo Horizonte e Matipó.....	132
Figura 10: Cidade de Matipó vista pela Serra de Bom Jesus.	134
Figura 11: Visão parcial da cidade de Matipó.....	134
Figura 12: Visão parcial da cidade de Matipó, foto realizada na entrada da cidade	135
Figura 13: Visão do rio Matipó.	135
Figura 14: Visão parcial da Faculdade Univértix.....	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantificação geral das ocorrências do trabalho de Costa (1998).....	78
Gráfico 2: Ausência e presença de artigo definido em Abre Campo e Matipó, de 2009 a 2015.....	193
Gráfico 3: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à estrutura do sintagma nominal nas entrevistas de Abre Campo (%).....	195
Gráfico 4: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao tipo de antropônimo nas entrevistas de Abre Campo (%).....	197
Gráfico 5: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao item de enumeração nas entrevistas de Abre Campo (%).....	199
Gráfico 6: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à posição do antropônimo nas entrevistas de Abre Campo (%).....	201
Gráfico 7: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao antropônimo com qualificativo nas entrevistas de Abre Campo (%)	203
Gráfico 8: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à circunstância em que o antropônimo é citado nas entrevistas de Matipó (%).....	206
Gráfico 9: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à função sintática nas entrevistas de Matipó (%)	208
Gráfico 10: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à estrutura do sintagma nominal nas entrevistas de Matipó (%).....	211
Gráfico 11: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao tipo de antropônimo nas entrevistas de Matipó (%).....	213
Gráfico 12: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao item de enumeração nas entrevistas de Matipó (%)	215
Gráfico 13: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à faixa etária nas entrevistas de Matipó (%).....	217
Gráfico 14: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao grau de intimidade do referente nas entrevistas de Matipó (%).....	219
Gráfico 15: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao gênero textual em Abre Campo e Matipó (%)	224

Gráfico 16: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação à função sintática em Abre Campo (%)	226
Gráfico 17: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação à estrutura do sintagma nominal em Abre Campo (%)	229
Gráfico 18: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação ao item de enumeração em Abre Campo (%).....	231
Gráfico 19: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação ao antropônimo com qualificativo em Abre Campo (%)	233
Gráfico 20: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação à função sintática em Matipó (%)	235
Gráfico 21: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação à estrutura do sintagma nominal em Matipó (%)	238
Gráfico 22: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação ao antropônimo com qualificativo em Matipó (%)	240
Gráfico 23: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação ao período de tempo em Matipó (%).....	242
Gráfico 24: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação à circunstância em que o antropônimo é citado em Abre Campo (%).....	245
Gráfico 25: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação à função sintática em Abre Campo (%).....	247
Gráfico 26: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação à estrutura do sintagma nominal em Abre Campo (%)	250
Gráfico 27: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação à posição do antropônimo em Abre Campo (%)	252
Gráfico 28: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação ao antropônimo com qualificativo em Abre Campo (%)	254
Gráfico 29: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação à função sintática em Matipó (%).....	256
Gráfico 30: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação à estrutura do sintagma nominal em Matipó (%)	259

Gráfico 31: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação ao gênero do antropônimo em Matipó (%)	261
Gráfico 32: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação ao antropônimo com qualificativo em Matipó (%)	263
Gráfico 33: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação ao período de tempo em Matipó (%).....	266
Gráfico 34: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação à estrutura do sintagma nominal em Abre Campo (%)	269
Gráfico 35: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação à antropônimo com qualificativo em Abre Campo (%)	271
Gráfico 36: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação ao antropônimo com qualificativo em Matipó (%)	273
Gráfico 37: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação ao gênero do antropônimo em Matipó (%).....	275
Gráfico 38: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação ao antropônimo com qualificativo em Matipó (%)	277
Gráfico 39: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à estrutura do sintagma nominal em Abre Campo e Matipó	279
Gráfico 40: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à função sintática em Abre Campo e Matipó – língua escrita pretérita	282
Gráfico 41: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à função sintática em Abre Campo e Matipó – língua oral contemporânea	283
Gráfico 42: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação às estruturas com qualificativos em Abre Campo e Matipó.....	286
Gráfico 43: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à posição do antropônimo em Abre Campo e Matipó	288
Gráfico 44: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à circunstância em que o antropônimo é citado em Abre Campo e Matipó	290
Gráfico 45: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao tipo de antropônimo em Abre Campo e Matipó – língua escrita pretérita	291

Gráfico 46: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao tipo de antropônimo em Abre Campo e Matipó – língua oral contemporânea	292
Gráfico 47: Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos com relação aos antropônimos que são itens de enumeração em Abre Campo e Matipó.....	294
Gráfico 48: Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos com relação ao gênero do antropônimo em Abre Campo e Matipó	296
Gráfico 49: Realização do artigo definido diante de antropônimos na língua escrita pretérita em relação ao período de tempo em Abre Campo e Matipó	302
Gráfico 50: Realização do artigo definido diante de antropônimos na língua oral contemporânea com relação à intimidade em Abre Campo e Matipó	303
Gráfico 51: Realização do artigo definido diante de antropônimos na língua oral contemporânea com relação à faixa etária em Abre Campo e Matipó	308
Gráfico 52: Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a faixa etária	309
Gráfico 53: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação às estruturas de genitivo em Abre Campo e Matipó	314
Gráfico 54: Realização do artigo definido diante de antropônimos na língua escrita pretérita com relação ao período de tempo em Abre Campo e Matipó – rodada geral	315
Gráfico 55: Percentagem de ocorrência de nome próprio em textos do período arcaico	317
Gráfico 56: Uso do artigo definido imediatamente antes do antropônimo	318

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Proposta de classificação elaborada por Perini (1996).....	36
Quadro 2: Descrição da estrutura do Sintagma Nominal (SN)	37
Quadro 3: Constituição do SN por Mateus <i>et al</i> (1983).....	40
Quadro 4: Proposta de Mateus <i>et al</i> para a análise do Sintagma Nominal.....	40
Quadro 5: Descrição da estrutura do Sintagma Nominal (SN)	41
Quadro 6: Relação e diferenciação entre referente e sentido segundo Frege.....	46
Quadro 7: Mudança no sistema pronominal demonstrativo latino.....	61
Quadro 8: Informantes de Abre Campo	148
Quadro 9: Informantes de Matipó	148
Quadro 10: Número de documentos históricos de Abre Campo	153
Quadro 11: Número de documentos históricos de Matipó.....	153
Quadro 12: Normas adotadas para a transcrição do <i>corpus</i> de língua oral contemporânea...	156
Quadro 13: Normas para transcrição de documentos manuscritos.....	159
Quadro 14: Localidades.....	164
Quadro 15: Circunstância em que o antropônimo é citado	165
Quadro 16: Função sintática.....	166
Quadro 17: Estrutura do sintagma nominal.....	168
Quadro 18: Tipo de antropônimo	169
Quadro 19: Antropônimo como item de enumeração	171
Quadro 20: Posição do antropônimo	171
Quadro 21: Antropônimo em estrutura de genitivo.....	172
Quadro 22: Antropônimo com qualificativo	173
Quadro 23: Gênero do antropônimo.....	174
Quadro 24: Gênero do falante	175
Quadro 25: Faixa etária	176
Quadro 26: Grau de intimidade do falante com o referente	178
Quadro 27: Período de tempo.....	179
Quadro 28: Gênero textual	183

LISTA DE TABELAS

1: Resumo dos trabalhos sobre o artigo definido diante de antropônimos no português brasileiro	111
2 : Distribuição da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores na zona urbana de Abre Campo e Matipó	191
3: Distribuição da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores na zona rural de Abre Campo e Matipó.....	192
4: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Abre Campo com relação ao fator estrutura do sintagma nominal	195
5: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Abre Campo com relação ao fator tipo de antropônimo	197
6: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Abre Campo com relação ao fator item de enumeração.....	199
7: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Abre Campo com relação ao fator posição do antropônimo	201
8: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Abre Campo com relação ao fator antropônimo com qualificativo	202
9: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Matipó com relação ao fator circunstância em que o antropônimo é citado	205
10 : Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Matipó com relação ao fator função sintática do antropônimo na sentença.....	208
11: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Matipó com relação ao fator estrutura do sintagma nominal	210
12: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Matipó com relação ao fator tipo de antropônimo	212
13: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Matipó com relação ao fator item de enumeração.....	214
14: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Matipó com relação ao fator faixa etária	216

15: Aplicação do uso de artigo definido diante de nomes próprios no <i>corpus</i> de língua oral de Matipó com relação ao fator grau de intimidade do referente.....	218
16 : Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos nos dados de língua escrita pretérita de Abre Campo e Matipó – resultado geral.....	221
17: Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo e Matipó - atas	221
18: Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo e Matipó - escrituras.....	222
19: Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo e Matipó - testamentos	222
20: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator função sintática - atas	225
21: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator estrutura do sintagma nominal - atas.....	228
22: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator item de enumeração - atas	230
23: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator antropônimo com qualificativo - atas.....	232
24: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator função sintática - atas	235
25: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator estrutura do sintagma nominal - atas.....	237
26: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator antropônimo com qualificativo - atas.....	239
27: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator período de tempo - atas	241
28: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator circunstância em que o antropônimo é citado - escrituras.....	244
29: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator função sintática - escrituras	246

30: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação à estrutura do sintagma nominal - escrituras	249
31: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator posição do antropônimo - escrituras	251
32: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator antropônimo com qualificativo - escrituras..	253
33: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação à função sintática - escrituras	256
34: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação à estrutura do sintagma nominal - escrituras	258
35: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator gênero do antropônimo - escrituras.....	260
36: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator antropônimo com qualificativo - escrituras.....	262
37: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator período de tempo - escrituras	265
38: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação à estrutura do sintagma nominal - testamentos.....	268
39: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator antropônimo com qualificativo – testamentos	270
40: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator estrutura do sintagma nominal - testamentos	272
41: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator gênero do antropônimo - testamentos	274
42: Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no <i>corpus</i> de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator antropônimo com qualificativo - testamentos	276
43: Uso do artigo definido em atas por período de tempo em Abre Campo	298
44: Uso do artigo definido em atas por período de tempo em Matipó	298
45: Uso do artigo definido em escrituras por período de tempo em Abre Campo	299
46: Uso do artigo definido em escrituras por período de tempo em Matipó	299
47: Uso do artigo definido em testamentos por período de tempo em Abre Campo	300

48: Uso do artigo definido em testamentos por período de tempo em Matipó	300
49: Uso do artigo definido com relação ao fator gênero do falante em Abre Campo	311
50: Uso do artigo definido com relação ao fator gênero do falante em Matipó	311
51: Frequência de uso do artigo definido diante de nomes próprios por século	318
52: Resultado do teste de percepção – realização do artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo e Matipó	320

RESUMO

Analisa-se aqui a variação sintática da presença ou ausência de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das cidades de Abre Campo e Matipó através de um estudo sociolinguístico. Este estudo analisa por que duas localidades tão próximas possuem padrões divergentes no que diz respeito à ausência ou à presença de artigo definido diante de antropônimos e verifica se os falantes das distintas localidades possuem percepção quanto ao fenômeno da ausência ou presença de artigo definido no contexto de antropônimo. Avança-se um pouco mais na pesquisa realizada em 2009, durante o mestrado; para tanto, a fala atual dos moradores da zona urbana bem como dados de língua pretérita foram analisados. Cumpre lembrar que a escolha destas duas localidades ocorreu devido ao fato das cidades exibirem padrão linguístico diferenciado no que diz respeito ao uso do artigo definido diante de antropônimos: apesar de serem vizinhas limítrofes, Abre Campo apresenta mais ausência e Matipó mais presença de artigo definido no contexto de antropônimos. Por serem localidades pequenas, esperou-se que o padrão de variação comprovado em Almeida Mendes (2009), registrado na fala rural, também se comprovasse na fala dos moradores da zona urbana; para tanto, nesta nova pesquisa, foram realizadas entrevistas orais semi-estruturadas com os moradores da zona urbana. Concomitantemente, foram examinadas atas, escrituras e testamentos das referidas cidades em três intervalos de tempo datando de 1875 a 1950, com o intuito de levantar hipóteses acerca da origem do padrão de cada localidade. Para tanto, adotam-se os pressupostos teóricos de Bynon (1977) e Labov (1994), segundo os quais a Linguística História deve investigar e descrever como as mudanças ocorrem ou como o sistema linguístico preserva uma estrutura.

Palavras-chave: artigo definido; antropônimo; Matipó; Abre Campo.

ABSTRACT

Through a sociolinguistic investigation, this work analyses the syntactic variation of the presence or the absence of a definite article before anthroponyms in the speech of townspeople from Abre Campo and Matipó. The present study discusses why two localities that are so close geographically have such distinct patterns in terms of the absence or presence of the definite article before anthroponyms, and it investigates whether speakers from these two towns are aware of such absence or presence of the definite article. This study advances the research developed in 2009, during the master's program; present day speech of urban areas, as well as data from earlier use of language, have been analyzed. It is worth mentioning that the choice of these particular towns is due to the fact that they differ in terms of the use of the definite article before anthroponyms: despite being neighboring towns, Abre Campo tends more toward the use of the definite article with anthroponyms, while Matipó tends more toward the absence of the article. Because they are small towns, one expected to find the pattern of variation verified by Almeida Mendes (2009) for rural speech also in the speech of people from urban areas; for this, the new phase of the research included semi-structured oral interviews with people from urban areas. At the same time, this research examined proceedings, title deeds and testaments registered in these two towns in three time periods from 1875 to 1950, in order to propose hypotheses about how the pattern of each town originated. This research is based on the theoretical propositions of Bynon (1977) and Labov (1994), according to which Historical Linguistics must investigate and describe how changes take place or how the linguistic system preserves a structure.

Keywords: definite article; anthroponym; Matipó; Abre Campo.

RÉSUMÉ

Nous analysons dans ce travail, par le biais d'une étude sociolinguistique, la variation syntaxique concernant la présence ou l'absence de l'article défini devant les anthroponymes dans le parler des habitants des villes d'Abre Campo et de Matipó. Cette étude analyse la raison pour laquelle ces deux localités tellement proches possèdent des modèles linguistiques divergents en ce qui concerne le phénomène cité et vérifie si les parleurs de ces deux villages s'en aperçoivent. Nous avançons davantage dans la recherche réalisée en 2009, pendant notre travail de Master ; pour cela, nous avons analysé le parler actuel des habitants de la zone urbaine aussi bien que des éléments de la langue ancienne. Il convient de rappeler que le choix des villages a été fait en raison de l'existence d'un modèle linguistique différencié entre eux. Bien que ce soient des villages limitrophes, Abre Campo présente plutôt l'absence de l'article tandis que Matipó présente plutôt l'article défini dans le contexte des anthroponymes. Puisqu'il s'agit de localités très petites, on s'attendait à ce que le modèle de variation trouvé chez Almeida Mendes (2009), enregistré dans le parler rural, se confirme aussi dans le parler des habitants de la zone urbaine. Pour ce faire, dans cette nouvelle recherche, des enquêtes orales semi-structurées ont été réalisées avec les habitants de la zone urbaine. Nous avons examiné à la fois des actes, des registres de propriétés et des testaments des villes choisies dans trois moments différents datant de 1875 à 1950 afin d'émettre des hypothèses à propos de l'origine du modèle linguistique de chaque localité. Pour atteindre cet objectif, nous avons fait appel aux présupposés théoriques de Bynon (1977) et Labov (1994) selon lesquelles la Linguistique Historique doit effectuer des recherches et décrire comment les changements se produisent ou comment le système linguistique préserve une certaine structure.

Mot-clés: article défini; anthroponyme; Matipó; Abre Campo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	30
1 DESCRIÇÃO DO OBJETO	35
1.1 Sintagma Nominal	35
1.2 Os nomes próprios	42
1.3 Os antropônimos	47
1.3.1 Nomes próprios de pessoa.....	51
1.3.2 Sobrenome	52
1.3.3 Apelido	54
1.3.4 Nome completo	58
1.3.5 Nome vocatório	59
1.3.6 Nomes hipocorísticos	59
1.4 O artigo definido.....	60
1.5 O artigo definido diante de antropônimos	67
1.6 Revisão da Literatura	71
1.6.1 Callou (1992)	72
1.6.2 Moisés (1995)	74
1.6.3 Silva (1996)	76
1.6.4 Costa (1998).....	77
1.6.5 Callou (2000).....	79
1.6.6 Mendes (2000) ...	81
1.6.7 Amaral (2003)	83
1.6.8 Kim (2005).....	85
1.6.9 Alencar (2006)	87
1.6.10 Alves (2008)..	90
1.6.11 Almeida Mendes (2009)	95
1.6.12 Campos Júnior (2011)	98
1.6.13 Pereira (2011)	101
1.6.14 Faria (2012)	102
1.6.15 Braga (2012)	106

1.6.16 Co, Silva, Terayama (2013).....	109
1.6.17 Pereira (2014)	110
1.6.18 Resumo dos textos resenhados	111
2 LOCALIDADES PESQUISADAS.....	116
2.1 Zona da Mata.....	116
2.1.1 Abre Campo.....	120
2.1.2 Matipó	128
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	137
3.1 A Teoria da Variação e Mudança Linguística	137
3.2 O princípio uniformitário e a Linguística Histórica	143
4 METODOLOGIA	146
4.1 Constituição dos <i>corpora</i>	147
4.2 A coleta dos dados	154
4.3 A transcrição dos dados	156
4.4 O tratamento dos dados	160
4.5 A variável dependente	161
4.6 As variáveis independentes	162
4.6.1 Variáveis gerais aos dois <i>corpora</i>	163
4.6.1.1 Localidades	163
4.6.1.2 Circunstância em que o antropônimo é citado	164
4.6.1.3 Função sintática do antropônimo na sentença	165
4.6.1.4 Estrutura do sintagma nominal	167
4.6.1.5 Tipo de antropônimo	168
4.6.1.6 Antropônimo como item de enumeração	170
4.6.1.7 Posição do antropônimo.....	171
4.6.1.8 Antropônimo em estrutura de genitivo	172
4.6.1.9 Antropônimo com qualificativo.....	173
4.6.1.10 Gênero do antropônimo	173
4.6.2 Variáveis exclusivas do <i>corpus</i> de língua oral contemporânea.....	174
4.6.2.1 Gênero do falante.....	174
4.6.2.2 Faixa etária	175

4.6.2.3 Grau de intimidade do falante com o referente	176
4.6.3 Variáveis exclusivas do <i>corpus</i> de língua escrita pretérita	178
4.6.3.1 Período de tempo	178
4.6.3.2 Gênero textual	180
4.7 Casos excluídos da análise quantitativa	184
4.8 Teste de percepção dos estudantes	188
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	190
5.1 Considerações iniciais	190
5.2 Resultados do <i>corpora</i> de língua oral contemporânea	191
5.2.1 Resultados obtidos da língua oral na comunidade de Abre Campo	194
5.2.1.1 Fatores linguísticos	194
5.2.1.1.1 Estrutura do sintagma nominal.....	195
5.2.1.1.2 Tipo de antropônimo	196
5.2.1.1.3 Antropônimo com item de enumeração	199
5.2.1.1.4 Posição do antropônimo	200
5.2.1.1.5 Antropônimo com qualificativo	202
5.2.2 Resultados obtidos da língua oral na comunidade de Matipó	204
5.2.2.1 Fatores linguísticos	205
5.2.2.1.1 Circunstância em que o antropônimo é citado	205
5.2.2.1.2 Função sintática do antropônimo na sentença	207
5.2.2.1.3 Estrutura do sintagma nominal	210
5.2.2.1.4 Tipo de antropônimo	212
5.2.2.1.5 Antropônimo como item de enumeração	214
5.2.2.2 Fatores extralinguísticos	216
5.2.2.2.1 Faixa etária	216
5.2.2.2.2 Grau de intimidade do falante com o referente	218
5.3 Resultados dos <i>corpora</i> de língua escrita	220
5.3.1 Atas	224
5.3.1.1 Atas do <i>corpus</i> de Abre Campo	225
5.3.1.1.1 Fatores linguísticos	225
5.3.1.1.1.1 Função sintática do antropônimo na sentença	225

5.3.1.1.1.2	Estrutura do sintagma nominal	228
5.3.1.1.1.3	Item de enumeração	230
5.3.1.1.1.4	Antropônimo com qualificativo	232
5.3.1.2	Atas dos <i>corpus</i> de Matipó	234
5.2.1.2.1	Fatores linguísticos	234
5.3.1.2.1.1	Função sintática do antropônimo na sentença	234
5.3.1.2.1.2	Estrutura do sintagma nominal	237
5.3.1.2.1.3	Antropônimo com qualificativo	239
5.3.1.2.2	Fator extralinguístico	241
5.3.1.2.2.1	Período de tempo	241
5.3.2	Escrituras	243
5.3.2.1	Escrituras do <i>corpus</i> de Abre Campo.....	243
5.3.2.1.1	Fatores linguísticos	244
5.3.2.1.1.1	Circunstância em que o antropônimo é citado	244
5.3.2.1.1.2	Função sintática do antropônimo na sentença	246
5.3.2.1.1.3	Estrutura do sintagma nominal	249
5.3.2.1.1.4	Posição do antropônimo	251
5.3.2.1.1.5	Antropônimo com qualificativo	252
5.3.2.2	Escrituras do <i>corpus</i> de Matipó	255
5.3.2.2.1	Fatores linguísticos	255
5.3.2.2.1.1	Função sintática do antropônimo na sentença	255
5.3.2.2.1.2	Estrutura do sintagma nominal	258
5.3.2.2.1.3	Gênero do antropônimo	260
5.3.2.2.1.4	Antropônimo com qualificativo	262
5.3.2.2.2	Fatores extralinguísticos	265
5.3.2.2.2.1	Período de tempo	265
5.3.3	Testamentos	267
5.3.3.1	Testamentos do <i>corpus</i> de Abre Campo.....	268
5.3.3.1.1	Fatores linguísticos	268
5.3.3.1.1.1	Estrutura do sintagma nominal	268
5.3.23.1.1.2	Antropônimo com qualificativo	270

5.3.3.2 Testamentos do <i>corpus</i> de Matipó	272
5.3.3.2.1 Fatores linguísticos	272
5.3.3.2.1.1 Estrutura do sintagma nominal.....	272
5.3.3.2.1.2 Gênero do antropônimo	274
5.3.3.2.1.3 Antropônimo com qualificativo	276
5.4 Discussão dos resultados	278
5.4.1 Fatores Linguísticos	279
5.4.1.1 Estrutura da sintagma nominal	279
5.4.1.2 Função sintática do antropônimo	281
5.4.1.3 Antropônimo com qualificativo	285
5.4.1.4 Posição do antropônimo	287
5.4.1.5 Circunstância em que o antropônimo é citado	289
5.4.1.6 Tipo de antropônimo	291
5.4.1.7 Antropônimo como item de enumeração	293
5.4.1.8 Gênero do antropônimo	296
5.4.2 Fatores extralinguísticos	298
5.4.2.1 Período de tempo	298
5.4.2.2 Intimidade	302
5.4.2.3 Faixa etária	307
5.5 Casos totalmente excluídos na análise quantitativa	310
5.5.1 Gênero do falante	310
5.5.2 Antropônimo em estrutura de genitivo	313
5.6 Outras análises relevantes	315
5.6.1 Período de tempo	315
5.6.2 Percepção dos moradores com relação ao fenômeno de ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos	399
5.6.3 Mobilidade/colonização das localidades pesquisadas.....	324
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	331
7 REFERÊNCIAS	337
Apêndice I	338

INTRODUÇÃO

*“Nada em rigor tem começo, nem coisa alguma tem fim,
já que tudo passa como o ponto em uma bola.
E o espaço é o avesso de um silêncio
onde o mundo dá suas voltas”*
(Guimarães Rosa)

A presente tese, sob o título “A ausência e/ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das cidades de Abre Campo e Matipó – um estudo sociolinguístico”, visa contribuir para os estudos a respeito da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo; com o intuito de analisar por que duas localidades tão próximas possuem padrões divergentes no que diz respeito à ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos e verificar se os falantes das distintas localidades possuem percepção quanto ao fenômeno da ausência ou presença de artigo definido no contexto de antropônimo.

Pretende-se avançar um pouco mais na pesquisa realizada em 2009, durante o mestrado; para tanto, analisar-se-á a fala atual dos moradores da zona urbana bem como dados de língua pretérita. Cumpre lembrar que a escolha destas duas localidades, desde o período do mestrado até então, deu-se pelo fato delas exibirem padrão linguístico diferenciado no que diz respeito ao uso do artigo definido diante de antropônimos: apesar de serem vizinhas limítrofes, Abre Campo apresenta mais ausência e Matipó mais presença de artigo definido no contexto de antropônimos.

A pesquisa realizada no mestrado desenvolveu-se a partir de uma análise quantitativa e qualitativa de um *corpus* constituído por 848 dados, sendo que, desses dados, 620 eram antropônimos, assim divididos: 414 de Matipó e 206 de Abre Campo; e 228 eram topônimos assim divididos: 113 de Matipó e 115 de Abre Campo. Ao todo, foram realizadas 8 entrevistas na zona rural, 4 em cada localidade, foram considerados fatores como gênero (masculino e feminino), idade (de 18 a 30 anos e acima de 70 anos) e rede social, conforme a perspectiva de Milroy (1992). Com essa pesquisa, ficou claro que, apesar de as duas cidades estarem localizadas a 22 Km uma da outra e de o Córrego do Pouso Alto e o Córrego dos Lourenços serem vizinhos limítrofes, essas duas localidades possuem um padrão linguístico divergente no que diz respeito

ao uso ou não do artigo definido no contexto de antropônimo. Cumpre salientar que, durante a pesquisa de mestrado, foram controladas diferenças com relação a densidade e a multiplexidade das redes sociais: comprovou-se que tanto os informantes de Abre Campo como os de Matipó interagem entre si através de uma rede de 6 (seis) contatos cada: os membros das redes de cada localidade se conhecem mutuamente, o que confirma os cálculos de frequência e a multiplicidade dos laços. Verificou-se, assim, que, nos dois córregos pesquisados, as redes sociais são densas e múltiplas, formadas a partir de laços fortes, uma vez que todos os indivíduos se conhecem e quase todos partilham de pelo menos mais de um tipo de relação. (ALMEIDA MENDES, 2009, p.169)

Por serem localidades pequenas, espera-se que o padrão de variação comprovado em Almeida Mendes (2009), registrado na fala rural, também se comprove na fala dos moradores da zona urbana; para tanto, nesta nova pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os moradores da zona urbana. Concomitantemente, foram examinados textos notariais das referidas cidades: escrituras e testamentos, bem como atas, todos esses documentos datando de 1875 a 1950. Para tentar entender por que essas duas localidades, apesar de vizinhas limítrofes, possuem um padrão divergente no que diz respeito ao fenômeno linguístico estudado aqui, julga-se necessário analisar, inicialmente, se esse padrão sempre foi divergente ou se ele se diferenciou com o passar dos anos; em decorrência desse aspecto que a análise da língua pretérita se faz necessária.

Desse modo, a presente pesquisa terá por base a descrição dos dados retirados da língua oral contemporânea dos moradores da zona urbana da cidade, bem como dados da língua escrita pretérita. Conforme Bynon (1977, p.1), a Linguística História deve investigar e descrever como as mudanças ocorrem ou como o sistema linguístico preserva uma estrutura; assim, para essa autora, é possível extrair dos documentos a estrutura gramatical de cada período, podendo, a partir disso, postular e comparar gramáticas sincrônicas.

Para Labov (1994), um olhar no passado pode ser fonte de indícios para explicações do presente; essa utilização do presente para explicar o passado é denominada pelo autor de princípio uniformitário, no qual as forças que atuaram no passado para produzir o documento histórico são as mesmas que podem ser vistas em ação hoje” (LABOV, 1975 *apud* TARALLO, 1990, p. 62); o que permite, assim, a inferência dos processos que operaram no passado pela observação dos processos em curso. Segundo Cohen (1995), pode-se justificar o movimento

denominado de ‘vai-e-vem’, que possibilita a iluminação do presente através do passado e a iluminação do passado através do presente, apesar de a língua escrita apresentar um maior grau de formalização/normatização do que as línguas faladas, conforme o texto e a época em que foi produzida.

Ao se analisarem os dados de língua pretérita das localidades de Abre Campo e Matipó, pretende-se esclarecer o problema levantado nesta pesquisa: por que duas localidades tão próximas possuem padrão divergente no que diz respeito ao uso ou não do artigo definido diante de antropônimos. Acredita-se que a resposta a esse problema esteja ligada a fatores históricos.

Outro tópico que se pretende analisar é se os falantes das distintas localidades possuem percepção quanto a esse fenômeno. Callou e Silva (1997) afirmam que o fenômeno não é estigmatizado e nem é valorizado socialmente. Para as autoras, o fenômeno está ligado somente a aspectos teóricos sobre definitude e à questão da mudança linguística; sendo, por essa razão, que a sua evolução é observada através do tempo. Apesar da afirmação acima citada, percebe-se, na fala das pessoas, que essa distinção é clara; os falantes de Abre Campo reconhecem ter sua fala marcada pela ausência de artigo definido, enquanto que os de Matipó reconhecem ter como marca em sua fala a presença de artigo definido; cabe ressaltar que essa distinção só é confirmada com relação a alguns contextos e alguns fatores nas duas localidades. É comum encontrar na fala de alunos expressões do tipo: “*Olha o jeito dele falar...*” ou “*Fulano não sabe nem falar... olha só professora...*”; expressões essas sempre empregadas ao se referir a colegas de localidades diferentes da sua de origem. Embora os falantes distingam essa variação com relação à forma de se expressarem, não se pode afirmar que um grupo influencie linguisticamente o outro. Cumpre frisar, conforme foi dito antes, que, apesar de vizinhas limítrofes, não se pode afirmar que haja relação de dominação entre as duas cidades, uma vez que elas não possuem, atualmente, nenhuma relação econômica ou social realmente fortes que possam determinar algum tipo de dominação; sabe-se apenas que a cidade de Matipó foi, por muitos anos, distrito da cidade de Abre Campo.

A motivação inicial para a realização deste projeto é de ordem pessoal. Devido ao fato de a pesquisadora ser moradora da cidade de Matipó e conviver diariamente com a forma de falar variável dos moradores das duas localidades no que diz respeito ao emprego ou não de artigo definido diante de antropônimos. Além disso, por ter sido questionada sempre, por seus alunos

das duas localidades, a respeito de qual ser a forma “correta” de se falar: empregar ou não ao artigo definido diante de antropônimo?

Ao se aprofundar teoricamente neste assunto, durante a dissertação de mestrado, a pesquisadora percebeu que ainda há pontos obscuros no que diz respeito aos fatores condicionantes do uso ou não de artigo definido diante de antropônimos. Assim, percebe-se que este estudo é de extrema importância, uma vez que permite mapear um pouco mais do fenômeno da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos; através de estudos como este se pode, aos poucos, ter noção de como o fenômeno ocorre em toda uma região.

Tem-se como metodologia a confecção de uma pesquisa teórico-dogmática, haja vista a necessidade de explicação de cunho bibliográfico, sobretudo nos capítulos iniciais; também se inclui a pesquisa de campo para a obtenção de dados para posterior análise. Como já foi mencionado, serão realizadas entrevistas orais com moradores da zona urbana dessas duas localidades, bem como serão analisados textos de língua pretérita: atas, testamentos e escrituras do período de 1875 a 1950.

O presente trabalho divide-se em cinco capítulos. No primeiro deles, será realizada a descrição do objeto desta pesquisa: será realizada a descrição do sintagma nominal, tendo por base o estudo de Mendes (2000), que apresenta uma nova proposta a partir da análise de Perini (1995) e Mateus *et al* (1983); em seguida, será realizada uma análise dos nomes próprios; na sequência, na seção 1.3, os nomes próprios de pessoas serão detalhados, definidos e classificados conforme Vasconcellos (1928). Nas seções 1.4 e 1.5, o foco passa a ser o artigo definido, seu surgimento e funcionamento na língua, bem como o que os gramáticos históricos e atuais postulam a respeito do seu uso diante de antropônimos. A última seção realiza a revisão de pesquisas de cunho histórico, discursivo e variacionista que analisam o uso do artigo definido diante de antropônimos, a saber: Callou (1992), Moisés (1995), Silva (1996), Costa (1998), Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Kim (2005), Alencar (2006), Alves (2008), Almeida Mendes (2009), Campos Júnior (2011), Pereira (2011), Faria (2012), Braga (2012), Co, Silva e Terayama (2013) e Pereira (2014).

No capítulo 2, as localidades pesquisadas serão caracterizadas, com o intuito de mostrar que, sendo a língua um fenômeno eminentemente social, torna-se de grande importância a análise da comunidade em que esse fenômeno se manifesta. Assim, é realizado um levantamento

histórico-cultural, econômico e populacional não só das localidades – Matipó e Abre Campo – mas também da mesorregião em que essas localidades estão inseridas – a Zona da Mata.

Os pressupostos teóricos serão descritos no capítulo 3, dá-se destaque às teorias de Labov (1972; 1972a; 1994), a base dessas teorias está no fato de que a língua é variável, é uma prática social; por isso deve ser considerada em seu contexto sócio-cultural; e, na Linguística Histórica, Weinreich, Labov e Herzog (2006) e Bynon (1986), numa tentativa de abstrair a estrutura gramatical da língua de cada período dos documentos tendo por base o princípio uniformitário.

Já no capítulo 4, dedicado à metodologia, serão apresentados os procedimentos teórico-metodológicos utilizados na confecção desta pesquisa: detalhar-se-á a respeito da constituição dos *corpora*, a coleta dos dados, a transcrição e o tratamento dos dados, a variável dependente e as independentes, os casos excluídos na análise quantitativa e, ainda, quais foram os procedimentos para a realização do teste de percepção dos informantes.

O último capítulo, por sua vez, apresenta os resultados da análise das escrituras relativos ao período de tempo, circunstância em que ao antropônimo é citado, posição do antropônimo, função sintática do antropônimo, estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, antropônimo como item de enumeração, antropônimo em estrutura de genitivo e antropônimo com qualificativo. Em seguida, esses dados são comparados com os resultados obtidos nas outras pesquisas que versam sobre o tema; além disso, discussões relevantes condizentes ao período de tempo dos textos analisados, à mobilidade dos informantes e à percepção dos informantes sobre o uso ou não do artigo definido diante de antropônimos serão realizadas nesse capítulo. Para finalizar, serão apresentadas as considerações finais.

1 DESCRIÇÃO DO OBJETO

*“Tudo, aliás, é a ponta de um mistério, inclusive os fatos.
Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece há um
milagre que não estamos vendo”.*
(Guimarães Rosa)

Neste capítulo inicial, será realizada a descrição do objeto de estudo desta pesquisa. Inicialmente, será apresentada, na seção 1.1, a descrição do sintagma nominal adotada, tendo por base o estudo de Mendes (2000), que apresenta uma nova proposta a partir da análise de Perini (1995) e de Mateus *et al* (1983). A seção 1.2 faz uma análise dos nomes próprios. A seção 1.3 analisa, especificamente, antropônimos, definindo e classificando-os conforme Vasconcellos (1928). Na próxima seção, é a vez de se discutir o surgimento e a função do artigo definido. A seção 1.5 apresenta o que os gramáticos históricos e atuais postulam a respeito do uso do artigo definido diante de antropônimos. A última seção, 1.6, apresenta a revisão da Literatura, com base em estudos linguísticos de natureza histórica, discursiva e variacionista sobre o uso ou não de artigo definido diante de antropônimos.

1.1 Sintagma Nominal

Perini (1995), ao comparar a oração com o sintagma nominal, afirma que o sintagma nominal possui uma descrição mais fácil, por possuir uma ordenação relativamente fixa. Caracteriza os termos internos do sintagma nominal através de traços de natureza posicional; dessa forma, as funções do sintagma nominal são definidas pelas posições que os termos ocupam em relação uns aos outros. Relaciona dez posições do sintagma nominal, a saber:

- 1ª Determinante (Det);
- 2ª Possessivo (Poss);
- 3ª Reforço (Ref);
- 4ª Quantificador (Qf);
- 5ª Pré-núcleo externo (PNE);

- 6ª Pré-núcleo interno (PNI);
- 7ª Núcleo do sintagma nominal (NSN);
- 8ª Modificador interno (ModI);
- 9ª Modificador externo (ModE);
- 10ª Numerador (Num).

Em sua análise, o autor sugere a divisão da estrutura interna do sintagma nominal em duas partes: a área direita e a área esquerda, estando separadas pelo núcleo do sintagma nominal. A posição esquerda é formada por seis funções fixas e quatro posições variáveis que podem ser ocupadas pela função do Numerador (Num). No quadro (1), tem-se essa proposta do autor:

Quadro 1

Proposta de classificação elaborada por Perini (1996)

Função	Elementos que podem desempenhá-la
Det	o, este, aquele, algum, nenhum, um.
Poss	meu, seu, nosso <i>etc.</i>
Ref	mesmo, próprio, certo.
PNE	Mero, pretenso, meio, suposto, reles, inesquecível, ilusório, simples, bom, velho, novo <i>etc.</i>
PNI	Maus, novo, velho, claro, grande
Qf	Poucos, vários, diversos, muitos, único, primeiro, segundo, terceiro <i>etc.</i>
Num	Outro, dois (três, quatro <i>etc.</i>).

Fonte: PERINI, 1996, p. 99.

Já com relação ao PNE e ao PNI, Perini (1996) afirma que itens que funcionam na função de PNI também podem ser PNE, mas que itens como *mero, pretenso, meio, suposto* só podem ser PNE, podendo muito raramente ocorrer após o núcleo, com modificador; relata também que boa parte dos itens que funcionam como modificadores também podem funcionar como PNE. Afirma

ainda que todas as palavras conhecidas que podem ser PNI também podem ser modificadores e que entre um PNE e um NSN pode ocorrer um PNI.

Em sua descrição da área direita, o autor analisa três funções, chamadas respectivamente de antepenúltimo, penúltimo e último termo do SN máximo:

1ª Núcleo do SN (NSN);

2ª Modificador interno (ModI)

3ª Modificador externo (ModE)

Cumpra lembrar que o próprio autor adverte que a descrição da área direita é menos segura, encontrando-se incipiente e mal compreendida e que necessita ser mais bem esclarecida no decorrer de sua pesquisa. A divisão entre as duas áreas fica assim realizada: a área esquerda engloba todas as funções que precedem o núcleo do sintagma nominal (NSN); a área direita engloba todas as funções a partir do NSN. Essa divisão pode ser representada pelo quadro abaixo:

QUADRO 2

Descrição da estrutura do Sintagma Nominal (SN)

Det	Poss	Ref	Qf	PNE	PNI	Num	NSN	ModI	ModE
Área esquerda						Área direita			

FONTE: MENDES, 2000, p. 79.

Mendes (2009), ao verificar a validade da proposta de Perini (1996) tendo por base dados extraídos de seu *corpus* de língua pretérita, percebeu que os títulos honoríficos não tinham lugar nessa proposta. Em todas as funções da área esquerda, as únicas que estariam disponíveis para descrever esses títulos seriam as de PNI ou de PNE; mas, ao se afirmar que um título honorífico é um PNI ou um PNE, é possível que este termo possa ser um modificador, podendo ocorrer à esquerda no núcleo. A autora tem por base o seguinte exemplo:

(xviii) ‘*como depõe o Padre Francisco Pereira*’ [T4/ 87-88/1^a xviii]

pode ser assim descrito:

o = Det

Padre = PNI (?), PNE (?)

Francisco Pereira = NSN (MENDES, 2000, p.80)

Dessa forma, se considerarmos que “padre” é um PNI ou um PNE, a estrutura abaixo necessita ser aceita pela língua:

(xviii a) *Como depõe o Francisco Pereira Padre’ (MENDES, 2000, p. 80)

Para Mendes (2000), a menos que o último termo faça parte do NPr patronímico, ou seja, do sobrenome, a estrutura acima não é natural. Paralelo a isso, se se considerar a palavra “padre” como um PNE, “é de se esperar que ocorra um PNI entre este PNE e o NSN, desde que, conforme Perini, não haja um ‘choque semântico’” (MENDES, 2000, p.81). Ela toma por base o seguinte exemplo:

(xviii b) * Como depõe o Padre *mau* Francisco Pereira. (MENDES, 2000, p. 81)

Assim, considerar o título “padre” um PNI vai de encontro a análise de Perini (1996), uma vez que, para ele, tanto o PNI quanto o ModE não podem ocorrer no SN acompanhados por apenas um elemento da área esquerda. Os testes realizados por Mendes (2000) serviram para confirmar sua afirmação inicial de que a proposta de Perini (1996) para a descrição da área esquerda do SN não foi suficiente para descrever e caracterizar os títulos honoríficos.

Ao realizar a análise da proposta de Perini (1996) para a descrição da área direita do SN, a autora comprovou inadequação. Para ele, os modificadores são constituídos por “palavras individuais”; apesar disso, é possível que sintagmas preposicionados também exerçam a função de ModE. Ao analisar os dados encontrados em sua pesquisa, Mendes (2000) observou que os SPrep’s dos enunciados não podiam ser tratados como ModE, pois eles não ocupavam a última posição do SN máximo; entretanto, ao considerar que esses SPrep’s ocupassem a última posição do SN máximo, sendo assim um ModE, e que a antepenúltima posição não foi preenchida por um

Fonte: MENDES, 2000, p. 82

Para Mateus *et al* (1983), o núcleo do SN é o elemento fundamental que determina a concordância dos especificadores e de alguns complementos; podem funcionar como núcleo do SN: os nomes (sejam eles próprios ou comuns), os pronomes, alguns quantificadores ou demonstrativos, nomes coordenados e nomes compostos.

Para elas, todos os elementos que se encontram à esquerda do núcleo do SN são chamados especificadores e não funcionam como complementos; são formados pelos determinantes, pelos quantificadores e pelas expressões qualitativas. Atuam como determinantes os artigos e os dêiticos (demonstrativos e possessivos); como quantificadores, atuam os indefinidos, numerais e alguns adjetivos; já as expressões qualificativas possuem a estrutura [DET+ ADJ/N + de].

São considerados complementos os elementos à direita do SN, são eles: sintagmas adjetivais, sintagmas preposicionais, frases e epítetos. Os sintagmas adjetivais localizam-se geralmente à direita do núcleo do SN; sua anteposição pode gerar um significado diferente. Os sintagmas preposicionados, sendo complementos, ocorrem à direita no núcleo do SN; servem de complemento do N e, geralmente, não podem se movimentar isolados dentro da frase; algumas vezes, podem acompanhar Adj's. As frases que servem de complemento do N são iniciadas por um pronome relativo e seguem imediatamente o núcleo do SN. Os epítetos, por sua vez, são expressões parassintéticas, que são colocadas à direita do núcleo e isoladas por pausas no interior do SN; podem exercer essa posição os SN's, Adj's e frases. A proposta colocada acima pelas autoras pode ser assim esquematizada:

Quadro 4

Proposta de Mateus *et al* para a análise do Sintagma Nominal

				Complementos			
Det	Quantif.	Exp. Qualif.	NSN	Sadj.	SPrep.	Frase	Epíteto
Área esquerda				Área direita			

Fonte: MENDES, 2000, p. 84

Mendes (2000), ao analisar a adequação da proposta de Mateus *et al* (1983), percebe que ela não é suficiente para se analisar os itens pertencentes à porção esquerda dos SN como os títulos honoríficos, uma vez que eles não podem ser classificados como especificadores, por não serem nem determinantes, nem quantificadores e nem expressões qualitativas. Com relação à análise da área direita da proposta, Mendes (2000) considerou-a adequada, uma vez que o SPrep é um tipo de complemento que ocupa a área direita do núcleo do SN.

Um dos pontos que também diferencia as duas propostas aqui analisadas é que, na de Perini (1996), a área direita do SN engloba todas as funções a partir do NSN, sendo o SNS parte integrante da área direita e, na proposta de Mateus *et al* (1983), o núcleo não faz parte de nenhuma das duas áreas, sendo apenas o núcleo do SN ao qual itens podem ser adjungidos à esquerda ou à direita.

Ao perceber que as duas propostas analisadas são insuficientes, Mendes (2000) propõe fundi-las, assumindo a descrição estabelecida por Perini (1996) para a área esquerda do SN, com o acréscimo de mais uma função, a de qualificativo (Qv); já para a área direita, adota a descrição de Mateus *et al* (1983). De acordo com a proposta de Mendes (2000), o SN pode ser descrito de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO 5

Descrição da estrutura do Sintagma Nominal (SN)

											Complementos				
Det	PV4	Poss	PV3	Ref	PV2	Qf	PV1	PNE	PNI	Qv	NSN	SAdj	SPrep	Frase	Epíteto
Área esquerda											Área direita				

Fonte: MENDES, 2000, p.88.

Assim, a área esquerda engloba todas as funções até o NSN e a área direita todas as funções a partir do NSN. Com relação a essa nova função proposta pela autora para a área esquerda com o objetivo de descrever e caracterizar os títulos honoríficos, chamada de qualificativo (Qv), Mendes afirma que é uma posição fixa, que, na maioria das vezes,

é exercida por títulos honoríficos quais sejam: *senhor, dom, doutor, cônego, reverendo, padre, vigário, desembargador, brigadeiro, tenente, capitão, coronel, sargento, sargento mór, alferes, guarda, guarda-mór, presidente, tabelião, professor*. Optou-se pelo nome Qualificativo, por designar termos que na literatura específica são conhecidos como títulos honoríficos e por acreditar que itens como *mulher (no sentido de esposa), marido, tio, filho, irmão, primo*, etc possam desempenhar esta função o que não ocorria como os títulos, este termo é, portanto, mais abrangente que *títulos honoríficos*. (MENDES, 2000, p.86)¹

A posição dos Qv's com relação ao nome próprio é rígida, isto é, eles estão ao lado esquerdo dos antropônimos; entretanto pode aparecer outro ou outros Qv's entre eles. Além disso, afirma que os Qv's "podem ser um NSN; porém, nesse caso, o item passa a ter a função de um nome comum e não mais de um qualificativo" (MENDES, 2000, p. 87); a única exceção colocada por ela seria com relação ao qualificativo "Dom", que não possuiria essa característica; havendo uma causa pragmático-semântica para essa restrição, já que esse qualificativo, atualmente, é mais restrito a entidades episcopais; ressalta que essa restrição necessita ser mais bem explicada em outra pesquisa.

É, portanto, a proposta de Mendes (2000) que será adotada neste estudo e é com base nela que serão realizadas as análises do capítulo 6, no que diz respeito, principalmente, aos qualificativos. Cumpre lembrar que, nesta tese, trabalhar-se-á apenas com os SN's referenciais, os casos de não referencialidade foram excluídos e listados na seção 4.7; para distinguir os casos de referencialidade, adotou-se a noção de SN referencial adotada por Du Bois (1980), segundo a qual um SN só pode ser considerado referencial quando é suficientemente relevante a ponto de permitir a abertura de arquivos mentais, os quais, por sua vez, possam garantir, desde que necessário, a identificabilidade de menções subsequentes a ele relacionadas. A adoção dessa definição deve-se ao fato de se acreditar que o objeto de estudo em questão esteja ligado a questões de referência.

1.2 Os nomes próprios

Essa seção realizará uma retomada dos estudos dedicados aos nomes próprios. Inicialmente, na subseção 1.2.1, serão analisadas diferentes abordagens utilizadas no estudo do nome próprio no campo da Filosofia da Linguagem e da Lógica; já na seção 1.2.2, os nomes próprios serão analisados sob o prisma da Linguística.

¹ Apesar dessa classificação gerar polêmicas, devido ao fato de agrupar uma lista heterogêna, os dados de nossa análise foram formados predominantemente por títulos honoríficos.

1.2.1 O nome próprio na Filosofia da Linguagem e na Lógica

Segundo Molino (1982), as pesquisas a respeito da semântica do nome próprio foram orientadas pelos filósofos e lógicos; essas pesquisas trouxeram avanços e também dificuldades às elaborações complexas que envolvem a análise do nome próprio.

Um dos textos que influenciaram outras teorias foi o texto “Sistema de Lógica Indutiva e Dedutiva”, de John Stuart Mill, apresentado nos anos de 1866/1867. Essa influência ocorreu pela forma categórica em que questões a respeito das classes dos nomes, do valor das proposições e sua afirmação de que os nomes são marcas distintivas. Para Mill (1979), o interesse pelo nome, como objeto de considerações dos lógicos, estaria no fato de se querer conhecer o valor das proposições; assim, “a simples definição de nome como uma palavra (ou um conjunto de palavras) que preenche o duplo propósito de um símbolo para suscitar em nós a semelhança de uma idéia anterior e um signo para fazê-la conhecida de outras pessoas parece irrefutável”. (MILL, 1979, p. 85).

O autor toma o nome como nome das coisas e não como nome de nossas idéias das coisas, o que o faz considerar as diferentes classes de palavras que podem constituir um nome. Dessa forma, ele se dedica a classificar os nomes e apresenta uma série de distinções que podem ser representadas pelo quadro abaixo:

Quadro 6: Classificação dos nomes elaborada por Mill (1979)

Nomes gerais	Nomes individuais ou singulares
Suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma entre um número indefinido de coisas. Ex.: Homem.	Suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma só coisa. Ex.: João.
Nomes coletivos	Nomes gerais
Pode ser predicado somente tomado em conjunto. Ex.: 23º BPM.	Nome que pode ser predicado de cada indivíduo numa multidão.
Nomes concretos	Nomes abstratos
Representa uma <u>coisa</u> ; pode ser predicado. Ex.: branco.	Representa o <u>atributo</u> de uma coisa. Ex.: brancura.
Nomes conotativos (denominativos)	Nomes não-conotativos
Denota um sujeito e implica um atributo. Ex.: branco, comprido, virtuoso.	Denota um sujeito somente ou um atributo apenas. Ex.: João, Londres, brancura.

Fonte: LEITE, 2004, p.24

Com base nessa classificação realizada por Mill (1979), os nomes próprios não são conotativos e não possuem significação, assim denotam os indivíduos que dão o nome, mas não trazem qualquer atributo desses indivíduos. Como afirmado, os nomes próprios ou individuais são aqueles suscetíveis de serem afirmados como verdadeiros, “no mesmo sentido, de uma só coisa”; assim, João “é suscetível de ser afirmado verdadeiramente apenas de uma única pessoa, pelo menos no mesmo sentido. Pois, embora haja muitas pessoas que usem esse nome, Mill afirma que não lhe foi conferido para indicar nenhuma qualidade ou alguma coisa que lhes pertença em comum” (LEITE, 2004, p.20)

Como base nesse argumento, Mill (1979) afirma que, na frase, “O rei que sucedeu Guilherme, o Conquistador”, o termo “rei” é também um nome individual, pois não pode se aplicar a mais de uma pessoa, adquirindo assim *status* de nome próprio; o caráter de nome próprio está na sua capacidade de indicar um ser particular. Cumpre lembrar que esse posicionamento é alvo de diversas contra-argumentações de vários teóricos acerca das descrições definidas e dos nomes próprios.

Outro ponto de vista defendido por Mill (1979) é com relação ao fato dos nomes próprios não serem conotativos, uma vez que não afirmam nem implicam nenhum atributo como pertencente a esses indivíduos; o autor explica essa sua teoria da seguinte forma:

Quando chamamos uma criança de Paulo ou um cachorro de César, esses nomes são simples sinais para indicar esses indivíduos como sujeitos possíveis de um discurso. Pode-se dizer, na verdade, que deve ter havido alguma razão para lhes dar esses nomes em vez de qualquer outro, e é verdade; mas o nome, uma vez dado, é independente do motivo. Um homem pode se chamar João porque este era o nome do seu pai; uma cidade pode se chamar *Dartmouth* porque é situada na foz do rio *Dart*. Mas não há, na significação da palavra João, nada que implique que o pai da pessoa assim chamada tinha o mesmo nome; nem mesmo a palavra *Dartmouth* implica que esta cidade esteja situada na foz do *Dart*. Se a areia obstruísse a foz do rio ou um terremoto mudasse o seu curso e o afastasse da cidade, o nome da cidade não seria necessariamente mudado. Esse fato, portanto, não pode fazer parte da significação da palavra; pois, se, caso contrário, o fato cessasse reconhecidamente de ser verdadeiro, ninguém mais pensaria em chamá-lo do mesmo nome. Os nomes próprios estão vinculados aos objetos em si e não dependem da permanência de qualquer atributo do objeto. (MILL, 1979, p. 95)

Essa definição de Mill (1979) de que os nomes denotam, mas não conotam é retomada por Kripke (1972); para ele, a tradição clássica da lógica moderna posiciona-se fortemente contra Mill (1979), mas as teorias de Frege e Russell parecem reconhecer seus enganos.

Mill (1979) relata que é fácil reconhecer exemplos perfeitos de nomes individuais conotativos, como em: “O único filho de John Stiles”, “O primeiro imperador de Roma”, nesses exemplos, fica claro que só pode existir um único indivíduo que possui o atributo que o nome conota. O autor aponta ainda que “apenas os nomes de objetos que não conotam nada são nomes próprios; e estes não têm a rigor, nenhuma significação” (MILL, 1979, p. 97). Para exemplificar tal formulação o autor cita um conto das “Mil e Uma Noites”, no qual o ladrão, para reconhecer uma casa novamente, faz uma marca de giz; Morgana aparece e marca todas as outras casas de maneira idêntica eliminando a diferença entre a casa marcada e as demais, frustrando o ladrão. Para Mill (1979), a marca inicial feita pelo ladrão tem a finalidade de fazer uma distinção, essa marca não tem propriamente nenhuma significação, pois o giz não revela nada sobre a casa; da mesma forma ocorre com os nomes próprios:

Quando impomos um nome próprio, realizamos uma operação até um certo ponto análoga à que o ladrão pretendeu marcando a casa com giz. Colocamos uma marca não no objeto em si, mas, por assim dizer, na idéia do objeto. Um nome próprio não é mais que uma marca sem significação que juntamos em nossas mentes à idéia do objeto, a fim de que sempre que a marca encontrar nossos olhos ou ocorra aos nossos pensamentos, possamos pensar naquele objeto individual. Não sendo ligado à coisa em si, o nome próprio não nos torna capazes, como o giz, de distinguir o objeto quando o vemos, mas serve-nos para distingui-lo quando é mencionado, seja nos registros de nossa própria experiência, seja no discurso de outros, e para reconhecer que o que é afirmado por

qualquer proposição de que é o sujeito, é afirmado da coisa individual por nós previamente conhecida. (MILL, 1979, p. 97)

Trabalhos posteriores aos de Mill (1979) marcam pontos de concordância e discordância a sua teoria, dentre eles encontram-se os de Frege (1978), que transitando entre a lógica, a filosofia da linguagem e a aritmética, produziram contribuições valiosas para as construções posteriores no campo da significação, do sentido e da referência. Em seu artigo “Sobre o sentido e a referência”, Frege (1978) questiona se a igualdade seria uma relação entre objetos ou entre nomes ou sinais de objetos. Para ele, a alternativa válida é a última, e, a partir dessa escolha, aponta a igualdade do tipo $a = b$, considerando que os sinais ou os nomes a e b se referem à mesma coisa. Afirma ainda que “esta relação se manteria entre os nomes ou sinais, apenas na medida em que denominassem ou designassem alguma coisa”. (FREGE, 1978, p. 61)

Para Guimarães (1995), essa função foi constituída por Frege (1978) ao se deparar com a questão da identidade, este autor chama a atenção dos filósofos e matemáticos para as questões de significação, pois esta última não se reduz ao que é nomeado. A partir da noção de igualdade, ele propõe em que condições proposições do tipo $a = a$ e $a = b$ são verdadeiras, deixa claro que é necessário tratar a igualdade como uma relação entre os sinais a e b e não entre os objetos designados por a e b . Ao tratar dessa igualdade, Frege (1978) faz-nos refletir sobre as expressões de sentido e referência, considerando as relações de identidade.

É justamente aí que surge um problema relativo à lógica colocado por Molino (1982) quando questiona como uma proposição que afirma a identidade de dois nomes próprios pode ser verdadeira e informativa ao mesmo tempo. Com base nas idéias de Frege (1978), Molino (1982) fala sobre o exemplo de um explorador que descobre, em uma região desconhecida, uma montanha que nomeia de “Alfa” e que, independente dessa sua descoberta e sem saber que essa montanha já havia sido descoberta, outro explorador vindo de outra direção, vendo essa montanha sobre outro aspecto, dá-lhe o nome de “Ateh”. Com base nesse exemplo, Molino (1982) indaga-se a respeito do seguinte questionamento: no dia em que descobrirem que a montanha “Alfa” é a mesma montanha “Ateh”, como será compatível com o fato que a fórmula $a=b$ não pode ser verdadeira se b é a ? Para o autor, é devido a isso que Frege (1978) criou sua distinção entre sentido e referência.

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. Consequentemente, segundo nosso exemplo, a referência das

expressões “o ponto de intersecção de a e b” e o “ponto de intersecção de b e c” seria a mesma, mas não os seus sentidos. A referência de “Estrela da Tarde” e “Estrela da Manhã” seria a mesma, mas não o sentido. (FREGE, 1978, p. 62)

Frege (1978) deixa claro que entendeu por “sinal” e por “nome” qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado; assim a designação de um objeto singular consiste também em várias palavras ou outros sinais que, por ele, também são chamadas de nomes próprios. Já o sentido de um nome próprio é entendido por todos que estiverem familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que ele pertence; para um conhecimento total da referência, haveria a necessidade de dizer imediatamente se um dado sentido pertence ou não a essa referência; mas isso será algo que, para o autor, nunca ninguém conseguirá.

A referência é um modo de apresentação do objeto; assim a referência de um nome próprio é o próprio objeto designado, “a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que, também não é o próprio objeto.” (FREGE, 1978, p. 65). A partir dessas noções, ele estabelece as seguintes formulações: “um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. Por meio de um sinal exprimimos seu sentido e designamos sua referência” (FREGE, 1978, p. 66-67).

O modelo de Frege (1978) mostra que pressupor algo é diferente de afirmar, seu intuito é mostrar que a linguagem ordinária é tecida de modo que, do ponto de vista do conhecimento, seu emprego pode conduzir ao erro, à ilusão ou à demagogia. Ele distingue os nomes próprios das expressões gramaticais que introduzem pressupostos, sendo a noção de pressuposição inseparável do papel fundamental atribuído aos nomes próprios no uso da linguagem: nos nomes próprios, a existência ou não de uma referência repousa sobre a evidência; já nas expressões, fazem intervir um julgamento que não repousa sobre a evidência necessariamente.

O autor define pensamento/juízo como uma proposição através da qual se pode extrair seu valor de verdade. “Aqui a única conclusão pertinente é que a referência de uma sentença nem sempre é o seu valor de verdade, é que ‘Estrela da Manhã’ nem sempre se refere ao planeta Vênus, a saber, quando esta expressão tem sua referência indireta” (FREGE, 1978, p. 73). Cumpre lembrar que a exceção a essa afirmação encontra-se nas sentenças subordinadas e nas sentenças substantivas abstratas. Além disso, Frege (1978) ainda ressalta que “a referência e o sentido de um sinal devem ser distintos da representação associada a esse sinal, pois a

representação é subjetiva e, dessa maneira, difere essencialmente do sentido de um sinal. (LEITE, 2004, p. 32)

Pêcheux (1995), ao pensar a relação e a diferenciação que Frege estabelece entre referente e sentido, considerando as idéias de objeto e conceito, propõe o seguinte quadro:

Quadro 7: Relação e diferenciação entre referente e sentido segundo Frege

Objeto (denotação)	Pensamento (sentido)
Nome próprio ↓ objeto	Predicado, função ↓ conceito
“saturação” (nenhum “lugar vazio”)	“não-saturação” (lugar vazio)

FONTE: LEITE, 2004, p. 105

Pêcheux (1995) realiza a descrição dessa imagem: para ele, tudo ocorre como se houvesse, segundo Frege (1978), um funcionamento em dualidade, no qual

As duas setas verticais expressam, respectivamente, que a denotação de um nome próprio é um objeto determinado, e que a denotação de um predicado é um conceito. Por sua vez, a maneira pela qual se estabelecem as relações entre as duas partes da tabela é regulada pela afirmação fregeana segundo a qual se deve considerar os objetos como valores de função, isto é, como resultado da saturação de uma função por um argumento que venha ocupar o ‘lugar vazio’ dessa função. (PÊCHEUX, 1995, p. 105)

A referência de um nome próprio é, para Frege (1978), o próprio objeto designado, sendo sua representação inteiramente subjetiva; entre uma representação e outra está o sentido que é menos subjetivo que sua representação, mas também não é o objeto em si.

Russell (1985) foi um dos grandes interlocutores de Frege (1978), ele percebeu a importância de suas teorias e o que os seus princípios implicavam; através de análises de elementos lógicos e elucidações sobre classes e funções, Russel (1985) formula sua teoria sobre o nome próprio: os nomes próprios de uma língua natural não podem ser considerados como nomes autênticos, pois, muitas vezes, o que o nome próprio designa é algo simulado.

“Nesse momento, Russell considera um ‘termo’ tudo que pode ser mencionado; todo termo poderia ser um sujeito lógico de uma proposição; e tudo que pudesse ser sujeito lógico de uma proposição poderia ser nomeado”. (LEITE, 2004, p. 36) Assim, inicialmente, era possível

usar os nomes para fazer referência tanto às coisas existentes em qualquer tempo e lugar como também para fazer referência a entidades abstratas de todas as espécies, a coisas não existentes, a entidades mitológicas e a entidades logicamente impossíveis.

Ayer (1974) exemplifica essas idéias de Russel (1985) da seguinte forma: “se as frases denotadoras, como ‘o autor Waverley’, têm a função de nomes e se o significado de um nome se identifica ao objeto que denota, o que pretendemos dizer, ao falarmos que Scott foi o autor de Waverley, é simplesmente que Scott era Scott.” (LEITE, 2004, p. 37) . Russell (1985) presume que frases denotadoras têm propriedades que ele atribui aos nomes; sua teoria das descrições objetiva “mostrar que expressões definidas ou indefinidas não são usadas como nomes (logicamente próprios), visto que, para que tenham significado, não se faz necessário que denotem alguma coisa para dar sentido às sentenças que figuram” (LEITE, 2004, p. 37) Ao admitir que os nomes próprios como “Scott” ou “Londres” possuem conotação, Russel admite um posicionamento diferente das idéias de Mill (1979), pois trata os nomes próprios como descrições implícitas.

O nome próprio é visto por Russell (1985) como as únicas palavras capazes de representar os particulares. Para ele, algumas palavras como “Sócrates”, “Platão” tinham originalmente a intenção de preencher a função de representar os particulares; mas, hoje, elas não mais preenchem essa função, assim, aceitam-se como particulares, na vida quotidiana, todas as espécies de coisas que realmente não são particulares.

Para Moreno (2006), Russell (1985) teria construído duas teorias sobre os nomes próprios: a primeira, em que eles assumiriam seu sentido lógico (nomes logicamente próprios), sendo identificados com os pronomes demonstrativos e, a segunda, sobre os nomes próprios ordinários (no sentido usual de nomes próprios), em que eles seriam caracterizados como descrições definidas abreviadas.

Assim, para ele, os nomes que comumente usamos, como “Sócrates” e “Platão”, são abreviações para as descrições, e essas características descritas não são particulares, mas complicados sistemas de classes ou séries.

Um nome, no sentido lógico estrito de uma palavra cujo significado é um particular, pode-se aplicar somente a um particular com o qual o orador esteja familiarizado, porque não podemos nomear nada com o qual não estejamos familiarizados. Lembremos que, quando Adão nomeou os animais, eles apareceram diante dele, e ele se familiarizou com eles e os nomeou. Não estamos familiarizados com Sócrates, e portanto não podemos nomeá-lo. Quando usamos a palavra “Sócrates”, estamos na verdade usando uma descrição. Nosso pensamento pode ser interpretado por algumas frases tais como, “o

mestre de Platão”, ou “o filósofo que bebeu cicuta”, ou “a pessoa que os lógicos afirmam ser mortal”, mas certamente não usamos um nome como um nome no sentido apropriado da palavra. (RUSSELL, 1985, p. 72)

Com tantas restrições à definição de nome próprio, o autor admite que é difícil um exemplo de um nome próprio no sentido lógico estrito e apropriado do termo; dadas essas limitações, ele apresenta as palavras “isto” e “aquilo” como as únicas que podem ser usadas como nomes no sentido lógico. Assim, se se diz “isto é branco”, está se concordando que “isto é branco”, ou seja, “isto” que se vê; dessa forma, “isto” está sendo empregado como nome próprio. “Mas se se tenta apreender a proposição expressada não se poderá fazê-lo. “Somente quando se usa ‘isto’ de modo bastante estrito, representando um objeto real dos sentidos, é que ele é realmente um nome próprio” (RUSSELL, 1985, p.72). Isto, para ele, deve ser usado como um nome que representa um particular com o qual se está familiarizado em um dado momento; trata-se de um nome próprio ambíguo, “mas da mesma forma é realmente um nome próprio, e é quase a única coisa acerca da qual penso que se usa de modo apropriado e logicamente no sentido que estou falando, está no sentido da vida cotidiana”. (RUSSELL, 1985, p. 72)

Já com relação às descrições definidas, Russell (1985) não as considera nomes, uma vez que o nome é um símbolo simples usado para designar um particular determinado, usar um nome implica conhecer a quem esse nome se aplica.

Algumas vezes verificamos as pessoas falando como se as expressões descritivas fossem nomes próprios, e verificaremos sugerir-se, por exemplo, que uma proposição tal como “Scott é o autor de Waverley” realmente afirma que “Scott” e o “autor de Waverley” são dois nomes para a mesma pessoa. Este é um engano completo; antes de mais nada, porque “o autor de Waverley” não é um nome, e em segundo lugar, porque como podemos ser perfeitamente bem, se existisse o que significa, a proposição seria uma proposição parecida a “Scott é Sir Walter”, e não dependeria de nenhum fato, exceto que a pessoa em questão assim se chamasse, porque um nome é o que se chama um homem. (RUSSEL, 1985, p. 72)

Para ele, quando dizemos “Scott é o autor de Waverley” o “é” expressa identidade de modo verdadeiro, uma vez que um dos constituintes é um nome e o outro uma descrição; ou ainda poderiam ser duas descrições como no seguinte exemplo: “o autor de Waverley é o autor de Marmion”.

Para Amaral (2008, p. 25) uma das questões que se deve analisar com relação ao trabalho de Russell (1985) é a seguinte: “qual é a descrição ou quais são as descrições que um nome próprio abrevia?”, pois, para Russell (1985) diferentes falantes podem associar descrições

definidas a um nome próprio e o mesmo falante pode associar a um nome diferentes descrições em distintas ocasiões.

Strawson (1985) apresenta uma teoria preocupada no conhecimento prévio do falante e do ouvinte, com o uso de expressões para nos referir a objetos ou indivíduos. Para ele, os nomes próprios, justamente com os pronomes demonstrativos singulares, os pronomes pessoais e impessoais no singular, as frases que se iniciam com artigo definido seguido de um substantivo qualificado ou não, no singular são usados, frequentemente, para mencionar ou fazer referência a uma pessoa, objeto singular, acontecimento, lugar, processo ou fazer algo como a execução de um enunciado sobre aquela pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo; esse uso é denominado por ele de referencial individualizante.

Algumas palavras, como os pronomes e os nomes próprios, possuem quase que exclusivamente um papel referencial; ao analisar através de uma escala de dependência do contexto para a referência, os pronomes ocupariam um extremo da escala, em uma dependência máxima; no outro extremo, estariam expressões como “o autor de Waverley” e “o décimo oitavo rei da França”. Já com relação ao grau de significação descritiva, os nomes próprios estariam em um extremo da escala e as frases substantivas possuiriam o máximo de significação descritiva. O “puro nome” não teria significação descritiva, com exceção daquela que adquire no uso; pronomes como “ele” teriam significação descritiva mínima, juntamente com os nomes próprios chamados de impuros, como “a Távola Redonda”, que são denominadas por ele como “frases substantivas que adquiriram, com o tempo, letras maiúsculas” (STRAWSON, 1985, p. 276)

Os nomes próprios ficam situados na classe das expressões cujo uso referencial não é regulamentado por convenções gerais, mas por convenções *ad hoc*. “Ignorar o nome de um homem não é ignorar a linguagem. Essa é a razão pela qual não falamos da significação dos nomes próprios. (E não é uma resposta satisfatória dizer que eles são desprovidos de significação)” (STRAWSON, 1985, p. 276). Amaral (2008, p.27) afirma que vale ressaltar um ponto importante no trabalho de Strawson (1985), no que diz respeito à referência: para Strawson (2008), não seria possível dizer uma que uma expressão faz referência, da mesma forma que não seria possível dizer que uma sentença é verdadeira ou falsa – e isso seria válido também aos nomes próprios; mencionar ou se referir é uma característica de uma utilização de uma expressão.

Segundo García Suárez (1997), a teoria do feixe de descrições de Strawson (1985) foi elaborada a partir das idéias de Wittgenstein, segundo as quais, o nome próprio não se associa a

uma só descrição, mas a um conjunto de descrições. Assim, um conjunto pressuposicional formado por proposições acerca de um determinado indivíduo, portador de um nome seria completo ou saturado; a partir desse feixe de descrições, falante e ouvinte terão em mente a mesma pessoa.

Searle (1981) apresentou uma reflexão fundamental com relação à questão dos nomes próprios, principalmente no que diz respeito à referência, ao sentido e às descrições definidas. Segundo ele, “usamos o nome próprio para referir e não para descrever; um nome próprio não predica a propósito do objecto e, conseqüentemente, não tem um sentido” (SEARLE, 1981, p. 215-216). O autor apresenta três argumentos básicos para justificar a tese de Frege, contrapondo-a à de Mill:

- 1) “Usamos os nomes próprios em proposições existenciais” (SEARLE, 1981, p. 217); como a existência não implica predicação, deve-se admitir que uma proposição supõe um conhecimento sobre algum fato do objeto, cuja existência foi afirmada na proposição. Com base nesse argumento, pode-se concluir que, se um nome próprio ocorre em uma posição existencial, ele possui algum conteúdo conceitual ou descritivo.
- 2) “As frases que contêm nomes próprios podem ser utilizadas para fazer afirmações de identidade que transmitem informação factual e não somente linguística” (SEARLE, 1981, p. 218); assim, os nomes próprios devem ter um conteúdo descritivo, um sentido.
- 3) “O princípio de identificação exige que o enunciado de um nome próprio comunique uma descrição, exactamente da mesma maneira que o enunciado de uma descrição deve fazê-lo, se deseja que a referência seja completa” (SEARLE, 1981, p. 218).

A partir dessas três objeções, o autor vai formulando sua teoria do nome próprio. Para ele, se nos basearmos no bom senso para definir o nome próprio, seríamos levados a dizer que o nome próprio não é uma espécie de descrição, mas é uma realidade *sui generis*, mas, de outro lado, se analisarmos teoricamente, seremos levados a concluir que o nome próprio é uma descrição definida abreviada; mas que ele possui argumentos sólidos contra essas duas teses.

Para o autor, o questionamento a respeito dos nomes próprios possuírem ou não sentido poderia ser mais bem formulado da seguinte forma:

“Os usos referenciais dos nomes próprios implicam logicamente algum tipo de predicados descritivos?”, ou simplesmente como: “Uma proposição, cujo sentido é um nome próprio e o predicado, uma expressão descritiva, é analítica?” Mas, esta pergunta pode ser interpretada de duas formas, uma mais fraca e outra, mais forte: (a) interpretação mais fraca: “Qualquer afirmação desse tipo é analítica?” e (b) interpretação

mais forte: “Uma afirmação que tem por sujeito um nome próprio e por predicado uma descrição identificadora é analítica? (SEARLE, 1981, p. 219-220)

A resposta a essas indagações estaria, segundo ele, nas teorias de Frege, segundo as quais, o sentido de um nome próprio possui um modo de apresentação que identifica o referente; sendo evidente que um predicado descritivo simples não fornece uma descrição identificadora. Dessa forma, é analiticamente verdadeiro o fato de “Sócrates” ser homem, mas ser “homem” não é uma descrição suficiente para identificar “Sócrates”.

O erro de Frege, para Searle (1969), foi considerar a descrição identificadora substituível pelo nome como sua definição. Para Searle (1969), a grande questão a se considerar com relação aos nomes próprios em nossa língua é o fato de possibilitarem a referenciação pública aos objetos sem levar a questionamentos que permitem chegar a um consenso sobre as características descritivas que determinam a identidade do objeto. Dessa forma, os nomes próprios não funcionariam como descrições, mas como ganchos em que se pendurariam descrições.

Kripke (1982), por sua vez, recusa as análises anteriores e propõe uma nova concepção para o nome próprio, opõe nomes próprios e descrições definidas, uma vez que os nomes próprios não têm o mesmo comportamento que as descrições definidas na análise semântica dos sistemas de lógica modal; apresenta algumas considerações sobre referência e necessidade e ressalta por que um nome se torna nome próprio, faz isso com o intuito de mostrar que a lógica tem se interessado pelo estudo das descrições definidas, mas, ao mesmo tempo, deixa claro que, ao utilizar o termo nome, não inclui as descrições definidas. O autor compreende por nome próprio tanto o nome de uma pessoa, de uma cidade ou de um país; deixa claro também que não inclui nessa classificação as descrições definidas, utiliza do termo “designador” para abranger tanto os nomes próprios quando as descrições definidas. Como se nota, ele não reúne as descrições definidas e os nomes próprios ordinários em um mesmo grupo como o faz Frege (1978); afirma ainda que a concepção de Frege (1978) e Russel (1985) com relação à referência dos nomes próprios é falsa.

Kripke (1982) recorre à noção de “identidade através dos mundos possíveis” para realizar a distinção entre designador rígido e designador não-rígido ou acidental. Assim, será chamado de designador rígido algo que, em qualquer mundo possível, designa um objeto; e como designador não-rígido se não for esse caso.

Segundo ele, os nomes próprios são designadores rígidos, pois não se associam a nenhuma descrição e referem-se independentemente dos atributos do referente; e as descrições

definidas seriam, por sua vez, designadores não-rígidos, uma vez que muda de referência de um mundo possível a outro mundo possível.

Para Granger (1982), um designador rígido deve reenviar a um objeto singular, através da espessura sempre parcialmente opaca de suas propriedades: o nome próprio teria o efeito de um “designador rígido”; mas, nesse caso, ele não designaria mais que um objeto, a diferença é que o nome próprio se situa de uma só vez no regime pragmático da interpelação. (GRANGER, 1982, p. 32)

Ainda salienta que o nome próprio não pode ser confundido com uma simples etiquetagem, que corresponde somente a um dos aspectos da função do nome próprio: a designação de um objeto. A atribuição de um nome próprio é um batismo, ou seja, “um ato de linguagem pelo qual o locutor se endereça a um *tu* virtual, que são elementos cruciais para avançar sobre a questão da interpelação.” (LEITE, 2004, p. 44)

Para Kripke (1982), o nome próprio se estabelecerá no ato do batismo inicial (denominação primeira), em que haveria uma denominação ostensiva; a partir do momento em que o receptor aceita essa primeira referência, o nome passaria a ser aceito “degrau em degrau” a um grupo social. Para exemplificar, ele dá o seguinte exemplo : quando um bebê nasce, seus pais lhe dão um nome e comunicam esse nome entre os amigos; o nome da criança é transferido através de uma corrente de comunicação em cuja extremidade encontra-se o homem ao qual se faz referência. (KRIPKE, 1982, p. 79)

Haveria, assim, um batismo inicial, em que se realizaria uma “operação que fixa a referência por descrição ou por ostensão”; cumpre lembrar que o autor adverte em nota que, no caso de o nome próprio ser introduzido por meio de uma descrição durante esse batismo inicial, essa descrição seria sinônima do nome próprio, mas serviria para fixar a referência. Com relação aos nomes próprios, nem sempre é possível localizar o seu batismo inicial, havendo então uma representação caricatural. (KRIPKE, 1982, p. 84)

Amaral (2008) também defende essa idéia do batismo, mas um batismo associado à noção de nomeação. “Considera-se que a existência de um nome próprio implica necessariamente um ato de nomeação e que, para o uso de um antropônimo em um texto, é preciso que o locutor deixe claro qual batismo toma como base”. (AMARAL, 2008, p. 34-35)

A figura abaixo, extraída de Amaral (2008), traz a cronologia das obras representativas que tratam do nome próprio, juntamente com o título original e o ano de publicação; o autor

partiu da coluna cronológica central, à esquerda posicionou as obras que analisam o nome próprio através da teoria descritivista e, à direita, as obras que analisam o nome próprio através da teoria referencial direta ou teoria causal.

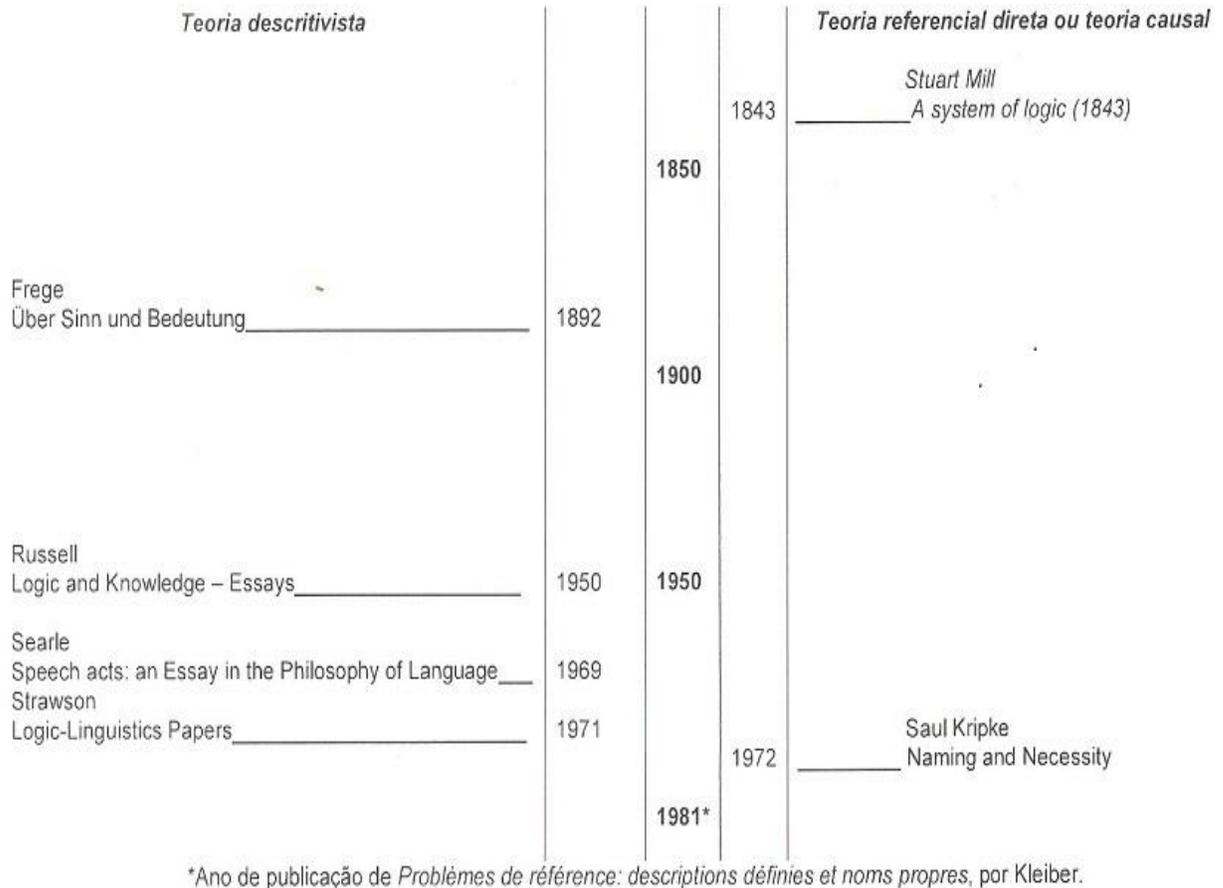


Figura 1: Obras representativas das teorias sobre os nomes próprios publicadas entre 1843 e 1981.

Fonte: AMARAL, 2008, p. 38.

O que se percebeu em toda essa análise é que, na Filosofia da Linguagem e na Lógica, o nome próprio é analisado sob o ponto de vista da referência e do sentido; esse debate acaba se estendendo por outras áreas, sendo frequentemente retomado; a seguir, analisar-se-á o nome próprio sob o ponto de vista da Linguística, mas se perceberá que vez ou outra esse questionamento retornará.

1.2.2 O nome próprio na Língua

Brondal (1948) analisa o nome como constituinte de uma classe independente que tem por função designar os objetos próprios. Segundo ele, o termo nome foi empregado por Platão para designar o sujeito, sendo Aristóteles quem o empregou para designar a classe de palavras que se referia aos objetos em sentido amplo. Para os gramáticos que depois vieram, essa classe compreendeu não somente os nomes como também designações mais gerais como aquelas dos objetos e das qualidades. (BRONDAL, 1948, p. 25) Afirma que, desde a Antiguidade, a classe do nome, era dividida em duas: os “nomes apelativos” e os “nomes próprios” (propriamente ditos) e que essa distinção existe nas gramáticas desde então.

Gardiner (1954) retoma também a origem grega do termo “nome próprio”, cujo significado seria o de um nome mais genuíno do que os outros nomes; para ele, quem melhor tratou a questão dos nomes próprios, nessa época, foi Dionísio de Trácio; para ele, um substantivo ou nome é a parte declinável do discurso, podendo ser um corpo ou uma atividade

Os nomes próprios sempre foram, desde a Antiguidade, tratados como uma subclasse dos nomes (mais tarde dos substantivos); fazem parte do núcleo primitivo e próprio da classe dos nomes; o sentido original dos nomes próprios estaria em oposição aos apelativos, depois, o termo “próprio” passou a ser compreendido como “particular”, “de um só indivíduo”; dessa forma, passou a ser visto como uma palavra designando um ser singular por oposição a muitos. Todos os objetos podem ser conhecidos e nomeados de uma maneira individual ou geral, surgindo aí a classificação de nomes próprios e de nomes comuns; o autor admite ainda que o que separa essas duas classes é a concepção comum que parte da natureza que ele não conseguiu elucidar. (BRONDAL, 1948, p. 59)

O autor ainda trabalha sobre a essência da denominação ao discutir questões da determinação; segundo ele, na formalização do nome, vários aspectos arbitrários como homenagens, questões históricas, religiosas, literárias, etc. influenciam na escolha. É necessário examinar esse conteúdo lógico, pois nem a natureza, nem o número de objetos designados, nem o caráter da designação são suficientes para defini-lo. Brondal (1948) recorre a duas maneiras opostas indicadas por Aristóteles para se analisar o nome próprio: na primeira, o conteúdo significativo dos nomes próprios é muito rico e, na segunda, os conteúdos significativos equivalem a zero, sendo palavras vazias.

Foi Jespersen quem melhor aplicou a primeira forma de se analisar o nome próprio, através da qual ele exprime qualidades especiais; essa forma estaria relacionada à teoria da relação inversa entre a compreensão e a extensão dos conceitos, segundo a qual os nomes próprios formariam o último termo de uma escala assim distribuída: 1) os artigos, 2) os adjetivos, 3) os nomes comuns, 4) os nomes próprios; a cada termo, aplicar-se-ia um número menor de objetos. Brondal (1948) deixou claro que esta teoria não foi capaz de traçar uma fronteira entre os adjetivos e os substantivos, sendo, portanto, insuficiente; para ele, a designação dos objetos individuais no sentido mais estreito do termo – essencialmente pessoas e localidades – é o limite da função dos nomes próprios; cada nome próprio não se aplica senão a um número restrito de objetos; essa restrição ao nome próprio é, do ponto de vista ideológico, arbitrária, como já informado antes.

Brondal (1948) contesta o fato de o nome singular poder, a partir dessa teoria, adquirir um caráter especializado e uma riqueza ilimitada de conteúdos, esses elementos se devem ao meio e à situação. Com relação ao nome próprio, haveria o descuido fundamental que existe entre as associações psicológicas variáveis suscitadas por uma palavra e seu valor lógico fixo; uma palavra seria psicologicamente muito rica para o sujeito falante. Assim, os nomes próprios seriam ricos de sentido em uma família ou em uma região particular, mas significariam pouco para a comunidade linguística.

A segunda teoria teria como um dos principais adeptos Mill (1979), que, como já se viu, formulou que os nomes próprios são denotativos, mas não conotam; ao passo que os nomes comuns adquirem essas duas funções. Deste modo, os nomes próprios designam sem significar, não sendo descrições dos mesmos. Para Brondal (1948), a única função dos nomes próprios seria a de designar os objetos próprios, sem realizar ligações ou descrições e que, devido a isso, seriam distintos dos objetos subjetivos ou ordenados. Dessa forma, pode-se dizer que, de um lado, o nome próprio particular não tem qualquer definição fixa ou obrigatória quando se analisa o seu conteúdo significativo; por outro lado, o objeto designado por esse nome pode ser de natureza qualquer de pessoa ou lugar, Deus ou globo, elemento ou classe. (BRONDAL, 1948, p.91)

A não-definição e a arbitrariedade dos nomes próprios explicariam a impressão de obscuridade e miticismo que eles possuem para o indivíduo. A sua irregularidade, tanto com relação à significação quanto à forma, seria explicada pela liberdade de posição que os nomes próprios possuem com relação à norma: se analisados do ponto de vista da semântica, eles são o

campo clássico das reinterpretações; se analisados do ponto de vista fonético ou ortográfico, não tem direito nem lei. (BRONDAL, 1948, p. 92)

Segundo Bréal (1992), a diferença existente entre os substantivos próprios e os comuns é com relação ao grau, que é totalmente intelectual e não gramatical; assim, os nomes próprios são considerados “signos ao quadrado”. A distinção fonética ressaltada por esse autor é que os nomes próprios “participam um pouco menos das transformações fonéticas” que os nomes comuns; e que, morfologicamente, os nomes próprios sofrem mais alterações que os nomes comuns, devido ao princípio do menor esforço que abreviaria ou diminuiria esses nomes. Para ele, os nomes próprios foram uma classe situada fora da língua, uma vez que, para essa categoria, o sentido etimológico não tem valor nenhum; os nomes próprios são intraduzíveis e são considerados os substantivos por excelência. (BRÉAL, 1992, p. 123).

Com base nisso, Mansur Guérios (1981) afirma que é por isso que eles acabam se transformando em “fósseis da língua que vivem singularmente apenas do exterior, do corpo”(MANSUR GUÉRIOS, 1981, p. 17). A distinção entre nomes próprios e comuns é artificial, pois na sua origem – remota ou não – os nomes próprios eram nomes comuns; todos os vocábulos possuem “alma”, ou seja, sentido ou significado, e “corpo” ou significante, que é, na linguagem falada, o som, e na linguagem gráfica, a escrita. Assim, os nomes próprios não lembram o seu sentido original porque perderam sua “alma”, ou melhor, ficaram petrificados, conservando apenas o seu “corpo” ou significante; já os nomes comuns, independente de seu significado, possuem “alma”. Contudo, afirma que, isso não é absoluto, pois uma localidade chamada Bahia pode traduzir de fato uma baía.

Para Dauzat (1946), os nomes próprios são os mais significativos, os mais individualizantes. A distinção entre os nomes próprios e os comuns é artificial aos olhos dos linguistas; com relação ao nome próprio, afirma serem mais flexíveis e que oferecem uma variedade maior de combinações que são influenciadas por fatores psíquicos, sociais, *etc.*; para se entender a gênese dos nomes de pessoa, torna-se necessário penetrar profundamente na história, na vida e na mentalidade de uma época. Porém, os nomes foram, aos poucos, afastando-se cada vez mais do foco primitivo de irradiação, deixando de exercer os predicados semânticos iniciais, ou seja, os significados foram se perdendo aos poucos, com o tempo. Esse sentido originário só pode ser revelado por inteiro através “da recomposição de formas de linguagem precedentes, oculta-se, sem sombra de dúvidas, na opacidade dos registros contemporâneos.” (DICK, 1990, p.

181). Assim, atualmente, ao se nomear, as pessoas preocupam-se apenas com os modismos e esquecem-se do seu significado; assim, se os nomes próprios possuíam significado, hoje estão vazios de seu sentido etimológico.

Molino (1982) relata a dificuldade de se definir de forma simples e coerente o nome próprio; a dificuldade de se estabelecer critérios definidos surge por duas razões: 1) não há nenhum critério para separar, sem criar ambiguidades, os nomes próprios dos comuns; 2) não há critérios convergentes que possam isolar o mesmo domínio de nome próprio. Devido a isso, o autor define que o nome próprio é uma categoria semi-teórica, nascida de uma reflexão semi-teórica, semi-prática do locutor, do gramático-pedagogo e do linguista sobre sua língua (MOLINO, 1982, p. 7)

Assim, os nomes próprios não possuem um sub-sistema claramente definido do ponto de vista fonológico da língua, os traços apresentados para seu funcionamento são considerados marginais; com relação aos universais morfológicos, eles não existem, havendo apenas princípios reguladores. Com relação ao aspecto sintático, Molino (1982) relata que o traço gramatical mais característico para distinguir o nome próprio em francês ou em inglês é a ausência do artigo; cita que esse ponto de vista também foi proposto por Chomsky (1965) ao definir os nomes próprios como a categoria dos nomes sem determinantes e que a distinção entre nome próprio e comum seria do tipo de sub-categorização estrita. Molino (1982) atesta que, acompanhados ou não de artigo, não há uma caracterização do nome próprio. Há, assim, dois movimentos na língua que geram uma tensão: um, que tende a isolar o nome próprio e outro que organiza gramaticalmente o sistema linguístico e integra o nome próprio ao sistema através da morfossintaxe. Esse isolamento é explicado porque o nome próprio é uma citação, tendo um valor autônomo. (MOLINO, 1982)

Ao analisar o nome próprio sob o ponto de vista semântico, o autor relata que o nome próprio parece funcionar como marca distintiva vazia; mas que reenvia uma série de interpretantes, mais ricos e carregados de afetividade que os interpretantes do nome comum. Cita ainda Lévi-Strauss que afirma que o nome próprio serve não só para classificar indivíduos, mas também espécies, naturais ou humanas e que o processo que nominação obedece a regras mais ou menos estritas, independente da cultura, que deixam lugar à iniciativa do doador do nome. (MOLINO, 1982)

Para Lyons (1977), os nomes próprios possuem duas funções características: uma referencial e a outra vocativa. Com relação ao referente, ele não é, pois,

um objeto em sua forma material positiva, mas um objeto, enquanto interpelado por expressões linguísticas em formatos variados. No domínio [pessoas], existem muitos objetos em sua forma primária; eles poderão constituir-se referentes, à medida que pudermos isolá-los de todo o conjunto, através de uma asserção descritiva ou de um nome próprio. Assim, nem o indivíduo (nem a classe de indivíduos) que incorporamos num referente diz respeito, necessariamente, à materialidade de qualquer objeto, mas sobretudo à sua concepção, à nossa experiência de pensá-lo, a partir da linguagem. (MARI, 2003, p. 6-7)

Para Dubois *et al* (1988), o nome próprio é uma subcategoria de nomes que, semanticamente, referem-se a um objeto extralinguístico, específico e único, que será destacado pela denominação dos objetos da mesma espécie. Assim, um nome próprio não possui outra significação que não seja a de nome próprio, pois através dele não é possível reconhecer as propriedades do indivíduo que o classificam como membro da classe.

Guimarães (2002) afirma que o funcionamento referencial dos nomes é produzido pelo processo enunciativo que se dá como procedimento de identificação social; dar um nome é falar segundo a deontologia do espaço enunciativo de um língua. Relata ainda que a referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo, não sendo o fundamento do nome próprio. “Quando o nome próprio funciona, ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa.” (GUIMARÃES, 2002, p. 42)

Essa busca de uma unicidade para o nome próprio é, na verdade, uma construção de relações linguísticas e não uma relação direta entre palavra e objeto. O funcionamento do nome próprio de pessoa em nossa sociedade, a não ser no interior de cada família, não tem procedimentos de diferenciação suficientes; assim, o nome próprio funciona como se fosse único, mas não o é. Isso ocorre, pois, há lugares enunciativos diferentes que levam a diversas nomeações. A capacidade referencial não é o fundamento para o funcionamento do nome próprio; a referência é resultado do sentido do nome formado por seu funcionamento no acontecimento enunciativo. (GUIMARÃES, 2002)

Como se vê, o nome próprio escapa às classificações, aos rótulos, às fronteiras entre as disciplinas; atinge questionamentos que envolvem toda a dimensão da linguagem. De acordo com Leite (2004), “o nome próprio ri da língua. Ele escapa sorrateiramente, assinalando que há outras cartas – letras (lettres) a serem lançadas. E, mais que isso, cartas que dependem da aposta do

Outro para serem tomadas como válidas” (LEITE, 2004, p. 76). A seguir, na seção 1.3, detalhar-se-ão aspectos específicos ao nome próprio de pessoa – os antropônimos.

1.3 Os antropônimos

Os antropônimos referem-se, exclusivamente, à distinção dos indivíduos entre si, “no conjunto dos agrupamentos sociais, ao mesmo tempo em que permitem e possibilitam aos núcleos assim constituídos a aquisição de uma personalidade vivenciada através da nominação de seus membros” (DICK, 1990, p. 178).

O antropônimo é o objeto de estudo da Antroponímia, ciência que estuda os nomes próprios individuais, nomes parentais, ou sobrenomes e alcunhas ou apelidos. O termo Antroponímia foi empregado pela primeira vez por Leite de Vasconcellos, em 1887, na *Revista Lusitana*, I, 45; para o autor, de todas as classes de nomes, a que estaria mais próxima do homem (moral e socialmente), seria o antropônimo, por lhe pertencer intimamente. (VASCONCELLOS, 1928, p.3). Ele ressalta ainda a importância dos antropônimos ao falar da difícil tarefa de recorrer a perífrases incômodas para se referir a alguém se não houvesse uma designação especial para cada ser humano que o distinguisse dos restantes (VASCONCELLOS, 1928, p.1).

O ato de nomear é obrigatório em nossa sociedade, sendo um direito do cidadão, citado entre os direitos da personalidade no art. 16 do Código Civil Brasileiro (2008, p.16): “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”. Deste modo, é o ato de nomear que faz com que um cidadão exista dentro das regras impostas pela sociedade, sendo considerado um direito e também um dever.

Guimarães (2002) relata que, ao pensar a respeito do funcionamento da designação dos nomes próprios de pessoa, fica-se diante da relação nome/coisa, havendo casos em que se tem um nome único para se nomear um objeto único; assim, esse nome único está relacionado com aqueles que falam – que são sujeitos no dizer; para o autor, essa relação leva-nos a questão da unicidade do nome sendo uma construção em que um sobrenome determina um nome; essa unicidade seria o efeito do nome próprio como processo de identificação social do que se nomeia. “Isto por si só ressignifica a questão da relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito” (GUIMARÃES, 2002, p. 33).

Conclui-se que “há uma constituição morfossintática do nome próprio de pessoa e ela se dá como relações de determinação que especificam algo como sobre o que se nomeia” (GUIMARÃES, 2002, p. 34). Assim, no nome próprio *João Belchior Marques Goulart*, *Marques* e *Goulart* determinam *João Belchior*, informando que esse *João Belchior* é da família *Marques Goulart*; percebe-se então que a posição de um nome ou sobrenome a outro faz com que surja uma relação de determinação interna. Para o autor, há ainda nomes chamados por ele de terceira classe – Júnior, Filho, Neto, Sobrinho – que também possuem um valor determinativo.

Segundo Novaes (2006), os nomes próprios de pessoas, além de se distinguirem dos nomes comuns por representarem um referente único, necessitam de um ato de nomeação específico que, na maior parte das vezes, é autenticado através das certidões de nascimento; é através dessa circunstância de enunciação específica que a criança passa a fazer parte de uma família e de uma comunidade. Esse ato de nomear está previsto na lei nº 6.015, de 31/12/1973:

Art. 50: Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais no prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 3 (três) meses para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório (CÓDIGO CIVIL, 2008, p. 572)

Após a doação de um nome, o indivíduo é obrigado a familiarizar-se com a expressão sonora que a representa. “O nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade.” (DICK, 1990, p. 18).

Atualmente, em nossa sociedade, o ato de dar nome a uma pessoa é obrigação dos pais. A lei estabelece que os pais devem registrar o recém-nascido através da certidão, solicitada ao cartório, que é, na verdade, um texto sustentado pela lei, “que nomeia e inclui o nomeado no Estado, com as obrigações e direitos advindos desta inclusão. Dar nome a uma pessoa se faz, então, do lugar da paternidade (locutor-pai) que se configura como um lugar social bem caracterizado.” Os pais tornam-se enunciadores-individuais que escolhem um nome, a representação desse enunciador “apaga a constituição do locutor pela rede jurídica que o instala como pais, no espaço enunciativo da Língua Portuguesa, com certas obrigações de dizer (dar nomes aos filhos, por exemplo)” (GUIMARÃES, 2002, p. 36).

O antigo processo de nomeação era diferente do atual: era muito comum o indivíduo usar um nome avulso, ou seja, sem sobrenome ou apelido, “se não usavam muito as alcunhas e

apelidos, que só os patronímicos servião; e ainda ás vezes se não punha mais que o nome próprio” (BRANDÃO, 1690, p.171 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p.85).

Atualmente, o nome próprio, geralmente, é formado por dois ou mais vocábulos antroponímicos que formam uma locução; nessa locução se destaca o nome próprio, “que é o nome próprio individual, e o sobrenome, que situa melhor o indivíduo em função da sua procedência geográfica, da sua profissão, da sua filiação, de uma qualidade física ou moral de uma circunstância de nascimento.” (CÂMARA JÚNIOR, 1968, p.53-54).

Iria Gonçalves (1974), ao estudar o comportamento dos antropônimos lançados no livro de contribuintes da Fazenda, em Lisboa, por volta de 1562-1563, relata que a formulação tipológica do nome individual era constituída por um nome próprio que se juntava a um patronímico; por uma alcunha ou uma designação de origem ou profissão (que começou a se desagregar nos finais do século XV); do patronímico em apelido de família, havendo a supressão de um dos elementos constitutivos do antropônimo. (GONÇALVES, 1974, p. 17 *apud* DICK, 1990)

Quando aplicado a uma pessoa, a palavra nome tem, para Vasconcellos (1928), quatro acepções diferentes: 1) o nome próprio, nome individual ou nome de pia, designação que uma pessoa recebe no batismo, no registro, em cisma; 2) nome completo, conjunto formado pela designação individual propriamente dita, acompanhada de outras designações que se juntam; 3) qualquer dos elementos do nome usados em linguagem menos usual e precisa, apelido ou sobrenome; 4) alcunha, designação acrescentada ao nome para ressaltar uma particularidade ou uma qualidade física ou moral que seja digna de nota: séria, jocosa ou insultuosa. (VASCONCELLOS, 1928, p. 8-9)

O próprio autor relata que essa distinção não é consensual, havendo esse mesmo problema em diversas línguas. Nas línguas românicas esse problema também ocorre:

Em francês: *prénom* ou *petit nom* é o *praenomen* latino, ou nome próprio; *nom de famille* o *nomen*, ou “apelido” no sentido português moderno; *surnom* o *cognomen*, epíteto, *sobriquet*, tornado ás vezes também nome de família. Cf. Dauzat, pp. 75 sgs., 94, 168. Em hespanhol: *apellido* “nombre indicativo de la familia á que pertenece el individuo”; mas o *Diccionario* de la Academia, se diz “*sobrenombre*, nombre calificativo con que se distingue especialmente á una persona”, dá juntamente essa palavra equivalente a *apellido*: em hespanhol vulgar, porém, hoje *sobrenome* é a nossa “alcunha”, e tem como sinônimos *apodo* (o mais usado), *mote* (alcunha baixa), e *alias*, por exemplo, “su *alias* es Gallito”, “Antonio Perez *de mote*, de apodo, *por sobrenombre* Seis dedos ou “Antonio Perez *alias* Seis dedos” (*alias* neste exemplo vale quasi por adverbio, como o nosso *aliás*, lat. *alias*, no sentido de “de outra maneira”: usado muitas

vezes na Idade-média por *dicitur*, cf. Dauzat, p. 166. E infra). Em italiano: *prenome* é o *praenomen* latino; *cognome* o *nomen gentilicium*, ou nome de família; *sopranome* epíteto, especie de alcunha, como Guilherme de Orange *il Taciturno*". Já numa inscrição cristiano-latina aparece a palavra *supernomen* no sentido de alcunha, ou semelhante. (VASCONCELLOS, 1928, p. 15)

Os estudos de Vasconcellos (1928) são retomados por Seabra (2004, p.53), ela propõe a seguinte terminologia: prenome, para nome de pessoa; apelido de família, para sobrenome; alcunha para apelido, podendo ser depreciativo ou não; hipocorísticos, para tratamento familiar e carinhos. Segundo Flores (2011), no Brasil, os apelidos são mais utilizados e englobam, inclusive, os hipocorísticos, termo científico que não é muito conhecido que expressa um antropônimo familiar, que dá idéia de carinho ou intimidade, não podendo ser depreciativo; já por alcunha, entende-se um antropônimo que pode ser depreciativo ou não, que é dado a alguém em função de uma qualidade física ou moral ou de alguma particularidade.

A classificação de hipocorístico também é definida por Du Bois (2001): "Designa a palavra que traduz afeição ou carinho. Os hipocorísticos são, em geral, os *apelidos* como Zezé, Chico, ou apelativos como papai, maninho,benzinho, etc." (DU BOIS, 2001, p.324). Esses antropônimos são formados, geralmente, a partir do prenome, mantendo-se parte do prenome, ou através do redobro ou conservação da sílaba tônica do nome, ou manutenção da sílaba tônica do nome seguida de acréscimo do sufixo de diminutivo ou de outra sílaba, ou ainda através de alterações fonéticas do nome.

Encontra-se também, a respeito do nome próprio, a nomenclatura de Fernández-Leborans (1999), na qual tem-se: nome de pia, nome que antecede o sobrenome e distingue o indivíduo dentro de sua família; apelido, nome de família que vem após o nome e é transmitido de pai para filho; apodo, nome que é criado, geralmente, por um indivíduo que não é o portador do nome, ressaltando uma característica física ou intelectual, e passa a substituir o nome civil; hipocorístico, nome formado pela abreviação ou utilização do diminutivo do nome próprio, sendo geralmente utilizado em contextos familiares; seudônimo, nome escolhido pelo portador do nome, é empregado em lugar do nome verdadeiro, em geral, por artistas.

Flores (2011), em seu estudo da antroponímia da cidade de Cláudio, realiza uma correspondência da nomenclatura de Fernández-Leborans (1999) para o sistema de nomeação brasileiro; segundo ela, o nome de pia corresponderia ao prenome; o apelido ao sobrenome, o apodo ao apelido, e o seudônimo ao pseudônimo; o hipocorístico receberia a mesma nomeação. A autora ainda relata que o termo apelido, no Brasil, "é utilizado como denominação genérica, e

não corresponde, exclusivamente, a *apelido*, mas também, a hipocorísticos e nomes com referências. Entretanto, opta-se, no presente estudo, pelo uso do termo leigo ‘*apelido*’ que recobre o termo científico alcunha, com intuito de demonstrar maior clareza ao objeto de estudo o que nos aproxima da realidade local.” (FLORES, 2011, p. 25)

Nessa tese, optou-se por adotar a nomenclatura adotada por Vasconcellos (1928) por ser, segundo o próprio autor, a mais usual na época em que foi escrita - cumpre lembrar que sua obra trabalha com a Antroponímia portuguesa desde a idade-média até a publicação da obra em 1928; como os *corpora* desta tese são formados, em grande parte, por documentos de língua escrita pretérita datando de 1875 a 1950, acreditou-se que essa nomenclatura seria mais satisfatória para classificar os antropônimos encontrados nesse tipo de texto e, também, por ter sido essa a nomenclatura adotada na pesquisa de mestrado, podendo, portanto, estabelecer comparação. Além disso, a classificação “nome completo”, muito comum nos documentos de língua pretérita aqui analisados, não é sequer mencionada pelos outros autores. A seguir, detalhar-se-á cada uma das acepções diferentes que, para ele, um nome próprio pode assumir:

1.3.1 Nome próprio de pessoa

Segundo Vasconcellos (1928), os nomes próprios nascem, geralmente, de palavras simples da língua, de derivados, e de compostos ou de frases; em sua origem, referem-se às coisas e fenômenos da Natureza, à duração do tempo, à geografia, à religião ou à magia, à qualidades físicas ou morais dos indivíduos, à circunstâncias *etc.*. Muita das vezes, os nomes são resultado da manifestação de sentimentos religiosos, fé, humildade, esperança e afeto. Geralmente, são formados a partir de substantivos conhecidos da língua comum, de adjetivos e de participípios.

Mansur Guérios (1973) aponta várias causas como responsáveis pelo surgimento dos nomes próprios, tais como: a) influências históricas, políticas e religiosas; b) circunstâncias, tempo e lugar do nascimento do indivíduo, suas particularidades físicas ou qualidades morais; c) nomes relativos a profissões; d) características curiosas ou excêntricas.

A motivação que leva à escolha dos nomes varia de acordo com a época, relevando características sócio-culturais. Assim, por volta de 1128-1185, vigoram os nomes provindos de santos, o que mostra a importância que a Igreja adquiriu como instituição nacional; já em

documentos do século XV e primeiro quartel do século XVI, surgem vários nomes relacionados com os romances cavaleirescos. Percebe-se também, aos poucos, nomes próprios com genuína nitidez morfológica na medida em que os notários começaram a substituir o português ao latim.

Quando foram criados e usados pelas primeiras vezes, os nomes possuíam um princípio de significação rigorosa; dessa forma, “quem pela primeira vez se chamou *Manarius*, é que de facto era guerreiro. Com o tempo, a significação apagou-se ou perdeu-se a quaisquer pessoas, ainda àquelas às quais a antiga significação não convinha de modo algum, ou era absolutamente desconhecida.” (VASCONCELLOS, 1928, p.28) À medida em que os nomes foram sendo repassados de geração a geração, esse significado original se perdeu e sua origem acabou sendo, em grande parte, esquecida. São muitas as razões atuais para se escolher um nome, dentre elas podemos citar: religião, amizade, família, política, moda, gosto; às vezes, a escolha ocorre sem a preocupação sequer de uma consulta ao significado do nome.

1.3.2 Sobrenome

O sobrenome é um nome representado por um genitivo derivado do nome do pai, indicando, assim, a filiação, nome de pessoa, expressão religiosa ou outra; o sobrenome se junta imediatamente ao nome individual. Nos povos indo-europeus, é costume antigo indicar o nome do pai quando em uma narração se mencionava o nome de um indivíduo ou quando este assinava algum documento. Esse costume de pospor ao nome do indivíduo o nome paterno do indivíduo em genitivo perdurou pela Idade Média; “os documentos dão-nos muitos exemplos, do século IX em diante, como veremos; e já de séculos anteriores devia haver outros.” (VASCONCELLOS, 1928, p. 101).

Assim, a filiação exprimia-se de duas formas: “1) ou por um genitivo em *-i*, que era comum a outras relações, e bem assim em *-e* (e *-ae*), *-is*, *-onis* (e *-oni*), *-anis* (e *-ani*); 2) ou por um genitivo com sufixo próprio, isto é, em *-az*, *-oz*, *-uz*, e em *-iz* (tornando depois, *-ez*, *-es*, etc), ainda que nem todos com igual frequência.” (VASCONCELLOS, 1928, p. 101-102). Para o autor, são chamados de patronímicos aos nomes formados desse modo agregados ao nome de batismo, significando estirpe paterna. Cabe lembrar, segundo Vasconcellos (1928) que, na época em que se usava o patronímico, ele nem sempre era expresso nos documentos; mas, quando se usava, a regra era pospô-lo ao nome próprio, mas há alguns casos em que ele era anteposto; afirma ainda que, às vezes, “juntava-se uma palavra indicativa de filiação, por exemplo, *filius* em

Domicius filius Froila et Ergonza, 1057, DC, p. 245; ou *proles (prolix, prolis)*.” (VASCONCELLOS, 1928, p.102).

Esse sistema de nomeação através do patronímico entra em decadência em meados do século XV, chegando esse sistema totalmente desorganizado no séc XVI. Isso ocorreu devido ao fato desse sistema de nomeação ser muito simples:

A confusão que provinha de fazer de apelido um simples patronímico: Afonso Fernandez. Quantos Afonsos não havia cujos pais se chamassem Fernando? Como distinguir tantas pessoas umas das outras? Esta confusão existiu sempre, porém com o tempo aumentou. Seria importante verificar em que região ou localidade a confusão era maior, e onde pois começou a decadência do sistema. Naturalmente começou em Lisboa, como povoação cosmopolita, tanto mais que do séc. XIV em diante é a Extremadura a província onde a população parece ter crescido mais: Gama Barros, *Hist. da admin.*, II, 152. Em 1490 inculca-se acréscimo considerável no número dos habitantes de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes: Gama Barros, *ib.*, II, 298. A confusão a que acima se fez referencia obrigava á adunção de alcunhas ou apelidos geograficos, os quais como já em parte temos visto, iam substituindo e suplantando os patronimicos. (VASCONCELLOS, 1928, p. 117-118).

Além do crescimento das cidades, deve-se considerar também que o século XV é marcado pelo fato de Portugal relacionar-se intimamente com a África e seus mares; Lisboa passou a ser considerada “o mais importante empório do comércio nacional”, sendo visitada por mercadores estrangeiros: italianos, flamengos, franceses e bretões. Esse contato com os forasteiros fez surgir novos apelidos e contribuiu para modificar o antigo sistema de denominação; muitas vezes os habitantes, por diversas razões, viam-se forçados a deixar o antigo sistema de nomeação e substituí-lo. Cumpre lembrar que os usos sociais nunca acabam de uma hora para outra, sempre deixam vestígios na tradição; assim, o patronímico, embora não cumprisse mais o seu antigo papel, continuou a existir, mesmo degenerado. (VASCONCELLOS, 1928, p. 118-119).

Completando o que acima se disse, Ana Maria Alves (1983) cita que, na segunda metade do século XVI, havia alguns nomes que eram tão populares em Lisboa que representavam mais da metade da população masculina, eram eles: Antônio, João, Pedro, Francisco, Manuel, Domingos, Pedro e Luís. Essa alta concentração de indivíduos usando o mesmo nome aliada à monotonia dos nomes de família, produziu aquilo que ela chama de “um ‘empastelamento’ da individualização e uma necessidade de recorrência a outros dados para uma identificação completa do indivíduo.” (ALVES, 1983, p.130-131 *apud* DICK, 1990, p.184)

“As vezes, em lugar de patronimico, ou de genitivo, junta-se ao nome de um individuo um nome simples, que, quando não vem acompanhado de *cognomentum*, ou expressões sinônimas (vid. Liv. II), parece ser designativo do pai”. (VASCONCELLOS, 1928, p. 128).

Assim, houvesse ou não patronímicos, os nomes dos pais seriam usados como sobrenomes, sendo esse o vestígio ideológico deixado pelo patronímico: continuou-se a usar o nome do pai posposto ao nome próprio de um indivíduo. “Isto mais confirma a idéia acima exposta de que o sobrenome moderno representa histórica ou instintivamente o patronímico medieval, que pela natureza das coisas era também comum a irmãos.” (VASCONCELLOS, 1928, p.132). Dessa forma, um senhor chamado *Salvador*, com quatro filhas, poderia dar a elas os seguintes nomes: *Branca Salvador*, *Beatriz Salvador*, *Isabel Salvador* e *Conceição Salvador*.

Começam a surgir também, nessa época, sobrenomes perifrásticos, relacionados com a família de quem os usa; nas aldeias, era comum indicar uma pessoa por uma perífrase em que, a modo de sobrenome, entra no nome de alguém de família, principalmente se essa pessoa fosse importante. Assim, tem-se: “(...) a *Maria do Bernardo*, isto é, filha do *Bernardo de tal*; o *José da Maria José* (filho da *Maria José*), o *João da Inês* (filho de *Inês de tal*); a *Maria da Rosa do Joaquim da Luísa* (filha de uma *Rosa*, que é mulher de um *Joaquim*, filho de uma *Luísa*)” (...) (VASCONCELLOS, 1928, p. 135).

Segundo o autor, o patronímico por natureza, é sobrenome simples; o uso de um sobrenome composto só começou a ser usado depois do século XVI; antes disso, o usual era o patronímico. A respeito disso, tem-se um trecho da *Carta de Guia dos Casados*, de D. Francisco Manuel de Mello, do século XVII em que cita:

Quando, Senhor N. Deos, der filhas a V. m., não lhes consinta mais que hum só nome liso, aquelle que lhe ditar a devação, ou obrigação. Tenho por grande leviandade esta ladainha de nomes (dissera melhor: carta de nomes) que hoje se usa, pondo em camouço huns sobre os outros, deixando os de mais barafunda para o cabo. Derão as mulheres nesta nova casta de damaria: e acontece que a que nasceo, e se criou mera Domingas ou Francisca, lança sobre si meia dúzia de Jacintas, Leocadias, Michaelas, Hippolytas, e outros nomes exdruxulos, só porque virão chamarem-se assi, pouco mais ou menos, as suas vizinhas. Acho graça nesta historia. Fora a bautizar em hum lugar desta minha vizinhança a filha de um escudeiro; e porque ouvio que a outra de hum titulo tinha sua mãe mandado pôr na pia três nomes: como a elle lhe custava barata grandeza, ficou hum furo mais á vaidade, e mandou bautizar a menina com quatro nomes. Ouvio-os todos o Cura, e disse aos padrinhos: - Senhores, escolhão hum só nome, que sou fraco de memória, ou juro a tal, que lhe bautize sem nome, ou lha mande para casa como veio, até que lá se resolvão no que melhor lhes parecer. (MELLO, 1916, p. 129-130 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p. 146).

Ressalta-se que o uso de uma multiplicidade de nomes; segundo Vasconcellos (1928), é próprio da dinastia de Bragança, só sendo encontrados exemplos depois de Dona Maria I (o que não significa que antes não houvesse). A rainha chamava-se Maria Francisca Isabel Josefa Antonia Gertrudes Rita Joana; em que “em Josefa poderemos ver alusão a seu pai D. José I, e em

Joana alusão a seu avô D. João V; quanto aos outros sobrenomes, nada certo posso informar”. (VASCONCELLOS, 1928, p.357)

1.3.3 Apelido

O apelido é uma designação de família transmitida de geração a geração; segundo Vasconcellos (1928), “os genealogistas [...] imaginam que primordialmente os apelidos pertenciam quasi só a nobres, e não a plebeus, que em tal hipótese os teriam adoptado depois, por abuso.” (VASCONCELLOS, 1928, p. 149).

O autor afirma que a diferença fundamental, na nomenclatura atual, entre um apelido e um sobrenome é que o sobrenome é individual, ou apenas comum a vários irmãos e, as vezes, transmissível a filhos; já o apelido é genealógico, sendo comum na essência de toda a família. Relata ainda que é comum que as pessoas achem que tudo que se junta ao nome seja sobrenome, incluindo aí os apelidos, sendo essa uma confusão antiga; mas que há essa distinção: “*sobrenome*, segundo nome, junto individualmente ao nome próprio; *apelido*, nome de família. (VASCONCELLOS, 1928, p. 15)

Os apelidos são classificados pelo autor em cinco tipos diferentes; ele deixa claro que essa classificação é mais ideológica do que histórica, pois existem certos apelidos que despertam ideias sem que os indivíduos que os usam tenham os recebido por causa dessa mesma ideia. Segue essa classificação:

- a) apelidos precedentes de patronímicos e iguais a eles: com a degeneração ocorrida no fim do século XV e início do século XVI, os patronímicos medievais passaram a funcionar como meros apelidos, passando a serem usados por qualquer pessoa. “*Durãez* significava a princípio ‘filho de *Durão*’, e hoje, na forma *Durães*, não passa de apelido, que póde ser usado por qualquer pessoa, ainda que o pai não se chame *Durão*.” (VASCONCELLOS, 1928, p. 151)
- b) apelidos procedentes de nomes próprios de pessoas e iguais a eles: o nome próprio de pessoa passou a se juntar a um sobrenome formado por outro nome próprio; assim, em José Antônio, com o tempo, pode se esquecer o motivo da junção desse nome e o sobrenome ser deslocado para o meio ou para o fim do nome, passando, dessa forma, a funcionar como apelido.

- c) apelidos procedentes da religião: esses apelidos tem origem análoga aos dos apelidos de nomes próprios; assim, muitas vezes, resultam de deslocamento de sobrenomes - José Marques do *Carmo*, filho de Joaquim do *Carmo*; ou ainda, nascem de circunstâncias nem sempre redutíveis a classes: Ruy Vaasques *Coreesma* ou Padre João Adelino Monteiro *Vácondeus*.
- d) apelidos de origem geográfica e étnica: a geografia gera apelidos de vários modos, assim, os apelidos geográficos são formados dando um nome próprio ou comum de lugar, de sítio, de região *etc.*, ou dando um adjetivo que pode chamar-se de étnico. Desse modo, dependendo de onde a pessoa é proveniente, ela pode receber o apelido desse local (ex: *Bragança* e *Souza*); já os étnicos, juntam-se a um adjetivo (ex: *Pereirão*, o sufixo *-ão* tanto pode ser étnico como familiar). O autor ainda coloca que, quando o apelido geográfico é dado com aspecto de alcunha, houve uma elipse mental ou teórica: o *Mirandela*, como se se quisesse dizer: o de *Mirandela*; figurando assim uma antonomásia.
- e) apelidos procedentes de alcunhas e iguais a elas: a palavra alcunha, vem do árabe “al-*cunia*”, e significa “sobrenome”, e “renome de linhagem”; atualmente, é uma “designação acrescentada ao nome normal do individuo (2ª acepção) por outros, que neste observam certa particularidade ou certa qualidade física ou moral digna de nota, ordinariamente jocosa ou insultuosa, mas também séria (...)” (VASCONCELLOS, 1928, p. 9)

As alcunhas podem se juntar sozinhas ao nome, sobrenome, apelido ou serem introduzidas por uma palavra simples (substantivo, particípio), ou de uma oração. Vasconcellos (1928) relata que, no trato familiar, é comum entre o povo o uso de uma alcunha ao invés de um apelido; assim como os apelidos, as alcunhas pessoais, eram transmitidas de pais a filhos ou parentes desde a Idade Média, quando isso acontecia, perdiam a significação chistosa, rude ou outra de quando foi imposta; a partir daí, tornaram-se apelidos. Tem-se uma relação de tipos de alcunhas que deram origem a apelidos:

α – Alcnhas alusivas ao homem (considerado em geral), e bem assim a parentesco, mês e condição de nascimento, idade, fases da vida e estado.

β – Alcnhas alusivas a estados sociais, cargos, ofícios mecanicos, outras profissões, e navegação.

γ – Alcnhas alusivas a qualidades físicas e morais, expressas directa ou indirectamente.

δ – Alcnhas que significam habitos.

ϵ – Alcnhas que significam vestuario e ideias conexas.

- ζ – Alcnhas relacionadas com ideias magicas e religiosas.
 η – Alcnhas varias.
 θ – Alcnhas expressas por frases.
 ι – Alcnhas geograficas. (VASCONCELLOS, 1928, p. 178)

A cada acepção pejorativa ou benévola, pode nascer uma alcunha e dessa um apelido. Cumpre lembrar também que, conforme afirma o autor, “em documentos antigos nem sempre é possível distinguir, [...] alcunha de apelido” (VASCONCELLOS, 1928, p.179); assim, deixa claro que não estabelece distinção entre alcunhas e apelidos nascidos de alcunhas e que, quando fala apenas de alcunhas, o faz por que elas ajudam “a compreender os apelidos de significação igual ou paralela, pois muitas vezes o que é alcunha num indivíduo é apelido noutro” (VASCONCELLOS, 1928, p. 181). As alcunhas possuem o mesmo emprego gramatical que os apelidos e os sobrenomes possuem: elas se juntam ao nome, sobrenome ou apelido ou são introduzidas por meio de uma palavra simples (substantivo, particípio) ou por meio de uma oração, sendo esse um dos motivos que aumenta essa dificuldade de distinção.

Os apelidos são transmitidos de geração a geração, a principal razão para a sua adoção é familiar. Antigamente, o mais comum era um indivíduo usar o apelido do pai; porém, também é comum o uso do apelido da mãe ou de ambos; ou ainda a criança adotar apelidos dos avós maternos ou outros parentes, bem como as mulheres passarem a usar apelidos dos maridos ou os maridos adotarem os apelidos das mulheres, como é o caso da Suíça; ou ainda o indivíduo adotar o apelido de um padrinho ou de um protetor. (VASCONCELLOS, 1928, p. 326).

De acordo com o autor, a escolha do apelido era livre; para ilustrar, cita o exemplo de um indivíduo chamado *Adão* que por ter sido feito de *barro*, de acordo com a passagem bíblica, escolheu como apelido *Barro*, passando a ser chamado *de Adão de Barros*; ou ainda, davam-se os apelidos do santo festejado no dia em que a criança nascia. Vasconcellos (1928) adverte que nem sempre havia sido assim, cita uma ordenação de D. Manuel, de 31 de março de 1520:

[...] ninhūma pessoa, de qualquer condiçam que seja, d’aqui em diante nom tome apelido de fidalguo de solar conhecido, que tenha terras em jurisdicaem em nossos reynos, nom lhe pertencendo, nem vindo da dita linhagem; e os que ao presente se chamam de semelhantes apelidos, os nom trespassem a seus filhos, nem descendentes, nem os ditos descendentes se possam chamar, nem nomear pelos ditos apelidos, posto que seus pays se chamassem, se na verdade lhes nom pertencia, nem vinham da dita linhagem; e quem o contrairo fazer perderá a fazenda, metade pera quem o acusar, e a outra metade pera os cativos, e mais perderá todo privilegio, que por sua linhagem e

peessoa tener, e ficará plebeu, como emcima dito he. (liv. II das Ordenações, tit. 37, § 13 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p. 327)

Cumprer lembrar que, por razões lógicas, os cristãos-novos estariam isentos do que foi estabelecido nessa ordenação. À medida que o patronímico se degenerava e se tornava apelido, o sistema de nomeação era reforçado pela adjunção de alcunhas e apelidos geográficos, surgindo apelidos de várias espécies; acredita-se que, pela abundância das alcunhas e pelo apagamento que os patronímicos foram sofrendo, houve a necessidade do próprio sistema de nomeação adotar as alcunhas como apelidos. Esse sistema de nomeação se tornou tão rico que, às vezes, apenas por ele era possível distinguir as classes: as pessoas de classes populares usavam apenas um apelido, geralmente oriundo de patronímico ou alcunha; as pessoas de classes altas usavam, frequentemente, um patronímico, seguido de um ou mais apelidos geográficos, ou apenas usavam apelidos geográficos geralmente acompanhados de um “de” locativo ou de um título, ou ainda uma alcunha digna; as mulheres nobres usavam um só apelido ou um só nome, ambos precedido de “Dona”. (BARROS, 1548, p.102 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p. 328).

A decadência da nobreza, ou sob os golpes dos reis, que desde cedo estiveram em luta com ela [...], ou principalmente sob o influxo das idéias de igualdade e liberdade proclamadas do sec. XVIII para cá, trouxe a pouco a pouco consigo o nivelamento das classes, e como consequência a promiscuidade e abastardamento de muitos apelidos. Quando a nobreza decaía, os apelidos multiplicavam-se. Se iam mingando as prerrogativas, ia crescendo a nomenclatura. Como que se procurava compensar por sonoridade de palavras a perda da supremacia social Era um modo de suspirar pelo passado, visto que não podia, ou não pôde, fazer-se mais! (VASCONCELLOS, 1928, p. 328).

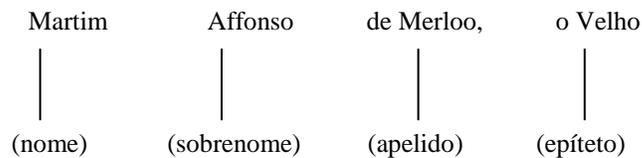
Não houve ordem rigorosa na junção dos apelidos em Portugal, contrariando o que ocorre na Espanha, agregaram-se apelidos paternos e maternos ao acaso: alguns se tornaram apelidos compostos, passando a ser ligados por hífen; outros passaram a apresentar o locativo “de” *etc.*. Ao ponto que, hoje, há apelidos iguais a nomes próprios de pessoas, não se estranhando que indivíduos tenham um nome composto apenas de nomes próprios. Ex: *Custódio José Duarte* ou *Caetano Frederico Gaspar*.

Apesar de muitos indivíduos usarem o mesmo apelido atualmente, isso não implica que provêm de estirpe comum: os apelidos eram provenientes de patronímicos, de nomes próprios de pessoas, da religião, não indicam necessariamente parentesco, assim, bastava “que um individuo se chamasse ou chame *Rodrigo*, ou *Álvaro* para que o filho recebesse o sobrenome de *Rodriguez* ou *Alvarez*.” (VASCONCELLOS, 1928, p. 334); em contrapartida, também não se pode afirmar que o parentesco também não exista. A questão é que os apelidos se formam de circunstâncias

que nada têm de especial e se propagam através de gerações com muita facilidade; assim, por mais que pareça, às vezes, não existir laços de sangue entre duas pessoas que possuam um sobrenome comum aqui no Brasil, pode ser que realmente exista.

1.3.4 Nome completo

O nome completo de uma pessoa é formado a partir da junção de nomes próprios, sobrenomes, patronímicos, apelidos, alcunhas *etc.*. Para ilustrar, tem-se: “Quinto Fabio Maximo Ovícula. O primeiro podemos hoje chamar nome próprio, o segundo sobrenome de família, o terceiro apelido, e o quarto também alcunha” (VASCONCELLOS, 1928, p.13). Cabe lembrar que, ao invés de uma alcunha, o nome completo pode receber no final um epíteto (que é um cognome, designativo de idade). O exemplo abaixo data do século XIII-XIV:



e *Dom Affomso por sobrenome Moço*, onde *Velho* e *Moço* correspondem provavelmente a *Sênior* e *Júnior*, que hoje se usam alatinadamente para distinguir dois membros da família, de diversa idade, sobretudo pai e filho, quando têm o mesmo nome (*nome inteiro*). Cf., na linguagem popular do Alentejo: o *velho* Saial, a *velha* Antonia, com o epíteto preposto (*Rev. Lusit.*, IV, 49). Na Povia de Varzim distinguem-se dois nomes iguais pela adjunção da palavra *Novo* (vid. *Portugualia*, II, 525). Do séc. XV menciona G. Frutuoso, *Saudades da terra*, IV, I, 38, Gonçalo Vaz, o *Grande*, por oposição a Gonçalo Vaz, o *Moço*. (VASCONCELLOS, 1928, p.17).

1.3.5 Nome vocatório

O nome vocatório é aquele pelo qual se costuma chamar ou designar uma pessoa; desse modo, ao chamar alguém, pode-se utilizar o nome individual, o nome próprio e o sobrenome, o nome próprio somado ao apelido, apenas o apelido, tanto falando em terceira pessoa quanto em segunda pessoa (vocativo). (VASCONCELLOS, 1928)

Somado a esse nome, pode vir um prenome honorífico, isto é, um título honorífico; esse elemento pode se incorporar ao nome no princípio ou imediatamente antes do nome próprio, como exemplo, tem-se: *Dona Maria I*, *Dom Afonso Henriques*, *Monsenhor Ferreira*, *Padre*

Adriano etc.; o autor cita que, apesar de raro, um título pode vir antes de outro: *Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas* (Bispo de Beja e Arcebispo de Évora) (VASCONCELLOS (1928))

1.3.6 Nomes Hipocorísticos

O vocábulo “hipocorístico” foi usado pela primeira vez por Adolfo Coelho, em 1881. Os hipocorísticos são muito usados na linguagem infantil, representando insuficiência de pronúncia, e na linguagem das pessoas que lidam com criança, representando afeto. Sua origem geralmente resulta da ação das mães, babás e de atos instintivos das próprias crianças. Apesar de seu emprego ser infantil, uma vez que nascem nos primeiros tempos da infância, podem ser usados pela vida afora quando são reforçados pela família. (VASCONCELLOS, 1928)

“A nossa língua abunda de hipocorísticos. Há-os de duas espécies: hipocorísticos correspondentes a um só nome, ou nome simples (...); e correspondentes a dois, isto é, a um nome duplo (ou a simples nome e sobrenome) (...)” (VASCONCELLOS, 1928, p.454). A palavra pode ser resumida pela brevidade da expressão ou por outros motivos, suprimindo sílabas ou meros sons; eles não obedecem às leis fonéticas da língua, mas a regras próprias, seguindo, no máximo, princípios gerais da evolução da linguagem.

Essa supressão ou encurtamento pode ocorrer devido a crianças que, por não se lembrarem de uma palavra toda, conservam apenas a parte final, como um eco que ouviram; e o encurtamento devido a adultos, que conhecem perfeitamente, na íntegra, a palavra que mutilam e a reduzem as sílabas iniciais ou finais. (JESPERSEN, 1926, p. 87-88 *apud* VASCONCELLOS, 1928, p.503). Relata ainda que essa idéia enunciada por Jespersen não está em contradição a que ele coloca, pois, o impulso para a formação de hipocorísticos infantis parte da criança, mas depois são os adultos que imitam esse mesmo sistema; ao mesmo tempo que imitam, os adultos também realizam todas as espécies de mutilações, para uso próprio, em nomes pessoais ou em outros.

1.4 O artigo definido

Antes de fornecer informações mais detalhadas a respeito do uso do artigo definido e suas funções, pretende-se realizar a localização dessa classe gramatical juntamente com as demais classes; para tanto, parte-se do panorama dos modelos gramaticais gregos e latinos, as primeiras

abordagens e suas origens. A seguir, analisar-se-á o que gramáticos, linguistas e demais autores dizem a respeito dessa classe gramatical, bem como o tratamento recebido por ela pelas correntes teóricas da Linguística. Com isso, pretende-se situar o artigo definido, suas classificações, caracterizações e normas de uso dentro de um painel retrospectivo.

1.4.1 Os artigos na abordagem grega

Segundo Neves (2005, p.129), dos vinte parágrafos que compõem a obra de Dionísio o Trácio, o parágrafo dezesseis é dedicado ao artigo; nesse parágrafo, o autor conceitua essa classe e aponta o lugar que ela deve ocupar na estrutura do discurso, tomando-a em relação aos nomes.

Apolônio Díscolo também discute a abordagem da sintaxe do artigo; apesar de sua obra ter sido praticamente destruída, encontra-se no primeiro livro dos quatro que se conservaram, um estudo sobre o número e as partes do discurso. Nesse estudo, o autor considera que há palavras que podem ser empregadas a sós, como os verbos, os nomes, os pronomes e os advérbios qualificativos; e que há outras palavras que só podem ser empregadas como acréscimo a significação de outras palavras, dentre elas ter-se-iam as preposições, as conjunções e os artigos.

De acordo com Conford (1997), os artigos (assim como as preposições e as conjunções) não seriam parte do lógos, por não trazerem a ideia de pessoa ou de coisa; uma proposição seria apenas de nomes e de verbos. O nome teria significação convencional, enquanto que o verbo “acrescenta à sua própria significação a do tempo” (NEVES, 2005, p.145).

Segundo Neves (2005), há uma polêmica quanto ao fato de Aristóteles ter distinguido um grupo dos artigos, dividindo-o em dois outros grupos distintos de palavras sem significação própria.

O trecho da Poética em que vem definido o artigo é duvidoso. Testemunhando contra a inclusão do artigo no rol das partes do discurso isoladas por Aristóteles, está Dionísio de Halicarnasso que afirma duas vezes que Aristóteles estabeleceu três partes do discurso: nomes, verbos e conjunções.

Na Retórica a Alexandre, se fala dos artigos, discorre sobre a clareza do discurso. Recomenda-se que os artigos devem ser acrescentados quando necessários (1435a). Como exemplos, ilustra-se a inserção dos artigos nos lugares devidos (1456b). Para a Retórica a Alexandre não é confirmada, porém, a autoria de Aristóteles. Entretanto, mesmo que seu autor seja Anaximenes, conforme Quintiliano (*Instituto oratória, III, IV, 9*), a verdade é que já na época de Aristóteles os artigos poderiam constituir um grupo separado do das conjunções. (NEVES, 2005, p. 149)

O artigo seria uma palavra sem significação, que não colaboraria com o plano do sentido; teria como função apenas indicar o início, a finalização ou a divisão de uma proposição. Outro ponto a ser analisado com relação ao que Aristóteles afirma a respeito do artigo é a questão conceitual: sua conceituação para o artigo choca-se com o conceito que o autor dá para outra classe – a conjunção. Ambas as classes podem ocorrer no início, no meio ou no fim de uma proposição. A autora ainda menciona que, em algumas edições traduzidas para o português da *Poética de Aristóteles*, não há menção ao artigo e é atribuída às conjunções a definição que em outras versões dessa obra refere-se ao artigo.

Ainda segundo Neves (2005), apesar das supostas referências de Aristóteles, autores como Quintiliano e Dionísio de Halicarnasso afirmam serem os estóicos os primeiros a separar os artigos das conjunções, reconhecendo-os e incluindo-os como parte do discurso e tendo uma clara especificação formal entre elas: do ponto de vista semântico, conjunções (*syndesmoi*) fazem unidade, estabelecem ligação (*syndesmoi*) e os artigos estabelecem a articulação (*arthron*). Assim, deve-se aos estóicos a divisão do discurso em quatro partes: nome, verbo, conjunção e artigo. Essas partes teriam estreita relação com as categorias de qualidade, estado, relação e substância; seguindo o princípio estóico de estabelecer um paralelo entre a estrutura do pensamento e a estrutura da linguagem. No entanto, a própria autora lembra que não existem elementos documentais para confirmar tal afirmação.

Na gramática estóica, o grupo dos artigos era integrado pelos pronomes pessoais e possessivos e recebia a classificação de artigos definidos (*horisména*). Já aos artigos indefinidos (*aoristóde*), estavam incluídos no que atualmente chamamos de artigos definidos e outros pronomes que não fossem possessivos ou pessoais. Para Neves (2005, p.155), seriam considerados artigos definidos se considerados com relação às pessoas gramaticais e seriam artigos indefinidos se não tivessem referência pessoal determinada.

Para Diógenes Laércio (VII, 58), o artigo é o elemento do discurso que pode declinar e distinguir o gênero e o número dos nomes. Dionísio o Trácio, por sua vez, divide o artigo como elemento declinável, com posição definida em relação à declinação dos nomes no discurso: antes (artigo protático) e depois (artigo hipotático); esse autor desdobra a classe dos artigos em pronomes e artigos, mas mantém na classe dos artigos os pronomes relativos e os artigos propriamente ditos, como hoje são definidos.

Segundo Egger (1854, p. 11), Dionísio colocava o artigo e o pronome na mesma classe, definindo o pronome como artigo demonstrativo (*árrhron deíktikon*). Ainda segundo Egger (1854), Apolônio Díscolo disporia as partes do discurso em uma ordem crescente de modo a configurar uma posição completa: das oito partes, o artigo ocuparia a quarta posição (antecedido do nome, verbo e particípio e seguido pelo pronome, preposição, advérbio e conjunção) por conectar-se ao nome e ao particípio e não admitir ligação com o pronome, mesmo porque o pronome pode ocupar o lugar do nome, substituindo-o.

Para Neves (2005), ao dividir o discurso em oito partes, Díscolo reconheceria a classificação das partes do discurso em dois grupos: essenciais e acessórios.

Essa classificação distingue, pois, as palavras essenciais e palavras acessórias, as primeiras indispensáveis à existência de uma proposição, as últimas correspondentes a ideias e relações secundárias. É uma classificação que revela, predominantemente, a atenção dada à análise das ideias e, portanto, a preocupação lógica. (NEVES, 2005, p.174)

Como o tratado sobre o artigo se perdeu, o “depoimento dos gramáticos latinos nada resolveria na elucidação da opinião de Apolônio sobre o assunto, já que em latim não havia artigo” (NEVES, 2005, p. 183). Apesar disso, é possível ter uma série de informações sobre o conceito, as características e a sintaxe do artigo em seu livro *Da sintaxe*.

Antes dele, Dionísio o Trácio já havia apresentado o artigo como elemento acessório do nome, que marcaria o gênero, o número e o caso; já que se uniria, segundo Neves (2005, p.184), “a palavras indeclináveis para marcar uma noção preexistente, uma relação (*anaphorá*)”, vindo antes ou depois do nome ao qual se referia. O artigo funcionaria como elemento de referenciação, podendo ser utilizado em posição protática (o artigo acompanharia o nome formando frase com o mesmo verbo) e hipotática (ligar-se-ia ao nome pela anáfora, relacionando-se a outro verbo).

Neves (2005), ao tentar resumir a diferenciação colocada por Apolônio, relata que:

1. o nome é empregado por excelência; por exemplo: este é o gramático (isto é, o melhor no gênero);
2. o artigo exprime posse individual; assim se se disser escravo teu faz isto, entende-se que se trata de muitos escravos; se se puser artigo antes de escravo, entende-se que é um só;
3. o artigo exprime uma relação pura e simples com a noção preconcebida; por exemplo: o gramático procurava;
4. o artigo, mesmo que pareça indeterminado, liga-se por antecipação a uma certa pessoa; assim, quando dizemos que o assassino do tirano seja honrado, o artigo menciona uma certa pessoa, mas em vista do tempo futuro. (NEVES, 2005, p. 184).

Ao contrário do que diz Dionísio, para Apolônio, o artigo não tem a função de estabelecer o gênero dos nomes nem tampouco desfazer anfibologias, não podendo também se ligar a pronomes. Para Neves (2005, p. 197), apesar de ser um gramático, o posicionamento de Apolônio Díscolo a respeito da língua atesta uma base filosófica racional indiscutível, em que se percebe “visivelmente a primeiro plano muitas das noções da filosofia sobre a linguagem. Assim, o significado é o critério que prevalece, e a influência estoíca é bem visível”.

Neves (2005) apresenta o artigo, com relação à abordagem grega, em dois planos: o filosófico e o gramatical. No primeiro, sua função seria a de distinguir os gêneros e os números dos nomes; tanto ele quanto a preposição não constituem proposição, mas exercem papel importante enquanto elementos de “ligação e articulação dos eventos” (2005, p. 249); já no plano gramatical, o artigo seria, como colocado por Dionísio, parte do discurso, vindo em posição protática ou hipotática (antes ou depois dos nomes), essa definição se justificaria pela flexão do caso e pela distribuição na proposição.

1.4.2 Os artigos na abordagem latina

A primeira questão a se colocar ao se tratar dos artigos na língua latina é a de que não existiam artigos na gramática do latim. Como se sabe, toda mudança em uma forma linguística pode perturbar o equilíbrio do sistema, provocando uma espécie de reação em cadeia, como aconteceu com os pronomes latinos, assim, para compreender o ocorrido, é necessário analisar os aspectos da morfossintaxe latina.

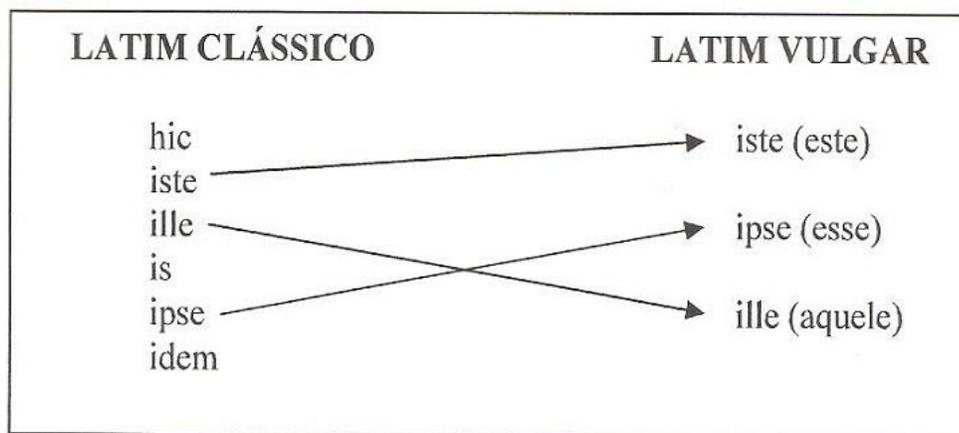
Segundo a literatura, o artigo definido – *o, a, os, as* – procede do sistema demonstrativo latino, mais especificamente dos pronomes *ille/ipse*, respectivamente, *aquele* e *o mesmo, o próprio*. Em outras palavras, o artigo definido nas línguas românicas é o resultado de uma reorganização do sistema dêitico latino, e para que este processo seja compreendido é necessário fazer um retorno ao sistema demonstrativo do latim clássico. (MENDES, 2000, p. 27)

Para Lausberg (1966), o latim distinguia três graus de proximidade do pronome demonstrativo correspondente às três pessoas do discurso: *hic*, usado para se referir à 1ª pessoa do discurso, fazendo alusão a um objeto ou a uma pessoa localizada próxima de quem falava; *iste*, usado para se referir à 2ª pessoa do discurso, fazendo referência a um objeto ou pessoa localizada próxima daquele com quem se falava; *ille*, usado para se referir à 3ª pessoa, referindo-se a um objeto ou a uma pessoa que se encontrava mais distante tanto daquele que falava quanto

daquele com quem se falava. Haveria ainda os pronomes *is*, *idem* e *ipse*, considerados pronomes pessoais e determinativos, que possuíam função delimitadora e que também podiam assumir valor demonstrativo.

Desses seis pronomes clássicos, o latim vulgar conservou somente três como demonstrativos: *iste*, *ipse* e *ille*. No quadro abaixo, pode-se visualizar melhor essa mudança linguística:

Quadro 8: Mudança no sistema pronominal demonstrativo latino



FONTE: NAZÁRIO, 2011, p. 335

Como se vê, *hic*, *is* e *idem* desapareceram de seus usos habituais ou presentes em expressões cristalizadas. Para Lausberg (1973, p.202 *et seq.*), devido à proximidade fonética entre os pronomes *is* e *hic*, havia flutuações constantes no uso destes itens; provavelmente devido a um enfraquecimento semântico, nenhum deles perdurou como formas pronominais vivas na fase românica; posteriormente, o *iste* passou a exercer a função de *hic* na 1ª pessoa. Maurer Jr. (1959, p.108) afirma que, em algumas expressões petrificadas como *id ipsum*, *hoc anno*, há o registro de *is* e *hic*. Segundo Silva Neto (1976, p. 212), *hic* assumiu função adverbial, tendo depois se cristalizado em *hac hora*, *hoc anno*; ainda relata que, com relação ao *idem*, a forma foi substituída por expressões enfáticas com base em *ipse*, tais como: *metipse* e *metipsimus*. Já para Lausberg (1973, p. 202), o *idem* se perdeu totalmente no latim.

Ainda segundo Lausberg (1973, p. 203), o *ille* assumiu a função do *is*. Passou a ser usado como anafórico, facilitando seu emprego como pronome pessoal e artigo definido (MAURER JR., 1959, p. 110). Já o *ipse*, manteve o seu valor primitivo e com o valor de *idem* na forma

reforçada *mitipsumus*; cabe lembrar que, para Maurer Jr. (1959, p. 110) esse pronome também era empregado como pronome pessoal e artigo definido. O *ipse* ocupou, no português, precisamente o lugar de *iste*, que era a 2ª pessoa no latim clássico. (SILVA NETO, 1979, p. 212).

Em resumo, o *iste* assumiu a função de *hic* na 1ª pessoa (referindo-se a um objeto ou pessoa próximos daquele que fala), o *ipse* assumiu a função de *iste* na segunda pessoa (referindo-se a um objeto ou pessoa próximos daquele com quem se fala) e o *ille* manteve-se na terceira pessoa (referindo-se a um objeto ou a uma pessoa que se encontrava mais distante tanto daquele que falava quanto daquele com quem se falava). A língua vulgar criou um sistema com tríplice oposição que foi difundido em toda a România; mas registra-se muito cedo uma tendência a se conservar somente a oposição de objeto próximo e objeto remoto, tendo por base o *iste* e o *ille*; passando o *ipse* a ter um sentido um pouco mais vago e menos rigorosamente ligado à 2ª pessoa.

Poggio (1996), ao refletir sobre essas mudanças ocorridas, argumenta que:

[...] restaram duas soluções para a língua: poder-se-ia manter a distinção com relação às três posições, como no latim clássico, ou renunciar àquela diferenciação. A língua optou pela primeira possibilidade, tomando o pronome intensivo *ipse* para ocupar o lugar de *iste*, que se havia deslocado. O ibero-românico e parte da Itália permaneceram fiéis à distinção dos três pronomes demonstrativos. Outras regiões, como a do galo-românico, renunciaram a essa distinção apresentando apenas a distinção: próximo e distante. (POGGIO, 1996, p. 59)

Com base nas reflexões de Wartburg, Poggio (1996, p.59) expõe que um dos resultados do enfraquecimento semântico em relação a alguns pronomes demonstrativos latinos seria o fato de que “os pronomes *ipse* e *ille* passaram a artigos, no latim do Baixo Império. Ex.: *ipsa casa* = a mesma cabana > essa cabana; *illa cabana* = aquela cabana > a cabana”. Esse enfraquecimento dos pronomes demonstrativos, além de beneficiar a língua com uma nova classe gramatical, a dos artigos, influenciou de várias formas muitos dos pronomes latinos. Assim, da combinação de *iste ipse*, tem-se *ista ipsa lege* e ainda *ispsemet*, *egomet*, *illemet ipse* e o superlativo *ipsimus*. Outras formas também surgiram a partir das partículas *ecce* e *eccum*: *eccille*, *ecciste*, *eccuille*.

Alguns linguistas já acreditam que, nesse período do latim, o artigo definido já existia ou, pelo menos, um início de gramaticalização do pronome demonstrativo *ille*. Segundo Muller, até o final da época clássica latina, a influência da língua literária sobre a fala foi grande; assim, como o artigo era usado na língua falada, os escritores evitavam fazer uso em suas obras escritas. Além disso, o latim clássico foi uma língua sintética e a aparição do artigo, juntamente com a sua difusão, implicava procedimentos analíticos, que só se multiplicaram nos últimos séculos do império. (IORDAN e MANOLIU, 1972, p. 244-245).

Ainda segundo Iordan e Monoliu (1972, p. 243-244), os artigos são uma categoria de sequências morfemáticas que determinam os substantivos; assim, “no pueden formar un grupo nominal de los miembros”, é devido a isso que ele é considerado uma “expresión de una categoría del nombre: la categoría de la determinación”.

1.4.2.1 A emergência do artigo definido na língua latina

Na sua origem, o artigo definido tem como função se referir a um indivíduo ausente, mas já mencionado antes, sendo assim conhecido do ouvinte (LAUSBERG, 1973, p.208-209). Devido a essa função identificadora, segundo Maurer Jr. (1959, p. 112-113), o pronome identificador *ipse* estava apto a ser empregado como artigo definido, sendo difundido nas regiões da Sardenha e em alguns pontos da Catalunha, da Gasconha e nas ilhas Baleares. Mas, foi a função demonstrativa do artigo definido que fez, segundo Lausberg (1973), com que o pronome *ille* se tornasse o mais apropriado a ser empregado como artigo, já que fazia alusão a um indivíduo que estava ausente; cumpre lembrar que foi essa a forma usada em quase toda a România.

Assim, para Mattos e Silva (2001), o artigo definido originou-se a partir da forma acusativa do *ille*, sedimentando-se como determinante do substantivo em português como forma de satisfazer a necessidade de especificação dos seres e também ao desejo de clareza e especificidade própria do latim vulgar e das línguas românicas. Para ela,

O artigo não era próprio ao latim clássico; no latim corrente do Império Romano se especializou um dos demonstrativos do complexo sistema de demonstrativos latinos, *ille*, na forma do acusativo, como o determinador por excelência, dos nomes substantivos, além de marcador básico do gênero. (MATTOS e SILVA, 2001, p. 23)

Câmara Jr (1985) relata que o *ille* passou a ser usado como acusativo, sem a intenção de localização no espaço, passando a ser empregado diante de um nome como forma de opor o indivíduo definidamente visualizado a qualquer outro da mesma espécie. Porém, o artigo continua a ser uma partícula demonstrativa, já que “assinala o caráter definido de uma posição num campo mostrativo ideal, que participam o falante e o ouvinte”. (CÂMARA JR., 1985, p. 104)

Para Tarallo (1990, p. 137), não existiam artigos no latim clássico, esses elementos surgiram “somente nos derradeiros momentos do latim falado, já em uma fase pré-romanço”, passando pelo seguinte processo de evolução a partir de sua forma acusativa:

Masculino singular: *illu*> *elo*> *lo*> *o*
 Feminino singular: *illa*> *ela*> *la*> *a*
 Masculino plural: *illos*> *elos*> *los*> *os*
 Feminino plural: *illas*> *elas*> *las*> *as* (TARALLO, 1990, p. 137)

Assim, para se chegar às formas *o*, *a*, *os*, *as*, ocorreram os seguintes fenômenos:

1º - o /i/ passou a /e/;
 2º - as consoantes duplas foram simplificadas (*illu* > *elo*; *illa* > *ela*; *illos* > *elos*; *illas* > *elas*);
 3º - o /e/ inicial caiu logo depois em função do artigo estar em posição proclítica: *elos campos* > *los campos*;
 4º - o /l/, agora inicial, quando em posição intervocálica (*de los campos*), caiu desta posição devido “à evolução fonética normal das consoantes, durante a passagem do latim ao português” (TARALLO, 1990, p. 137)

É importante deixar claro o fato de que os artigos constituíam uma forma que o latim clássico desconhecia, mas que, aos poucos, desenvolveu-se no latim vulgar e se difundiu nas línguas românicas. O *ille* se especializou “no latim corrente do Império Romano [...] como o determinador por excelência dos nomes substantivos, além de marcador básico” (MATTOS e SILVA, 1994, p. 23).

Essa nova categoria se configurou como um ganho morfológico no latim vulgar, sendo uma inovação linguística que, com o tempo, sistematizou-se e se encaixou no sistema linguístico do latim vulgar. Nesse caso da aquisição dos artigos pelas línguas românicas, tem-se a instanciação de ganhos morfológicos não-encaixados, ou seja, uma “antiga função que já existia na língua matriz é revestida com uma nova forma”, o que ocasiona “a perda não de função, mas de forma” (TARALLO, 1990, p. 132); essas mudanças linguísticas correspondem às mudanças que ocorrem como reflexo das diferenças entre as modalidades de uso linguístico: o artigo surge na língua falada, demorando a chegar à língua escrita – enquanto na fala o registro do pronome demonstrativo *ille* na função de artigo definido estava completamente preenchida, ele era registrado de vez em quando na escrita.

O latim clássico possuía um sistema para a indeterminação e a indefinidade dos substantivos que apareciam, então, formalmente marcados. Por exclusão, os substantivos

sem marca formal determinativa poderiam ser interpretados como definidos. No português moderno, entretanto, a falta da marca formal também garante uma leitura, mas a da indefinidade. Nesse sentido, dissemos que a aquisição de artigos pelas línguas românicas constitui uma instanciação de ganhos morfológicos não-encaixados, pois a função existia no latim clássico sem ser formalmente marcada: as línguas românicas implementaram assim uma nova forma para retornar uma antiga função. (TARALLO, 1990, p. 138)

Com essa descrição de Tarallo (1990), fica claro que houve a emergência do artigo definido como uma nova categoria na língua latina, mas com uma antiga função; percebe-se que a língua configura-se como um sistema em constante mudança. Cumpre ressaltar também que, de acordo com Harris e Campbell (1995, p. 341), o surgimento do artigo a partir do sistema demonstrativo latino não é um caso específico das línguas românicas, nas línguas kartvelianas, em algumas línguas nígero-congolesas, na língua armênia, no grego, nas línguas germânicas, dentre outras, o artigo também se constituiu a partir do sistema demonstrativo. A seguir, falar-se-á a respeito das causas que influenciaram no surgimento do artigo definido na língua latina a partir do demonstrativo *ille*.

1.4.2.2. Explicações linguísticas e sociais para o surgimento do artigo definido a partir do demonstrativo *ille* na língua latina.

Segundo Iordan e Manoliu (1972, p. 245), alguns linguistas sustentam que o surgimento do artigo definido no latim deve-se à influência grega através das traduções do grego para o latim; os tradutores sentiam necessidade de colocar também o artigo que era tão frequente nos textos gregos nas traduções e recorriam ao demonstrativo latino *ille* para satisfazer a essa necessidade já que ele estava semanticamente muito próximo do artigo. Lausberg (1973, p. 210), afirma que o emprego do *ipse* e do *ille* era característico do “románico común”, podendo explicar tal uso muito provavelmente pelo influxo do adstrato grego. Ao se analisar a história da formação das sociedades romana e grega, pode-se imaginar que os contatos sociais mantidos pelos seus falantes tenham realmente favorecido a emergência do artigo no latim; cumpre lembrar que os autores mencionados não citam com base em quais linguistas eles defendem sua tese. Já para Auerbach (1972) e Câmara Jr. (1985), o surgimento do artigo definido não estaria relacionado ao contato que o latim manteve com o grego; mas estaria relacionado a questões de ordem linguística e social que ocorreram com a sociedade romanizada e a língua vulgar.

Para Maurer Jr (1962, p. 183), o latim clássico, ao contrário do vulgar, era uma língua sintética, deste modo, um grande número de funções e relações entre as palavras era expresso por meio de desinências e sufixos. O latim vulgar era mais analítico, mais simplificado com relação a ordem das palavras e na construção do período, apresentava verbos auxiliares, pronomes, preposições e advérbios na expressão das relações entre os termos. É devido a esse aspecto analítico citado pelo autor que, segundo Posner (1966, p.140), surge o artigo, “com a queda do sistema de declinação nominal e com a respectiva perda de marcas formais do nome, às línguas românicas coube rotulá-los através da anexação de morfemas.

Para outros autores como Elia (1979, p. 210), o aparecimento do artigo originou-se da perda da carga semântica do *ille*; assim, os demonstrativos *ille* e *ipse* sofreram um processo de esvaziamento semântico conferindo a eles o caráter de partícula, perdendo, assim, a tonicidade. Assim, com a perda da carga semântica, os pronomes *ille* e *ipse*, quando tomados como demonstrativos, eram reforçados com a partícula *ecce* ou *eccu(m)*; segundo Posner (1966), em virtude da fraca ênfase demonstrativa desenvolvida pelo *ille*, as línguas românicas começaram a utilizar a partícula de reforço *ecco/eccu(m)*. Maurer Jr. (1962, p. 79) ressalta que este reforço dos demonstrativos não é uma criação românica, pois este emprego já existia no latim.

Oliveira (1992) mostra-se desfavorável a essa ideia de que a causa da origem do artigo seja o esvaziamento do valor do demonstrativo; segundo ela, o *ille* não pertence nem à primeira nem à segunda pessoa do discurso, sendo definido negativamente com relação à dêixis, devido a isso, por não possuir carga semântica dêitica positiva é que esse pronome pôde originar o artigo. Acrescenta ainda que a partícula de reforço não se originou para distinguir o demonstrativo *ille* do artigo *ille*, pois a partícula também era prefixada aos termos *iste* e *ipse*.

Em contrapartida, Iordan e Manoliu (1972) afirmam que o *ille* demonstrativo não exigia a presença de um nome e que, enquanto pronome de terceira pessoa também dispensava a presença de um nome; assim, o sistema linguístico pode, segundo Mendes (2000), ter utilizado desta partícula de reforço para estabelecer a distinção entre o *ille* demonstrativo e o *ille* pronome pessoal.

Para Lausberg (1966), a função original do artigo definido é se referir a um indivíduo ausente, mas que já foi mencionado pelo falante; essa função identificadora seria oriunda do *ipse*, pronome identificador que era especialmente apto para se empregado como artigo. Já para Maurer Jr. (1959), essa função identificadora do artigo estaria relacionada com o fato do *ille*, com

o tempo, passar a exercer a função do pronome anafórico *is*; sendo esse o início de seu emprego como pronome pessoal e como artigo definido, funções que também eram exercidas por *ipse*.

Segundo Mendes (2000), essa divergência de opiniões entre os dois autores acima citados é apenas aparente; uma vez que a função identificadora defendida por Lausberg (1966) também pode ser vista como função anafórica, que é o que Maurer Jr. (1959) defende. Assim, Lausberg (1966) afirma que o artigo refere-se a um indivíduo ausente, mas já conhecido pelo ouvinte, pois, em algum momento, já foi mencionado pelo falante; o indivíduo pode, portanto, em uma primeira menção, referir-se a esse indivíduo por meio de uma expressão genérica e, em uma segunda menção, identificá-lo por meio de um artigo. Para Mendes (2000), o verbo ‘identificar’ pode estar sendo usado para marcar duas ações simultaneamente: tornar um termo que estava em sentido genérico mais identificado ou definido; e estabelecer uma relação co-referencial; nesse último caso, o artigo estaria sendo usado anaforicamente.

A constituição do artigo definido, de acordo com Lapesa (1961), também ocorreu a partir da anáfora. O elemento dêitico ou sinalizador era usado abundantemente na língua coloquial, isso possibilitou o amplo emprego dos demonstrativos, aumentando ainda mais o número de demonstrativos que acompanhavam o substantivo para fazer referência anafórica a um ser ou objeto mencionado antes; com o tempo, dois elementos passaram, especialmente, a exercer essa função: o *ille* e o *ipse*; este passou a indicar pessoa ou coisa que já havia sido mencionada e aquele se tornou puro signo de referência anafórica. Depois, houve a ampliação do uso de *ille* ou *ipse* para além do campo endofórico, passando a evocar coisas que o discurso não designa, mas que estão implícitas ou relacionadas a ele. À medida que passaram a ser usadas mais frequentemente, tanto o *ille* quanto o *ipse* foram adquirindo novas funções que surgiram através de um desenvolvimento progressivo.

Mendes (2000) acredita que a associação ou a ausência de *ille* e *ipse* junto ao nome substantivo foi ocorrendo progressivamente e realizando a distinção entre realidades atuais e conceitos virtuais, o que para ela é a distinção entre referência exofórica/endofórica e referência homofórica; esta ocorrendo quando o referente é identificável extra-linguisticamente sem ter relação com a situação e aquela quando o referente é identificável por uma situação específica.

Para outros autores, o surgimento do artigo está relacionado a questões pragmático-discursivas; dessa forma, o artigo estaria relacionado a uma vontade de melhor expressividade e clareza no latim popular. Para Maurer Jr. (1962), o latim clássico era bem menos expressivo que

o latim vulgar: o latim clássico restringiu o gosto tradicional das formas afetivas e expressivas, enquanto que, no latim vulgar, os antigos recursos expressivos permaneceram em um grau elevado, apresentando excesso de formas concretas e expressivas. Lapesa (1961) ainda ressalta uma relação entre o uso de demonstrativos com a necessidade de deixar acentuada a vivacidade expressiva da frase.

Auerbach (1972) resume as causas para o surgimento do artigo definido no latim vulgar da seguinte forma: a) com a difusão do latim, as novas populações, ao começar a usá-lo, sentiram dificuldade com o sistema da língua latina, pois possuía quatro séries de tipos de conjugação e cinco para declinação e várias particularidades e exceções; isso fez com que essa nova população confundisse e simplificasse a língua, o que ocasionou o enfraquecimento das flexões; b) as desinências no latim vulgar possuem uma posição articulatória débil, com sílabas átonas, isso fez com que facilitasse o seu desaparecimento; c) o latim clássico não favorecia a concretização dos fatos e atos particulares enquanto que o latim vulgar visava a apresentação concreta de fenômenos particulares, favorecendo as formas analíticas.

Segundo ele, muitas outras particularidades da língua surgiram com essa transformação que ocorreu no uso do latim vulgar pelos povos romanizados. Silva Neto (1970) também concorda que foi essa mudança no sistema flexional do latim que ocasionou o surgimento do artigo definido, “como acentua Meillet, se o indo-europeu não possuía artigo era por causa da autonomia de cada um dos termos da frase, mas à medida que se atrofiava a flexão o demonstrativo assumia o papel de artigo” (SILVA NETO, 1979, p. 251). Para ele, o artigo definido teria surgido no latim devido ao desejo de expressividade e clareza e que esse desejo certamente deve ter surgido em função das confusões ocasionadas pelos casos latinos com desinências iguais e pela perda de desinências.

Câmara Jr. (1985) também concorda com Silva Neto (1979) ao afirmar que o artigo definido surge devido à necessidade de clareza, uma vez que a tipologia frasal tem por base um sistema analítico com partículas conectivas que surgem para manter as relações sintático-semânticas que foram perdidas no sistema latino: “naturalmente a remodelação morfológica dos nomes está ligada a uma remodelação paralela dos padrões sintáticos, e uma nova tipologia frasal também pouco a pouco se estabeleceu”. (CÂMARA JÚNIOR, 1985, p. 23)

O que se observa é que as simplificações ocorridas na morfologia do latim vulgar favoreceram grandes mudanças no sistema flexional dessa língua; isso ocorreu em função “da

complicação do sistema latino, da debilidade das desinências finais átonas e da tendência à concretização do fenômeno expresso pelas palavras que emergiu no seio do povo romanizado.” (NAZÁRIO, 2011, p. 341); fortaleceu-se a mudança do aspecto sintético para o aspecto analítico, possibilitando a independência de palavras em relação ao sistema sintético do latim clássico. Tudo isso fortaleceu mudanças semânticas na forma de se usar os pronomes demonstrativos *ipse* e *ille*, que passaram a exercer a função de marcar a categoria gramatical de determinação e definitude, função essa que antes era exercida pelas desinências perdidas. Esses pronomes deixaram de exercer a função de localização no espaço e passaram a determinar o nome, satisfazendo a necessidade de especificação de seres. Cumpre lembrar que tudo isso só ocorreu por que tanto o latim vulgar quanto as línguas românicas desenvolveram um sistema linguístico que possibilitou a independência das palavras.

1.4.2.3 O estágio linguístico da gramaticalização do artigo

Não há consenso entre os linguistas com relação ao estágio linguístico que propiciou o surgimento do artigo. Para Jordan e Monoliu (1972), no latim clássico já existia o artigo definido ou, pelo menos, o início da gramaticalização do demonstrativo com a função do determinante – lembrando que o demonstrativo que mais se destacava nesse processo de gramaticalização era o *ille*, enquanto que o *ipse* aparecia muito raramente. Com base nos textos de Plauto, Petrônio e Cícero, ele percebeu indícios de que o *ille* adquiria o significado de artigo.

Para Câmara Jr. (1968), o período entre o século II e o século III d. C é caracterizado pela decadência no espírito e na língua literária e pela desagregação da norma e da disciplina gramatical que sofria influência da língua popular; dessa forma, esse início de uma gramaticalização do artigo no latim clássico colocado por Jordan e Manoliu (1972) pode ser, de acordo Muller *apud* Mendes (2000), na verdade, a influência que a língua escrita sofria da língua falada.

Para Lapesa (1961), só foi possível perceber a existência de artigos no latim clássico quando já estava aberto o processo pelo qual surgiram as línguas românicas; pois, antes disso, o conservadorismo, a estrutura firme e o desenvolvimento espiritual mais lento do latim clássico não propiciariam a criação do artigo definido. A presença de artigos nos textos escritos é uma consequência do uso frequente que os falantes faziam desse artigo na fala, ou seja, o artigo se

tornou tão consolidado na fala que passou a ser presente também na língua escrita. Auerbach (1972) também concorda com Lapesa (1961) ao afirmar que a língua escrita do latim tendia a não imitar a língua falada, afastando-se dela; dessa forma, o artigo só aparece na escrita quando já estava extremamente difundido na fala e a escrita já não possuía formas para recusá-lo.

Para Mattos e Silva (1994), o *ille* se especializou como determinador e marcador básico do gênero dos substantivos no latim corrente do Império Romano. Câmara Jr. (1976) afirma, por sua vez, que o artigo surge a partir das línguas românicas. Sua opinião também é sustentada por Diez *apud* Pereira (1923) que declara que o surgimento do artigo ocorreu muito cedo, nas línguas românicas; afirma ainda que, em textos do século VI, é muito comum encontrar exemplos de *ille* com valor articular.

É difícil precisar o aparecimento do artigo definido; porém, para Mendes (2000), é possível marcar qual estágio da língua propiciou a manifestação desta classe; assim, ao considerar as causas morfossintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas, a autora acredita que o surgimento do artigo esteja ligado ao latim vulgar e, durante a formação das línguas românicas, ele chegou ao seu estado pleno.

1.4.3 O contexto histórico-funcional do artigo definido

Para Câmara Jr. (1976), o demonstrativo *ille*, em sua forma acusativa, passou a ser usado diante de nome substantivo toda vez que se quisesse opor o indivíduo visualizado a qualquer outro da mesma espécie, sem a intenção de localizá-lo no espaço. Enquanto categoria, o artigo continuou a ser uma partícula demonstrativa, pois marcava o caráter definido de uma posição num campo mostrativo ideal tanto para o falante quanto para o ouvinte.

Já para Lausberg (1966), houve uma ampliação das funções do *ille*, ao se tornar artigo definido, essa classe passou a ter, além de seu valor de identificação individual (capacidade de confirmar o conhecido), a capacidade de insinuar um conhecimento ao ouvinte por via afetiva, ou seja, uma função afetivo-evocadora.

Renzi (1985) faz a distinção de dois usos do artigo definido: a) o artigo pode indicar a classe ou a espécie a que me refiro. Ex. “O leão é o rei da floresta”; b) o artigo é usado para opor uma classe conhecida pelos interlocutores, ou sendo a um genérico e conhecido somente pelo locutor: “Veio o senhor de ontem”. O autor ainda afirma que não se sabe qual dos dois tipos foi

usado primeiro no latim vulgar, mas a primeira aparição no latim do artigo definido é vinculada a uma retomada no texto.

Ramat (1986) analisa o surgimento do artigo definido nas línguas germânicas; para ele, o artigo definido serve para identificar o substantivo no processo de comunicação, sendo, portanto, um processo dêitico de tematização e rematização no discurso que lidam como traço semântico de + dado para o artigo definido e – dado para o artigo indefinido. O autor ainda conclui que existe uma tendência a não se empregar o determinante quando o substantivo já é individualizado de outra maneira. Afirma ainda que não se pode explicar o nascimento do artigo definido como uma forma de compensação pela perda das declinações, uma vez que o artigo convive com as marcas de caso expressas pelas desinências. Com o surgimento do artigo definido, percebe-se que há a progressiva constituição de sintagma determinativo enquanto unidades sempre mais estruturadas e amplas, sendo o artigo o elemento que indica tal unidade.

1.5 O artigo definido diante de antropônimos

Nessa seção, será discutido o que diversos autores, sejam eles gramáticos atuais ou antigos, ou ainda linguistas, a respeito do uso do artigo definido diante de antropônimos. Torna-se instigante analisar o uso do artigo definido diante dos nomes próprios, pois se o artigo definido é a classe gramatical que define, delimita e individualiza um nome, os nomes próprios de pessoas não necessitariam de seu uso; já que o emprego do artigo definido está ligado ao fenômeno da definitude e o nome próprio de pessoa já possui suas próprias referências específicas.

Este estudo torna-se ainda mais instigante se analisarmos que um reduzido número de línguas estendeu o uso os artigos definidos aos nomes próprios. Além disso, conforme salienta Callou (1992), no português, esse fenômeno tornou-se mais frequente a partir do século XVIII, sendo muito mais característico na língua oral do que na escrita.

Se nos basearmos, inicialmente, apenas às gramáticas antigas, perceberemos que a prescrição gramatical do uso de artigo definido diante de nomes próprios era bem restrita. Silva Júnior e Andrade (1984) prescrevem que o emprego do artigo definido diante de nome próprio no singular é um galicismo e erro, apenas deixando de ser infração quando o nome próprio ganha sentido comum. O emprego do artigo definido no contexto de nomes próprios só seria considerado correto e obrigatório quando os nomes próprios estivessem no plural.

Barros (1971, p. 313) postula o seguinte a respeito do emprego de artigo diante de nomes próprios: “todo nome se rége sem artigo, e o caso genitivo muitas vezes se rége desta preposição de”. Lobato (1770, p. 19-20) afirma que os nomes próprios fazem parte da primeira declinação e que se juntam aos artigos para determinar a significação, determinando-a. “E esta he a razão, por que se declinão com as mesmas preposições, com que se declinão os artigos; pois na declinação só differem destes em terem demais o vocativo, cujo caso se usa com particula dantes de si, ou sem ella; e quando a admite, he a interjeição ó, ou á (...)”. Esse uso do artigo diante dos nomes próprios é visto pelo autor como forma de suavizar a pronúncia.

Barreto (1671, p.63) afirma que “nã he necessario preceder articulo, nẽ a; & assi na diremos o Pedro, o Cesar, & c. màs Pedro, Cesar, & c. nos apelativos si, porque dizemos o omem, o Rey, & c. diremos cõ do, cõ Cesar; & da mesma sorte cõ o Rey, nã cõ Rey, cõ o omem, & nã cõ omem”. Afirma que, às vezes, colocam-se artigos nos “apellidos & cognomes de pessoas muyto conhecidas, de que frequẽmente fazemos mençã, como o Navarro, o Manturno, entendendo o Doutor Martim de Aspilcueta, o Poeta Virgilio, &c.”. Barbosa (1822) nos coloca que os artigos individualizam e os nomes próprios não podem ser individualizados; quando os artigos se aplicam fazem com que os nomes próprios se transformem em apelativos para podê-los determinar. “Assim, quando digo: *Este homem he um Cicero, e de João de Barros, o Livio Português, de Camões, o Homero Lusitano (...)*” (BARBOSA, 1822, p. 147). Todos os nomes próprios citados, por virtude do artigo, passam a ter sentido comum. Para o autor, os nomes próprios de divindades e de homens, mesmo não tendo antes de si modificativo algum, são determinados e individualizados e, portanto, não precisam de artigo. “Assim dizemos sem elle *Deos, Alexandre, Augusto, (...)* e com elle *O bom Deos, O grande Alexandre, O Imperador Augusto, (...)* porque o Artigo não cabe aqui sobre os nomes próprios, mas sobre os Adjectivos, e Appellativos, que o não são” (BARBOSA, 1822: 149).

A análise limitar-se-á, agora, ao que prescrevem os gramáticos atuais a respeito do uso do artigo definido diante de nomes próprios. Para Said Ali (1964),

Em princípio, os nomes próprios de pessoas não levam artigo porque aquele a quem falo em geral não conhece, uma por uma, as pessoas que eu conheço. Seguem esta mesma regra a linguagem literária e o falar culto; alguns autores, todavia, abrem às vezes exceções para os nomes de indivíduos de que já tinham feito menção anteriormente. (SAID ALI, 1964, p. 125)

De acordo com Cunha e Cintra (1985), o artigo definido antepõe-se ao substantivo próprio quando este se refere a um ser já conhecido do leitor; assim sendo, para os autores, o

artigo definido é tido como um sinal de notoriedade, de conhecimento prévio do ser ou objeto mencionado por parte dos interlocutores. Afirmam ainda que os nomes próprios de pessoa, quer seja de batismo ou de família, não levam artigos quando se referem a personagens muito conhecidos; e ainda declaram que se o nome próprio de pessoa vier acompanhado de determinativo ou qualitativo denotador de um aspecto, época ou circunstância da vida do indivíduo, se vier atribuído a um sentido depreciativo ou se estiver no plural, deverá ser empregado com artigo definido.

Outros gramáticos como Said Ali (1964), Silva Júnior (1894), Andrade (1894) e Terra (1991) também concordam também com os autores acima citados quando afirmam que é muito comum na linguagem popular e no trato popular, tanto do Brasil quanto de Portugal, o uso do artigo definido diante de nomes de batismo de pessoas, dando assim um tom de afetividade. Para outros gramáticos como Mendes de Almeida (1992), Cegalla (1984), Mesquita (1985), Mello (1986), André (1990), Faraco (1991), Rocha Lima (1996), esse uso do artigo definido ocorre somente quando se refere a pessoas íntimas por relações de parentesco ou a pessoas políticas.

Bechara (1987) faz algumas ressalvas a tudo que foi citado acima: o uso na língua culta, com exceção de quando os nomes próprios se acham no plural, dispensa o uso do artigo definido; diante de apelidos, é tradição o uso do artigo; tem-se usado artigo diante de nomes de escritores, artistas, personagens célebres por influência do italiano. Já para Azeredo (2002, p. 125), “a pertinência do artigo definido pode depender, portanto, de que ele ative no conhecimento do interlocutor um dado previsível no contexto de comunicação”.

Mira Mateus *et al* (1983) relata que são precedidos de artigo definido os nomes próprios individuais que não pertencem à memória histórico-cultural coletiva; os nomes próprios que designam indivíduos que pertencem à memória histórico-cultural coletiva ocorrem sem especificador. Afirma ainda que um nome próprio sempre é totalmente determinado, dessa forma, não necessita de complementos frásicos ou adjetivais que tenham valor restritivo. Para ela, o artigo não funciona como operador de definitização e singularização quando precede os nomes próprios, pois essa função é assegurada pelo próprio nome próprio.

O que se percebe, é que há um consenso com relação a todos os gramáticos: para eles, os nomes próprios já são, por si só, determinados e individualizados, não necessitando do emprego do artigo definido, salvo em alguns casos, em sua maioria, quando se quer denotar familiaridade, intimidade.

Outros estudos também se atentaram para essa questão do artigo definido diante de antropônimos. Para Vasconcellos (1928), o uso de artigo diante de antropônimos, em Portugal, é caso de familiaridade:

Familiarmente dizemos *o Adriano, o Chico, a Micas*, quando falamos de pessoas muito conhecidas d'aquela a quem nos dirigimos. Cf Epiphania Dias, *Synt. hist.*, § 120, b. Igualmente como apelido: *o Garret, o Teixeira Lopes*.

Em italiano *il Tasso*: cf. M. -L., *Gram. d. l. roman.*, III, § 150, onde cita outros exemplos românicos. Falando de estrangeiros, os Italianos fazem o mesmo: o falecido Prof. D'Ovidio, com quem tive relações, costumava, ao referir-se ao nosso comum amigo e meu chorado mestre o S.^{or} Epiphania Dias, dizer sempre *il Dias*. Da França em particular diz Dauzat, p. 3: "Les parles de notre Midi disent *le Pierre et la Marie*; à Paris même, lê peuple appelle *la Durand* la femme de Durand". (VASCONCELLOS, 1928, p. 559)

Ao se referir ao uso de artigo diante dos títulos honoríficos, Vasconcellos (1928) afirma que o título também deve vir precedido de artigo de acordo com o grau de intimidade; declara ainda que as alcunhas também devem vir acompanhadas de artigo, pois sem o artigo, ela se confunde com um apelido.

Segundo Iordan e Manoliu, devido a função individualizadora do artigo, é de se esperar que ele esteja ausente dos objetos únicos, tais como os nomes próprios de pessoa; apesar disso, o emprego do artigo definido apresenta inúmeras variações de um idioma para outro e de uma época para outra. (MANOLIU, 1989, p. 252)

Para Câmara Jr. (1976), o uso de artigo diante de nomes próprios serve para se referir "particularmente a um indivíduo e assim o destacam de um conjunto em que participam com muitos outros de uma denominação comum, dentro da língua" (CÂMARA JR., 1976, p. 105). O emprego do artigo está, inicialmente, condicionado à presença de um adjetivo anteposto ao nome; mas, na língua coloquial, o seu uso ocorre independente dessa condição.

Posner (1966) afirma que, em todas as línguas românicas, em algum período, há sinais de que o artigo definido foi usado com o objetivo de selecionar ou individualizar o sujeito do verbo, ou seja, o mais importante na sentença estaria mais sujeito a ser articulado do que os outros nomes. Paralelamente a isso, o não-uso do artigo com nomes em posição predicativa e com nomes que são objetos de preposição funcionariam como formas "sobreviventes" de um estágio mais arcaico da estrutura gramatical. Para a autora, as línguas românicas normalmente não usam o artigo, com exceção do italiano; nas outras línguas, o uso do artigo estaria restrito a antropônimos familiares.

1.5 O artigo definido diante de antropônimos

Nessa seção, será discutido o que diversos autores, sejam eles gramáticos atuais ou antigos, ou ainda linguistas, relatam a respeito do uso do artigo definido diante de antropônimos. Torna-se instigante analisar o uso do artigo definido diante dos nomes próprios, pois se o artigo definido é a classe gramatical que define, delimita e individualiza um nome, os nomes próprios de pessoas não necessitariam de seu uso; já que o emprego do artigo definido está ligado ao fenômeno da definitude e o nome próprio de pessoa já possui suas próprias referências específicas.

Este estudo torna-se ainda mais instigante se analisarmos que um reduzido número de línguas estendeu o uso dos artigos definidos aos nomes próprios. Além disso, conforme salienta Callou (1992), no português, esse fenômeno tornou-se mais frequente a partir do século XVIII, sendo muito mais característico na língua oral do que na escrita.

Se nos ativermos, inicialmente, apenas às gramáticas antigas, perceberemos que a prescrição gramatical do uso de artigo definido diante de nomes próprios era bem restrita. Silva Júnior e Andrade (1984) prescrevem que o emprego do artigo definido diante de nome próprio no singular é um galicismo e erro, apenas deixando de ser infração quando o nome próprio ganha sentido comum. O emprego do artigo definido no contexto de nomes próprios só seria considerado correto e obrigatório quando os nomes próprios estivessem no plural.

Barros (1971, p. 313) postula o seguinte a respeito do emprego de artigo diante de nomes próprios: “todo nome se rége sem artigo, e o caso genitivo muitas vezes se rége desta preposiçam de”. Lobato (1770, p. 19-20) afirma que os nomes próprios fazem parte da primeira declinação e que se juntam aos artigos para determinar a significação, determinando-a. “E esta he a razão, por que se declinão com as mesmas preposições, com que se declinão os artigos; pois na declinação só differem destes em terem demais o vocativo, cujo caso se usa com particula dantes de si, ou sem ella; e quando a admite, he a interjeição ó, ou á (...)”. Esse uso do artigo diante dos nomes próprios é visto pelo autor como forma de suavizar a pronúncia.

Barreto (1671, p.63) afirma que “nã he necessario preceder articulo, nẽ a; & assi na diremos o Pedro, o Cesar, & c. màs Pedro, Cesar, & c. nos apelativos si, porque dizemos o omem, o Rey, & c. diremos cõ do, cõ Cesar; & da mesma sorte cõ o Rey, nã cõ Rey, cõ o omem, & nã cõ omem”. Afirma que, às vezes, colocam-se artigos nos “apellidos & cognomes de pessoas

muyto conhecidas, de que frequêmente fazemos mençã, como o Navarro, o Manturno, entendendo o Doutor Martim de Aspilcueta, o Poeta Virgilio, &c.”. Barbosa (1822) nos coloca que os artigos individuam e os nomes próprios não podem ser individualizados; quando os artigos se aplicam fazem com que os nomes próprios se transformem em apelativos para podê-los determinar. “Assim, quando digo: *Este homem he um Cicero, e de João de Barros, o Livio Português, de Camões, o Homero Lusitano (...)*” (BARBOSA, 1822, p. 147). Todos os nomes próprios citados, por virtude do artigo, passam a ter sentido comum. Para o autor, os nomes próprios de divindades e de homens, mesmo não tendo antes de si modificativo algum, são determinados e individualizados e, portanto, não precisam de artigo. “Assim dizemos sem elle *Deos, Alexandre, Augusto, (...)* e com elle *O bom Deos, O grande Alexandre, O Imperador Augusto, (...)* porque o Artigo não cabe aqui sobre os nomes próprios, mas sobre os Adjectivos, e Appellativos, que o não são” (BARBOSA, 1822: 149).

Já os gramáticos atuais, também prescrevem que o uso do artigo definido diante de nomes próprios é determinado por questões de familiaridade/intimidade/afetividade. Segundo Said Ali (1964),

Em princípio, os nomes próprios de pessoas não levam artigo porque aquele a quem falo em geral não conhece, uma por uma, as pessoas que eu conheço. Seguem esta mesma regra a linguagem literária e o falar culto; alguns autores, todavia, abrem às vezes exceções para os nomes de indivíduos de que já tinham feito menção anteriormente. (SAID ALI, 1964, p. 125)

De acordo com Cunha e Cintra (1985), o artigo definido antepõe-se ao substantivo próprio quando este se refere a um ser já conhecido do leitor; assim sendo, para os autores, o artigo definido é tido como um sinal de notoriedade, de conhecimento prévio do ser ou objeto mencionado por parte dos interlocutores. Afirmam ainda que os nomes próprios de pessoa, quer seja de batismo ou de família, não levam artigos quando se referem a personagens muito conhecidos; e ainda declaram que se o nome próprio de pessoa vier acompanhado de determinativo ou qualitativo denotador de um aspecto, época ou circunstância da vida do indivíduo, se vier atribuído a um sentido depreciativo ou se estiver no plural, deverá ser empregado com artigo definido.

Outros gramáticos como Said Ali (1964), Silva Júnior (1894), Andrade (1894) e Terra (1991) concordam também com os autores acima citados quando afirmam que é muito comum na linguagem popular e no trato popular, tanto do Brasil quanto de Portugal, o uso do artigo definido diante de nomes de batismo de pessoas, dando assim um tom de afetividade. Para outros

gramáticos como Mendes de Almeida (1992), Cegalla (1984), Mesquita (1985), Mello (1986), André (1990), Faraco (1991), Rocha Lima (1996), esse uso do artigo definido ocorre somente quando se refere a pessoas íntimas por relações de parentesco ou a pessoas políticas.

Bechara (1987) faz algumas ressalvas a tudo que foi citado acima: o uso na língua culta, com exceção de quando os nomes próprios se acham no plural, dispensa o uso do artigo definido; diante de apelidos, é tradição o uso do artigo; tem-se usado artigo diante de nomes de escritores, artistas, personagens célebres por influência do italiano. Já para Azeredo (2002, p. 125), “a pertinência do artigo definido pode depender, portanto, de que ele ative no conhecimento do interlocutor um dado previsível no contexto de comunicação”.

O que se percebe, é que há um consenso com relação a todos os gramáticos: para eles, os nomes próprios já são, por si só, determinados e individualizados, não necessitando do emprego do artigo definido, salvo em alguns casos, em sua maioria quando se quer denotar familiaridade, intimidade.

Outros estudos também se atentaram para essa questão do artigo definido diante de antropônimos. Para Vasconcellos (1928), o uso de artigo diante de antropônimos, em Portugal, é caso de familiaridade:

Familiarmente dizemos *o Adriano, o Chico, a Micas*, quando falamos de pessoas muito conhecidas d’aquela a quem nos dirigimos. Cf Epiphânio Dias, *Synt. hist.*, § 120, b. Igualmente como apelido: *o Garret, o Teixeira Lopes*.

Em italiano *il Tasso*: cf. M. –L., *Gram. d. l. roman.*, III, § 150, onde cita outros exemplos românicos. Falando de estrangeiros, os Italianos fazem o mesmo: o falecido Prof. D’Ovidio, com quem tive relações, costumava, ao referir-se ao nosso comum amigo e meu chorado mestre o S.^{or} Epiphânio Dias, dizer sempre *il Dias*. Da França em particular diz Dauzat, p. 3: “Les paroles de notre Midi disent *le Pierre et la Marie*; à Paris même, le peuple appelle *la Durand la femme de Durand*”. (VASCONCELLOS, 1928, p. 559)

Ao se referir ao uso de artigo diante dos títulos honoríficos, Vasconcellos (1928) afirma que o título também deve vir precedido de artigo de acordo com o grau de intimidade; declara ainda que as alcunhas também devem vir acompanhadas de artigo, pois sem o artigo, ela se confunde com um apelido.

Segundo Jordan e Manoliu (1989), devido à função individualizadora do artigo, esperava-se sua ausência nos nomes dos objetos únicos, como por exemplo, os nomes próprios de pessoa; o que se vê, no entanto, são numerosas flutuações de uma época para outra, de um idioma para outro. (IORDAN e MANOLIU, 1989, p. 252)

Para Câmara Jr. (1976), o uso de artigo diante de nomes próprios serve para se referir “particularmente a um indivíduo e assim o destacam de um conjunto em que participam com muitos outros de uma denominação comum, dentro da língua” (CÂMARA JR., 1976, p. 105). O emprego do artigo está, inicialmente, condicionado à presença de um adjetivo anteposto ao nome; mas, na língua coloquial, o seu uso ocorre independente dessa condição.

Posner (1966) afirma que, em todas as línguas românicas, em algum período, há sinais de que o artigo definido foi usado com o objetivo de selecionar ou individualizar o sujeito do verbo, ou seja, o mais importante na sentença estaria mais sujeito a ser articulado do que os outros nomes. Paralelamente a isso, o não-uso do artigo com nomes em posição predicativa e com nomes que são objetos de preposição funcionariam como formas “sobreviventes” de um estágio mais arcaico da estrutura gramatical. Para a autora, as línguas românicas normalmente não usam o artigo, com exceção do italiano; nas outras línguas, o uso do artigo estaria restrito a antropônimos familiares.

1.6 Revisão da Literatura

Nesta seção, serão resenhados alguns estudos desenvolvidos no português brasileiro por Callou (1992), Moisés (1995), Silva (1996), Costa (1998), Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Kim (2005), Alencar (2006), Alves (2008), Almeida Mendes (2009), Campos Júnior (2011), Pereira (2011), Faria (2012), Braga (2012), Co, Silva e Terayama (2013) e Pereira (2014) no que diz respeito à ausência ou à presença de artigo definido diante de antropônimos. A revisão de trabalhos que focalizam o uso ou não do artigo definido diante de antropônimos sob diferentes perspectivas é relevante; trata-se de pesquisas de cunho histórico, discursivo e variacionista que constatarem algumas propriedades do artigo definido pertinentes para a fundamentação dos grupos de fatores utilizados na pesquisa bem como a formulação de hipóteses sobre este estudo. Assim, estes trabalhos serão retomados em nossas análises sempre que houver a necessidade de comprovar ou refutar o que já foi comprovado por esses autores no que diz respeito a esse fenômeno.

1.6.1 Callou (1992)

A autora inicia seu artigo questionando o fato de algumas gramáticas normativas brasileiras ligarem a presença de artigo definido diante de antropônimos a fatores como afetividade, familiaridade e intimidade; segundo Callou (1992), isso é um grande erro, pois seria necessário imaginar algo que bloquearia a demonstração desses sentimentos pelos portugueses antigos, uma vez que os textos medievais não apresentavam artigo nesse contexto e, ainda, imaginar que algumas cidades como Salvador e Niterói teriam esse sentimento de afetividade reprimida, já que não costumam empregar artigo definido diante de antropônimos, mesmo que se refiram a pessoas próximas.

Segundo ela, “a intensificação do uso se verifica ao longo da história do português, seria necessário descobrir os fatores condicionantes, fora do âmbito emocional, afetivo, tarefa que não parece ser fácil” (CALLOU, 1992, p. 18). Ao confrontar textos escritos em diversas fases da nossa história, conclui que o uso do artigo diante de antropônimos cresce do século XII até os dias atuais, gradativamente, aumentando significativamente nos últimos três séculos.

Nos primeiros textos escritos em língua portuguesa (séc. XIII) não ocorre o artigo ligado diretamente ao nome próprio, mas há quatro exemplos em que o artigo precede um determinante, por sua vez seguido de nome personativo (...)

Em relação ao século XIV, registra-se apenas uma ocorrência nos **Diálogos de São Gregório** no interior de uma série e tratando-se de um dissílabo em que a primeira sílaba é tônica, e na função de sujeito. É provavelmente a partir deste ambiente que se difunde o uso na língua portuguesa.

No século XV, há apenas duas ocorrências, uma em cada texto, sendo uma delas de referência a um nome público, tratando-se em ambos os casos de um termo mencionado pela primeira vez:

- precedido da preposição **de** ou não precedido de preposição
- de duas ou de três sílabas
- sílaba inicial tônica
- na função de sujeito
- na função de objeto indireto

No que diz respeito ao século XVI (3 ocorrências), os contextos em que o nome próprio aparece são os seguintes:

- nome público (2x) ou não
- referência isolada
- vocábulo de três sílabas
- não precedido de preposição (2x) ou precedido de preposição **de**
- sílaba inicial átona
- na função de sujeito (2x) ou objeto (1)

Quanto ao século XVII, o nome próprio apresenta nos textos as seguintes características:

- referência isolada
- vocábulo de três sílabas
- não precedido de preposição
- sílaba inicial átona
- na função de sujeito

No século XVIII há um aumento considerável do uso do artigo, ampliando-se aos contextos:

- vocábulo referido pela primeira vez ou já referido

- vocábulo de 3 (5x) ou de 2 (8x) sílabas
- não precedido de preposição (6x)
- precedido de preposição **de** (2x)
- precedido de preposição **a** (2x)
- precedido de preposição **sobre** (1x)
- precedido de preposição **por** (2x)
- sílaba inicial átona (7x) ou tônica (6x)
- na função de sujeito (2x)
- na função de adjunto (7x)
- na função de aposto (1x)
- na função de objeto (3x)

No século XIX, em textos de autores brasileiros (91 oc.) e portugueses (65 oc.), amplia-se o uso do artigo (156 oc.), mas os contextos mantêm-se praticamente os mesmos:

- referência no discurso do narrador (estilo indireto)
- não precedido de preposição (107x)
- precedido da preposição **de** (32x)
- precedido da preposição **a** (11x)
- precedido da preposição **com** (3x)
- precedido da preposição **para** (2x)
- precedido da preposição **entre** (1x)
- sílaba inicial átona (107x)
- sílaba inicial tônica (49x)
- na função de sujeito (82x)
- na função de objeto (42x)
- na função de adjunto (15x)
- na função de predicativo (7x)
- na função de aposto (1x)
- outras funções (9x) (CALLOU, 1992, p. 20)

O uso do artigo definido diante de antropônimos, no século XX, teria os seguintes fatores favorecedores: 1) nome próprio já vier determinado; 2) ocorrer no discurso de personagens, em discurso direto, ou se referir a nome público; 3) em textos de autores brasileiros; 4) diante de vocábulos com até duas sílabas.

Com relação aos textos literários, chama a atenção para o fato do artigo definido diante de nome próprio de pessoa ocorrer menos na fala do narrador do que na das personagens, o que se explica devido ao fato do uso do artigo definido ser mais característico na linguagem falada. A frequência de artigo por região também é observada pela autora: o uso do artigo definido diante de antropônimos se intensifica a medida que vamos do Nordeste ao Sul do país.

Após analisar a língua falada, conclui que fatores como função sintática do nome próprio, contexto sintagmático, tonicidade da sílaba inicial do nome próprio e número de sílabas das palavras ao lado de fatores sociais estariam relacionados à distribuição do uso do artigo. Com relação ao fato do artigo ser mais utilizado diante de vocábulo de até duas sílabas, levanta-se a

hipótese do artigo definido corresponder a um aumento da massa fônica, através de um mecanismo compensatório, busca-se o equilíbrio rítmico do sintagma.

A autora chega às seguintes conclusões:

- 1) - A frequência de uso do artigo obedece a uma distribuição por região;
- 2) - Se confirma a ausência categórica de artigos em vocativos, ausência também referida em Silva (1987), quando trata do uso do artigo frente a possessivos. Vale lembrar que esta ausência tem sido atribuída ao alto grau de especificidade dessa função. Por raciocínio semelhante, poder-se-ia explicar o aumento de frequência em adjuntos adverbiais, de menor grau de especificidade. O uso do artigo corresponderia, assim, a um processo compensatório [intensificação?] do traço [+específico];
 - O grau de familiaridade referido pelos gramáticos como condicionador do uso do artigo só se mostrou relevante nos dados do Rio de Janeiro (...)
 - Embora esse uso tenha sido atribuído a uma característica da língua falada, e até mesmo à linguagem popular, verifica-se que na linguagem escrita (literária) do século XX ele apresenta resultados percentuais muito próximos: 34% na escrita e 36% na falada, obedecendo aos mesmos condicionantes (...) (CALLOU, 1992, p. 33)

Assim, o uso do artigo iniciou-se em um contexto específico [art. + det. + NPP], na posição de sujeito e em vocábulos de duas sílabas. Houve, com o tempo, a ampliação dos contextos de ocorrência; segundo ela, pelo menos na língua falada culta, processos rítmicos estariam atuando.

1.6.2 Moisés (1995)

Em seu trabalho, Moisés (1995) investiga as condições de ocorrência do artigo no português culto de Belo Horizonte. Seu objetivo é o de estabelecer diferenças entre as funções do artigo-zero, artigo definido e o artigo indefinido no discurso; seu interesse é o de examinar como o falante trata os casos tidos como facultativos pela gramática tradicional, por exemplo, qual é a relação entre os antropônimos e a ideia de intimidade ou familiaridade.

Parte-se do pressuposto de que “o uso do artigo é governado, dentre outros fatores, pelo conhecimento que tem o falante acerca das informações de que dispõe o ouvinte, no que se refere aos propósitos da mensagem” (MOISÉS, 1995, p. 75-76). O trabalho orienta-se por uma abordagem funcionalista; considerando, assim, a função comunicativa da linguagem ao focar a língua em uso.

O *corpus* trabalhado constitui-se por dois subconjuntos. O primeiro foi formado por 10 narrativas orais que envolveram 20 pessoas (10 narradores e 10 ouvintes), essa narrativa foi referente a um filme curta-metragem, com duração de 3 minutos, produzido para este fim. O

segundo *corpus* foi formado por 30 minutos de gravação espontânea, envolvendo mais seis falantes com formação universitária na área de Letras (formação completa ou quase completa), com idade entre 21 e 39 anos e são residentes há, pelo menos, 8 anos em Belo Horizonte.

Foram encontrados 529 sintagmas nominais nas conversas espontâneas e 726 nas narrativas controladas. Ao analisar a ocorrência geral desses determinantes no SN, verifica-se que o artigo definido apresenta o maior índice percentual de ocorrência à esquerda ou à direita do verbo.

Como o foco de nosso trabalho é a ausência ou a presença de artigo definido diante de antropônimos, a análise ater-se-á nos sintagmas com nome próprio. Assim, somente as conversas espontâneas registraram ocorrências significativas de nome próprio: foram coletados 83 dados; desse total, 76% apresentaram artigo definido ao passo que 24 % não apresentaram. Cumpre lembrar que apenas “85% dos Ns próprios encontrados é representada por antropônimos. Os restantes 15% se distribuem entre nomes de instituições e também revistas, cursos, livros e peças de teatro” (MOISÉS, 1995, p.105). Como esses 15% mostraram forte vinculação ao artigo definido, Moisés (1995) descartou-os e passou a analisar apenas os casos de figuração de antropônimos, pois, segundo ela, encontram-se entre os casos de ocorrência facultativa de artigo definido, permitindo uma análise menos interessante.

A autora passa então a verificar:

- (i) Se o N próprio de pessoa sofre ou não pressão de fatores que determinam o uso ou não-uso de Art. Def. diante de N comum.
- (ii) Se o parâmetro da intimidade é ou não adequado para explicar o artigo-zero e o Art. Def. junto a tais nomes. (MOISÉS, 1995, p. 108)

Segundo a autora, uma análise que só considerasse o conjunto de SN's com antropônimos levaria a suposição de que o falante usa mais o artigo definido do que o artigo-zero junto aos antropônimos, não reagindo às posições à esquerda ou à direita do verbo, ou ainda, que o uso acentuado do artigo definido diante de antropônimos poderia ser justificado pela intimidade. Mas, uma análise mais detalhada revela que o nome próprio reage semelhante ao nome comum quando a preposição não atua, ou seja, são mais usados com artigo definido na posição do SN1. Com relação à intimidade, Moisés (1995) afirma que esse fator não garante, por si só, o uso ou não do artigo definido, uma vez que, muitas vezes, o mesmo falante utiliza o mesmo nome próprio ora articulado no SN1 ou no SN2. Assim, a autora afirma que, no português culto oral de Belo Horizonte, o parâmetro intimidade ou familiaridade do referente do antropônimo com relação ao

falante e ao ouvinte não deve ser visto “como regulador da utilização do Art Def junto ao N próprio de pessoas; e, de outro, que há uma forte tendência ao uso do Art Def com antropônimo, principalmente quando esse ocorre à esquerda do verbo, quer como sujeito, quer como tópico”. (MOISÉS, 1995, p. 113)

1.6.3 Silva (1996)

Para Silva (1996), a presença de artigo diante de nomes próprios de pessoa e possessivos estaria ligada a problemas de discurso e a fatores de ordem semântica. Para ela, há uma forte correlação entre a realização do artigo diante de patronímicos e familiaridade com a entidade mencionada: o maior grau de conhecimento que o falante julga que o ouvinte tenha a respeito da entidade mencionada provocaria o maior uso do artigo.

Ao rastrear o artigo definido diante patronímicos, percebeu-se que a maioria dos autores nunca usa artigo nesse contexto, que essa seria, portanto, uma característica da língua oral. Acredita-se também que dois princípios antagônicos pareçam estar atuando com relação ao uso do artigo definido não só no contexto de nomes próprios de pessoa:

- a) Familiaridade que o falante supõe que o ouvinte tenha acerca da entidade - quando o falante acredita que o ouvinte não compartilha desse conhecimento, ele se empenha para definir melhor o possuído ou a entidade, assim: personagens não conhecidos pelo ouvinte, o possuído, o especificado, e entidades novas apresentadas pela primeira vez tenderiam ao aumento do emprego do artigo definido; os parentescos, por sua vez, tornariam o artigo redundante, já que são por si só hiperdefinidos.
- b) Familiaridade que o falante tem acerca da entidade – nomes próprios familiares (batismo ou apelido), objetos de propriedades essencialmente familiares e pessoas do diálogo (próximas) fomentariam o uso do artigo definido nesses contextos.

Em sua análise a respeito do uso dos nomes próprios de pessoa (patronímicos), Silva (1996) chegou ao que ela chamou de “resultados sociais”; dividiu esses resultados em duas variáveis:

- Variáveis estratificadas

- a escolarização privilegia nos adultos o emprego do artigo (principalmente a partir do 2º grau); contudo, os homens não parecem sensíveis à escolarização, mas as mulheres sim.
- o fator idade mostrou-se relevante do ponto de vista estatístico; percebeu-se que mulheres de idade mais avançada empregam mais artigo definido diante de antropônimos e os homens menos.
- Variáveis não-estratificadas
 - quanto maior a inserção no mercado ocupacional, maior o uso de artigo.
 - pessoas mais expostas à mídia, usam mais artigos.
 - a sensibilidade linguística atuou de forma positiva, estimulando o uso do artigo.
 - o fator renda não atuou neste contexto.

1.6.4 Costa (1998)

A autora propõe apresentar um estudo dos elementos morfossintáticos que levaram à ausência ou à presença de artigo definido diante de possessivo e de nome próprio no período arcaico (século XIII ao século XVI).

Seu *corpus* é formado pelos seguintes documentos do período arcaico: Textos selecionados editados por Clarinda Maria (TCM), da região de Entre-Douro-e-Minho, que abarcam os séculos XIII, XIV e XV; Crônicas de D. Pedro de Fernão Lopes (CDP), pertencentes à primeira metade do século XV; Diálogo da viciosa vergonha (DVV) e Diálogo em louvor da nossa Linguagem (DLNL), ambos de 1540, meados do século XVI, de autoria de João de Barros.

Segundo Costa (1998), esse fenômeno não é estigmatizado e nem valorizado socialmente atualmente como demonstram os estudos sociolinguísticos, estando subordinado não só a aspectos teóricos sobre a definitude como também à questão da mudança linguística. A autora toma por base os estudos de Silva (1996) e Callou (1992) para realizar a sua análise.

Para Costa (1998), sua primeira missão foi constituir um *corpus* que fosse representativo desse período, por isso optou por trabalhar com toda a época arcaica; preocupou-se também com a diversidade dos escritos que seriam objeto de estudo. Ao realizar sua análise, dividiu seu *corpus* em dois: com ocorrências de artigo definido diante de nome próprio e com ocorrências de artigo diante de possessivo; esses resultados foram primeiramente analisados, confrontados entre si e depois comparados, como já citado, aos trabalhos de Silva (1996) e Callou (1992). Cabe deixar

claro também que, como o objeto de estudo desta tese diz respeito aos nomes próprios, não nos ateremos aos possessivos.

De um total de 1.553 ocorrências de nomes próprios, apenas duas foram, segundo Costa (1998), articuladas; essas ocorrências foram obtidas nos textos de João de Barros, uma ocorrência em cada texto, ou seja, foram encontrados em textos que retratam o final do período arcaico.

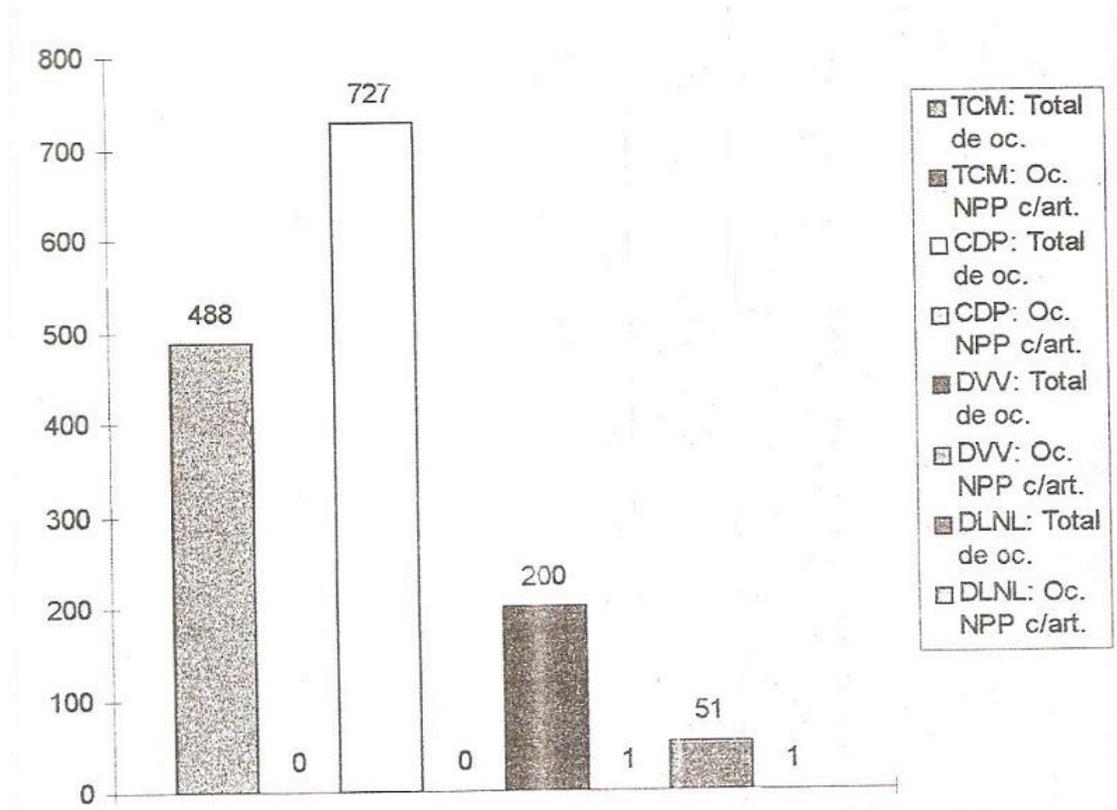


Gráfico 1: Quantificação geral das ocorrências do trabalho de Costa (1998)

Fonte: COSTA, 1998, p. 67

Segundo Costa (1998), esse registro comprova a informação de Silva (1996) de que o uso do artigo definido no contexto de antropônimo é próprio da linguagem oral, sendo baixo o seu uso na linguagem oral.

Nos dois dados, a função sintática desempenhada é a de sujeito, sendo nessa função em que, segundo Callou e Silva (1997), registrou-se pela primeira vez o seu uso, sendo esse uso muito frequente até o século XVII: não houve ocorrências de nome próprio de pessoa antecedido

de artigo definido nos textos de Clarinda Maia (séculos XIII, XIV e XV) e na Crônica de D. Pedro (1ª metade do século XV). Porém, foram encontradas estruturas de artigo mais determinante – nome próprio (14,68% nos textos de Clarinda Maia e 0,27% na Crônica de Pedro de Fernão Lopes); a autora argumenta que, segundo Callou (1992) não há, nessa época, ocorrências de artigo definido ligadas diretamente ao nome próprio, mas precedendo um determinante ligado ao nome próprio, vindo esse seguido de personativo. Cabe lembrar que, no Diálogo da Viciosa Vergonha, também houve uma ocorrência dessa estrutura (art+det+NP); no mais, ressalta-se que não houver ocorrências de nome próprio precedido de preposição.

A autora finaliza dizendo que, com relação ao artigo definido diante de nome próprio de pessoa, o número de dados foram bastante restritos e bastante específicos.

1.6.5 Callou (2000)

A autora trabalha com a variação do uso do artigo definido diante de antropônimos no português do Brasil. Seu objetivo é encontrar evidências para provar que a variação no português do Brasil obedece a condicionamentos linguísticos e extralinguísticos, e ainda mostrar que, do ponto de vista sincrônico, geralmente, não há evidências que permitam explicar, de forma inequívoca a ocorrência das variantes. Afirma ainda que, ao que tudo indica, o uso ou não do artigo definido esteja ligado à definitude, e que o uso do artigo definido diante de nomes próprios é característico de um número reduzido de línguas.

Seu trabalho teve por base as seguintes hipóteses:

- a) o uso do artigo estar relacionado ao seu *status* definido, ou melhor, ao fenômeno da ‘definitude’;
- b) o português estender esta marca de ‘definitude’ aos nomes próprios, embora esses já apresentem, até certo ponto, o traço [definitude];
- c) este uso específico do artigo ser mais frequente na linguagem falada que na escrita;
- d) o uso, na língua falada culta, obedecer a uma distribuição regional, sem estar sujeito a um processo de estigmatização (CALLOU, 2000, p. 13)

Foram analisados dois *corpora*: um formado por 33 entrevistas informais realizadas em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, num total de 580 ocorrências de antropônimos; e outro, formado por textos antigos de autores portugueses e brasileiros (do século XIII ao XIX) e textos contemporâneos (século XX), cabe lembrar que os textos de autores brasileiros contemporâneos foram escolhidos por região de forma que houvesse correspondência

com as cinco cidades do projeto NURC e em duas gerações, num total de 3.830 dados. Cumpre lembrar que, nos dados coletados pelo projeto NURC, o pesquisador não consegue saber qual o grau de intimidade entre o falante e o referente em questão.

Foram consideradas todas as ocorrências de nomes próprios, distribuídas em cinco variantes: nome próprio com artigo, nome próprio sem artigo, nome próprio precedido de determinante (não artigo) do tipo professor, doutor, ministro *etc.*, nome próprio com artigo mais determinante, nome próprio com determinante que exclua o artigo. Paralelo a isso, foram estabelecidos os grupos de fatores que poderiam funcionar como condicionadores linguísticos ou sociais do uso do artigo definido: época, identificação do texto por autor ou editor, origem, situação discursiva, dimensão e acentuação da sílaba inicial do vocábulo, presença de preposição, função sintática do nome próprio.

O primeiro ponto observado pela autora ao efetuar sua análise foi o fato de o uso do artigo crescer gradativamente do século XIII até os dias atuais e que é nos últimos três séculos que esse aumento torna-se significativo. Segundo ela, a “origem do artigo corresponde a uma mudança qualitativa- estrutural, mudança de marcas internas para marcas externas.” (CALLOU, 2000, p. 16)

Ao analisar apenas os textos escritos, a autora observa que o artigo não ocorre diretamente ligado ao nome próprio nos primeiros textos escritos, mas precedendo um determinante que, por sua vez, era seguido de um nome próprio personativo.

Como o percentual de artigo nos primeiros séculos é muito baixo, a autora afirma ser fácil identificar seu ambiente de ocorrência. Assim, para ela, “o uso do artigo diante de nomes próprios se iniciou em um contexto específico [art+det+NP], numa determinada posição, a de sujeito, e numa determinada estrutura vocabular, isto é, em vocábulos de duas sílabas” (CALLOU, 2000, p. 26)

Uma análise global desses dados apontou como fatores relevantes a época em que o texto foi escrito, contexto (a presença ou não de determinante), a origem geográfica e a função sintática. Ao se considerar apenas os textos escritos do século XX, obteve-se como fatores favorecedores a origem, a situação discursiva, o contexto, a dimensão do vocábulo e a função sintática. Esses resultados indicaram ainda que o artigo definido diante de nomes próprios será preferencialmente usado por autores brasileiros se estiver determinado; se estiver no discurso direto ou se tratar de nome público. Conclui-se também que a frequência de artigo definido diante

de antropônimo, aumentaria à proporção que vamos do Nordeste ao Sul do país, que se considere o estado como um todo ou apenas a sua capital e que isso ocorre tanto na língua falada quanto na língua escrita.

Com relação ao *corpus* de língua falada, obtidos a partir de dados do projeto NURC, percebeu-se que os fatores relacionados à frequência de uso de artigo diante de antropônimos são: função sintática do nome próprio, contexto sintagmático, tonicidade da sílaba inicial do nome próprio e número de sílabas do vocábulo, sexo e faixa etária.

Ao se analisar a localidade separadamente, percebeu-se que, no Rio de Janeiro, os fatores faixa etária, grau de intimidade, nome/público e presença de preposição foram considerados favorecedores; em Salvador, nenhum fator foi selecionado, talvez pela pequena quantidade de dados; em Recife, foi apontado como fator favorecedor a faixa etária; em São Paulo, foram selecionados os fatores função sintática do nome próprio e sexo; e, em Porto Alegre, por sua vez, selecionaram três fatores: função sintática do nome próprio, sexo e presença de preposição. Quando se examinou a interação dos fenômenos sociais faixa etária e sexo, percebeu-se que é clara a diferença de comportamento entre homens e mulheres da faixa etária 1 (25 a 35 anos), ao contrário do que ocorre com a faixa etária 2 (36-55 anos) e faixa 3 (+ de 56 anos) em que há uma aproximação. A autora afirma que em São Paulo, Porto Alegre e Recife/Salvador, “o uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa parece estar regredindo entre os homens, enquanto nas mulheres, parece estar se intensificando, estando o ápice das formas com artigo na fala dos mais jovens”. (CALLOU, 2000, p. 23)

Para concluir, a autora confirmou ainda a ausência categórica de artigos em vocativos; que o grau de familiaridade só se mostrou relevante nos dados do Rio de Janeiro; e que, embora o uso do artigo seja visto como característica da língua falada, principalmente popular, “verifica-se na linguagem escrita (literária) do século XX, o uso do artigo nesse contexto apresenta resultados percentuais muito próximos: 34% na escrita e 36% na falada, estando sujeito aos mesmos condicionamentos” (CALLOU, 2000, p. 27). Segundo Callou (2000), a partir do surgimento do artigo, os contextos de ocorrência se ampliaram e houve um espraiamento e, pelo menos na língua falada culta, estejam possivelmente atuando processos rítmicos.

1.6.6 Mendes (2000)

Nesta dissertação, a autora investiga se a ausência de artigo definido diante de nomes próprios de pessoas no português mineiro da cidade de Barra Longa caracteriza-se como uma estrutura que reteve traços de períodos pretéritos da língua portuguesa.

A escolha dessa localidade deu-se, inicialmente, devido a autora ter notado, desde os primeiros contatos que teve com a fala contemporânea dos habitantes dessa cidade com um grande número de ocorrências de ausência de artigo nessas estruturas, principalmente quando se tratava de casos de genitivo. Além disso, ao examinar textos não-literários dos séculos XVIII e da primeira metade do XIX da referida região, várias estruturas causaram estranhamento, dentre elas o nome próprio não-articulado. A cidade de Barra Longa está situada a 172 Km de Belo Horizonte, emancipou-se em 1938, tem como principal atividade econômica a agropecuária.

Adotaram-se os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Histórica de Bynon (1977); já do ponto-de-vista sincrônico, adotou-se a descrição da estrutura interna do sintagma nominal proposto por Perini (1996) e Mateus *et al* (1989), sendo realizados alguns acréscimos.

Foram analisados dois *corpora*. O primeiro formado a partir de 16 documentos, na sua maioria notariais e paroquiais, classificados como prosa não-literária, compreendendo o período da primeira metade do século XVIII à primeira metade do século XIX. O segundo formado por 10 entrevistas realizadas por pessoas idosas, com faixa etária média de 80 anos.

Ao analisar seu *corpora*, a autora verificou que tanto na língua escrita quanto na língua oral contemporânea a ausência de artigos não está atrelada à posição que o núcleo do sintagma nominal (nome próprio) ocupa no sintagma nominal. Segundo Mendes (2000), seria a presença do qualificativo que regula ou condiciona a ocorrência de artigos em ambas as modalidades.

Como na língua escrita pretérita há uma predominância de estruturas sem artigo, a autora defende que “a não-ocorrência de NSN-NPr articulados nos dados da LEP pode ser um indicativo de que tais estruturas não ocorriam na época da criação dos textos, isto é, nos séculos XVIII e XIX, e que NSN-NPr não-articulados eram de uso mais frequente” (MENDES, 2000, p. 147). Como na língua oral contemporânea também predomina essa estrutura, a autora defende a hipótese de que a comunidade estudada usa uma estrutura pretérita que pertencera à estrutura gramatical dos séculos XVII e XIX e, ainda que as estruturas regidas de preposição não são articuladas, nos dois *corpora*, são resquícios “de uma forma pretérita da língua que se manteve no sistema linguístico da comunidade de Barra Longa” (MENDES, 2000, p. 148)

Ao realizar uma abordagem semântica, percebeu-se que os dois *corpora* preservaram o traço semântico mais definido do NPr, traço esse característico do Latim, uma língua não marcada morfologicamente. Como o qualificativo “dona” co-ocorre junto ao nome próprio não-articulado, verificou-se qual o papel deste qualificativo nesta estrutura, a autora propôs que este qualificativo junta-se ao nome próprio formando uma referência única, passando os dois juntos a se comportar como um nome próprio.

Mendes (2000) afirma também que, embora tenham sido utilizadas apenas entrevistas com informantes idosos, foi verificado por ela, com base em conversas informais ou na inserção de um terceiro informante em uma das entrevistas, que este tipo de estrutura também ocorre na fala dos jovens.

Sincronicamente, para descrição do SN máximo, foi proposto criar o nome Qualificativo para identificar os títulos honoríficos e termos como mulher (no sentido de esposa), marido, tio, filho, irmão, primo *etc.*. Essa nova função, a de qualificativo, passaria a ocupar uma posição rígida ao lado esquerdo no núcleo do sintagma nominal – nome próprio, só podendo ser quebrada essa rigidez com a introdução de outro qualificativo.

Além disso, a autora comprovou a importância dos textos notariais e eclesiásticos para as pesquisas sincrônica e diacrônica. Viu-se que, dentre as condições internas favorecedoras da presença de artigo, está a ocorrência de qualificativos (com exceção do Qv dona).

Diacronicamente, a autora estabeleceu “uma causa longínqua que remonta à proto-língua (o latim) para a existência de NSN-NPr não-articulados no português contemporâneo dos séculos XVII e XIX de uma mesma região de Minas Gerais” (MENDES, 2000, p. 152).

1.6.7 Amaral (2003)

Amaral (2003) descreve a variação regional da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na língua oral contemporânea de três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu. Seu objetivo é descrever essa variação e identificar os fatores favorecedores e desfavorecedores. A hipótese inicial é de que esse fenômeno constitui um caso de variação regional e sua distribuição não se enquadra na divisão dos três falares mineiros propostos por Zágari (1998).

A escolha dessas três localidades baseia-se nessa divisão proposta por Zágari (1998); assim, foram selecionadas as cidades de Campanha, no sul de Minas; Minas Novas, no vale do Jequitinhonha e Paracatu, no noroeste do Estado. Essas três localidades possuem semelhanças históricas, são todas do século XVIII e pontos secundários de mineração; mas possuem realidades sócio-econômicas bem diferentes: Minas Novas foi fundada em 1727, tornou-se cidade em 1840, possuía 30.646 habitantes e sua atividade econômica atual é a agricultura de subsistência, o artesanato e o comércio; Paracatu foi fundada em 1717, tornou-se cidade também em 1840, possui atualmente 75.216 habitantes e economicamente possui uma “agricultura altamente de técnicas avançadas, ao lado de outra de subsistência, com pecuária intensiva e extensiva e com moderna exploração mineral” (AMARAL, 2003, p.75); Campanha, por sua vez, foi fundada em 1837, tornou-se cidade em 1840, possui 14.098 habitantes e, na área econômica, predomina a agropecuária, com destaque para a produção de café, leite, milho, laranja e poncã.

A pesquisa seguiu alguns pressupostos teóricos da Dialetologia e outros da Sociolinguística Variacionista. Os *corpora* constituíram-se de gravações de língua oral contemporânea com informantes de duas faixas etárias (18 a 30 anos e a partir de 50 anos) e dois níveis de escolaridade (analfabeto ou com apenas os dois primeiros anos do atual Ensino Fundamental e Ensino Médio e Superior).

Foram estabelecidos os seguintes fatores: idade do informante, nível de escolaridade, grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada, ausência/ presença de título, posição do antropônimo no turno conversacional, presença do antropônimo em estrutura de genitivo, antropônimo como item de uma enumeração.

Foram realizadas 23 entrevistas; após a exclusão dos dados, foram totalizadas 639 ocorrências de antropônimos (242 em Campanha, 233 em Minas Novas e 164 em Paracatu). Em Campanha, 75% das ocorrências de antropônimos foram articuladas e 24% não articuladas, os fatores posição do antropônimo no turno conversacional e intimidade foram os estatisticamente relevantes. Em Minas Novas, 38% das ocorrências aparecem antecedidas pelo artigo definido e 61% desarticuladas, os fatores favorecedores foram faixa etária e intimidade. Em Paracatu, por sua vez, 47% das ocorrências foram articuladas e 52% não, os fatores favorecedores foram: faixa etária, nível de escolaridade e posição do antropônimo no turno conversacional.

Em seguida, Amaral (2003) compara os resultados das três localidades. Observa que a faixa etária, fator selecionado em Minas Novas e em Paracatu, teve a presença do artigo

favorecida pelos informantes mais jovens e a ausência de artigo favorecida pelos mais velhos. Em Paracatu, selecionou-se o fator escolaridade, sendo a presença favorecida pelos informantes mais escolarizados. Segundo ele, “esses resultados forneceram indícios de que o fenômeno pode constituir um caso de mudança em progresso nas duas localidades”. (AMARAL, 2003, p. 131); assim, novas pesquisas precisam ser feitas, com outras faixas etárias para se comprovar essa afirmação.

Com relação à posição do antropônimo no turno conversacional, fator que foi selecionado em Campanha e Paracatu, verificou-se que a ausência do artigo foi favorecida pela posição inicial do antropônimo no turno conversacional.

O fator intimidade, selecionado em Campanha e Minas Novas, apresenta resultados opostos aos resultados gerais e a caracterização de cada cidade; verificou-se que o uso do artigo definido serve para marcar o tipo de contato que o informante tem com a pessoa a qual se refere.

Comprovou-se a existência de variação areal com relação ao fenômeno estudado no estado de Minas Gerais, confirmando a possibilidade de delimitação de áreas linguísticas a partir de fenômenos sintáticos, o que até então não havia sido feito pela Dialectologia.

Ao somar o seu estudo ao de Moisés (1995) e Mendes (2000), o autor afirma ter o mapeamento de cinco pontos do Estado e que esse mapeamento contrasta com a divisão de falares proposta por Zágari (1998); mas, ao mesmo tempo, afirma que para traçar uma isoglossa para essa distribuição, novas pesquisas precisam ser feitas. Para concluir, o autor diz esperar contribuir, com seu trabalho, “para o conhecimento da língua falada pelos mineiros e, conseqüentemente, da que é utilizada pelos brasileiros”. (AMARAL, 2003, p. 132)

1.6.8 Kim (2005)

Kim (2005) analisa o processo de aquisição do artigo definido em português como segunda língua por aprendizes coreanos. Segundo ele, o sistema de artigos do português é uma categoria nova para o falante coreano; assim, objetiva analisar como o falante de coreano adquire esse subsistema em português. Além de discutir sobre o uso do artigo, Kim (2005) analisa estudos sobre a aquisição de artigos e conceitos de transferência, interlíngua e variação.

Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa longitudinal com seis falantes coreanos, do sexo masculino, aprendendo português como segunda língua em Porto Alegre. Os participantes

foram agrupados em 3 pares de acordo com seu nível de desempenho na língua portuguesa, definidos pela classificação do curso de português no qual estavam estudando, assim o primeiro par chegou ao Brasil em março de 2000, o segundo em julho de 2001 e o terceiro par em março de 2001; como não houve mudança de uso do artigo definido que justificasse uma análise de cada encontro, os dados foram agrupados em 3 momentos, a cada dois meses (encontros 1-4, encontros 5-8 e encontros 9-12).

Para efetuar a comparação desses dados com o português como L1, foram utilizados também dados com 2 participantes porto-alegrenses do projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana no Sul do Brasil). Os dados foram gerados através de entrevistas realizadas durante encontros regulares com o pesquisador e as funções do artigo definido foram categorizadas em: uso em primeira menção, uso em segunda menção e uso genérico; as tarefas realizadas durante as entrevistas, por sua vez, foram divididas em: entrevista, narrativa e descrição.

Os resultados obtidos foram comparados aos resultados dos dados de variação regional. Sua proposta visou responder às seguintes perguntas:

- 1) Como ocorre o processo de aquisição do artigo definido por coreanos?
 - 1a. Quais são as características do processo de aquisição?
 - 1b. Quais são as inadequações do processo da aquisição?
- 2) Como os coreanos usam o artigo definido diante de possessivos e de antropônimos?
 - 2a. Quais são as características do uso do artigo definido nesse contexto?
 - 2b. Como o uso de coreanos se compara com o uso de brasileiros nesse contexto? (KIM, 2005, p. 16)

Como nosso interesse é estudar o uso do artigo definido diante de antropônimos, ater-nos-emos a apenas esse fenômeno linguístico. Assim, com relação ao grupo de controle formado por brasileiros porto-alegrenses, ambos participantes obtiveram em média 78% de uso do artigo definido diante de antropônimos; os contextos extremamente favorecedores foram a presença de preposição e os títulos. Já com relação ao primeiro par de coreanos, após 3 meses de aprendizado de português, houve 20% de uso de artigo definido no contexto de antropônimos. O segundo par de coreanos utilizou 6,4% de artigo definido nos dados com artigo definido e o terceiro par, por sua vez, utilizou em 6,3% dos dados. Como se vê, o uso do artigo definido diante de antropônimos na fala dos coreanos aprendizes de língua portuguesa como L2 foi extremamente baixo se comparado à fala dos nativos; o uso do artigo ocorreu apenas em dados com contração de preposição, nesses casos, o uso de artigo foi categórico. Muitas vezes, os falantes coreanos

ficavam na dúvida sobre o uso ou não do artigo definido, o que revela, segundo o autor, que não há uma regra sistematizada, mas um subsistema em processo inicial de aquisição.

Em resposta à pergunta 2, o autor revela que “o maior uso do artigo definido por porto-alegrenses é resultado de uma variação regional que revela um maior uso do artigo definido diante de possessivos e de antropônimos” (KIM, 2005, p. 154). Desse modo, apesar dos falantes coreanos estarem expostos a uma comunidade de fala que utiliza o artigo definido de forma mais expressiva nesse contexto, esse fato não influenciou o processo de aquisição do artigo definido.

Em conclusão às suas outras indagações iniciais, a autora relata que: a grande diferença entre o coreano e o português causa inadequações com relação ao uso do artigo definido; como essa classe morfológica não existe no coreano (L1), eles possuem dificuldade no português (L2) e acabam transferindo o sistema de marcação da L1 para o português. Além disso, os coreanos revelaram estar em fase inicial de desenvolvimento, levando mais tempo para adquirir o artigo definido devido a essa ausência de categoria na L1. Como o uso mais frequente de artigo ocorreu na contração das preposições, Kim (2005) concluiu que os coreanos parecem interpretar a forma de contração como um único morfema.

1.6.9 Alencar (2006)

Alencar (2006) objetiva verificar a emergência e incorporação dos padrões que regulam a variação do artigo definido frente ao nome próprio em contexto de *input* variável. Assim, a aquisição da variação no uso do artigo será analisada confrontando com os padrões de variação existentes na fala do adulto.

O interesse da autora é investigar a trajetória aquisitiva da variação no uso do artigo frente ao nome próprio com o intuito de responder às perguntas abaixo:

- De que modo a aquisição reflete a sistematicidade e a regularidade dos fatores que atuam sobre o processo variável analisado?
- Em que momento do processo aquisitivo a configuração desse processo variável encontrado na comunidade é incorporado na fala da criança?
- Estaria a fala da criança refletindo os padrões da fala do adulto (Child-Direct Speech)? Nesse caso o *input* opera no processo aquisitivo?
- Considerando que a trajetória aquisitiva do artigo definido frente a N próprio pode sofrer restrições devidas ao próprio desenvolvimento cognitivo da criança, em que medida fatores de ordem maturacional podem estar motivando a variação? (ALENCAR, 2006, p.14)

A hipótese adotada pela autora é a de que a variação estudada segue uma trajetória que reflete, em grande parte, características do *input* variável a que a criança tem acesso durante o processo aquisitivo de L1; assim, o artigo seria incorporado inicialmente nos contextos mais favoráveis à presença do determinante na fala do adulto e iria se expandindo para os outros contextos. Considera-se que, em razão de fatores maturacionais – pressões associadas ao desenvolvimento linguístico e cognitivo mais geral da criança – a variação no uso do artigo frente a nomes próprios na fala infantil pode não refletir inteiramente o padrão observado na fala dos adultos.

No trabalho de Alencar (2006), adotou-se uma orientação teórica em que foram conjugados pressupostos relativos à variação (Teoria da Variação de orientação Laboviana) e à aquisição (parte do princípio de que a aquisição de L1 não é independente das situações de uso da língua). Os dados do *corpus* utilizados fazem parte do “Projeto Aquisição da Linguagem Oral”, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/UNICAMP), cujo objetivo foi o de descrever a aquisição do português como primeira língua em doze crianças paulistas com idades entre 11 meses e 6 anos, filhas de pais universitários.

Foram realizados dois tipos de estudo na fala das crianças em fase de aquisição da linguagem: um estudo longitudinal (no período de 1;2 a 4;10, para depreender o percurso aquisitivo ao longo do desenvolvimento linguístico) e um estudo de amostra estratificada (análise da fala de 10 crianças em cinco pontos etários – 1;6, 2;00, 2;6, 3;00 e 4;00 – controlando a trajetória depreendida no estudo longitudinal e a regularidade no efeito dos fatores analisados). Ao final, os resultados obtidos foram comparados com outras pesquisas que investigaram o uso do artigo definido diante de nomes próprios. Cabe lembrar também que, para identificar todas as dimensões linguísticas envolvidas no uso do artigo diante de nomes próprios, a autora controlou os grupos de fatores que se mostraram mais atuantes em pesquisas anteriores.

Ao realizar sua pesquisa, percebeu-se, no estudo longitudinal, que os índices de uso de artigo definido diante de nome próprio encontrados na fala infantil (80%) são um pouco mais baixos do que aqueles encontrados na fala dos adultos (96%). Essa mesma tendência é verificada no estudo estratificado, só que o índice encontrado na fala infantil cai para 70% e o da fala dos adultos 95%. Ficou evidente também que “o uso do artigo em contextos categóricos antecede a emergência do determinante em contextos variáveis e que o artigo emerge de forma variável na fala infantil. (ALENCAR, 2006, p. 154). A criança não incorpora apenas umas das variantes, mas

as duas variantes da variável de uma vez só. Num primeiro momento, são adquiridos os contextos mais salientes de uso do artigo na fala do adulto para depois ir se espalhando para os outros contextos de uso variável.

Segundo o estudo, a função primeira do artigo definido antes de nome próprio estaria associada à necessidade de ser remeter ao contexto imediato da interação, ou seja, à dêixis. Em seguida, o artigo expandiria suas funções na fala infantil passando a ser usado também para referentes únicos e elementos inéditos na cadeia discursiva e para sinalizar que a entidade está sendo introduzida pela criança. A função que ocorreria mais tarde seria a anafórica, sendo, portanto, menos saliente nos estágios iniciais de aquisição.

Ao se analisar os padrões de variação da fala do adulto e da criança verificaram-se que algumas variáveis se mostraram atuantes no discurso do adulto e da criança em diferentes fases aquisitivas. Um dos fatores que mais se destacou foi a presença de preposição, seguido do fator função sintática; assim os sintagmas nominais inseridos em sintagmas preposicionados com núcleo preposicional explícito foram os que tiveram os índices mais expressivos de artigo definido.

Segundo a autora, as divergências encontradas entre os padrões da criança e do adulto podem evidenciar que outros fatores estejam ligados à aquisição do artigo. Alguns aspectos como recuperação do referente, especificidade do referente e *status* informacional na fala do adulto mostraram-se irrelevantes; ao passo que a forma de recuperação do referente no discurso infantil mostrou que a função dêitica do artigo assume maior importância nas primeiras ocorrências do artigo no contexto variável analisado. Foi com relação ao fator gerenciamento do fluxo informacional que as diferenças revelaram-se mais salientes: enquanto tal variável foi inoperante a fala do adulto, na fala infantil os referentes com *status* informacional “novo” são bem mais marcados com presença do artigo do que os referentes com *status* já “evocado”.

Ao comparar os grupos de fatores analisados com a variável idade, percebeu-se uma expansão gradativa da função do artigo em todo o *continuum* etário. Confirmou-se que

a preposição é favorável ao uso do artigo ao longo de todo o processo aquisitivo e que as funções preposicionadas seguem a mesma tendência a partir de 2;06. Vimos que a referenciação dêitica é expressiva durante toda a cadeia aquisitiva e que a referenciação anafórica só vai apontar índices aproximados aos do adulto por volta dos 4;00. Na trajetória aquisitiva, notamos que o fator unitário apresentou-se com altas taxas aos 3;00 e que o fator não unitário se mostra significativo para o uso do artigo por volta dos 4;00. Em relação ao *status* informacional do referente, sobressaiu a predominância do fator “novo” durante todo o percurso etário, o fator “evocado” passa a atuar na presença do artigo a partir de 2;06. Ao longo do *continuum* aquisitivo, notamos que aos 2;06 o artigo

já desponta com presença categórica diante de N próprio introduzido pela criança e que só aos 4;00 o referente introduzido pelo adulto (referente anafórico, portanto) passa a corresponder aos índices observados na fala do adulto, o que reforça as evidências de que a função anafórica do artigo só vai se manifestar em idades mais avançadas. (ALENCAR, 2006, p. 157-158)

Como se vê, há uma expansão gradativa das funções do artigo na fala infantil, conforme o avanço da faixa etária, o que mostra que o uso do artigo na fala da criança não se limita a uma representação exata da fala do adulto. O paralelismo entre os contextos de uso na fala da criança e do adulto apenas confirmam parcialmente a hipótese da atuação do *input* já que o *continuum* de expansão do artigo parece ser determinado também por fatores maturacionais.

1.6.10 Alves (2008)

Este trabalho trata a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos no português brasileiro, focalizando a fala dos jovens da cidade mineira de Barra Longa que, atualmente, residem em Belo Horizonte; essas duas cidades, apesar de relativamente próximas, possuem padrões divergentes com relação a essa variação: em Belo Horizonte, há uma tendência ao emprego do artigo definido e, em Barra Longa, a ausência de artigo é mais preservada na fala da comunidade.

O objetivo de Alves (2008) ao realizar essa pesquisa é o de verificar o comportamento dos jovens da comunidade de Barra Longa que residem em Belo Horizonte com relação à variação sintática em questão. Partindo do pressuposto de que, na fala desses jovens, mantêm-se “a estrutura da comunidade de origem, acreditamos que o processo de manutenção ocorre de forma variável e que essa variação pode ser entendida através da análise das redes sociais em que se integram os informantes” (ALVES, 2008, p. 72)

O estudo parte das seguintes hipóteses: a) o fenômeno em questão é preservado na fala desses jovens de forma variável, ou seja, a presença do artigo tende a ser mais saliente em alguns contextos, dentre eles, quando o referente do antropônimo é uma pessoa pública; b) essa variação é influenciada pelos grupos de fatores linguísticos e extra-linguísticos: forma como o antropônimo aparece, circunstância em que o antropônimo é citado no discurso, estrutura do SN, antropônimo como item de enumeração, função sintática do SN, grau de intimidade entre o entrevistado e o referente, gênero e redes sociais; c) a manutenção da estrutura de Barra Longa na

fala dos jovens que residem em Belo Horizonte se orienta pela manutenção das redes de relacionamentos com pessoas de Barra Longa.

Os pressupostos teóricos adotados baseiam-se na Sociolinguística Variacionista de Labov (1972), associados ao conceito de redes sociais proposto por Milroy (1980), com o objetivo de analisar se a manutenção das redes de relacionamentos com pessoas da comunidade de origem traz algum tipo de interferência no fenômeno estudado.

Alves (2008) adotou os seguintes grupos de fatores em sua análise: forma em que o antropônimo aparece, circunstância em que o antropônimo é citado, estrutura do sintagma nominal, antropônimo como item de enumeração, função sintática, gênero, grau de intimidade do entrevistado com o referente, redes sociais, convívio com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade de Barra Longa e tempo de residência em Belo Horizonte.

Foram gravadas 16 entrevistas com informantes de Barra Longa que atualmente residem em Belo Horizonte, jovens de 18 a 30 anos, nascidos em Barra Longa, filhos de pais nascidos na região. Com o intuito de poder verificar as possíveis alterações na fala desse grupo, também foi constituído um grupo de controle a partir de 4 informantes que permaneceram em Barra Longa. A autora esclarece que o grupo que será foco de sua atenção é o grupo que reside em Belo Horizonte e que, portanto, sua análise se orientará pelos resultados desse grupo.

Os dados foram submetidos ao Programa Estatístico para Computadores Goldvarb/Varbrul (2001). No grupo de Belo Horizonte, foram encontrados 1.163 sintagmas nominais com antropônimos e, no grupo de controle, 340 sintagmas nominais com antropônimos. Com relação ao grupo de controle, verificou-se 95% de ausência de artigo e apenas 5% de presença de artigo definido; já com relação ao grupo que reside em Belo Horizonte, verificou-se 85% de ausência e 15% de presença de artigo definido.

Segundo Alves (2008), esses resultados mostram que, em Barra Longa, prevalece a ausência de artigo não só na fala dos idosos, como comprovado em Mendes (2000), como também na fala dos jovens. E, ainda, que a estrutura preferida do grupo residente em Belo Horizonte é a variante de Barra Longa e não a de Belo Horizonte; assim, o padrão da comunidade de origem vem sendo preservado. Ao mesmo tempo, ao se comparar os percentuais do grupo de controle (5%) aos do grupo que reside em Belo Horizonte (15%), percebe-se um ligeiro aumento da preferência pela variante falada em Belo Horizonte.

Dentre os grupos de fatores, apenas cinco foram selecionados pelo Programa: um linguístico e quatro extralinguísticos, na seguinte ordem de importância: grau de contato com a cidade de origem, grau de intimidade com o referente, pertinência a redes ligadas a Barra Longa, função sintática e gênero. A autora afirma ainda que a seleção de apenas um fator linguístico indica que esse fenômeno está correlacionado a variáveis linguísticas.

Com relação à função sintática, os resultados apontam “os complementos verbais – objeto direto e objeto indireto, respectivamente – e o aposto como principais favorecedores da presença do artigo no contexto analisado, evidenciando assim o fato de não haver interdependência entre a presença de preposição e a função sintática” (ALVES, 2008, p. 142)

Com relação ao gênero, tanto os homens quanto as mulheres apresentam tendência ao não-uso do artigo; mas, a presença de artigo é mais saliente na fala dos homens que residem em Belo Horizonte do que na das mulheres (13%).

Alves (2008) também observou, com relação ao grau de intimidade entre o entrevistado e o referente no grupo de Belo Horizonte, que o uso do artigo é “favorecido quando o entrevistado se refere a pessoas mais próximas (0.44), ligeiramente favorecido quando se refere a pessoas mais distantes (0.52), e altamente favorecido quando se refere a figuras públicas (0.87)” (ALVES, 2008, p. 109); ainda afirma que o comportamento dos jovens que permanecem em Barra Longa é semelhante: 0.35 referindo-se a pessoas mais próximas, 0.62 a pessoas mais distantes e 0.96 ao se referir a pessoas públicas. Apesar dessa relação inversamente proporcional ao que é postulado pelas gramáticas com relação ao uso do artigo e o grau de intimidade, observa-se, no grupo de controle, que a presença de artigo definido na fala do grupo de Belo Horizonte começa “a ser favorecida quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas dos falantes” (ALVES, 2008, p. 112)

Ao realizar a análise das redes sociais, foram analisados dois grupos de fatores: convívio diário com pessoas de Barra Longa e grau de contato com a cidade de Barra Longa. Para a primeira análise, percebeu-se que, na fala dos jovens residentes em Belo Horizonte, a presença do artigo definido neste contexto é favorecida (0.66) quando os informantes não convivem diariamente com pessoas de Barra Longa, ao passo que, quando há essa convivência, a presença de artigo definido é desfavorecida (0.34). Assim, verifica-se que, quando os jovens de Barra Longa que moram em Belo Horizonte mantêm contato com as pessoas de Barra Longa diariamente, eles preservam mais a variante de sua cidade de origem. Com relação à análise com

o grau de contato com a cidade de Barra Longa, percebeu-se que o não-contato frequente com a cidade de Barra Longa favorece a presença do artigo definido nesse contexto (0.75) e que o contato frequente desfavorece o uso do artigo (0.31).

A partir dessa primeira rodada, alguns questionamentos são colocados por Alves (2008):

- a) A explicação para a atuação do grupo de fatores função sintática, com favorecimento da presença do artigo divergentes de outros trabalhos que levaram em conta esse grupo de fatores pode ser compreendida a partir da atuação de fatores não-linguísticos?
- b) Levando em conta que a referência a pessoas públicas figura como o fator que mais favorece a presença do artigo nos dois *corpora*, o fato de a presença de artigo ser favorecida na fala dos homens pode ser explicado pela atuação do grupo de fatores grau de intimidade?
- c) A exclusão do fator figura pública dos resultados apresentados, na primeira rodada, acentuaria ainda o índice de ausência de artigo diante de antropônimos nos dois *corpora* analisados?
- d) No que se concerne à análise das redes sociais dos membros da comunidade de fala analisada, o comportamento individual dos informantes estaria interferindo nos resultados gerais?
- e) O tempo de residência em Belo Horizonte, único fator extralinguístico descartado pelo Programa, não estaria mesmo atuando na variação do uso do artigo para o grupo sob análise? (ALVES, 2008, p. 116)

Na tentativa de responder a esses questionamentos, Alves (2008) realiza o cruzamento do fator função sintática com o fator gênero. Ao analisar a atuação desse fator, verificou-se que, independente do grau de intimidade, as mulheres usaram menos artigo do que os homens e que, proporcionalmente, o número de referência a pessoas públicas presente na fala dos homens não é relevante para explicar esse fato. Ao mesmo tempo, percebeu-se que a mudança de comportamento quanto ao uso do artigo diante de antropônimos que se referem a pessoas mais próximas inicia-se pelos homens, o que justificaria, inicialmente, a presença do artigo ser favorecida em sua fala.

Ainda na busca de respostas às perguntas realizadas, Alves (2008) exclui o fator figura pública; verifica-se então que a ausência de artigo acentua ainda mais nos dois *corpora*, mas a diferença de percentual continua a mesma (10%). Com relação ao grupo de controle, nenhum dos fatores foi considerado; já que, com relação ao grupo de Belo Horizonte, foram selecionados os fatores tempo de residência em Belo Horizonte e grau de contato com a cidade de Barra Longa. Assim, afirma-se que o fator figura pública parece ser o principal favorecedor da presença de artigo.

Com relação ao grau de contato com a comunidade de origem, fator esse que foi selecionado em primeiro lugar nas duas rodadas, questionou-se a respeito do comportamento

individual desses informantes, realizando assim uma terceira rodada com o propósito de analisar a distribuição da presença de artigo em relação a cada indivíduo e verificar a atuação dos grupos de fatores controlados à luz dessa subdivisão dos informantes: verificou-se que o índice de presença de artigo por informante variou de 0 a 52%; essa análise permitiu concluir que o fator tempo de residência em Belo Horizonte não parece atuar no comportamento linguístico desses falantes. Ao verificar o grau de contato com Barra Longa e as redes sociais dos informantes, percebeu-se que os dois grupos, apesar de preservarem o padrão de Barra Longa, comportam-se de forma distinta com relação a essa variação. “O grupo que mantém contato frequente, isto é, que vai mais vezes a Barra Longa ao longo do ano, preserva mais a estrutura dessa comunidade, ao contrário do grupo dos falantes que vão menos a Barra Longa” (ALVES, 2008, p. 129)

A análise das redes permitiu perceber que o fator gênero só é relevante para o grupo que vai mais vezes a Barra Longa; nesse grupo, a presença do artigo é favorecida na fala das mulheres e desfavorecida na fala dos homens. O fator tempo de residência não se mostrou relevante, mas sim a manutenção do contato com pessoas que permaneceram na comunidade de origem; conclui-se que os jovens que vão com mais frequência a Barra Longa e mantêm contato com as pessoas de lá, possuem laços densos com os membros que integram a rede social dessa comunidade, enquanto os outros que não mantêm esse contato, possuem laços frouxos. Dessa forma, a fala das pessoas que possuem laços fortes preserva muito mais o padrão de ausência característico de Barra Longa.

Ao se analisar o fator redes, percebe-se que grupos de fatores descartados pelo programa – tempo em que moram em Belo Horizonte e a forma com que o antropônimo aparece – passam a ser relevantes. Como foi informado, “os informantes que vão com maior frequência a Barra Longa usam mais o artigo se o tempo de residência é menor; aqueles que não vão com frequência, ao contrário, usam mais o artigo se o tempo de residência é maior.” (ALVES, 2008, p. 136). Com relação à forma como o antropônimo aparece, verificou-se, com relação ao grupo que vai mais a Barra Longa, que os apelidos desfavorecem a presença do artigo, da mesma forma que, nos antropônimos acompanhados de qualificativo, a ausência mostra-se categórica.

Como a literatura a respeito do assunto relata que a presença de artigo tende a ser favorecida diante de nomes próprios de pessoa antecidos por determinantes, verificou-se também essa hipótese. Percebeu-se que, apesar da presença do artigo ser expressiva, a estrutura linguística de ausência de artigo em Barra Longa ainda é mantida, mesmo nos contextos mais

favorecedores da outra estrutura. Acredita-se, porém, que essa possa “ser a porta de entrada para o uso do artigo diante de antropônimo na comunidade analisada. (ALVES, 2008, p. 138), mas essa constatação necessitaria de outra pesquisa.

Com relação à estrutura do SN, a presença de preposição não foi considerada favorecedora do uso do artigo. Dá-se destaque às estruturas contendo ‘casos genitivos’, dizendo ser característico da linguagem da cidade, uma vez que todos se conhecem, o que realça ainda mais o fator redes.

Já no que diz respeito à circunstância em que o antropônimo é citado, a ausência prevalece com estrutura preferida na comunidade de origem dos informantes com relação ao uso do artigo definido no contexto de antropônimos.

Para concluir seu trabalho, Alves (2008) afirma que “a atitude de preservar mais ou menos o padrão de Barra Longa se relaciona diretamente com variáveis sociais, isto é, variáveis ligadas ao informante ou ao meio em que ele vive” (ALVES, 2008, p. 147)

1.6.11 Almeida Mendes (2009)

O objetivo deste trabalho foi “descrever a variação presença/ausência de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó, tentando analisar a variante predominante e estabelecer os fatores que condicionam essa variação” (ALMEIDA MENDES, 2009, p. 22)

A proposta parte de uma percepção subjetiva da autora que era partilhada pelos moradores da região; acreditava-se que a fala dos moradores da zona rural de Abre Campo teria o predomínio da ausência de artigo no contexto de antropônimos e topônimos, ao passo que, na fala dos moradores de Matipó, haveria o predomínio da presença de artigo a variante predominante.

Adotou-se a metodologia da Dialetologia, baseada nos estudos de Rossi (1963), (1980) e Nascentes (1922), e da Sociolinguística, baseada nos estudos de Labov (1972), Milroy (1980) e Milroy (1992). A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma análise quantitativa e qualitativa de um *corpus* constituído por 848 dados, sendo que, desses dados, 620 eram antropônimos, assim divididos: 414 de Matipó e 206 de Abre Campo; e 228 eram topônimos assim divididos, 113 de Matipó e 115 de Abre Campo. Ao todo, foram realizadas 8 entrevistas na zona rural, 4 em cada localidade, foram considerados fatores como gênero (masculino e feminino), idade (de 18 a 30

anos e acima de 70 anos) e rede social, conforme a perspectiva de Milroy (1992). Com essa pesquisa, ficou claro que, apesar de as duas cidades estarem localizadas a 22 Km uma da outra e de o Córrego do Pouso Alto e o Córrego dos Lourenços serem vizinhos limítrofes, essas duas localidades possuem um padrão linguístico divergente no que diz respeito ao uso ou não do artigo definido no contexto de antropônimo.

Verificou-se inicialmente o ambiente sintático-oracional de figuração do artigo: percebeu-se que os percentuais da quantificação nas duas localidades foram praticamente os mesmos: 35,5% de ausência de artigo definido diante de nomes em Abre Campo e 33% em Matipó; 52% de artigo definido diante de nomes em Abre Campo e 59% em Matipó; 12,5% de artigo indefinido diante de nomes em Abre Campo e 8% em Matipó.

Como em todos os outros trabalhos resenhados anteriormente, dar-se-á mais atenção ao estudo dos antropônimos; assim, verificou-se 206 ocorrências de antropônimos na zona rural de Abre Campo, dessas ocorrências de antropônimos, 107 não eram articuladas (52%) e 99 tiveram a presença do artigo definido (48%). Na zona rural de Matipó, foram computados 414 antropônimos, desse número 344 tiveram a presença de artigo definido (83%) e 70 não foram articulados (17%).

Com relação ao gênero, em Abre Campo, as mulheres usam mais a presença de artigo diante de antropônimo (56%) do que os homens (43%) com relação aos antropônimos. Em Matipó, por sua vez, com relação aos antropônimos, são os homens que mais utilizam o artigo definido (90%) do que as mulheres (80%).

Em Abre Campo, o fator idade não foi determinante para a análise do fenômeno em questão. Já em Matipó, fica claro que tanto os idosos (79%) quanto os jovens (90%) tendem a utilizar mais o artigo definido nesses contextos, sendo que estes últimos, tendem a utilizar um pouco mais.

Ao analisar se o tipo de antropônimo utilizado pelo informante seria fator responsável pelo fenômeno de variação da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos, verificou-se que, em Abre Campo, o número maior de ocorrências está relacionado ao nome próprio de pessoa: 46% dos casos apresentaram presença de artigo e 54% de ausência; com relação ao nome completo, houve 46% de presença e 54% de ausência; os hipocorísticos, por sua vez, tiveram 58% de presença e 42% de ausência, o que é interessante pois, se é o fator intimidade que realmente controla a ausência ou a presença de artigo diante dos antropônimos,

são os hipocorísticos os antropônimos que possuem uma carga maior de intimidade ou familiaridade. Com relação à Matipó, percebe-se que o maior número de ocorrências está relacionado ao nome próprio de pessoa; dessas ocorrências, 88% foram articuladas e 12% não; esse número é seguido pelos hipocorísticos, neles encontramos 84% de presença de artigo definido e 16% de ausência; o maior percentual de artigo ocorreu relacionado aos sobrenomes (93%). Os apelidos tiveram 71% de presença de artigo e os nomes completos 66%.

Com relação ao fator grau de intimidade do informante com relação ao antropônimo a que se refere, em Abre Campo, o fator intimidade não interfere na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos com relação a pessoas mais distantes (50%) e interfere ligeiramente com relação a pessoas mais próximas (53% de ausência). Já em Matipó, percebe-se que o artigo é predominante tanto no emprego com relação a pessoas mais próximas quanto no emprego com relação a pessoas mais distantes, sendo um pouco mais relevante no primeiro caso; em contrapartida, ao se analisar apenas a ausência nessa mesma localidade, fica claro que quando se trata de pessoa mais distante, os falantes empregam muito mais a ausência de artigo definido (29%), ao passo que, ao se referirem a pessoas mais próximas, empregam muito menos essa ausência (11%).

Com relação à ausência/presença de artigo definido nas ocorrências de antropônimos em estruturas de genitivo, verifica-se que o uso é bem diferente nas duas localidades. Em Abre Campo, há uma ligeira tendência ao uso de artigo definido (54%); enquanto que, em Matipó, a presença de artigo definido nesse tipo de estrutura é quase absoluta (91%).

A última análise realizada diz respeito às redes sociais das comunidades pesquisadas. Foram controladas diferenças com relação a densidade e a multiplexidade; verificou-se que, nas duas localidades, as redes sociais são densas e múltiplas, formadas a partir de laços fortes, uma vez que todos os indivíduos se conhecem e quase todos partilham de pelo menos mais de um tipo de relação. É justamente isso que faz com que, apesar de serem localidades limítrofes, os dois córregos estudados apresentem padrões linguísticos diferentes no que diz respeito à ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos, principalmente com relação aos antropônimos, estrutura em que o uso é mais variável. São as redes densas e múltiplas, formadas por laços fortes, que são as responsáveis pela estabilidade da língua e que mantém o vernáculo de cada localidade resistente às pressões linguísticas e sociais de outros grupos; apesar de tão

próximas, as redes sociais possuem laços fortes o suficiente para resistirem às pressões do grupo vizinho e manter estável a norma linguística da comunidade.

1.6.12 Campos Júnior (2011)²

O intuito desse trabalho é o de contribuir para o entendimento da alternância entre o emprego ou não ao artigo definido diante de nomes próprios de pessoa e pronomes possessivos na fala dos moradores da capital capixaba. Segundo Campos Júnior (2011), seu objetivo é situar a fala capixaba no cenário nacional com relação a esse aspecto morfossintático.

Vitória, capital do Espírito Santo, foi emancipada politicamente em 1893. Possui população de 325.453 habitantes, é considerada uma das capitais mais antigas do Brasil; é importante destacar também que, em 2000, a população da cidade era de 292.304 habitantes, o que significa que quase 40% da população é composta por migrantes e imigrantes. Os pilares atuais de sua economia são energia, comércio exterior e agronegócio; sendo o turismo também uma de suas bases, principalmente no verão.

A pesquisa segue os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, seguindo os ideais de Weinreich, Labov e Herzog (2006); tem por base 20 entrevistas realizadas em 2002 pelo PORTVIX (Projeto Português falado na cidade de Vitória), cabe lembrar que esse projeto conta com um acervo de 44 entrevistas.

Partiu-se das seguintes hipóteses:

- a) O uso do artigo diante de pronomes possessivos e antropônimos pode se configurar como um traço de identidade linguística capixaba em comparação a outros estados do País
- b) Os casos em que os artigos são precedidos de preposição com a qual podem contrair-se no contexto de antropônimos, não são de uso categórico na comunidade capixaba.
- c) O percentual de uso do artigo na cidade de Vitória (ES) deverá ser menor do que de outras cidades de colonização posterior, como Porto Alegre, já que se acredita que “quanto mais antiga for a colonização, menor será a ocorrência de artigo (CALLOU; SILVA, 1997)” (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p.51)

Como o nosso interesse nessa pesquisa delimita-se ao comportamento linguístico assumido pelo artigo definido diante de nomes próprios, não nos ateremos ao estudo dos possessivos. Assim, para a análise do antropônimo, foram estabelecidas 18 variáveis

² A pesquisa resenhada é passível de questionamento, por não dialogar com grande parte da literatura sobre o assunto.

independentes, sendo elas: ausência/presença e tipo de preposição, gênero do núcleo do SN/antropônimo, função sintática, natureza do possuído, *status* informacional, traços supra-segmentais, presença/ausência de modificador, tipo de antropônimo, domínio partilhado e pessoa do diálogo, grau de intimidade, atitude do falante em relação ao referente, tonicidade da sílaba inicial e extensão do antropônimo.

Os dados foram submetidos ao programa VARBRUL (2005) em duas rodadas separadas para os dois contextos. Como já informado, ater-nos-emos apenas à análise dos antropônimos. Os resultados dessa quantificação apontaram que, em termos percentuais, os capixabas da cidade de Vitória usam menos artigo do que outras regiões do país. A preferência pelo não uso do artigo, segundo Campos Júnior (2011), estaria no fato de se marcar um traço identitário, ainda que inconsciente; assim, o capixaba “tem utilizado a língua como um recurso a mais na busca da manutenção de sua identidade, tão fragilizada ao longo de sua história” (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 77). O autor, com base em Calmon (2010), compara Vitória à ilha de Martha’s Vineyard, que, na década de 60, teve o processo de centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ investigado por Labov; assim, o capixaba reforçaria o emprego da ausência de artigo definido como forma de distinguir sua fala “dos demais invasores, como os mineiros” (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p.77).

Num total de 300 ocorrências de antropônimos, verificou-se que o percentual de aplicação de artigo definido diante de nomes próprios foi em torno de 39%. O programa apontou quatro grupos de fatores como sendo mais significativos com relação ao uso do artigo diante de nomes próprios: gênero do antropônimo, traços supra-segmentais, faixa etária e gênero do falante.

Segundo Campos Júnior (2011), embora não tenham sido selecionados, os grupos de fatores “ausência/presença” e “tipo de preposição” possivelmente serão escolhidos em análises posteriores por apresentar resultados sistemáticos, destaca-se, em particular, o percentual de uso do artigo diante da preposição de (59%).

O fator gênero mostrou-se duplamente importante, uma vez que o gênero do antropônimo foi selecionado em primeiro lugar, e o gênero do falante em quarto. Com relação ao gênero do antropônimo, Campos Júnior (2011) afirma que parece que “o capixaba da capital do Estado tende levemente a usar mais artigo – quando usa – diante de nomes femininos (0.61) do que masculinos (0.44), o que contraria nossa intuição impressionística inicial” (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 79). Já com relação ao gênero do falante, os homens (0.62) usam mais artigo definido diante de antropônimos do que as mulheres (0.42); duas hipóteses são utilizadas: 1ª) as mulheres

são mais conservadoras, uma vez que o padrão capixaba é a tendência à ausência de artigo; 2º) o artigo seria um traço arcaizante propagado pelas mulheres inconscientemente.

Nesse ponto, o autor se questiona: “como um fenômeno linguístico variável que não é objeto de estigma social pode apresentar resultados sociais tão contundentes” (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 81). Sua primeira interpretação seria a de que esses resultados estariam ligados ao processo de mudança linguística. Segundo Campos Júnior (2011), apesar da pesquisa não dispor do intervalo de tempo necessário, o grupo de fatores faixa etária aponta indícios de um processo de mudança linguística; essa afirmação baseia-se na curva em forma de S ou ogiva formada a partir dos resultados desse grupo. Outra hipótese seria “um caso de gradação etária, isto é, um comportamento de uso linguístico regular que se repete nos segmentos etários a cada geração” (LABOV, 1994, p. 46), ou seja, seria a manutenção da ausência de artigo.

Com base em estudos de Silva (1987 *apud* CALLOU, 2000) o autor diz ser mais plausível a hipótese da gradação etária, uma vez que tanto os dados da fala não-culta do Rio de Janeiro (SILVA, 1987 *apud* CALLOU, 2000) quanto os dados do projeto PORTVIX apontam comportamento similar ao longo das faixas etárias: “os falantes da faixa intermediária de ambos os sexos apresentam um padrão semelhante, enquanto os falantes das duas faixas etárias divergem” (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p.85). Segundo ele, esse mesmo padrão se repete nas cinco capitais brasileiras do Projeto NURC (Projeto da Norma Urbana Oral Culta) – Porto Alegre, São Paulo, Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Assim, como previsto na literatura sociolinguística, segundo o autor, as mulheres seriam as difusoras dessa preferência local pelo não-uso do artigo definido junto aos nomes próprios, uma vez que, geralmente, são as responsáveis pela educação dos filhos. Esse uso nas faixas etárias mais jovens seria justificado pela influência de forças externas, como a pressão do mercado profissional e da própria escolarização, assim, sobretudo entre os falantes de 15 a 25 anos, haveria uma tendência ao aumento do artigo com a elevação da escolaridade. A faixa etária de 7 a 15 anos, sendo instável, estaria oscilando.

Mas ainda faltaria explicar, conforme Campos Júnior (2011), por que o comportamento masculino se distancia entre os diferentes níveis etários, pois ao contrário do que postula Labov (1990), nos dados da cidade de Vitória, são os homens que tem liderado a forma “inovadora” – presença de artigo definido diante de antropônimos.

Com relação ao fator “traços supra-segmentais”, verificou-se que o ambiente prosódico é relevante com relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos; a pausa é inibidora da utilização do artigo, sendo que seu uso parece ser favorecido em segmentos fonológicos ininterruptos.

Com esses resultados de sua dissertação, Campos Júnior (2011) afirma que homens e mulheres possuem comportamento diferenciado com relação ao uso do artigo, mas que não foi possível identificar evidências para justificar esse comportamento. Afirma ainda que a tendência à ausência de artigo definido nesse contexto configura-se como um traço de identidade linguística do capixaba; devido a isso, a cidade de Vitória não acompanhou o padrão tido por ele como nacional.

Apesar de ter defendido a possibilidade de um processo de mudança linguística em progresso, o autor advoga, na conclusão que “a baixa frequência de artigo neste contexto reflete um quadro de variação estável que tem se repetido há gerações, o que corrobora a nossa hipótese acerca do movimento identitário que parece orientar o comportamento linguístico dos capixabas, (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 103).

1.6.13 Pereira (2011)

Trata-se de um relatório cujo objetivo é discutir a respeito do fenômeno da variação da ausência/presença de artigo definido em contexto de nomes próprios de pessoas, possessivos pronominais e nomes de parentesco; para tanto, foram coletados dados, através de entrevista, nos municípios de Afogados da Ingazeira, Floresta, Serra Talhada e Triunfo, municípios do interior de Pernambuco, num total de 48 informantes, 12 em cada município. Esses informantes foram selecionados considerando o sexo (homem e mulher), o grau de escolaridade (ensino fundamental e ensino médio) e faixa etária (20 a 40 anos).

A base teórica segue o modelo da Sociolinguística Quantitativa ou Teoria da Variação, proposto por Labov (1972). Após a coleta dos dados, foram analisados os fatores linguísticos que poderiam estar ou não influenciando na presença do artigo definido nos contextos selecionados. Como em estudo já analisado anteriormente, nosso foco será apenas os nomes próprios.

Em Afogados da Ingazeira, o contexto de nomes próprios não foi relevante uma vez que não houve número significativo de dados; apesar disso, é interessante dizer que os dois dados

existentes foram utilizados sem artigo, mesmo com a presença de preposição. Também no município de Floresta, o contexto de nomes próprios não se apresentou como relevante: dos dois casos ocorridos, em um foi utilizado o artigo, no outro não.

Já em Serra Talhada, o número de dados foi um pouco maior (9); nesse município, a fala apresentou a ausência categórica de artigo definido, sendo essa ausência vista até mesmo em dados em que os referidos são famosos e conhecidos; nem mesmo nos contextos em que o SN é um complemento de preposição o artigo se fez presente.

Em Triunfo, por sua vez, foram encontrados 23 dados; desses 23, apenas 1 apresentou-se articulado. Segundo o autor, o falante dessa cidade possui a mesma preferência dos falantes das outras cidades, sendo essa preferência característica da região.

Segundo Pereira (2011), o único fator que parece ter favorecido levemente a realização do artigo definido foi o complemento de preposição, sendo utilizada a hipótese de que a contração com a preposição favorecia a maior frequência de artigo definido na fala dos indivíduos.

Assim, nos dados analisados, a ausência/presença do artigo parece não interferir no fenômeno da definitude do sintagma nominal, “indicando um certo caráter expletivo do determinante quando foneticamente realizado (cf. CASTRO, 2006). O que permite o apagamento desse determinante não interfira na semântica da língua” (PEREIRA, 2011, p.25)

Os fatores sociais não foram analisados separadamente, mas considerando os nomes próprios, nomes de parentesco e os possessivos; dentre esses fatores, a escolaridade foi a que mais favoreceu a presença do artigo definido nos municípios de Afogados da Ingazeira e Floresta. Para o autor, isso leva à conclusão de que quanto maior a escolaridade, maior será a ocorrência do uso do artigo. Ainda relata que o uso ou não do artigo não é visto como estigmatizado socialmente e que seria esse fator que o tornaria flexível. Ao finalizar, afirma que a peculiaridade da língua falada na região estudada seria essa tendência a bloquear o uso da forma “expletiva” do artigo definido.

1.6.14 Faria (2012)

Faria (2012) analisa o estudo da ausência/presença do artigo definido no contexto de antropônimo na cidade mineira de Ponte Nova; seu objetivo é verificar e analisar qual é a

variante predominante e quais são os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam essa variação.

Partiu-se da hipótese de que a fala do ponte-novense é mais marcada pela ausência do artigo definido diante de antropônimo, sendo o uso mais marcante do artigo definido tido como causador de estranheza nos falantes de Ponte Nova, por não estarem, segundo a autora, acostumados com essa forma de se falar. A autora ainda afirma que “a variação ausência/presença de artigo diante de antropônimo na cidade de Ponte Nova causa, muitas vezes, dúvidas nos falantes, pois muitos questionam qual seria a forma correta de falar” (FARIA, 2012, p. 12) e que essa dúvida surge principalmente quando a fala desses falantes é comparada às falas de moradores de cidades em que a presença é mais marcante, citando como exemplo a capital Belo Horizonte.

A pesquisa realizada por Faria (2012) baseia-se nos fundamentos da Sociolinguística laboviana. Os informantes foram selecionados de acordo com os fatores gênero e faixa etária, sendo que as células foram compostas “com quatro informantes cada, perfazendo um total de dezesseis informantes, distribuídos em duas faixas etárias, ‘jovens’ – 18 a 25 anos e ‘adultos/idosos’ – acima de 45 anos – e em dois gêneros – masculino e feminino” (FARIA, 2012, p.44). O *corpus* foi constituído a partir de entrevistas que seguiram um roteiro prévio que tratava de assuntos do cotidiano dos informantes, com média de 50 minutos gravados com cada informante. Após transcritos, os dados foram codificados e utilizou-se, para quantificação, o programa estatístico para computadores GOLDVARB/VARBRUL (2001).

Foram considerados sete grupos de fatores: três de natureza linguística (antropônimo precedido de preposição, circunstância em que o antropônimo é citado e antropônimo como item de enumeração) e quatro de natureza extralinguística (gênero, faixa etária, intimidade do falante com a pessoa mencionada e antropônimo referindo-se a pessoa pública). Os seguintes casos foram excluídos da análise quantitativa: contexto precedente confunde-se com o artigo, antropônimo inicia-se com /a/ ou /u/ e antropônimo citado pelo entrevistador no contexto precedente.

Após a análise dos 933 dados que compuseram o *corpus*, verificou-se que a hipótese inicial foi confirmada: “a ausência de artigo diante de antropônimo corresponde a 84% dos casos (786) e a presença corresponde a 16% (149)” (FARIA, 2012, p. 51). Ao analisar o primeiro fator linguístico – antropônimo precedido de preposição – Faria (2012) deixa claro que o seu objetivo

era o de analisar antropônimos em estruturas de genitivo, mas que o número de dados obtidos desse tipo de estrutura era pequeno, o que comprometeria a sua análise, assim optou-se por verificar, nesse grupo de fatores, os antropônimos que eram precedidos por toda e qualquer preposição. Esse fator foi selecionado pelo programa computacional como significativo, revelando que a presença de preposição antes de antropônimo favorece a presença de artigo (.62). Segundo a autora, esse resultado causou-lhe certa estranheza, pois “[...] se o que mais ocorre é a ausência, por que a preposição estaria favorecendo a presença?” (FARIA, 2012, p. 54). Levantaram-se duas hipóteses: a de que o fator figura pública poderia estar sendo determinante nesse resultado e a de que a presença poderia estar sendo favorecida porque a estrutura preposicionada parece ser a que, nas palavras da autora, mais “sofre estigma” (FARIA, 2012, p.54). Registrou-se também uma palavra que não existe na língua padrão trata-se da forma “ne” que substitui a preposição em (...)”(FARIA, 2012, p.54).

O segundo fator linguístico analisa a circunstância em que o antropônimo é citado (se aparece pela primeira vez no discurso ou se já foi citado previamente). Dos 522 dados obtidos com antropônimos citados pela primeira vez, 82% foram realizados sem a presença de artigo; enquanto que, dos 381 dados em que os antropônimos já haviam sido citados anteriormente, 87% foram também realizados com a ausência de artigo. Apesar disso, o fator não foi selecionado pelo programa como significativo, o que é justificado por Faria (2012) pelo fato de, muitas vezes, o antropônimo ser tanto citado pela primeira vez como citado anteriormente com a ausência de artigo.

O terceiro fator linguístico – antropônimo como item de enumeração – também não foi significativo: dos 110 casos de antropônimos analisados, 90% foram de ausência de artigo. Ao se analisar os valores percentuais, registra-se um favorecimento da ausência de artigo definido em estrutura de enumeração (.65) e, quando se analisa o “antropônimo que não está em item de enumeração, percebe-se o favorecimento da presença de artigo definido (.63).

A análise do fator extralinguístico – antropônimo como item de enumeração – também não foi significativa: dos 110 casos de antropônimos analisados, 90% foram de ausência de artigo. Ao se analisar os valores percentuais, registra-se um favorecimento da ausência de artigo definido em estrutura de enumeração (.65) e, quando se analisa o antropônimo que não está em item de enumeração, percebe-se o favorecimento da presença de artigo definido (.63).

O fator extralinguístico gênero não foi selecionado pelo Goldvarb como significativo: os valores das percentagens para homens e mulheres foram bem próximos. “Das ocorrências para o gênero masculino, 81% são de ausência e para o gênero feminino, a ausência corresponde a 86%” (FARIA, 2012, p. 60)

Com relação ao fator faixa etária, seu estudo foi significativo. Os jovens foram tidos como favorecedores do artigo definido (.66) enquanto que os adultos mostraram-se levemente favorecedores da ausência (.58); uma das hipóteses para justificar esse resultado seria o fato de serem os falantes jovens aqueles que possuem mais contato com os falantes de outras cidades que tem como padrão a presença de artigo definido diante de antropônimo; outra hipótese seria, segundo Faria (2012), a de que o fenômeno pesquisado estaria representando um indício de uma mudança em progresso.

Ao se analisar o fator intimidade, Faria (2012) afirma que esse fator também não foi selecionado como significativo. Já no fator pessoa mais próxima, a ausência é encontrada em 89% dos dados, enquanto que, para o fator pessoa mais distante, é encontrado 78%. O último fator linguístico analisado – pessoa pública – foi selecionado como significativo e com peso relativo favorecedor da presença de artigo definido (.66); já quando o antropônimo refere-se a uma pessoa que não é pública, a variante favorecida é a ausência (.58). Ao se realizar a análise individual de cada um desses nomes de pessoas públicas que foram mencionados, verificou-se que a presença de artigo definido parece estar relacionada a antropônimos associados ao domínio da política.

Foi realizada ainda uma análise complementar – o fator indivíduo – por se perceber que enquanto a maior parte dos informantes realizavam o uso tanto da ausência quanto da presença, alguns informantes (2 deles) possuíam a fala categórica com relação ao uso do artigo. Faria (2012) relata não ter conseguido encontrar uma hipótese para explicar este fato.

Ao cruzar os fatores gênero e faixa etária, verificou-se que quem mais fez uso de artigo definido foi o das mulheres jovens (28%), seguido dos homens jovens (24%), depois pelos homens adultos (15%) e pelas mulheres adultas (8%). Com base nesse dado, a autora afirma que “parece que falantes ponte-novenses consideram o uso do artigo diante de antropônimos como uma variante de prestígio” (FARIA, 2012, p.65); justificando tal afirmação pelo fato de ser esse o padrão da capital do estado e devido também ao fato de que “quando os falantes ponte-novenses usam o artigo em seus discursos, tendem a ser considerados pedantes; e ainda pelo fato de as

mulheres utilizarem menos variantes estigmatizadas e não-padrão do que os homens do mesmo grupo”. (FARIA, 2012, p.65).

Como o fator pessoa pública mostrou-se favorecedor da presença de artigo (.66), decidiu-se realizar uma análise sem esse fator com o intuito de verificar se haveria mudanças nos resultados; assim, percebeu-se no resultado geral, que a ausência do artigo definido cresceu em 5%. Essa análise vem confirmar que a presença do artigo se fez mais marcante ou presente quando os informantes se referiram a pessoa pública.

Assim, dentre os fatores analisados, três foram selecionados como significantes na análise: antropônimo precedido de preposição, faixa etária e pessoa pública. Faria (2012) ainda afirma que os fatores extralinguísticos foram mais relevantes como condicionadores da presença ou da ausência do artigo definido diante de antropônimo. Ao finalizar, a autora deixa o seguinte questionamento: “por que, ou quais os motivos que justificam, na fala dos ponte-novenses, o maior uso da ausência do artigo diante de antropônimo?” (FARIA, 2012, p.70)

1.6.15 Braga (2012)

Em seu estudo, Braga (2012) parte de sua percepção subjetiva, juntamente com a de sua orientadora: enquanto esta – moradora do triângulo mineiro (Uberaba) – usava o artigo definido diante de nomes próprios, aquela – moradora da região central de Minas (Mariana) – utilizava a ausência de artigo definido neste mesmo contexto. Devido a essa percepção, surgiu a vontade de se investigar esse fenômeno a fim de analisar o comportamento linguístico dos moradores dessas duas localidades.

Parte-se das hipóteses de que os falantes de Mariana pouco utilizavam o artigo definido diante de nomes próprios e que os falantes de Uberaba já utilizam com uma frequência maior; acredita-se ainda que o grau de intimidade não condiciona o uso do artigo sendo esse uso determinado pela função sintática.

O estudo orientou-se pelos pressupostos teóricos metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e da Sociolinguística Paramétrica (TARALLO e KATO, 1989), com a proposta de buscar evidências na sincronia que tragam luz a esse processo de variação e, através dessa variação, apreender algumas generalizações a respeito da mudança. Uma das justificativas de Braga (2012) ao associar a teoria da Sociolinguística Paramétrica foi o de poder

analisar esse fenômeno como variável não só dentro dos limites da língua portuguesa brasileira, como também em outras línguas.

Braga (2012) analisou sete grupos de fatores: cinco de natureza linguística (informação sobre o antropônimo na sentença, estrutura do sintagma – SN, função sintática do antropônimo, forma como o antropônimo aparece na sentença, antropônimo como item de enumeração) e dois de natureza extralinguística (região geográfica do falante e o grau de intimidade do falante com o referente).

Para compor a amostra deste trabalho, foram utilizadas entrevistas orais realizadas por dois outros pesquisadores. A primeira amostra constituiu-se de 20 entrevistas orais realizadas com falantes de Mariana; desse total, apenas 17 apresentaram ocorrências de antropônimos, das quais se extraiu 417 sintagmas nominais. A segunda amostra constituiu-se de 18 entrevistas orais realizadas com falantes de Uberaba; desse total, apenas 9 gravações apresentaram estruturas com antropônimos, em um total de 365 sintagmas nominais. Cabe lembrar que a transcrição das entrevistas também foi realizada pelos pesquisadores que as gravaram.

Os *corpora* desta pesquisa foram submetidos ao programa estatístico GOLDVARB/2001. Os seguintes casos foram desconsiderados por Braga (2012) de sua análise quantitativa: vocativos, nominalização didática, usos metonímicos, demonstrativos, topônimos, antropônimos usados no plural com referência a nomes de família, narrativas referentes a personagens de desenhos e/ou filmes e as estruturas em que os antropônimos são iniciados por vogais homófonas aos artigos.

Ao se realizar essa quantificação, verificou-se “que 36,4% das ocorrências computadas na amostra de Mariana apresentaram artigo definido enquanto 63,6% não apresentaram o artigo definido”, ao passo que, em Uberaba, “82,1% de ocorrências para a presença de artigo definido 17,9% de ausência do mesmo artigo” (BRAGA, 2012, p.93)

Dentre os fatores linguísticos e extralinguísticos selecionados pelo programa para a comunidade de Mariana, apenas dois foram selecionados: antropônimos como item de enumeração e grau de intimidade do falante como o referente. O antropônimo que é item de enumeração tende a desfavorecer o uso de artigo neste tipo de contexto (0.12), enquanto que o antropônimo que não é item de enumeração tende a favorecer o uso do artigo definido (0.54); Com relação ao grau de intimidade do entrevistado com relação ao referente, o estudo de Braga (2012) nessa comunidade demonstrou que o uso do artigo definido é bastante desfavorecido

quando o entrevistado refere-se a pessoa nacionalmente famosa (0.27); é desfavorecido também quando o entrevistado refere-se a pessoa do meio social do falante (0.47) e favorecido quando o falante se refere a pessoa famosa e com prestígio na região (0.67).

Em Uberaba, por sua vez, apenas um fator foi selecionado como estatisticamente relevante: função sintática do antropônimo na sentença. O contexto mais favorecedor para a realização do artigo definido foi quando o antropônimo desempenhou a função de sujeito (0.65) e objeto indireto (0.63). Os contextos mais desfavorecedores do uso do artigo foram quando o antropônimo apareceu na função de aposto (0.37) e na função de objeto direto (0.23).

Os fatores desconsiderados pelo programa na análise quantitativa são, posteriormente, apresentados por Braga (2012). Com relação ao grupo de fatores informação do antropônimo na sentença, tanto em Mariana quanto em Uberaba, os resultados apresentados em percentuais não divergiram do que diz à literatura a respeito. Com relação à estrutura do sintagma nominal, Braga (2012) relata que a eliminação desse grupo de fatores pode estar relacionada à interferência de outros fatores sintáticos que se mostraram mais importantes. Já com relação à forma como o antropônimo aparece, tanto em Uberaba quanto em Mariana, esse fator não foi considerado o mais relevante para a aplicação da regra da presença de artigo definido.

Ao final de sua conclusão, Braga (2012) retoma a Sociolinguística Paramétrica dizendo que há um macro-sistema, que é o português mineiro, e que nele observa-se a emergência de dois micro-sistemas que constituem os elementos imbricados nas variações de uso do artigo definido diante de antropônimos analisados nas comunidades de Mariana e Uberaba.

1.6.16 Co, Silva e Terayama (2013)

Trata-se de um estudo sociolinguístico a respeito da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala de informantes jovens da cidade histórica de Ouro Preto, cidade localizada na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, a 96 quilômetros de Belo Horizonte, com população de 69.598 habitantes. A escolha dessa localidade foi motivada pelo fato de as pesquisadoras observarem a ausência de artigo definido diante de nomes de pessoas na fala de amigos ou parentes de outras cidades.

O objetivo inicial da pesquisa foi analisar a variação sintática tentando identificar os fatores que a determinam, bem como observar se a variante ausência de artigo definido estaria

desaparecendo na fala dos jovens de Ouro Preto. Para tanto, foram realizadas 3 entrevistas orais com informantes entre 18 a 25 anos, naturais de Ouro Preto, cujos pais e avós também o são; duas entrevistas foram realizadas em Ouro Preto e uma foi realizada em Belo Horizonte devido ao fato de o informante ter acabado de se mudar para lá. Apesar de se tratar de uma pesquisa ainda incipiente, seus resultados interessam-nos por Ouro Preto ser limítrofe a Mariana, cidades distantes uma da outra por 11 quilômetros, situação semelhante a que ocorre em Abre Campo e em Matipó.

A pesquisa considerou os fatores idade, grau de intimidade do informante e a pessoa citada. Acreditou-se que “a primeira influência linguística que os informantes possuem basicamente é a do falar de Ouro Preto, em que, de acordo com nossa hipótese inicial, predomina a ausência do artigo diante de nomes próprios”. (CO; SILVA; TERAYAMA, 2013, p. 56-17)

Em toda a análise, foram encontradas 95 ocorrências válidas de antropônimos nas entrevistas, sendo excluídos doze casos. Dessas ocorrências válidas, foram encontrados 44% de ausência de artigo definido no contexto de antropônimo e 56% de presença. As autoras perceberam uma relação entre o grau de intimidade/afetividade e a ausência de artigo definido no contexto de antropônimos, apesar de não ser esse o fator determinante; assim, a ausência de artigo é favorecida em situações em que o informante se refere a pessoas às quais tem mais intimidade/proximidade.

De acordo com a hipótese inicial das autoras, acreditou-se que a ausência de artigo definido diante de antropônimos ocorreria com uma maior frequência do que a presença, mas os dados mostraram uma diferença mínima. Para Co; Silva e Terayama (2013), a ausência pode estar desaparecendo da fala dos falantes de Ouro Preto devido ao fato de a cidade, além de ser histórica, ser universitária, recebendo turistas e estudantes de diversas partes do país; mas essa afirmação só pode ser realizada com base em pesquisas mais aprofundadas que considerem outros fatores extralinguísticos.

1.6.17 Pereira (2014)

O relatório em questão analisa a ocorrência de artigos expletivos em dados de escrita, realizando um estudo descritivo a respeito da variação do artigo definido diante dos contextos em que “o determinante encabeça um sintagma nominal (SN) nucleado por nomes próprios de

pessoas (antropônimos) e quando o SN apresenta uma forma pronominal possessiva em posição pré-nominal” (PEREIRA, 2014, p.4); para a realização dessa pesquisa, foram analisadas cem narrativas produzidas por alunos dos municípios de Floresta e Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, do 6º ano do ensino fundamental do 3º ano do ensino médio, na faixa etária entre 10 a 25 anos.

O estudo tem por base o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista de Labov (1972), seu objetivo é construir um perfil sociolinguístico acerca do uso do artigo definido na língua falada e escrita da região do sertão de Pernambuco. Assim, foi verificado se a baixa frequência de uso do artigo encontrada no estudo realizado em Pereira (2011), com dados de fala, também seria encontrado na modalidade escrita.

Foram selecionados um total de 976 dados passíveis de variação; mas como o objeto de estudo de nossa pesquisa são os casos em que o artigo definido ocorre juntamente com os nomes próprios, será apenas esse o foco de análise na pesquisa de Pereira (2011). Nos contextos preposicionados, percebeu-se que a preposição não é fator condicionante para a realização do artigo, já que ocorreram 98% de ausência de artigo definido nos casos em que a preposição ocorria diante do antropônimo e 99% também de ausência de artigo definido nos casos de antropônimo sem preposição. O fator *status* informacional também não foi considerado condicionante nas comunidades de fala analisadas, uma vez que se obteve 5% de ocorrência de artigo definido diante de antropônimos contra 95% de ausência. Com relação ao fator familiaridade, quando o elemento foi considerado distante do informante, houve uma ocorrência de 2% de artigo definido, contra 98% de ausência; já com relação ao fato da informação já ter sido ou não compartilhada, encontrou-se o mesmo resultado acima citado. Com relação aos fatores sociais, constatou-se que nem o fator sexo do indivíduo, nem o fator escolaridade no 3º ano do ensino médio ou no 6º do ensino fundamental - foram considerados favoráveis à realização do artigo, com registros de 1%, 2% e 6%, respectivamente.

Com base em seus resultados, o autor percebeu que, quando se tem um SN nucleado por antropônimo, o artigo definido é, quase categoricamente, bloqueado pelos moradores dessas comunidades. Em comparação com o estudo realizado em 2011, o autor afirma que, nessa região, não existe uma modalidade de língua que favoreça a realização de artigo definido diante de antropônimos.

1.6.18 Resumo dos textos resenhados

Ao longo da consulta de trabalhos que serviram de base para a escrita deste capítulo, percebeu-se que alguns fatores foram recorrentes; assim, na tentativa de se checar essa informação, foi produzida a tabela (1), que demonstra os autores, as regiões, as porcentagens de ausência e presença de artigo definido encontradas diante de artigo definido e o grupo de fatores selecionados como estatisticamente relevantes. Essa tabela tem como objetivo relembrar o leitor dos resultados alcançados de uma forma mais sucinta.

QUADRO 1

Resumo dos trabalhos sobre o artigo definido diante de antropônimos no português brasileiro

Autor	Região	Presença	Ausência	Fatores Selecionados
Callou (1992)	Textos arcaicos	-	-	Primeiros contextos de ocorrência do artigo definido: - precedido da preposição de ou não precedido de preposição; - de duas ou de três sílabas; - sílaba inicial tônica; - na função de sujeito; - na função de objeto indireto.
Moisés (1995)	Belo Horizonte	76%	24%	Posição à esquerda do verbo, quer como sujeito quer como tópico
Silva (1996)	-	-	-	Uso do artigo ligado a:

				escolarização (nas mulheres), idades, inserção no mercado ocupacional, pessoas expostas à mídia
Costa (1998)	Textos arcaicos	0,13%	99,86%	Função de sujeito
Callou (2000)	<i>Corpus</i> oral (geral)	36%	64%	-
	Rio de Janeiro (oral)	-	-	Faixa etária, grau de intimidade, nome público, presença de preposição
	Salvador (oral)	-	-	nenhum
	Recife (oral)	-	-	Faixa etária
	São Paulo (oral)	-	-	Função sintática, sexo
	Porto Alegre (oral)	-	-	Função sintática, sexo, presença de preposição
	Textos escritos (geral)	34%	66%	Época, presença de determinante (contexto), origem geográfica, função sintática
	Mendes (2000)	Barra Longa	-	-
Amaral (2003)	Campanha	75%	24%	Posição do antropônimo no turno conversacional,

				intimidade
	Minas Novas	38%	61%	Faixa etária, intimidade
	Paracatu	47%	52%	Faixa etária, nível de escolaridade e posição do antropônimo no turno conversacional
Kim (2005)	Porto Alegre	78%	22%	Presença de preposição e títulos
	Coreanos – par 1	20%	80%	Preposição contraída
	Coreanos – par 2	6,4%	93,6%	Preposição contraída
	Coreanos – par 3	6,3%	93,7%	Preposição contraída
Alencar (2006)	São Paulo - estudo longitudinal - criança	80%	20%	Presença de preposição, função sintática, dêixis, fluxo informacional
	São Paulo - estudo longitudinal - adulto	96%	4%	Presença de preposição, função sintática
	São Paulo estudo estratificado - criança	70%	30%	Presença de preposição, função sintática, dêixis, fluxo informacional
	São Paulo estudo estratificado - adulto	95%	5%	Presença de preposição, função sintática
Alves (2008)	Barra Longa	15%	85%	Grau de contato com a

				cidade de origem, grau de intimidade com o referente, pertinência das redes ligadas a Belo Horizonte, função sintática e Gênero Redes – contato com as pessoas de Barra Longa
Almeida	Abre Campo	52%	48%	-
Mendes (2009)	Matipó	83%	17%	Intimidade, estrutura de genitivo, redes
Campos Júnior (2011)	Vitória	39%	61%	Gênero do antropônimo, traços supra-segmentais, faixa etária e gênero do falante
Pereira (2011)	Afogados da Ingazeira	0%	100%	-
	Floresta	50%	50%	-
	Serra Talhada	0%	100%	-
	Triunfo	4,34%	95,6%	-
Faria (2012)	Ponte Nova	16%	84%	Antropônimo antecedido por preposição, faixa etária, antropônimo referindo-se a pessoa pública
Braga (2012)	Mariana	36%	64%	Item de enumeração e grau de intimidade do entrevistado com o referente
	Uberaba	83%	17%	Função sintática

Co, Silva e Terayama (2013)	Ouro Preto	56%	44%	Intimidade/proximidade
Pereira (2014)	Floresta e Serra Talhada	2%	98%	-

As resenhas realizadas neste capítulo permitem apontar que, dentre os fatores analisados nessas pesquisas, aqueles que mais se destacaram como relevantes no estudo da variação do uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoas foram: função sintática, presença de preposição, intimidade, faixa etária, sexo. Esses fatores, bem como outros aqui apontados serão detalhados na seção 4.6 e analisados no decorrer do capítulo 5.

A seguir, no próximo capítulo, descrever-se-ão características histórico-geográficas e sócio-políticas das localidades pesquisadas com o intuito de entender a vida dos habitantes dessas duas localidades e como se processam as relações entre os indivíduos pesquisados.

2 LOCALIDADES PESQUISADAS

*“Todos cantam sua terra
Também vou cantar a minha.
Nas débeis cordas da lira
Hei de fazê-la rainha!”
Casemiro de Abreu (1972)*

Língua e sociedade são duas realidades tão inter-relacionadas que a existência de uma pressupõe a existência da outra; a língua é um fenômeno eminentemente social que tem por finalidade básica servir de meio de comunicação a uma sociedade, sendo assim, é de grande importância a análise da comunidade em qualquer estudo linguístico. Este capítulo detalha questões históricas, geográficas, políticas e culturais de duas cidades situadas na Zona da Mata mineira, a saber: Abre Campo e Matipó; como já informado na introdução, essas localidades, apesar de estarem a apenas 22 km de distância uma da outra, possuem sua fala marcada pela ausência/presença do artigo definido diante dos antropônimos. Inicialmente, a seção 2.1 apresentará aspectos relativos à Zona da Mata, mesorregião em que as duas localidades estão situadas; em seguida, essa seção se subdivide em duas subseções: na 2.1.1, apresenta-se um histórico sobre a cidade de Abre Campo e, na 2.1.2, apresenta-se um histórico a respeito da cidade de Matipó.

2.1 Zona da Mata

As cidades de Abre Campo e Matipó estão situadas na Zona da Mata Mineira, essa região, antigamente conhecida como “Sertões do Leste”, era uma verdadeira barreira natural intransponível devido às condições naturais e aos indígenas que ali habitavam, pois atacavam pessoas isoladas e pequenos grupos que se aventuravam por seus caminhos. Além disso, com o intuito de evitar contrabando de ouro por caminhos não oficiais, havia uma proibição de abertura de novos caminhos, tornando certas regiões áreas proibidas de ocupação. (DOMINGUES, 2003, p.2)

Nessa área proibiu-se a existência de sítios volantes e do trânsito de homens dispersos, sem ocupação definitiva. A denominação “áreas proibidas” foi criada em 1736 pelo Bando de Aditamento ao Regimento Minerar, que proibia que se lançassem posses de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania, tentando-se evitar extravios do ouro ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos em áreas onde inexistiam registros e vigilância das patrulhas.

Enveredar-se em imensas regiões inóspitas ao redor das áreas urbanas da capitania era adentrar nos sertões. (RODRIGUES, 2003, p.3).

Segundo Rodrigues (2003, p. 4), a grande preocupação era com os desvios do ouro, por isso o motivo dessa proibição; as pessoas que desrespeitassem eram notificadas. A coroa portuguesa considerava crime de lesa-majestade a abertura de vias de comunicação por medo de que os quintos se desviassem; apenas poderiam ser abertos caminhos que fossem autorizados pela metrópole.

Apesar da proibição, caminhos foram abertos com o objetivo de facilitar o comércio na região e evitar a passagem pelos registros da capitania, evitando-se o controle da entrada e saída de pessoas e mercadorias bem como a cobrança de impostos.

Ao receber a notícia que se minerava no córrego das Pedras, “lugar vedado para semelhante trabalho”, o intendente se dirigiu àquela paragem. No local, passando “em vistoria”, notificou os exploradores, comandados por João Homem da Costa, para se apresentarem a ele com as devidas ordens que lhes permitiam cultivar aquele veio aurífero. Os mineradores apresentaram-se e se constatou que aquele sítio de datas minerais se achava completamente “devassado, roçado e plantado e com paiol para recolher os frutos, fabricados por ordem do sargento-mor José Aires Gomes, que se diz senhor da dita terra, dada por sesmaria contra a mente de Sua Majestade” (*Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 224, fl 36v.) (RODRIGUES, 2003, p.5).

Depois de outras expedições, o governador Rodrigo José de Meneses constatou a ocupação efetiva que se realizou aos poucos sem que os governadores anteriores se dessem conta e dos inúmeros caminhos pelos quais se extraviavam ouro; assim, optou por repartir legalmente as terras de agricultura e as datas minerais com as pessoas que as estavam possuindo ilegalmente e com outros indivíduos que se interessassem em desenvolver culturas (RODRIGUES, 2003, p.7)

Foi neste sentido, o de unificar as regiões distantes com o centro administrativo da capitania, que o governador pensou ao propor a suspensão de tal medida que atrapalhava o desenvolvimento de Minas Gerais. Para ele, “debaixo da denominação de áreas proibidas”, obtida “por meio de um abuso inveterado, que sem conhecimento de causa se tinha introduzido e por meios surdos e ruinosos para a Real Fazenda se tinha feito misteriosamente oculto”, aquelas terras continuavam vedadas e servindo a uma minoria. (*Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Códice 224, fl. 20v.) (RODRIGUES, 2003, p. 7).

Essa estratégia de distribuição das terras que já estavam ocupadas vista em um contexto maior, não objetivou apenas povoar as terras devolutas, mas também “transformar os seus

habitantes em bons vassallos, pagadores de tributos laboriosos, conforme os interesses do Estado.” (RODRIGUES, 2003, p. 7). Somado a isso, tem-se ainda a busca por novos regatos minerais. Cumpre lembrar que ficou excluída dessa distribuição a população mais pobre que, apesar de residir nos sertões proibidos, não possuía recursos para o processo de concessão das terras nem para possuir escravos para trabalhar nelas – dois requisitos necessários às doações das cartas de sesmarias. Com o intuito de evitar mal-estar e balbúrdia entre as pessoas que o seguiram, o governador determinou que “fosse distribuída, mediante requerimento, meia légua de terra de cultura às pessoas que comprovassem poder lavrá-las com seus próprios braços e com os de seus filhos e parentes (agregados).” (RODRIGUES, 2003, p. 8).

Dessa forma, o sertão, antes uma área proibida, foi anexado à ordem colonial. E dom Rodrigo passou a ser visto como “um lutador em sua saga contra o sertão, em luta contra os obstáculos humanos e naturais que retardavam a expansão da capitania”. (RODRIGUES, 2003, p. 7). A proibição dessa área não tinha mais razão de ser mantida, pois era um procedimento destinado a desviar a atenção dos representantes metropolitanos do efetivo povoamento e devassamento que vinha ocorrendo na região, sendo prejudicial aos interesses do reino, já que apenas aumentava o extravio de ouro. Antes de retornar a Vila Rica, dom Rodrigo determinou que se construísse uma nova estrada pelas margens setentrionais do rio Preto, abrindo de vez o sertão do Leste, atestou que nesse local se encontravam várias picadas “por onde se suspeitavam passar, ou podiam passar extravios, o que tudo evitou com guardas e patrulhas, vindo assim a ficar acautelado qualquer descaminho; e, por isso, faculta e concede as sesmarias e datas, conforme as fábricas dos que a pedem.” (ROCHA, 1995: 191 *apud* RODRIGUES, 2003, p.9).

Surge assim o Caminho Novo, uma rota alternativa aos caminhos já existentes que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais; com o intuito de atender à circulação das tropas nesse Caminho Novo, organizaram-se pousos para a hospedagem e alimentação de pessoas e animais; além disso, instalaram postos de fiscalização chamados “registros”, para atender ao principal objetivo da criação desse Caminho Novo – o transporte de ouro de forma controlada pelo governo. (RODRIGUES, 2003, p. 3)

No início do século XIX, a queda do governo de Pombal e, depois disso, a Inconfidência Mineira fez com que, segundo o autor, o governo português fosse desistindo da mineração aurífera devido ao esgotamento das jazidas superficiais, à dificuldade para abafar revoltas, motins e resistências contra privilégios e injustiças, à dificuldade em acompanhar as mudanças

modernizadoras do sistema exploratório que exigiam aplicações de capitais a longo prazo e tecnologia apropriada; à dificuldade de continuar nutrindo no povo a crença de que os lusitanos eram eleitos de Deus para colonizar, fazendo com que o povo aceitasse a sacralidade da colonização. Começa, devido a esses fatores, uma verdadeira marcha para o Leste, cujo destino eram as áreas antes proibidas: várias pessoas foram por este Caminho Novo, formando novos núcleos de povoação, criando roças e ranchos. Além das causas naturais, que eram inicialmente um grande obstáculo à penetração, o maior obstáculo era certamente o indígena.

Como se vê, a Zona da Mata é uma área de ocupação tardia, foi colonizada por mineiros, brancos e negros que juntamente com os indígenas já existentes formaram a base da população que existe hoje nessa região. Apesar de sua colonização ter se iniciado com o declínio da atividade mineradora, um período de reestruturação sócio-econômica, que resultou em uma redistribuição dos fatores de produção na época; com o tempo, as migrações deixaram de ser motivadas pelo ouro e passaram a ter o café como motivo, o que resultou em uma economia agrária.

É interessante ressaltar também a importância histórica da região estudada uma vez que faz parte da Rota Imperial da Estrada Real. Segundo Leal [s.d], em 11 de abril de 1814, o Príncipe Regente D. João emitiu uma Instrução Real ordenando a construção de uma Estrada Real ligando Vitória no Espírito Santo a Ouro Preto em Minas Gerais, essa estrada seria denominada S. Pedro de Alcântara. Em janeiro de 2008, um grupo formado pelo Instituto da Estrada Real de Belo Horizonte, pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), pelo Sebrae e pelas Secretarias de Turismo dos dois Estados iniciaram os trabalhos para reencontrar essa rota. A demarcação física foi realizada em fevereiro de 2009, num total de trinta e um municípios, treze no Espírito Santo: Cariacica, Castelo, Conceição do Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iuna, Muniz Freire, Santa Leopoldina, Venda Nova dos Imigrantes, Viana e Vitória; e dezoito em Minas Gerais: Abre Campo, Acaiaca, Alto Jequitibá, Barra Longa, Caparaó, Jequeri, Luisburgo, Manhumirim, Mariana, Martins Soares, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Pedra Bonita, Ponte Nova, Santa Margarida, São João do Manhuaçu e Sericita.

A seguir, será apresentado um histórico das duas localidades estudadas:

2.1.1 Abre Campo

Segundo Souza (1982), o presídio de Abre Campo foi desenvolvido pelo Conde de Valadares e Dom Antônio de Noronha em 1787, sendo considerado de enorme utilidade, pois “além de haverem nele Minas donde se extrai ouro, serve de embarço ao gentio para penetrar aquele sertão, e hostilizar as muitas fazendas, que se achavam povoadas e cultivadas nas vizinhanças do rio Casca” (NORONHA *apud* SOUZA, 1982, p.112). Esse presídio, como os demais construídos na época foram desenvolvidos e mantidos, em sua maioria, à custa do trabalho de desclassificados e sua localização em terras distantes tinha como objetivo o avanço dos índios, sobretudo os botocudos (SOUZA, 1982). Segundo Domingues (2006), o presídio não durou muito tempo, pois “o desconhecimento dos colonizadores da cultura dos muitos povos indígenas que habitavam o território provocou nos nativos uma reação contra o domínio, manifesta na destruição do presídio” (DOMINGUES, 2006, p.19).

Cônego Trindade (1945), por sua vez, relata que o povoamento dessa localidade data do alvorecer de Minas; seus fundadores partiram de Furquim, sendo essa a única porta para aqueles descobertos.

O bispo do Rio de Janeiro D. Frei João da Cruz criou ali uma freguesia no ano de 1741 com a invocação de Santana e Senhora do Rosário da Casa da Casca, mas, devido aos repetidos ataques de índios botocudos, quando foi “literalmente arrasada a fogo”, essa freguesia não se manteve e reduziu-se a filial de São José da Barra recebendo a denominação de Abre Campo a partir de 1771. (TRINDADE, 1945 *apud* PIRES, 2012, p. 42)

Segundo Pires (2012), até 1750, Abre Campo pertencia ao arraial de Furquim, subordinado à Freguesia do Termo de Vila de Ribeirão do Carmo, atual Mariana; no período de 1750 a 1808, a cidade de Abre Campo continua a pertencer à Freguesia do Termo de Vila de Ribeirão do Carmo, passando a pertencer ao arraial subordinado de São José da Barra Longa, atual Barra Longa.

Segundo Barbosa (1945), há indícios que a fundação de Abre Campo remonta de 1734, sendo que, em 1741, ocorre a criação da freguesia com o nome de Santana e Senhora do Rosário da Casa da Casca. Devido a ataques sucessivos dos indígenas, a paróquia não se manteve, esses ataques espantaram os moradores, destruíram as habitações e incendiaram as capelas de Santana e do Rosário; segundo Trindade (1945), a paróquia foi “quatro ou cinco vezes atacada e, em uma, literalmente arrasada a fogo pelo selvagem botocudo”. Carneiro (2008) cita um trecho de um documento de um habitante da região - José do Valle Vieira-, que relata que “tempos depois de

expulsos, os moradores voltaram em maior número e aí se conservaram por 10 anos, quando outra vez se retiraram e ‘passados cinco anos, novamente se povoou o lugar e desta vez, até o presente, se tem conservado’”. (CARNEIRO, 2008, p.138).

Foi uma chacina. Salvou-se quem pôde. Vieram vingar a usurpação de suas terras e de suas ocas de palha e casca. Lutavam pela sobrevivência de sua identidade cultural. Num desses ataques, mais impetuoso e brutal, as duas capelas erigidas em louvor a Santana e Nossa Senhora do Rosário e as casas, são destruídas e incendiadas. Varrera tudo o incêndio. Mas os habitantes expulsos voltaram, mantiveram-se heróicos, sem mais arredar pé até hoje das terras que sua tenacidade conquistara e seu labor civilizara. A freguesia reduziu-se, por isso, à capela filial de Barra Longa, cujo território integrava. (DOMINGUES, 2006, p.20).

O rebaixamento da freguesia a capela filial de Barra Longa não foi bem aceito pela população; em 1770, os habitantes da cidade, chefiados pelo capitão José do Vale Vieira, moveram uma ação judicial movida contra Francisco Xavier da Costa, vigário de Barra Longa, sendo essa ação apaziguada pelo governador Conde de Valadares. *José do Valle Vieira, em uma petição para instalar essa mesma freguesia, relata*

(...) que elle suplicante e os mais moradores do mesmo Arrayal e Rossas Vizinhas estão nescessitando de quem lhe administre os Sacramentos da Igreja e lhes dê o pasto Spiritual, havendo dahi grande distância e dificuldades de caminhos para as Igrejas de S. José da Barra e Furquim, como são serras muito ásperas para passar, e perigosas, e infestadas de Gentic Brabo. (VIEIRA apud DOMINGUES, 2006, p. 21)

Nos testamentos presentes nos *corpora* deste trabalho, encontram-se referências à localidade de origem de alguns habitantes; infelizmente, por circunstâncias adversas informadas na seção 4.1, não foram encontrados testamentos do período compreendido entre 1875 a 1900 muito menos de períodos anteriores na cidade de Abre Campo; já no período entre 1910 a 1925, os testadores são das seguintes naturalidades: dois de Ponte Nova, dois de Villa Nova de Minas, um de Ponte Nova, um de Villa Nova de Minas, um de São Sebastião do Anta, distrito de Viçosa e outro de Paula Moreira, atual Alvinópolis; no período compreendido entre 1935 a 1950, apenas um testamento informa a naturalidade do testador, sendo ele de Viçosa, nos demais testamentos não consta essa informação.

Abre Campo continuou capela filial de Barra Longa até 1846, quando se anexa à freguesia de Ponte Nova. O distrito é criado pela lei nº 312, de 8 de abril de 1846, como parte do município de Mariana. Através da Lei Provincial nº 471, de 1º de junho de 1850, Abre Campo é elevada à categoria de paróquia, prevalecendo a capela de Santana como matriz. Ainda em 1850, por

provisão de 13 de novembro, foi canonicamente instituída a freguesia, com a posse do primeiro vigário, padre Francisco Martins Valadão. (DOMINGUES, 2006, p.21).

Para Cônego Trindade (1945), a Casa da Casca, antiga aldeia descoberta pelo bandeirante Antônio Rodrigues Arzão, de Taubaté, em 1693, lugar em que foi colhido o primeiro ouro em terras de Minas Gerais era localizada no local em que hoje é o município de Abre Campo. O arraial de Abre Campo teria se formado por aventureiros, caçadores de índios e de ouro que, ao saber da história de seu descobrimento, foram atraídos, fazendo com que essa localidade se transformasse em um arraial povoado de mineiros e lavradores.

Segundo Domingues (2006), os antigos moradores da cidade relatam fatos que podem ser fortes evidências de que a Casa da Casca era realmente localizada em Abre Campo, tais como a existência de uma mina de ouro na cidade, explorada por ingleses, causa do povoamento do município. As pessoas vinham de Cachoeira do Livramento, apelidado de Cachoeira Torta, com o fim exclusivo de explorar a mina. “Mas devido às dificuldades encontradas e a quantidade insuficiente do metal, gerou conflitos e lendas de fantasmas com fim de atormentar os descendentes das famílias que tentassem reerguer a caça ao ouro”. (DOMINGUES, 2006:23). A atual rua Dr. Custódio de Paula Rodrigues, apelidada de Rua da Lavra, tem seu apelido originado na exploração dessa mina.

Segundo dados do IBGE, a vila de Abre Campo foi criada por Lei Provincial nº 3712, de 27 de julho de 1889, sendo desmembrada do Município de Ponte Nova, foi instalada em 29 de março de 1890. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 (88) e 31-XII-1937 (89), de acordo com o Decreto-Lei Estadual nº 88, de 30 de março de 1938, o Município de Abre Campo compreende o único termo judiciário da comarca de Abre Campo e se divide em 5 Distritos: Abre Campo, Itaporanga, Pedra Bonita, Santo Antônio do Matipoo e S. João do Matipoo. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1148, de 17 de dezembro de 1938, o Município de Abre Campo perdeu parte do território do Distrito de Santo Antônio para o novo Distrito de Bicuíba, do Município de Raul Soares e o Distrito de Matipó para o novo Município de Matipó. Em divisão territorial datada de 2003, o município é composto por dois distritos: Abre Campo e Granada.

Atualmente, o município de Abre Campo possui uma área de 470, 551 Km², estando incluído nessa área, o distrito de Granada. A cidade é vizinha limítrofe dos seguintes municípios: Caputira, Jequeri, Matipó, Pedra Bonita, Raul Soares, Rio Casca, Santo Antônio do Grama, São Pedro dos Ferros e Sericita; está a 216 Km de Belo Horizonte e a 324 Km de Vitória. As

principais rodovias de acesso a Belo Horizonte são a BR-381, BR-262. As figuras (1) e (2) abaixo, trazem mapas que localizam o município:



Figura 1: Mapa político da Zona da Mata localizando o município de Abre Campo³

³ Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1667275>

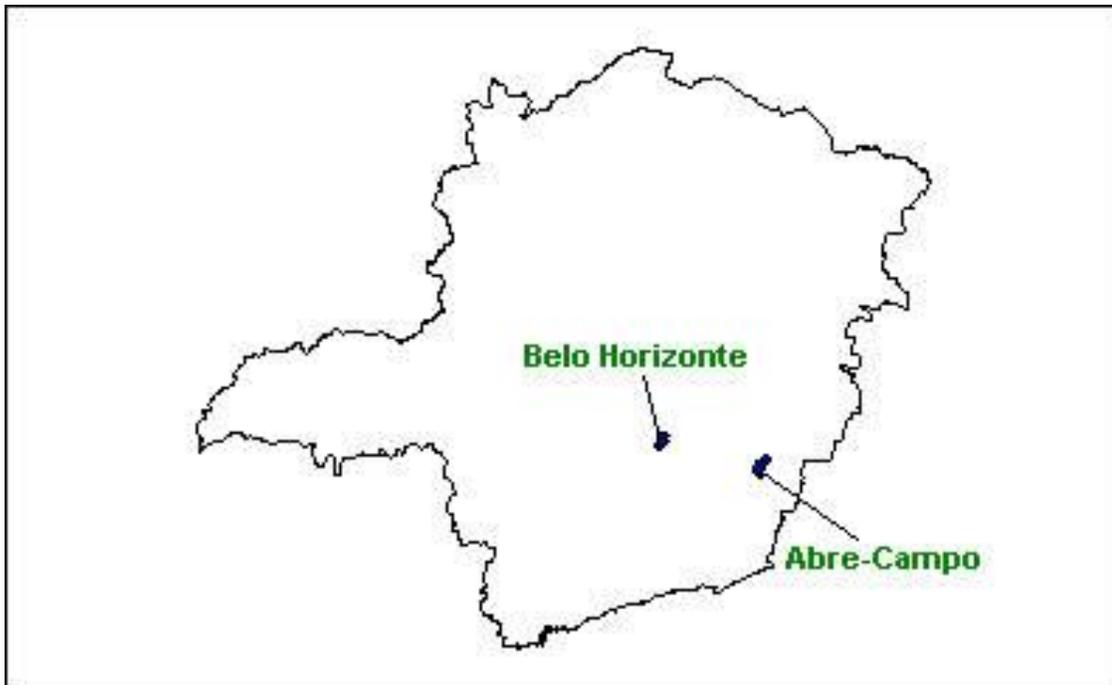


Figura 2: Mapa de Minas Gerais destacando as cidades de Belo Horizonte e Abre Campo⁴

A população da cidade, em 1970, era de 20.013 habitantes; atualmente, de acordo com o censo de 2010, é de 13.311, esse decréscimo ocorreu, em grande parte, pelo desmembramento de antigos distritos. A população estimada pelo censo para 2014 é de 13.711 habitantes. Até bem pouco tempo, a população da cidade sempre foi mais rural do que urbana; dados do censo de 2000 mostram que, naquela época, a população era de 13.322, sendo que desse total, 5.961 pessoas viviam na zona urbana e 7.361 na zona rural. Atualmente, a situação se inverteu: dos 13.311 habitantes computados pelo censo de 2010, 7.281 são moradores da zona urbana e 6.030 são moradores da zona rural.

A base econômica da cidade desenvolve-se em torno da agricultura e da pecuária. Embora o café seja considerado o principal produto agrícola, o município também produz feijão, milho e cana-de-açúcar. Cumpre lembrar que a pecuária é também muito forte nesse município.

Com relação à educação, o município possui escolas municipais e estaduais. De acordo com dados do IBGE, o município possuía, em 2012, 1.970 matrículas no ensino fundamental e 402 matrículas no ensino médio. O número de pessoas alfabetizadas na cidade é de 10.890, ou seja, 81,81% da população total.

⁴ Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999.

Como a maior parte das cidades pequenas, Abre Campo não possui cinema, teatro ou *shopping center*. As pessoas são, em geral, conhecidas por todos, têm o hábito de se reunirem em barezinhos, na praça da cidade ou até mesmo nas festas religiosas. A seguir, têm-se algumas fotos da cidade:



Figura 3: Igreja Matriz de Nossa Senhora de Santana



Figura 4: Visão parcial da cidade, entorno da praça matriz



Figura 5: Rio Santana cortando a cidade



Figura 6: Ponte sobre o rio Santana



Figura 7: Casarão antigo da cidade

2.1.2 Matipó

A margem direita do rio Doce e os vales de seus afluentes Casca, Matipó e Cuité, durante a primeira metade do século XVIII, não tiveram avanço na população branca. O desbravamento dessa região só ocorreu ao longo da segunda metade do século XVIII. (ACSM, Códice 36, Auto 843, 1º Ofício *apud* ALMEIDA, 1994, p. 202-203). Até esse período, as margens do rio Matipó eram habitadas pelos índios da tribo abatipós, a respeito deles, tem-se os seguintes registros:

Abatipós - (Viviam outrora no valle do rio hoje denominado Matipó, a Leste do Estado). Sua alcunha tupi *aba-ti-pó* mostra que esse gentio tinha certo mal de pelle toda “pampa” ou cheia de manchas esbranquiçadas, nas mãos e pés. (SENNA, 2005)

Abatipós – Localizam-se no solo dos atuais municípios de Matipó, Abre Campo e Santa Margarida. Os viajantes distinguiam-nos como possuidores de manchas esbranquiçadas nos pés e nas mãos. Seriam vítimas de generalizada disfunção da glândula suprarrenal. (JOSÉ, 1965, p. 16)

Abatipós (abá + ti + pó = mão) = homem de pele pampa (mal de pele), com manchas esbranquiçadas nas mãos e pés; nome de tribo indígena que viveu no vale do Rio Maipó (Minas):

Mostra que esse gentio tinha certo mal de pele 'pampa' ou cheia de manchas esbranquiçadas." (Nelson de Senna - 100d, pág. 337)"

Matipó (abatipó, mbaipó, matipó): nome de rio afluente do Rio Doce e de cidade de mesmo nome, em Minas, Zona da Mata, antiga Raul Soares:

O capitão Luís Borges Pinto "explorou as margens dos rios Xipotó, Abatipó (hoje Matipó) e Casca, chegando até a barra do Rio-dos Coroados..."(Basílio de Magalhães - 32a., pág. 326). (GREGÓRIO, 1980, 339-340)

Botelho (2011), ao descrever a história de Manhumirim e região, relata que, com a chegada de novos exploradores, criou-se um clima de violência entre brancos e selvagens; para apaziguar essa situação, Ninácio Brum da Silveira, Curador dos Índios de Manhauçu, em junho de 1843, fundou um aldeamento para esses índios em lugar até hoje conhecido como Ponte da Aldeia e destinou-lhes as terras da bacia do Rio São Luís. Segundo o autor, foi mais ou menos nessa época que Antônio Dutra de Carvalho chega às matas de Manhauçu, ele “posseou’ os terrenos da Cachoeira Chata (hoje, entre Manhauçu e Realeza) e do Garimpo, perto de Abre Campo, construiu sua sede no Garimpo, de onde administrava o seu vasto latifúndio” (BOTELHO, 2011, p.52). Cumpre lembrar que o povoado de Garimpo, atual Padre Fialho, é até hoje distrito do município de Matipó; parece estar aí o início da colonização do município. Segundo registros, Antônio Dutra de Carvalho nasceu em Ouro Branco, em 1805.

Segundo Machado (2003), os primeiros habitantes de Matipó, vieram de Itabira do Mato Dentro, através de terras doadas a Miguel Monteiro. Já para Trindade (1945), os primeiros

habitantes desse povoado vieram de Catas Altas, sendo essa última versão comprovada, pois em alguns documentos antigos que fazem parte do *corpora* deste trabalho, tem-se referência a localidade de origem dos moradores:

- (1) Disse mais que hera filho legitimo de Francisco Monteiro de Oliveira e Dona Bonifácia Emerencianna Gomes, já falecidos, e natural de Cattas- Altas de Matto Dentro. **(MtT171895 linhas 55-58)**
- (2) Em segundo logar, disse elle testador que é natural de Cattas Altas de Matto Dentro, filho legitimo de Francisco Monteiro de Oliveira e Dona Bonifacia Emerenciana Gomes, já fallecidos, que em primeiras núpcias foi casado com Dona Albina Francisca de Oliveira, com quem teve oito filhos e que estes são seus legitimos herdeiros. **(MtT271913 linhas 41-46)**

Infelizmente, nem todos os testamentos de Matipó fazem referência à naturalidade do testador: no período de 1875 a 1900, apenas um testamento dentre os 10 fazem referência à cidade de origem do testador, sendo essa cidade Cattas-Altas de Matto Dentro, o que pode ser comprovado no exemplo (1); já no período de 1910 a 1925, tem-se referência a 5 cidades, novamente Catas-Altas de Matto Dentro, exemplo (2), Rio de São Francisco, que pertencia a Santa Bárbara de Mato Dentro, Ubá, Abre Campo e São Sebastião do Alto, no estado do Rio. Cumpre lembrar que as escrituras não fazem menção da naturalidade nem do outorgante vendedor nem do outorgado comprador.

De acordo com documento existente nos arquivos da prefeitura da cidade, aos 16 dias do mês de abril do ano de 1876, ocorre a fundação da cidade. João Fernandes dos Santos e sua mulher Antônia Valeriano de Moura, herdeiros de seus sogros e paes Antônio da Silva Pedroso e Floriano Martins de Moura, “venderam a Miguel Monteiro de Oliveira condicionalmente, conforme se verifica na Escriptura lavrada no Livro de Notas do Cartório de Paz de Abre Campo, 50 alqueires de planta de milho e mais ainda 5 alqueires” (COTTA, [s.d.]:1)⁵; esses 50 alqueires seriam tirados de uma área de 70 alqueires que receberam de herança de seus sogros e pais.

Segundo Cotta [s.d.], essa venda realizou-se pelo prazo de 18 meses como garantia de uma dívida de 1.250\$000; naquele tempo, essas terras pertenciam ao município de Abre Campo, à fazenda denominada Cachoeira Alegre de Santo Antônio de Matipó, lugar esse em que,

⁵ Dr. Orlando de Abreu Cotta foi o primeiro prefeito da cidade de Matipó.

posteriormente, fundou-se o arraial São João do Matipó; ficou condicionado que, se a dívida não tivesse sido paga no vencimento do prazo, os 50 alqueires de planta de milho passariam ao comprador que teria o domínio e posse dessa área, podendo desmatar, gozar e tirá-los onde quisesse.

Por volta de 1877, João Fernandes dos Santos falece sem resgatar essa dívida com o credor Miguel Monteiro. Antes de falecer, ele declara o seguinte:

conforme título lavrado, passado pelo finado Reverendíssimo Padre Francisco Gomes Baptista de Almeida e Castro, Vigário da Freguesia e distrito de Santa Margarida aos 26 dias do mez de Outubro do anno de 1876, levado a publica forma no livro competente do cartório de Paz do mesmo anno, de accôrdo com o documento existente, confirmou possuir setenta alqueires de terras de culturas ao principio declarado, fazendo doação de 5 ½ alqueires ao povo ou aos povos da Zona dessa fazenda e outras para a fundação de um arraial em cumprimento de uma promessa feita a São João Baptista, cuja posse, na fazenda denominada Cachoeira Alegre de Santo Antônio, na margem esquerda do Rio Matipó, com a condição, que dos cinco e meio alqueires doados um seria grates e quatro e meio; quem quizesse edificar dentro do terreno, pagar-lhe-hia 320 por palmo da frente, e os correspondente ao fundo, na proporção que a localidade permitisse, e queria que esse título tivesse validade, digo, tivesse vigor e validade, tanto no eclesiástico como no Civil, declarando mais, que se alguma subscrição pagassem-lhe a referida indenização, ficariam, os povos exonerados para com elles e que faziam e doavam por uma promessa feita a São João Baptista (Cotta, [s.d.] :2)

Apesar do não pagamento da dívida, João Fernandes dos Santos foi quem doou e vendeu as terras do local em que se deu a formação do povoado. Inicialmente, as casas foram sendo construídas pelos empregados e, depois, por outras pessoas que foram invadindo espaços. Esse pequeno povoado que surgiu passou a ser chamado de São João das Esteiras, devido ao fato de as casas serem cobertas por esteiras de taquaras, bambus e sapé; depois, passou a ter o nome de São João do Matipoó, por causa do rio que banha a localidade - rio Matipó, um dos afluentes do Rio Doce pela margem direita.

O povoado de São João do Matipoó foi elevado a distrito pela lei nº 3.221, de 11 de outubro de 1884, passando a ser subordinado ao município de Abre Campo

A lei número 3.442, de 28 de setembro de 1887, elevou o distrito a freguesia, com o mesmo título de São João do Matipoó (a grafia nesta lei é Matipoó). Entretanto, a provisão canônica apenas criou o curato a 23 de março de 1889; e depois, nesse mesmo ano, foi instituída a paróquia, tendo como primeiro vigário Pe. João Facundo Martins Chaves, que fora o primeiro curo (Cônego Trindade). (BARBOSA, 1971, p. 283-284)

Em 1938, o distrito passou a município pela lei nº 148, de 17 de dezembro, com território desmembrado do município de Abre Campo e com a denominação reduzida a Matipó, sendo constituído pelos distritos de Matipó, Santa Helena, atual Caputira, e Santa Margarida. Em 1948 e 1950, são desmembrados, respectivamente, os municípios de Santa Margarida e Caputira. A

Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953 cria o distrito de Padre Fialho, ex-povoado de Garimpo, esse povoado tem suas terras desmembradas do município de Matipó, mas continua anexo e pertencente à cidade.

Matipó está localizada na Zona da Mata de Minas, possui, atualmente, uma área de 267, 1 Km², estando incluído nessa área o distrito de Padre Fialho, antigo Garimpo. As seguintes cidades são seus municípios limítrofes: Abre Campo, Caputira, Manhuaçu, Pedra Bonita, Santa Margarida e São João do Manhuaçu. Matipó encontra-se distante dos grandes centros urbanos, estando a 244 Km de Belo Horizonte e 294 Km de Vitória. As principais rodovias de acesso a Belo Horizonte são a BR-381, BR-262; cabe lembrar que o município não é cortado por nenhuma delas, estando localizado a uma distância aproximada de 6 Km. As figuras (3) e (4) trazem mapas que localizam essa cidade:



Figura 8: Mapa político da Zona da Mata localizando o município de Matipó⁶

⁶ Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1612241>



Figura 9: Mapa de Minas Gerais destacando as cidades de Belo Horizonte e Matipó⁷

Segundo dados do IBGE, em 1970, a população da cidade era de 11.070 habitantes; atualmente, de acordo com o censo de 2010, é de 17.639. A população estimada pelo censo para 2014 é de 18.604 habitantes. Até 1970, a população da cidade era predominantemente rural – do total de 11.070, 4.473 habitavam a zona urbana enquanto que 6.597 habitavam a zona rural; dados do censo de 2010 mostram que, dos 17.639 habitantes, 13.832 viviam na zona urbana e 3.807 na zona rural.

Apesar de atualmente a população ser eminentemente urbana, é o setor agrário que movimenta a economia da cidade; nesse setor, é a colheita do café a principal atividade econômica da cidade, seguida da criação de bovinos, suínos e galináceos.

Com relação à educação, o município possui escolas municipais, estaduais e uma particular de ensino fundamental e médio, totalizando, segundo dados do IBGE, em 2012, 3.150 matrículas no ensino fundamental e 810 matrículas no ensino médio. O número de pessoas alfabetizadas na cidade é de 13.860, ou seja, 75,6% da população total. Além disso, em 2008, foi inaugurada na cidade, a faculdade Univértix, que conta atualmente com 1.713 alunos, representados por 134 municípios de diversos estados.

⁷ Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999.

O município possuía um cinema que foi fechado há tempos. Assim como em Abre Campo, a cidade não possui teatro e nem *shopping center*. As pessoas costumam se reunir em uma rua cheia de barezinhos ou no clube da cidade. A seguir, têm-se algumas fotos da cidade de Matipó:



Figura 10: Cidade de Matipó vista pela Serra de Bom Jesus.



Figura 11: Visão parcial da cidade de Matipó



Figura 12: Visão parcial da cidade de Matipó realizada pela entrada principal da cidade



Figura 13: Visão do rio Matipó



Figura 14: Visão parcial da Faculdade Univértix

Nos próximos capítulos, serão apresentados os pressupostos teóricos e a metodologia que serviram como eixo norteador para a presente pesquisa. Sempre que necessário, retornaremos a este capítulo na tentativa de desvendar até que ponto a história e o processo de colonização das duas cidades podem ajudar a explicar o porquê de duas localidades limítrofes possuírem um padrão divergente no que diz respeito ao uso ou não de artigo definido diante de antropônimos.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

“[...] a teoria não pode ser fabricada a partir de resultados de observação, mas há de ser inventada” (Albert Einstein)

Este capítulo discute o quadro teórico no qual o trabalho está inserido, focalizando os pressupostos mais relevantes em nosso estudo. A pesquisa adota seus pressupostos teórico-metodológicos na Sociolinguística, tendo por base os estudos de Labov (1972; 1972^a; 1994), a base dessas teorias está no fato de que a língua é variável, uma prática social; por isso deve ser considerada em seu contexto sócio-cultural; e, na Linguística Histórica, tendo sua base nos estudos de Weinreich, Labov e Herzog (2006) e Bynon (1986), numa tentativa de abstrair a estrutura gramatical da língua de cada período dos documentos tendo por base o princípio uniformitário. Este capítulo divide-se em 2 seções: na primeira, dedicada à Teoria da Variação e à Mudança Linguística; na segunda, em que se dá enfoque ao princípio uniformitário e à Linguística Histórica.

3.1 A Teoria da Variação e Mudança Linguística

O termo Sociolinguística surgiu, em 1964, como título de um trabalho apresentado por Willian Bright em um congresso realizado na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), evento este que reuniu linguistas interessados nos estudos das relações entre a língua e a sociedade. Para Bright (1974), a sociolinguística “considera tanto a língua quanto a sociedade como sendo uma estrutura e não uma coleção de itens”; devido a isso, sua principal tarefa é a de “demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação casual em uma ou outra direção” (BRIGHT, 1974, p. 17), ou seja, ela deve relacionar as variações linguísticas que são observáveis em uma comunidade de fala às relações existentes na estrutura social desta sociedade.

A partir dos estudos de Labov (1972) e dos postulados de Weinreich, Labov e Herzog (1968), surge a Sociolinguística Variacionista, também conhecida como Teoria da Variação e Mudança, que tem por objeto de estudo os padrões de comportamento linguístico dentro de uma

comunidade de fala. A língua é contextualizada socio-culturalmente, assim, todas as explicações para a heterogeneidade linguística que emergem dos usos linguísticos concretos são encontrados não só nos fatores externos ao sistema, mas também nos fatores internos. Labov (1972) destaca a importância dos fatores sociais para explicar os fenômenos linguísticos como a variação; além disso, estabelece um modelo de descrição e interpretação que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, correlacionando tanto os aspectos linguísticos como os sociais.

Um projeto de investigação sociolinguística deve ser construído a partir de dois recursos básicos: (a) uma sociedade que esteja interessada em problemas linguísticos e que esteja disposta a suportar um esforço a longo prazo para resolvê-los, e (b) um linguista, treinado nas técnicas de descrição, análise e síntese linguísticas. (LABOV, 1972a, p. 4)⁸

Esse modelo teórico-metodológico rompeu com as correntes que dominavam anteriormente (estruturalismo e gerativismo); essas correntes possuíam a concepção de que a língua era uma estrutura homogênea, resultante da aplicação de regras categóricas e que, portanto, poderia ser estudada fora do contexto social. A Sociolinguística trouxe uma nova abordagem, uma nova forma de se analisar a língua, mostrando que a variação sistemática é motivada por pressões sociais e linguísticas e que é na heterogeneidade da língua que está a estrutura e o funcionamento do sistema.

A língua, por sua vez, exibe duas faces aparentemente contraditórias: a estabilidade, que consiste em um núcleo de estruturas compartilhadas por todos os falantes; e o caráter heterogêneo imamente nas línguas, área variável que não é plenamente compartilhada por todos os falantes de uma comunidade de fala. Ocorre, assim, uma correlação entre homogeneidade/estrutura e homogeneidade/sincronia, através da postulação de que a condição normal de uma comunidade de fala é a estrutura. Já a variação, inerente ao sistema linguístico, é governada por fatores de natureza estrutural e social, sendo vista como regular, inerente e passível de descrição e explicação mediante a correlação dos dados empíricos com o contexto linguístico e social. Ressalta-se que toda mudança provém de uma variação, mas nem toda variação constitui uma mudança, pois há casos em que se têm processos de variação a longo prazo, em que as variantes podem existir durante séculos, sem que uma prevaleça sobre a outra.

Weinreich, Labov e Herzog (2006) afirmam que a linguagem deve ser vista do ponto de vista diacrônico e/ou sincrônico, como possuidora de heterogeneidade sistemática; a língua deve

⁸ A sociolinguistic research project must be built upon two basic resources: (a) a society which is interested in language problems and is willing to support a long-term effort to solve them, and (b) a linguist, trained in the techniques of linguistic description, analysis and synthesis.

ser observada em sua produção real, inserida na comunidade de fala, tentando-se entender a regularidade dentro dessa variação. Deste modo, o uso real da língua exibe duas faces que são aparentemente contraditórias: de um lado, tem-se a aparência de estabilidade geral e do outro lado, tem-se a constante variação e mudança nas formas linguísticas que são empregadas pelos falantes. Essa estabilidade consistiria no conjunto de estruturas compartilhadas por todos os falantes da comunidade, como, por exemplo, a de que o artigo, em língua portuguesa, deve vir sempre empregado antes do substantivo; lado a lado com essas regras, ocorre uma vasta área de variação que não é plenamente compartilhada por todos os falantes da comunidade.

Segundo Tarallo (1986, p. 8), a variação é um fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas “de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade”; essas formas linguísticas alternativas são denominadas variantes. Ao conjunto dessas variantes, dá-se o nome de variável dependente. O emprego da variável não é aleatório, mas influenciado por grupo de fatores (ou variáveis independentes), que podem ser de natureza interna ou externa à língua. Assim, para Labov (1978), há dois requisitos para que um fenômeno seja considerado variável: manter o significado e possibilitar a ocorrência em um mesmo contexto; havendo, como já informado, várias formas de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade.

Essa metodologia proposta analisa a quantificação e a correlação de fatores estruturais e sociais, tendo como objetivo responder questões teóricas determinadas. Os procedimentos metodológicos recebem destaque especial dentro do modelo, pois são a contraparte da fundamentação teórica. É através da coleta de dados e de sua análise que se pode responder a questões sobre o funcionamento da linguagem em situações reais de uso. Fora do dinamismo linguístico que envolve tanto o falante quanto o ouvinte e o contexto, a língua torna-se mera abstração, o que pode impossibilitar análises que cheguem a resultados capazes de explicar as relações entre a língua e seus usos sociais.

Percebe-se, no estudo de Labov (1972), uma preocupação em se considerar tanto os fatores linguísticos como os condicionantes de ordem social que formam as variáveis que mais determinam a mudança. Ao destacar essa relevância dos fatores sociais para explicar os fenômenos linguísticos como a variação, estabelece-se um modelo de descrição e interpretação que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, correlacionando tanto os aspectos linguísticos como sociais.

Um projeto de investigação sociolinguística deve ser construído a partir de dois recursos básicos: (a) uma sociedade que esteja interessada em problemas linguísticos e que esteja disposta a suportar um esforço a longo prazo para resolvê-los, e (2) um linguista, treinado nas técnicas de descrição, análise e síntese linguísticas. Esse treinamento deve incluir um conhecimento do sistema articulatório e de seus produtos acústicos e a habilidade de transcrevê-los; um entendimento do princípio de formação da categoria e da distribuição complementar; habilidade em segmentar os morfemas e analisar seus significados; uma consciência refinada da variedade de processos gramaticais e dos meios usados para comunicar o significado; e nessa década, nós devemos adicionar a sensibilidade à complexidade hierárquica das estruturas sintáticas e fonológicas com a habilidade de distinguir uma complexa série de regras ordenadas. (LABOV, 1972a, p.4)⁹

Um dos passos tidos como mais importantes nesse processo de análise linguística proposto por Labov (1972a) corresponde à coleta dos dados: em se conseguir capturar a língua falada sem a preocupação de como enunciá-la, em um momento em que um mínimo de atenção seja prestado a ela; porém, para realizar a sua pesquisa, o pesquisador necessita de um número relevante de dados e esses só podem ser coletados a partir de sua efetiva participação, em contrapartida, essa sua participação durante a coleta desses dados pode prejudicar a naturalidade desses mesmos dados. Surge então o paradoxo do observador:

Aqui somos confrontados com o principal paradoxo metodológico: todos os nossos métodos representam um compromisso entre a necessidade de obter um registro claro e confiável e a necessidade de respeitar o processo social diretamente. (LABOV, 1972^a, p.42)¹⁰

Várias alternativas são sugeridas para se contornar esse problema, uma delas seria a de se formular roteiros de perguntas, uma espécie de questionário-guia de entrevista, com o objetivo de “homogeneizar os dados de vários informantes para posterior comparação, controlar os tópicos de conversação, e, em especial, provocar narrativas de experiência pessoal” (TARALLO, 1986, p. 22)

⁹ “A sociolinguistic research project must be built upon two basic resources: (a) a society which is interested in language problems and is willing to support a long-term effort to solve them, and (2) a linguist, trained in the techniques of linguistic description, analysis and synthesis. This training must include a knowledge of the articulatory system and its acoustic products, and the ability to transcribe them; an understanding of the principle of category formation and complementary distribution; skill in segmenting morphemes and analyzing their meaning; a sophisticated awareness of the range of grammatical processes and machinery used to communicate meaning; and in this decade, we must also add a sensitivity to the hierarchical complexity of syntactic and phonological structures with the ability to disentangle an intricate series of ordered rules.” (LABOV, 1972a, p. 4) tradução nossa

¹⁰ Here we are confronted with the primary methodological paradox: all our methods represent a compromise between the need to obtain a clear and reliable record, and the need to observe the social process directly.[...] (LABOV, 1972a, p. 42) tradução nossa

Assim, a meta principal da entrevista espontânea é “[...] obter grande quantidade de fala em que o efeito do entrevistador é tão pequeno quanto possível.” (LABOV, 1972a, 46)¹¹. Dois são os princípios fundamentais nesse método de coleta de dado: despertar interesse no falante e envolvimento com ele e estimular as condições de uma conversa comum. A entrevista espontânea deve ser organizada de forma que as perguntas nunca devem ser lidas e sua forma deve ser o mais coloquial possível: a pergunta ideal estimula a fala, interessa o falante profundamente, revela atitudes culturais, provê informação. Os informantes devem ser levados a produzir narrativas de suas experiências pessoais, assim, ao “narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativo, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma. A desatenção à forma, no entanto, vem sempre embutida numa linha de relato [...]” (TARALLO, 1986, p.23)

Labov (1972a, p. 11-27) apresenta alguns princípios sistemáticos que visam minimizar possíveis resistências por parte dos falantes, na hora de se coletar dados em uma comunidade, a saber:

- 1) Evite ser apresentado por amigos, colegas de outras instituições formais, cujas pré-concepções possam enviesar os objetivos da pesquisa; entre “fresco”, como um estrangeiro;
- 2) Procure pelas pessoas que não tenham “nada para fazer”, que estejam disponíveis para uma conversação interacional;
- 3) Seja você mesmo: um pesquisador; esteja ciente da existência de estereótipos negativos e esteja seguro de não causar, antecipadamente, uma impressão desconfortável;
- 4) Peça ajuda, leve o informante a falar sobre qualquer aspecto da experiência dele com o objetivo de lhe ajudar;
- 5) Identifique-se em uma dimensão local, coloque-se como alguém interessado em saber sobre o contexto local; segundo o autor, é perigoso identificar-se como membro de uma instituição acadêmica ou de ensino avançado, pois pode haver um maior grau de monitoração linguística por parte do falante;
- 6) Evite despertar reações prescritivas e normativas no falante; dessa forma, nunca fale diretamente sobre a linguagem; pois certamente haverá monitoração da fala por parte do informante que, consciente ou inconscientemente, reagirá conforme as suas normas de correção ou incorreção;

¹¹ “[...] obtain large bodies of speech in which the effect of the interviewer is as small as possible.” (LABOV, 1972a, 46)¹¹. tradução nossa

- 7) Baseie suas perguntas em verdades gerais ou em algo que todos concordem, escolhendo problemas da comunidade;
- 8) Apresente o equipamento de gravação aberta e diretamente. É princípio absoluto na entrevista sociolinguística que o gravador seja deixado às vistas com plena autorização do falante.
- 9) Busque tópicos que sejam de interesse do informante, para que haja envolvimento na discussão e a entrevista flua segundo o padrão de uma conversa espontânea.

Após obter dados de língua vernacular, cabe ao pesquisador a tarefa da identificação e definição de variantes linguísticas:

O trabalho do linguista agora é dizer algo a mais sobre a variável que já se conhece. Eventualmente pode parecer que falantes instruídos usem uma forma ou outra em um discurso cuidadoso, enquanto outros falantes não podem controlar a variação ou mesmo ouvir a diferença.

(...) O princípio fundamental que guia nossa atividade linguística aqui é o da quantificação: nós queremos ser capazes de indicar a proporção de casos em que uma determinada variante ocorre em relação a todos os casos onde ela poderia ocorrer. Nós podemos então dar sequência a um estudo de mudança em progresso, diferenciação, ou co-variação com outras variáveis linguísticas. (LABOV, 1972a, p.29-32)¹²

A variante pode se manter estável no sistema linguístico durante certo período de tempo, curto ou longo, ou desaparecer, permanecendo apenas uma das alternativas de uso; caso isso aconteça, tem-se, como já caracterizado, o fenômeno da mudança linguística. Paiva (2001, p. 104-105), ao discutir a aplicabilidade e os limites de uma de uma análise que se fundamente na Teoria da Variação, considera que há uma distinção entre dois modelos variacionistas que podem ser aplicados: um de utilização mais estrita e, outro, de utilização menos estrita.

O modelo de utilização mais estrita basear-se-á nos seguintes pressupostos ou pilares: a) a variação encontrada na língua é sistemática e ordenada; b) as hipóteses sobre as restrições que atuam nos processos variáveis da língua podem ser operacionalizadas em grupos de fatores que trazem uma visão mais abrangente e conjunta dos aspectos envolvidos no uso de uma variante linguística; c) no controle da variação, as motivações internas e externas podem se superpor e até

¹² “The linguist’s job is now to say something more about the variable than is already know. It may eventually appear that educated speakers shift to one form or another in careful speech, while other speakers cannot control the variation or even hear the difference.

(...) The fundamental principle that guides our linguistic activity here is one of accountability: we want to be able to state the proportion of cases in which a given variant does occur out of all those cases where it might have occurred. We can then go ahead to study change in progress, social differentiation, or co-variation with other linguistic variables.” (LABOVa, 1972, p. 29-32) tradução nossa

se conflitar; d) as tendências da língua são indicadas pela frequência dos dados e os pesos relativos diferenciados de cada grupo de fatores.

O modelo de aplicação menos estrita, por sua vez, pressupõe a operacionalização do tratamento dos dados, através de métodos quantitativos disponíveis para o tratamento da variação, sem a preocupação em se utilizar o conceito de regra variável ou buscar a operacionalidade do sistema.

Observa-se, pelo que já foi exposto, que a teoria laboviana, independente do modelo de utilização, procura dar conta da heterogeneidade estruturada e dos processos de mudança das línguas em situações gerais de uso linguístico, através de uma metodologia específica de coleta de dados e de uma análise que correlaciona fatores externos e internos no condicionamento dos fenômenos variáveis. Trata-se de uma teoria que analisa a natureza do funcionamento da estrutura da língua dentro da perspectiva da mudança, não podendo prescindir das informações oriundas das diferentes correntes que trabalham eminentemente com a estrutura linguística.

3.2 O princípio uniformitário e a Linguística Histórica

Com relação à concepção de Linguística Histórica, este trabalho baseou-se na concepção de Bynon (1986, p. 1), segundo a qual, cabe à linguística histórica investigar e descrever “o modo pelo qual as línguas mudam ou mantêm sua estrutura através do tempo”; sendo assim, é possível abstrair a estrutura gramatical da língua de cada período dos documentos. A análise realizada nos dados da língua pretérita, basicamente, será a mesma realizada nos dados de língua oral contemporânea, seguindo o princípio uniformitário proposto por Labov, segundo o qual “as forças que operaram para produzir o documento histórico são as mesmas que podem ser vistas em ação hoje” (LABOV, 1975 *apud* TARALLO, 1990, p.62), justificando assim o estudo do presente através do passado e vice-versa.

Para Weinreich, Labov e Herzog (2006), esse uso do passado/presente para explicar o presente/passado baseia-se em dois princípios: a) os eventos que produziram o registro do documento histórico são do mesmo tipo dos que são observados operando até hoje; b) um elemento da estrutura linguística é entendido quando entendemos como foi constituído. Esse princípio origina-se de constantes da fisiologia e da psicologia humana, das relações com a

comunidade de fala e do seu encaixamento em uma matriz linguística situada no tempo e no espaço. (LABOV, 2001).

A concepção de mudança, formulada por Labov (1994), segue, em essência, a doutrina de uniformitarismo – oposta à teoria da catástrofe – segundo a qual todos os fenômenos geológicos podem ser explicados como resultante de processos que operam de maneira uniforme. Essa teoria, tomada de empréstimo à geologia, teve como seu precursor, na linguística, William Dwight Whitney (1967, *apud* Labov, 1994) tendo influenciado significativamente a corrente neogramática. (LEITE, CALLOU e MORAES, 2003, p.2)

O princípio uniformitário é uma pré-condição necessária para a reconstrução histórica e para o uso do presente para explicar o passado, justamente por permitir, através da observação dos processos linguísticos que estão em curso, aqueles que já operaram no passado. (LEITE, CALLOU e MORAES, 2003) Assim, a articulação entre presente e passado evidencia estágios variáveis e mudanças que aconteceram (tempo real) ou que estão em curso (tempo aparente). Para Labov (1994), esse princípio representa “as suposições de todas as investigações futuras”; mas, ao mesmo tempo, está ciente do alcance de sua capacidade explicativa:

Uma vez que esse princípio depende de uniformidade na base fisiológica da língua, ele deve estar correto, já que não há indicação de diferenças entre o passado linguístico e seu presente nesse sentido. Mas o princípio uniformitário é mais problemático onde as diferenças sociais são consideradas e, nesse caso, devemos ficar alertas a sua limitação (LABOV, 1994, p. 23)

Segundo Mill (*apud* GOULD, 2006, p. 146), “apenas os processos atuais podem ser observados diretamente. Portanto, saímos-nos melhor quando explicamos os acontecimentos passados como resultados de processos ainda atuantes”; deste modo, apesar de serem suposições, elas são necessárias ao trabalho, como bem afirmou Labov (1994), e nossa atenção deve se voltar justamente para as suas limitações; ao se afirmar que os processos que operam agora podem explicar os acontecimentos do passado; realiza-se uma afirmação metodológica necessária para se proceder a análise do passado, e não verdades categóricas.

A partir da proposta de Labov (1994), “é possível captar mudanças através da análise distribucional-quantitativa de variáveis em diferentes faixas etárias, análise essa que se convencionou chamar de distribuição em tempo aparente”. (LEITE; CALLOU; MORAES, 2003, p. 3) Segundo Tarallo (1986, p. 70), “uma vez atestada a mudança com base em dados do tempo aparente, deve-se proceder a um encaixamento histórico da variável em tempo real”; após atestar essa mudança, deve-se “proceder a um encaixamento histórico da variável em tempo real”. Como não há como recuperar o vernáculo falado há 100, 200 anos, este estudo pode ser realizado com

base nos atlas linguísticos e textos escritos em prosa que reflitam o vernáculo de certo período de tempo (cartas de cunho pessoal, diários e textos teatrais que tenham visado retratar a fala de diferentes camadas sociais da comunidade).

Tarallo (1986) adverte que esses documentos não são facilmente encontrados e, por mais que pareçam naturais, haverá sempre o viés da língua escrita; “de um *corpus* sincrônico absolutamente de nível falado, passa-se a um tipo de material diacrônico de análise que, mesmo sendo de natureza distensa, típica da fala, poderia explicar-se como resultado da influência da oralidade na escrita.” (TARALLO, 1986, p. 71). Adverte ainda que o pesquisador deve deixar claro as dificuldades que encontrou ao coletar o material histórico, “sem deixar de dar esse passo tão importante para a consecução de sua análise”.

Cohen (1995) afirma que a língua escrita apresenta um grau de formalidade e normatização maior do que a língua falada; para solucionar esse impasse, adota-se o posicionamento de Bynon (1986); assim, desde que sejam feitas concessões com relação às convenções estilísticas e ortográficas características da forma escrita, pode-se assumir que os textos escritos sejam sim amostras representativas da língua falada no período em que ela foi escrita. Cumpre lembrar que, segundo Cohen (1996), é necessário ir além do registro dos fatos de língua pretérita; esses fatos necessitam ser descritos como parte de um sistema linguístico e explicados dentro de uma teoria. É o que se pretende realizar neste estudo, a língua escrita pretérita será vista como parte de um sistema linguístico e será a partir dela que se tentará responder o problema desta pesquisa: por que duas localidades limítrofes possuem padrões divergentes no que diz respeito ao uso do artigo definido diante de antropônimos.

A seguir, no capítulo 4, serão apresentados os procedimentos teórico-metodológicos que nortearam a presente pesquisa.

4 METODOLOGIA

“O linguista que entra no mundo só pode concluir que o ser humano é o herdeiro legítimo da estrutura incrivelmente complexa que nós agora estamos tentando analisar e compreender” (Labov, 1972)

Ao se realizar este trabalho variacionista, buscou-se compreender por que duas localidades tão próximas possuem padrões divergentes no que diz respeito à ausência ou à presença de artigo definido diante de antropônimos; inicialmente, pretende-se delimitar a tendência desses moradores para esse aspecto morfossintático, para se estabelecer o traço de identidade linguística da região e situá-lo dentro do cenário nacional através de comparações com as outras diferentes regiões em que esse fenômeno já foi estudado. Além disso, será analisado, neste trabalho, se os falantes das distintas localidades possuem percepção quanto ao fenômeno da ausência ou presença de artigo definido no contexto de antropônimo.

Foram traçados, para tanto, os seguintes objetivos específicos:

- a) verificar a variação do artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores da zona urbana das localidades de Abre Campo e Matipó;
- b) verificar se o padrão existente na língua escrita pretérita do início do século XIX também trazia a variação com relação ao uso ou não do artigo definido no contexto de antropônimo ou se esse fenômeno passou a ser variável no decorrer dos anos;
- c) analisar o comportamento dessa variável em relação a grupo de fatores linguísticos e extralinguísticos que determinam a manutenção ou não da estrutura linguística em questão;
- d) formar um banco de dados linguísticos da comunidade de Matipó para futuras pesquisas na localidade, em Minas Gerais e também no Brasil sobre mudança em tempo aparente e em tempo real;
- e) verificar se os informantes possuem consciência de que a sua fala apresenta variação e se percebem, na fala do outro, diferenciações com relação à sua.

Partiu-se da hipótese de que o padrão comprovado em Almeida Mendes (2009) de que em Abre Campo há uma tendência a se usar menos artigo definido diante de antropônimos do que em Matipó se comprovasse tanto na zona urbana dessas cidades quanto na língua escrita pretérita dessas mesmas localidades. Resta lembrar que a motivação inicial para a realização deste projeto é de ordem pessoal: devido ao fato de a pesquisadora ser moradora da cidade de Matipó e conviver diariamente com a forma de falar variável dos moradores das duas localidades no que diz respeito ao emprego ou não de artigo definido diante de antropônimos.

A seguir, serão apresentados os procedimentos teórico-metodológicos utilizados na confecção desta pesquisa. Ressalta-se que o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEPE).

4.1 Constituição dos *corpora*

Os dados de língua oral contemporânea utilizados nesta pesquisa foram obtidos através da fala de 24 informantes nascidos nas duas localidades: sendo 12 deles moradores da zona urbana de Matipó e 12 da zona urbana de Abre Campo. Além do fator localidade, exposto acima, serão analisados ainda o fator gênero, idade, por serem esses intrínsecos ao ser humano, de acordo com Milroy (1992) e também por serem esses os fatores anteriormente estudados na pesquisa de 2009.

Como não se pretende verificar se havia ou não mudança em progresso, mas descrever a variação existente entre falantes de faixas etárias diferentes, optou-se por apenas duas faixas etárias e não três, como se costuma utilizar em pesquisas sociolinguísticas. São elas:

Faixa etária 1: 18 a 30 anos

Faixa etária 2: acima de 60 anos

Além disso, é importante ressaltar que se optou por três informantes em cada célula para a constituição dessa amostra. Segundo Braga e Naro (s.d.), não há necessidade de um número muito grande de falantes para constituir uma amostra, pois

A mensagem que queremos transmitir é a de que este estado de depressão não se justifica porque o número total de falantes é, de fato, totalmente irrelevante. Do ponto de vista da precisão ou confiabilidade dos resultados obtidos não importa quantos falantes foram relegados ao esquecimento. Importa sim o número dos que foram efetivamente estudados bem como sua distribuição, isto é, se são representativos do grupo, não sendo apenas casos extremos ou pouco comuns. Repetindo, é o número de falantes estudados,

isto é, uma amostra de N informantes será tão boa ou tão ruim para uma população de 100 quanto para uma população de 1.000 ou de 1.000.000, as outras coisas sendo iguais. Mas, ainda assim, resta o problema principal: “quantos falantes?”. A resposta depende do grau de variabilidade do fenômeno sob estudo: um fenômeno relativamente uniforme poderá ser estudado com menos falantes do que outro que varia muito de falantes para falante. (BRAGA e NARO [s.d.], p. 1)

Os quadros (8) e (9) mostram a relação dos informantes para a constituição do *corpus* de língua oral desta pesquisa.

QUADRO 8

Informantes de Abre Campo

Número	Informante	Gênero	Faixa etária
1	I01F24AC	Feminino	24 anos
2	I02F62AC	Feminino	62 anos
3	I03F18AC	Feminino	18 anos
4	I04F67AC	Feminino	67 anos
5	I05F24AC	Feminino	24 anos
6	I06F70AC	Feminino	70 anos
7	I07M23AC	Masculino	23 anos
8	I08M68AC	Masculino	68 anos
9	I09M30AC	Masculino	30 anos
10	I10M85AC	Masculino	85 anos
11	I11M18AC	Masculino	18 anos
12	I12M71AC	Masculino	71 anos

QUADRO 9

Informantes de Matipó

Número	Informante	Gênero	Idade
1	I13F23Mt	Feminino	23 anos
2	I14F30Mt	Feminino	30 anos
3	I15F23Mt	Feminino	23 anos

4	I16F72Mt	Feminino	72 anos
5	I17F67Mt	Feminino	67 anos
6	I18F60Mt	Feminino	60 anos
7	I19M24Mt	Masculino	24 anos
8	I20M21Mt	Masculino	21 anos
9	I21M18Mt	Masculino	18 anos
10	I22M83Mt	Masculino	83 anos
11	I23M60Mt	Masculino	60 anos
12	I24M64Mt	Masculino	64 anos

Os rótulos acima utilizados para a classificação dos informantes apresentam a numeração, o gênero, a faixa etária e a localidade; assim, em I1F23Mt, temos o primeiro informante (I1), que é do gênero feminino (F), tem 23 anos de idade e é morador da zona urbana da cidade de Matipó (Mt).

Paralelo a esse *corpus* de língua oral contemporânea, outro *corpus* com dados de língua escrita pretérita foi analisado; constituído por 145 documentos escritos (atas, escrituras e testamentos notariais e atas): 80 documentos em Matipó e 65 documentos em Abre Campo. Esses documentos datam de 1875 a 1950, em 3 intervalos de tempo (1875 a 1900; 1910 a 1925; 1935 a 1950). Esses gêneros textuais foram escolhidos por estarem entre os textos mais antigos que foram encontrados nas localidades e, por acreditar que, dentre as opções que se tinham nos cartórios, prefeituras e câmara de vereadores, seriam os que fossem apresentar uma estrutura sintática menos rígida; assim, geralmente, o início e o fim desses textos eram padronizados, mas, durante o texto, o autor apresentava uma linguagem mais próxima da fala, fugindo da rigidez e do formalismo típicos desse gênero.

Assim, apesar de, em alguns trechos, o gênero ser formulaico e de possuir um grau de formalismo, característico da linguagem dos documentos notariais, sua análise, em função do conhecimento e descrição do estado linguístico da época a que se referem, revelou-se até certo ponto rica; principalmente, por se tratar de textos datados, com indicação de autoria e com referência ao local em que foi escrito. Segundo Maia (1986),

A língua escrita de documentos notariais só de certo modo e em certo grau reflecte a língua do copista e o falar local ou regional, pois em muitos casos aquele “obedeceria a tradições gráficas que se encontravam em todo o caso acima da realidade fonética local

e, por vezes, mesmo regional”(GOSSEN, 1968, p.15-16). Apesar disso, algumas – ou mesmo muitas – formas da língua falada escaparam na transcrição de documentos desse teor e, através da sua análise e interpretação, muitos dados se podem obter e algumas conclusões se podem formular. Contudo, nem todas as partes de um mesmo documento reflectem igualmente a língua falada da época, dado que os escribas usavam fórmulas tradicionais que passavam de geração a geração e que muitas vezes eles copiavam literal e directamente de formulários já estabelecidos. Desse modo, num estudo linguístico desses documentos que vise pôr o problema das relações entre grafemas e fonemas não pode conceder-se o mesmo valor às fórmulas feitas e às outras partes dos documentos, mais espontaneamente saídas das mãos do copista e que, por esse motivo, constituem uma base mais segura para um estudo deste género. (MAIA, 1986, p. 303-304)

Considerando as observações realizadas por Maia (1986), percebe-se que, apesar da unidade linguística manifestada pelos documentos analisados em alguns momentos, a linguagem desses documentos também revela algumas tendências e particularidades linguísticas não só da época, mas até influências da própria oralidade, bem como o grau de letramento do próprio notário; além disso, há momentos em que os copistas trabalham como fórmulas feitas, mas há outros em que o texto é de sua produção. Essas questões podem ser observadas nos excertos abaixo, que trazem exemplos não só de textos notariais, mas também de atas:

(1) Em quarto logar, disse elle mesmo testador dito Antonio Theobaldo Pereira, que vive com Dona Josephina Maria do Espirito Santo, em perfeita harmonia, com a qual tem filhos naturaes. Em quinto logar, disse elle testador dito Antonio Theobaldo Pereira, que pôr sua mente deixa todos os seus haveres para os filhos da dita Dona Josephina Maria do Espirito Santo, tantos quantos elle testador com ella deixar, e ella dita Dona Josephina, como *uzufructu-ria* doz seus haveres em quanto vida tiver, de modo que não possa outrem interver como *uzufructaria* da mesma; deixa esta que faz de livre expontania vontade, pôr attenções que deve a mesma Dona Josephina. (MtT251912 linhas 53-65)

(2) de 1º *surprenente* da representação do partido União nacional democracia nacional, na camara municipal de Matipó, o presidente convidou o vereador mais votado o sur. Sebastião Ribeiro de Carvalho para fazer a seguinte *decraração* que é o compromisso do *veriador*. Prometo cumprir dignamente o mandato a mim confiado, obiservando as leis e trabalhando pelo engrandecimento deste município respondendo assim o prometo”. Impossado o nobre *veriador* José Bueno Mendes o presidente iniciou novamente o trabalho da camara.

Foi lido em primeira discussão 2 projetos de leis, dispondo o primeiro sobre a consseção de *sussseucao* ordinaria no esercizio de 1950 e o seguida sobre a distribuição da *subisseucao* *incruidas* no *orssamento* deste ano que foi aprovado, foi lido o 2º projeto dispondo: 1º sobre o canselamento do saldo de varias dotações do orçamento vigente, na importância de Cr\$38.100,00 e abertura de créditos *suprementares* de igual importancia. (MtA421949 linhas 36-53)

Esses exemplos foram extraídos dos documentos de língua escrita pretérita das duas localidades; já nos permitem afirmar, com base em Maia (1986) que, embora os documentos notariais ou até mesmo as atas “não sejam um espelho fiel, uma reprodução da linguagem local, eles deixam transparecer certos factos da linguagem da época”. (MAIA, 1986, p. 949-950)

Inicialmente, pensou-se em analisar 10 documentos de cada gênero textual e época, em um total de 180 documentos (90 de cada localidade); mas fatores adversos impossibilitaram essa análise. Dentre esses fatores, podemos ressaltar dois incêndios: um ocorrido na Prefeitura de Matipó e outro ocorrido no Fórum de Abre Campo, local onde antigamente também funcionava o cartório da cidade; nesse incêndio, vários documentos foram queimados. Além disso, o cartório de Matipó perdeu, com o decorrer do tempo, o direito de realizar testamentos, passando todos os testamentos a ser realizados pelo Cartório de Abre Campo, cidade essa que é Comarca de Matipó. Associam-se esses episódios ao fato de não haver nas duas localidades nenhum museu ou local em que se preservassem documentos a respeito da história dessas duas localidades. Pensou-se, a princípio, em analisar cartas pessoais, por se considerar que, devido à espontaneidade relativa do gênero, seria o documento ideal, mas não foi encontrado esse gênero textual datado do período pesquisado.

Os quadros (10) e (11) apresentam o número de documentos analisados em cada localidade.

QUADRO 10

Número de documentos históricos de Abre Campo

	Atas	Escrituras	Testamentos
1875 a 1900	1	10	0

1910 a 1925	10	10	7
1935 a 1950	10	10	7

QUADRO 11

Número de documentos históricos de Matipó

	Atas	Escrituras	Testamentos
1875 a 1900	10	10	10
1910 a 1925	10	10	10
1935 a 1950	10	10	0

Essa análise contemplando dados de língua pretérita foi realizada com o intuito de ajudar a perceber se o padrão de uso de artigo diante de antropônimos nas duas localidades sempre foi divergente ou se foi apenas depois de uma determinada época que essa fala se diferenciou; acredita-se que a origem dos primeiros habitantes também determinou essa diferenciação.

Cabe ressaltar que se tem exata noção do paradoxo causado ao se analisar períodos passados da língua; mas, por não existir amostras de fala oral espontânea, opta-se pela análise da língua escrita. Assim, na impossibilidade de “testar suas hipóteses com falantes/ouvintes da época em que o texto foi escrito: fará uma descrição sincrônica necessária – e relativamente uniformizada (...). O estudo das mudanças se efetivará, no âmbito leitor/escritor e não no âmbito falante/ouvinte” (COHEN, 1995, p.2). Desse modo, a pesquisa iniciou-se com dados da modalidade oral de fala, nos moldes descritos por Labov (1972 e 1994), utilizando o presente para explicar o passado e voltando para o presente no movimento de vai-e-vem típico dos estudos diacrônicos.

De acordo com Milroy (1992, p.132), pelo “fato de as línguas de períodos anteriores serem tão variáveis, estes períodos, deveriam, a princípio, estarem aptos para o mesmo tipo de

análise que utilizamos na dialetologia atual”. Assim, textos de diferentes autores e de diferentes gêneros permitem identificar variantes do período sob análise.

4.2 A coleta dos dados

Os dados de língua oral foram coletados *in loco*, ou seja, no lugar em que eles se manifestam; sendo essa considerada uma das etapas mais importantes para o estudo de determinado fenômeno. As entrevistas tiveram a duração mínima de 30 minutos e foram realizadas pela própria pesquisadora; criou-se um clima de espontaneidade e a entrevista estruturou de forma que os informantes desenvolvessem o tipo textual narrativo. Segundo Tarallo (1986, p20), a presença do pesquisador é a melhor forma de se garantir o tempo mínimo de duração da entrevista, “controlar os tópicos de conversa e elucidar realizações da variável em que se está interessado”.

Devido ao fato de a pesquisadora ser moradora de uma das localidades (Matipó) e conhecer bem a localidade vizinha (Abre Campo), conseguiu-se minimizar o efeito negativo causado pela presença do gravador, o que facilitou a neutralidade e a obtenção de uma boa qualidade de amostra da língua vernácula. Optou-se, nas duas localidades, por entrevistar tanto pessoas já conhecidas pela pesquisadora quanto pessoas com as quais não se tinha contato, com o objetivo de se criar o mesmo perfil de informantes nas duas localidades; no caso dos informantes que não eram conhecidos da pesquisadora, optou-se pela presença de uma terceira pessoa que os apresentou e esteve presente durante a entrevista; apesar de esse procedimento ir de encontro ao que Labov (1972a) coloca como primeiro princípio sistemático para minimizar possíveis resistências por parte do falante, conforme citado na seção 3.1, tornou-se necessário a presença de uma pessoa amiga, o que deixou o entrevistado mais a vontade e possibilitou um número maior de antropônimos na entrevista. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento prévio do informante, sendo registrada na própria gravação da entrevista a autorização dos informantes para o uso dos dados. Não foi revelado ao informante que o objeto de estudo era a fala da comunidade em questão, para que esse fato não vedasse qualquer possibilidade de obtenção de amostras de fala espontânea: assim, a pesquisadora apresentou-se como interessada em conhecer um pouco mais a história da comunidade, as festas, os hábitos e os costumes da região, bem como as particularidades que diferenciam uma cidade da outra.

Durante as entrevistas, tentou-se extrair o máximo de espontaneidade do informante, através de um clima de conversa informal garantido pela fala descontraída. Tentou-se evitar, durante a entrevista, as perguntas diretas, pois elas quase sempre resultam em respostas monossilábicas por parte do entrevistado; tentou-se, na medida do possível, sugerir os temas através de comentários e perguntas indiretas que tinham como objetivo levar o entrevistado a narrar fatos de sua experiência pessoal. Segundo Tarallo (2000, p.22), as narrativas fazem com que o informante esteja “tão envolvido emocionalmente com *o que* relata que presta o mínimo de atenção ao *como*”. Assim, ao narrar suas experiências pessoais, o informante praticamente deixa de se preocupar com a forma, dando mais atenção ao referente da conversa.

Percebeu-se que, muitas vezes, ao se falar a respeito de um assunto, obteve-se uma resposta rápida seguida de uma pausa em que o informante, ao refletir mais sobre o assunto, retoma sua fala com outra narrativa; a pesquisadora, nesses momentos, optou por manter-se em silêncio aguardando a conclusão do informante. Já em outros momentos, houve a necessidade de a pesquisadora narrar, de forma sintética, experiências pessoais para estimular e/ou descontrair o informante.

Com relação aos documentos de língua pretérita, foram obtidos através de visitas aos cartórios das duas localidades. Cumpre ressaltar que foram folheados todos os livros existentes nos cartórios que datavam deste período; ao se encontrar os gêneros textuais pesquisados, foi realizada a reprodução do documento que, posteriormente, foi transcrito. Além disso, foram analisados documentos antigos das prefeituras e Câmara de Vereadores das duas localidades; é interessante ressaltar com relação às atas encontradas na Câmara de Vereadores de Matipó que, apesar de serem assinadas pelo mesmo secretário, em muitas delas, consta-se até três caligrafias diferentes durante a redação de um mesmo documento.

4.3 A transcrição dos dados

As entrevistas foram gravadas com gravador digital de voz (DVR – 1920) e depois transcritas com base nas normas do projeto Filologia Bandeirante. Por ser um fenômeno sintático, algumas adaptações foram realizadas com o objetivo de prevalecer uma transcrição limpa e legível, sem sobrecarga de símbolos complicados: “o essencial é que o analista saiba quais são os

seus objetivos e não deixe de analisar o que lhe convém” (MARCUSCHI, 1991, p. 9). Seguem, no quadro (12), os critérios adotados na transcrição:

QUADRO 12

Normas adotadas para a transcrição do *corpus* de língua oral contemporânea

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLOS
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	vinha pra qui... chegava aqui... eu era os primero leitero que chegava aqui tocano o animal... () num muntava na garrupa naum... que... pra mim num atrasá... (I10M83Mt linhas 36-38)
Hipótese do que foi ouvido	(hipótese)	e o papai coitado... o papai coitado... era... era... era desses homi ingnorante... (tirô um desses rei)... e deu uma surra em mim... (I10M83Mt linhas 22-23)
Truncamento	/	aquilo mamãe chegô... “Ô José... cê num tá veno?... ele tá machucado... ao braço dele... tá quebrado...”... “Uai tá?”... “O pé dele tá quebrado... a maum dele... os dedo onde que tá”... aí ele chegô... aí ele virô o juízo... ficô doido... naq/... naquela época... eu tinha quatro anos... a oitenta anos atrais né?... (I10M83Mt linhas 23-27)
Interrogação	?	aí juntarum uma turma e vei pra mim batê... aí eu curri... fiz o cavalu corrê... fui de galope... cheguei na porta do Natalino... chegô um rapaiz... um rap/... “Que que isso Dezim?”... (I10M83Mt linhas 44-46)

Qualquer pausa	...	o Zé Carlos almoça tamem e vem cá... e volta pra lá domingo almoça sempre e vai embora... Sebastião esse tamém almoça e vai embora por que esse trabalha no domingo né?... se ele falha... ele pode sê dispensado... (I10M83Mt linhas 14-16)
Comentários descritivos do transcritor	((comentários))	entaum é desse jeito... ((risos))... mais... eu comecei a minha vida trabaiano muito novo... eu tinha quatro anos quando o papai me chamô pra ajudá a separá um gado...((caí alguma coisa))... num faiz mal naum... (I10M83Mt linhas 16-18)
Citações literais, discurso direto ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	“Ô José... cê num tá veno?... ele tá machucado... ao braço dele... tá quebrado...”... “Uai tá?”... “O pé dele tá quebrado... a maum dele... os dedo onde que tá”... (I10M83Mt linhas 24-25)
Entonação enfática	maiúscula	eu também num tô tratano ocê aqui cum disaforo nem nada... o caso é que... ocê me fez favor de vim aqui... que eu TÔ cansado... aí veio... contei o dinheiro na hora... (I10M83Mt linhas 237-238)
Prolongamento de vogal	::	aí ele oiô... pegô minha cartera... feiz assim... subiu em cima do lugar alto... deu um grito mais feio do mundo... “Edé:::::zio”... veio o guarda... (I10M83Mt linhas 487-489)

OBSERVAÇÕES:

1 – Iniciais maiúsculas: só para os nomes próprios ou para as siglas.

- 2 – Números: por extenso.
- 3 – Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
- 4 – Não se anota o cadenciamento da frase.
- 5 – Podem-se combinar sinais. Por exemplo: alongamento e pausa.
- 6 – São utilizados os fáticos: *tá, né?, aí, ah*.
- 7 – Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

As principais marcas de oralidade adotadas na transcrição ortográfica são¹³:

- a) a redução dos ditongos: *debaxo < debaixo, ropa < roupa*.
- b) ausência do –r final dos nomes: *sinhô < senhor*.
- c) ausência de –r final em verbos: *trazê < trazer, voltá < voltar*.
- d) síncope: *tocano < tocando, matano < matando*.
- e) apagamento de sílabas: *daquê < daquele, cê < você*.
- f) vocalização da palatal: *vermei < vermelho, trabaiano < trabalhando*.
- g) elevação/abaixamento das vogais médias pretônicas: *sirviço < serviço, iscola < escola*.
- h) fenômenos de permuta ou inserção de diferentes segmentos sonoros: *argúem < alguém, armuçado < almoçado*.
- i) aglutinação com apóstrofe: *d'água < de água*.

Com relação ao *corpus* de língua escrita pretérita, optou-se por uma transcrição conservadora tendo por base as normas de Cohen (2009), cujo objetivo é o de manter um grau baixo de mediação do editor entre o original e a transcrição, “a fim de preservar a língua da época com sua variação, mesmo ortográfica.

Assim, na medida das possibilidades gráficas, pretendeu-se manter até mesmo o *layout* original do fólio, no que se refere a colunas, quebras de linha e de fólio, e manutenção das abreviaturas.” (COHEN, 2010, p. 122). Seguem as normas por ela adotadas:

QUADRO 13

¹³ Todos os exemplos que seguem foram extraídos da entrevista do informante I10M83Mt.

Normas para transcrição de documentos manuscritos

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão mantidas na transcrição e desenvolvidas posteriormente em um glossário.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: deCaboFRio; Embarçaçẽ; nalingua; sepersipita; em estado deo fazer; Fazendados Padres da Comp ^a .
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Osdias passaõ eninguem comparece”
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: Aguas; huã; derão; Mantiquêra;
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresenta no original. O caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, será considerado relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve ser feita.
7. Eventuais erros de escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: “nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga”; “nota 2. deligoncia por deligencia”; “nota 3. advertinto por advertindo”.
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro nolargo damatriz>
9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: “todos ninguem dospresentes assignarom; sahiram sahiram aspressas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, o editor coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram emdireçaõ opaco.
10. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer no final do documento informando-se localização.
11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes, Exemplo: “não deixe passar neste [conjectura] de

Areas”.
12. Letra ou palavra não legível por deteriorização justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [<u>ilegível</u>].
13. Trecho de maior extensão não legível por deteriorização receberá a indicação [<u>corroídas + 5 linhas</u>]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A divisão das linhas no documento original será preservada, bem como a mudança de fólio.
15. Na transcrição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta na margem esquerda. Será feita de maneira por fólio.
16. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: <u>Antonio Martins Ferr^a</u> ; sinal público: [<u>Bernardo Jose de Lorena</u>].
17. Os fólios serão numerados no canto direito superior da página com o número e a indicação de r (recto) ou v (verso).

Fonte: COHEN, 2010, p. 131.

4.4 O tratamento dos dados

Após selecionar todos os antropônimos, foram excluídos os sintagmas nominais não referenciais, as ocorrências que ocupavam posição complementar ao artigo definido e outros casos que estão descritos na seção 4.7. Após a exclusão desses casos, os dados foram submetidos ao programa de análise de dados variáveis Goldvarb (2001) que, segundo Rand e Sankoff, 1990 *apud* Amaral (2003), baseia-se no VARBRUL, “mas responde a uma necessidade de um recurso similar para ser utilizado no Windows”. Esse programa realiza a quantificação de dados variáveis, sendo necessário estabelecer um grupo de fatores que estaria supostamente condicionando a realização de uma ou outra variante da pesquisa, no caso desta tese, a variação da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo.

Em qualquer pesquisa que se oriente pela Sociolinguística Variacionista, a realização de análises quantitativas é imprescindível, porque

[...] possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a

mudança linguística. A variação linguística, entendida com alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos (GUY; ZILLES, 2007, p.73)

Tem-se exata noção de que os números não falam por si e que o programa estatístico é apenas um recurso para a quantificação dos dados. Segundo Naro (2008, p.25), “o progresso da ciência linguística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas”. Yacovenco (2002, p.107) relata também que a pesquisa linguística baseia-se em dados controlados, “que refletem a sistematicidade da estrutura linguística e evita a análise de casos isolados, e se fundamenta, também, na quantificação dos dados, que decorre do pressuposto de que o uso de determinada forma linguística reflete diferentes atualizações das regras variáveis”.

Assim, é a hipótese levantada e os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos definidos que permitirão a busca de explicações para a diferença entre a presença e a ausência de artigo definido no contexto sintático analisado.

4.5 A variável dependente

A variável dependente deste estudo é composta por duas variantes, a saber: a ausência e a presença de artigo definido diante de antropônimos na zona urbana das cidades de Abre Campo e Matipó, localidades vizinhas limítrofes, pertencentes à Zona da Mata mineira. Em Almeida Mendes (2009), ao se analisar a fala dos moradores da zona rural, ficou comprovado que, em Abre Campo, predomina a ausência do artigo definido diante de antropônimos e, em Matipó, a presença é sustentada por uma análise quantitativa.

A língua, como se sabe, caracteriza-se como fenômeno variável, não apenas a partir do artigo seminal de Labov, Weinrich e Herzog (1968), mas mesmo muito antes, como se pode verificar na obra de Dante Alighieri, *De Vulgari Eloquentia*: “uma língua não pode ser durável, contínua, nem fixada, nem por natureza, propriedade, nem pelas leis.”

No caso em questão, a percepção dos falantes, nos quais a pesquisadora se inclui, refere-se certamente, como já anteriormente mencionado, à predominância de uma das variantes, quer da ausência, quer da presença do artigo diante de antropônimo ou topônimo. Os dados abaixo, tirados das entrevistas realizadas na região, constataam a variação da ausência/presença de artigo

nas duas localidades. Em (1) e (2), temos dados de Matipó; já em (3) e (4), temos dados de Abre Campo:

- (1) “ah... naquela época a gente nem saía de casa... né Andréia... vinha pra... vinha na rua acho que era com *a Dalila*... ô Ana Lúcia... uma daquelas duas minina lá... me parece... aí eu passava lá e chamava êas pra vim comigo pra buscá aviamento pra Odete custurá né?...” **(I16F72Mt linhas 133-135)**
- (2) “entaum... vai sê sábado e domingo... aí junta a raça toda lá...((risos)) aí ês vaum a noite e vem pra qui... *o Rodrigo*... “vô nada”... ês armaça e vai embora né?... *o Zé Carlos* almoça tamem e vem cá... e volta pra lá domingo almoça sempre e vai embora... *Sebastião* esse tamém almoça e vai embora por que esse trabalha no domingo né?... se ele falha... ele pode sê dispensado... entaum é desse jeito... ((risos))...” **(I23M60Mt linhas 12-16)**
- (3) “mamãe falava alguma coisa... ele falava aqui... “que isso... fia... quem vai falá *de Celi*... pur que toda vida... a preocupaçaum dela... é o que os otros ia falá...“ah... *a Celi* tá fazeno isso”... eu toda vida eu gostei... quando eu vinha da iscola... o... o professor *de Vitor e Léo* morava aqui... aqui... na em frente...” **(I02F62AC linhas 252-256)**
- (4) “*dotor Otávio*... ia toda quarta-fera... era advogado... toda quarta-fera ia a Matipó... pra dá aos clientes a situaçaum dos processos... pegá novos crientes né?... e... e também pegá o dinherinho né?... e quinta-fera... é... é... *Zé Camilinha*... é... conhecido aqui como motorista... era o motorista *do dotor Otávio*... e *Chicaum*... que era o pai *da Mazarela*... naum sei se ocê cunhece Mazarela que era professora aqui no colégio... o pai dela... era... era o motorista *do dotor Lau*... o dotor Lau ia quinta-fera... nesses dias a gente tinha carona pra vim de Matipó pra qui... num fordim vinte nove... desses que aparece naquelas novela muito antiga... dos barões... etcetera...” **(I10M85AC linhas 86-93)**

4.6 As variáveis independentes

Considerando o “pressuposto teórico de que a variação linguística não é aleatória, é fundamental identificar conjuntos de circunstâncias linguísticas e sociais (restrições) que tendem a favorecer o uso de uma ou outra variante [...]” (NARO e SCHERRE, 2008, p. 148). Essas restrições são denominadas variáveis independentes ou grupos de fatores.

Essas variáveis independentes ou grupo de fatores foram estabelecidos tendo por base a literatura existente até hoje sobre esse fenômeno sintático; assim, foram selecionados os fatores linguísticos e extralinguísticos que se comprovaram como favorecedores do uso ou não de artigo definido no contexto de antropônimos nos estudos anteriores a respeito desse assunto. Definiram-se, ao todo, 15 fatores: localidade, gênero, faixa etária, circunstância em que o antropônimo é

citado, função sintática do antropônimo na sentença, estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, antropônimo como item de enumeração, gênero textual, período de tempo, posição do antropônimo, antropônimo em estrutura de genitivo, antropônimo com qualificativo, grau de intimidade do falante com o referente, gênero do antropônimo. Como nem todos os fatores puderam ser analisados nos dois *corpora*, optou-se por separar as variáveis comuns aos dois *corpora* daquelas que só foram analisadas em seus respectivos *corpora*. Cada uma delas será mais bem analisada nas próximas subdivisões:

4.6.1 Variáveis gerais aos dois *corpora*

4.6.1.1 Localidades

Durante pesquisa do mestrado, em Almeida Mendes (2009), constatou-se a variação, antes apenas impressionística, da ausência ou presença de artigo definido no contexto de antropônimos na zona rural de duas cidades mineiras limítrofes da zona da Mata: Abre Campo e Matipó; foi registrado 48% de presença de artigo definido nas ocorrências com antropônimos nas entrevistas orais realizadas na zona rural de Abre Campo e 52% de ausência de artigo definido; em contrapartida, foi registrado 83% de presença de artigo definido nas ocorrências de artigo definido diante de antropônimo nas entrevistas orais realizadas na zona rural de Matipó e 27% de ausência.

A atual pesquisa desenvolve-se com o intuito de compreender por que duas localidades tão próximas possuem padrões divergentes no que diz respeito à ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos e, ainda, tentar verificar se os falantes das distintas localidades possuem percepção quanto ao fenômeno da ausência ou presença de artigo definido no contexto de antropônimo. Cumpre ressaltar que informações mais detalhadas sobre essas duas localidades foram apontadas no capítulo 2. O quadro 14, localizado a seguir, apresenta esse fator:

QUADRO 14
Localidades

Grupo	Fatores	Exemplos
Localidades	Abre Campo	Escreitura publica de compra e venda de bens de rais que fasem como vendedores o

		cidadão José Severino Cotta e sua mulher, e como comprador, o cidadão Francisco do Nascimento Nerse, na forma abaixo. (EAC1913 linhas 1-3)
	Matipó	Esctura publica de compra e venda de bens de rais que fazem Balbino Lopes Salgado e sua mulher Dona Cornelia Maria de Jesus, ao cidadão João Celistino de Miranda, na forma abaixo. (EMt1900 linhas 1-2)

4.6.1.2 Circunstância em que o antropônimo é citado

Este grupo de fatores foi analisado nos estudos de Du Bois (1980), Moisés (1995) e Silva (1996), Alves (2007) e (2008), Almeida Mendes (2009), Braga (2012), Faria (2012) e Campos Júnior (2012). Para Du Bois (1980), a presença ou não de artigo está associada a aspectos de especificidade ou com o *status* informacional “dado”, isto é, se a informação é desconhecida ou já conhecida pelo falante.

Moisés (1995) constata que o uso do artigo definido diante de antropônimo não é pautado no princípio da intimidade/familiaridade, já que o mesmo falante pode usar um nome próprio ora articulado, ora não num dado contexto discursivo. Weinreich (1976 *apud* MOISÉS, 1976) também afirma que o uso do artigo definido pressupõe uma informação prévia. Silva (1996), por sua vez, demonstra que a necessidade de definição da entidade não conhecida pode também fazer com que a entidade apresentada pela primeira vez venha articulada.

Nesta pesquisa, foi controlada a hipótese segundo a qual o fato de o antropônimo ter sido anteriormente citado ou ser um elemento novo no discurso influi na análise do fenômeno do uso ou não de artigo definido diante de antropônimos nas localidades de Abre Campo e Matipó, conforme ilustrado a seguir pelo quadro 15:

QUADRO 15

Circunstância em que o antropônimo é citado

Grupo	Fatores	Exemplos
Circunstância em	Citado pela primeira vez	I: que era o Juaumzim Capadim... ali da Palhada ali... o Antônio é sobrinho dessa

que o antropônimo é citado		<p>peessoa... e:... teim o Sebastião do Caíte... (I23M60Mt linhas 92-93)</p>
	Citado previamente	<p>I: talvez até o Tim tenha falado do Sebastiaum do Caíte aí... P: naum... num falou naum... I: naum falou... o Sebastiaum do Caíte é um personagem bastante conhecido na Palhada... pela sua maneira de ser e tal... quando mais novo ele era:: uma pessoa um pouco implicante... gostava até de brigas com os colegas dele e tal... mais hoje ficou adulto... é uma pessoa bem popular... é evangélico... tocá violaum... (I23M60Mt linhas 93-99)</p>

4.6.1.3 Função sintática do antropônimo na sentença

Estudos como os de Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Alencar (2006), Alves (2008), Braga (2012) demonstraram que a função sintática desempenhada pelo SN em que o antropônimo se localiza deve ser considerada na análise do fenômeno da ausência ou presença de artigo diante de antropônimo. Assim, optou-se por também controlar este fator nesta pesquisa, com o intuito de verificar se a atuação deste grupo de fatores influi na fala das duas comunidades pesquisadas; ainda mais porque esse grupo de fatores não foi analisado em Almeida Mendes (2009) quando se considerou a fala da zona rural destas duas comunidades.

Além das funções sintáticas tradicionais mencionadas pela gramática, optou-se, assim como em Alves (2008) e Braga (2012), por analisar a função de tópico, uma vez que essa função é, segundo Pontes (1987), muito comum na língua coloquial: “quando se começa a observar a língua coloquial espontânea do uso diário, fica-se surpreso com a quantidade de vezes em que ocorrem construções de tópico” (PONTES, 1987, p.12). A incorporação dessa função sintática fez-se necessária para não deixar de codificar uma quantidade significativa de ocorrências que não poderiam receber outro nome da nomenclatura gramatical. O detalhamento desse grupo de fatores é apresentado no quadro 16, a seguir:

QUADRO 16
Função sintática

Grupo	Fatores	Exemplos
Função sintática	Tópico	<i>o Diego... ele na verdade... na verdade ele é filho de um primo do meu pai... (I21M24Mt linhas 42-43)</i>
	Sujeito	naum... pur que jogá/... dos meus irmauns nenhum brincava comigo... pur que <i>a Celinha mais o Tonim</i> era muito criança... pur que quando a minha mãe morreu eu tinha nove anos... e eu brincava com as filha do nosso impregado... (I17F67Mt linhas 30-33)
	Objeto Direto	aí... primero ano... meu... eu já peguei <i>a Nice</i> ... aí foi a Nice primero... segundo e tercero... aí... é... assim... a Nice é otra professora... maravilhosa... cobra e tudo... mais é aquela professora que... naum existe você naum aprendê com ela... (I13F23Mt linhas 213-216)
	Objeto Indireto	residente nesta cidade, e especialmente para em nome deles outorgantes vender ao <i>sr. Oliveira Miranda</i> , casado, proprietário, residente na Vila I-taporanga, (ACE211941 linhas 152-155)
	Aposto	Escriptura publica de compra e venda de bens de rais que fasem como vendedores o cidadão José Severino Cotta e sua mulher, e como comprador, <i>o cidadão Francisco do Nascimento Nerso</i> , na forma abaixo. (EMt1913 linhas 1-3)
	Predicativo	O meu cantor preferido é <i>o Milton Nascimento</i> (I16F72Mt linhas 122-123)
	Adjunto Adnominal	que além dos mais bens que possui neste districto, <u>possue por compra a José Pereira da Silva e sua mulher</u> e outros, bem como herança digo como por herança <i>de seu finado irmão Miguel Monteiro de Oliveira e Souza</i> , um terreno neste districto (EMt1917 linhas 24-17)
	Complemento Nominal	sendo coberta de telhas, parte assoalhada, dividindo por um lado com casa e terreno pertencente a <i>Nicolau Stanciola</i> (EAC1913 linhas 16-17)
	Adjunto Adverbial	E por se acharem assim contractadas, me pediram lhes fizesse a presente escriptura que feita, lida e achada conforme, acceitaram e assignam <i>com as testemunhas</i>

		<i>José Basilio Mendes de Magalhães e Cel. João Baptista Pereira da Silva</i> , perante mim João Moreira Bastos, escrivão de Paz e Tabellião de notas, que a escrevi e assigno em publico e raso. (EMT1917 linhas 95-98)
	Agente da Passiva	A folhas do caderno de receita fica debitada <i>ao Collector Aureliano Brandão</i> a importancia de cento e vinte e dous mil seiscentos e quarenta reis, Reis 12246401 recebida de Francisco do Nascimento Neves pelo imposto de compra de benz de rais (EMt1913 linhas 40-43)

4.6.1.4 Estrutura do sintagma nominal

A análise deste grupo de fatores constou nos trabalhos de Callou e Silva (1997), Callou (2000), Amaral (2000), Almeida Mendes (2009) e Braga (2012). Nesses estudos, ficou demonstrado que o uso do artigo definido diante de antropônimos é favorecido em sintagmas preposicionados, mas que o fenômeno é caso de variação.

A divisão deste trabalho para este grupo de fatores foi orientada por Callou (1997), considerando se o antropônimo integra um SN sem preposição, um SN com preposição que se contrai (em, de, a, para) ou um SN com preposição que não se contrai (com, sobre). O quadro 17 apresenta em detalhes esse grupo de fatores:

QUADRO 17

Estrutura do sintagma nominal

Grupo	Fatores	Exemplos
Estrutura do sintagma nominal	Antropônimo integra um SN sem preposição	depois <i>o Juarez...</i> depois o José lá... Lorenzo num sei de quê lá... que eu lembro é assim... pur que quando a minha mãe morreu ê... ele ficô com treis meses... dois mês ô três méis num sei sabe?... que a morte da minha mãe foi muito... muito rápida... (I16F72Mt linhas 27-29)
	Antropônimo integra em	ela era irmã da... da mulher... mãe <i>do Vicente...</i> Sá Antônia sabe?... que ficava

	SN com preposição que se contrai	ali... que atendia aquela população toda... (I16F72Mt linhas 22-23)
	Antropônimo integra em SN com preposição que não se contrai	ah... naquela época a gente nem saía de casa... né Andréia... vinha pra... vinha na rua acho que era <i>com a Dalila</i> ... ô Ana Lúcia... (I16F72Mt linhas 129-130)

4.6.1.5 Tipo de antropônimo

Estudos anteriores como Silva (1996), Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Alencar (2006), Alves (2008), Almeida Mendes (2009), Braga (2012) consideraram esse grupo de fatores, acreditando que o tipo de antropônimo usado pode influenciar no uso ou não de artigo definido.

Silva (1996) afirma que os nomes próprios se referem a entidades familiares tratadas por nome de batismo ou apelido possuem muito mais artigo do que os menos familiares; assim, segunda ela, “a necessidade de definição de entidade não conhecida pelo ouvinte correlaciona-se com um aumento do emprego de artigo” (SILVA, 1996, p. 139). Seu trabalho é retomado por Amaral (2007) que tenta demonstrar que a forma com que o antropônimo aparece no discurso se relaciona ao grau de intimidade, para ele, “o falante não distingue a familiaridade com o referente por meio da forma do antropônimo que utiliza” (AMARAL, 2007, p. 120)

Outros estudos como os de Callou (2000), Mendes (2000), Alencar (2006), Alves (2008), Almeida Mendes (2009), Braga (2012), controlaram esse fator, demonstrando a sua relevância. Neste estudo, para se realizar a quantificação dessa variável na pesquisa, adotou-se a proposta de Vasconcellos (1928), assim como em Almeida Mendes (2009); segundo ele, o antropônimo subdivide-se em: nome completo, sobrenome, prenome, apelido, alcunha, hipocorístico e nome vocatório. Como os usos não-referenciais foram descartados da análise quantitativa, optou-se por excluir o nome vocatório da quantificação.

Assim, considerando que a forma como o antropônimo aparece no discurso do falante interfere na variação do uso do artigo, foram considerados, nesse grupo de fatores, as possibilidades apresentadas no quadro 18:

QUADRO 18

Tipo de antropônimo

Grupo	Fatores	Exemplos
Tipo de antropônimo	Prenome	eu já tava ruim também... diz que minha vô falô assim... “ah... essa aí eu num vô levá naum”.... levô <i>o Juarez</i> e o outro... aí falô assim... “ah... essa aí eu num vô levá naum... que ela já tá quase morta mesmo”... num me levô naum... aí eu fiquei com a vô... (I16F72Mt linhas54-56)
	Nome completo	Escritura publica de doação que faz dona <i>Francisca Maria Cota</i> ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, desta cidade, na forma que se segue: (EAC1945 linhas 1-2)
	Sobrenome	E possuindo eles outorgantes vendedores, a referida situação agricola, livre e desembaraçados de quaisquer ônus ou embaraço judicial ou extrajudicial declaram vende-la, como de fato vendida tem ao outorgado Oliveira Miranda pelo preço e quantia certa de treis contos e duzentos e cincoenta mil reis (Rs 3:250\$000) que neste ato e á minha vida recebem do mesmo outorgado em moeda corrente deste Paiz. (EAC1941 linhas 17-21)
	Apelido	aí passô a sê um monte... naum me lembro mais quais eram os professores daquela época... eu lembro que o professor <i>Marinho</i> dava aula... (I24M64Mt linhas 83-84)
	Alcunha	nós cunhecemos ele como Antônio Rato... ele é sobrinho de uma pessoa já falecida... muito conhecida aqui em Matipó... que era o <i>Juaumzim Capadim</i> ... ali da Palhada ali... o Antônio é sobrinho dessa pessoa... (I23M60Mt linhas 91-92)
	Hipocorístico	aí esse primero filho dela... quando eu fui pra lá... aí ele morreu com um ano e dois meses... aí ele deu uma crise nele e ele morreu... aí depois ela passô uns dois ano sem tê filho sabe?... aí depois que ela arrumô... que é <i>o Zé</i> né?... que é os gêmios... ao morreu um... ficô <i>o Zé</i> ... aí depois... aí já foi em siguido né?... (I16F72Mt linhas 121-124)

4.6.1.6 Antropônimo como item de enumeração

Baseando-se nos estudos de Amaral (2003), Alves (2008) e Braga (2012), revolveu-se checar se o antropônimo era um item de enumeração. Em Amaral (2003), verificou-se, ao transcrever as entrevistas que, frequentemente, os falantes faziam uso do antropônimo em enumeração e essa estrutura ocorria desarticulada. Alves (2008) também teve esse grupo de fatores desconsiderado na sua análise quantitativa. Em contrapartida, em Braga (2012), esse fator foi selecionado como estatisticamente relevante em sua análise: o item de enumeração desfavorece o uso do artigo definido. A seguir, o quadro 19 apresenta esse grupo de fatores:

QUADRO 19

Antropônimo como item de enumeração

Grupo	Fatores	Exemplos
Antropônimo como item de enumeração	Item de enumeração	aí no mudá pra rua o Zé já comprô... a... a... juntô ele... o Dirceu... ele e soz/... o coisa né?... ele... <i>o Dirceu... o Pimpim... e o Zé Gardingo...</i> aí o Uirson né?... que era irmaum da cumadre Licinha... a mulher que era né?... irmã da cumadre Licinha... aí vendero a loja... (I16F72Mt linhas 24-26)
	Item sem enumeração	tinha o Zequinha... Zequinha de quê... gente?... esqueço o sobrenome dele... tinha uma desnatadeira ali... <i>o Zequinha</i> era casado com uma fia do padre Sebastião... falá verdade é essa né?... e... vinha todo coisa... vinha pra qui... chegava aqui... eu era os primero leitero que chegava aqui tocano o animal... (I22M83Mt linhas 34-37)

4.6.1.7 Posição do antropônimo

Pretendeu-se verificar com esse grupo de fatores se a posição do antropônimo com relação ao verbo seria ou não favorecedora do uso do artigo definido. Segundo Moisés (1995), o uso do artigo definido diante de antropônimo é nitidamente flagrado quando o antropônimo

ocorre à esquerda do verbo. Além disso, afirma também que o SN1 receberá a marca do artigo definido mais facilmente se tiver a função de sujeito ou tópico de sentença. Com base nisso, realizou-se a análise presente no quadro abaixo:

Quadro 20
Posição do antropônimo

Grupo	Fatores	Exemplos
Posição do antropônimo	Antes do verbo	<i>o Sebastiaum do Caíte</i> é um personagem bastante conhecido na Palhada... pela sua maneira de ser e tal... (I23M60Mt linhas 96-97)
	Depois do verbo	existia também <i>o Nilsonério</i> que mora na Palhada até hoje... (I23M60Mt linhas 113-114)

4.6.1.8 Antropônimo em estrutura de genitivo

Silva (1996, p. 128) afirma que dados do tipo “o livro do Pedro” foram descartados, pois nesse tipo de estrutura o uso do artigo sempre é categórico. O que se percebeu em estudos posteriores como Callou e Silva (1997), Callou (2000), Amaral (2003), Alencar (2006) é que, apesar de a presença de preposição no SN tender a favorecer o uso do artigo definido, o fenômeno é variável.

Em Almeida Mendes (2009), o resultado da ausência/presença de artigo definido nas ocorrências de antropônimos em estruturas de genitivo foi bem diferente nas duas localidades. Em Abre Campo, houve uma ligeira tendência ao uso de artigo definido (54%); enquanto que, em Matipó, a presença de artigo definido nesse tipo de estrutura é quase absoluta (91%). Essa diferença de percentual foi usada para explicar o “estranhamento” percebido por certos falantes, que aparece como marca de distinção da fala dos moradores dessas localidades.

Como em Abre Campo, o percentual de estruturas sem artigo definido foi considerável e foi esse o grupo de fatores cujos resultados foram mais discrepantes nas duas localidades, optou-se por analisá-lo novamente. O que pode ser verificado no quadro 21:

QUADRO 21
Tipo de estrutura

Grupo	Fatores	Exemplos
Antropônimo em estrutura de genitivo	Sem genitivo	ele é sobrinho de uma pessoa já falecida... muito conhecida aqui em Matipó... que era o Juaumzim Capadim... ali da Palhada ali... <i>o Antônio</i> é sobrinho dessa pessoa... (I23M60Mt linhas 91-93)
	Com genitivo	ele é avó do doutor Reinaldo Zapalá... é... pai <i>do Evandro Pimenta</i> ... e outros mais... que nós conhecemos aqui... (I23M60Mt linhas 58-59)

4.6.1.9 Antropônimo com qualificativo

A presença dos títulos foi analisada em trabalhos de Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Alves (2008), Almeida Mendes (2009) e Braga (2012). Optou-se por utilizar a expressão qualificativo, que teve origem em Mendes (2000), segundo a autora, a função de qualificativo designa termos que “na literatura específica são conhecidos como títulos honoríficos e por acreditar que itens como *mulher (no sentido de esposa), marido, tio, filho, irmão, primo, etc.* possam desempenhar esta função o que não ocorria com os títulos.” (MENDES, 2000, p.86). Assim, essa classificação inclui, para ela, os títulos honoríficos, as relações de parentesco, as profissões, os cargos religiosos e políticos, além dos títulos de nobreza. O quadro 22 apresenta essa análise:

QUADRO 22
Antropônimo com qualificativo

Grupo	Fatores	Exemplos
Antropônimo com qualificativo	Com qualificativo	portanto bisavó do Marinzim... do... do... do <i>dotor Pedro</i> e tal... intaum nós vivíamos ali na Palhada... (I23M60Mt linhas 44-45)
	Sem qualificativo	<i>Juca Pimenta</i> foi um fazendeiro muito... muito entusiasmado com as coisas de Matipó... muito reconhecido pelas pessoas... (I23M60Mt linhas 57-58)

4.6.1.10 Gênero do antropônimo

O fator gênero do antropônimo, considerado por Campos Júnior (2011), inédito até então, foi analisado em seu trabalho na fala da capital capixaba. Segundo esse autor, “apesar de não termos distinções polarizadas, parece que o capixaba da capital do Estado tende levemente a usar mais artigos quando diante de nomes feminino do que de nomes masculinos, o que contraria nossa intuição inicial” (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p.79); afirma ainda não ter identificado, até o presente momento, evidências que justificassem essa distinção. O quadro 23 apresenta detalhes desse grupo de fatores:

QUADRO 23

Gênero do antropônimo

Grupo	Fatores	Exemplos
Gênero do antropônimo	Masculino	o que eu lembro das histórias... como eu já ia dizendo... a respeito <i>do Seu Francisco Correio</i> ... era um senhor que tinha bastante idade quando eu conheci ele... no tempo ainda que eu era criança... (I04F67AC linhas 6-8)
	Feminino	um sítio que tinha de lá... tinha <i>a Ritinha do Brejo</i> ... que era a dona daquele sítio... que a avenida tomava conta dela... aqui... o qual que era aquele lado todinho de lá... onde era pasto... todo era dela... (I04F67AC linhas 15-17)

4.6.2 Variáveis exclusivas do *corpus* de língua oral contemporânea

4.6.2.1 Gênero do falante

Para Chambers (1995, p. 102), em qualquer estudo sociolinguístico que inclui uma amostra de homens e mulheres, há evidências de que as mulheres tendem a usar menos variantes estigmatizadas e não-padrão do que o mesmo grupo social de homens, nas mesmas

circunstâncias. Segundo ele, as inovações tendem a ser difundidas pelas mulheres, o que é explicado devido, por exemplo, ao papel social atribuído a ela de educação dos filhos.

Alves (2008) levanta a hipótese de que as mulheres tenderiam a fazer o maior uso do artigo definido diante de antropônimo, mas comprovou que os homens mostraram-se levemente favorecedores da presença de artigo definido neste contexto. Já em Almeida Mendes (2009), as mulheres utilizaram mais o artigo definido diante de antropônimos do que os homens em Abre Campo; em Matipó, por sua vez, a presença é ligeiramente mais usada entre os homens.

Estudos anteriores como o de Callou e Silva (1997) apontam que o fenômeno não é estigmatizado e nem valorizado socialmente, estando ligado apenas a aspectos teóricos sobre definitude e à questão da mudança linguística. Apesar disso, percebe-se, impressionisticamente, que as pessoas tem certo grau de consciência com relação a esse fenômeno. O quadro 24 apresenta detalhes desse grupo de fatores:

QUADRO 24
Gênero do falante

Grupo	Fatores	Exemplos
Gênero	Homens	minhas brincadeiras sempre teve ao voltadas para três pessoas... que saum os meus melhores amigos desde a infância... que é o Luan... Lúcio... e o Raimundo... mais Luan e Lúcio... na verdade saum dois... intaum toda a minha história de... de... de ensino fundamental e ensino médio... foi feito com os dois... a gente brincava muito lá no final da Palhada... (I20M21Mt linhas 40-43)
	Mulheres	eu gostava muito da minha colega Isadora... entendeu?... antigamente... era a Isadora... que eu vivia colada... junto... a Lulu... a Gislane... xô vê quem mais... era a Laura... do Juaum Bosco... a gente era a turminha assim... eram muitos amigos na... na época... (I15F23Mt linhas 35-37)

4.6.2.2 Faixa etária

Estudos anteriores como os de Amaral (2003), Almeida Mendes (2009) e Faria (2012) pretenderam analisar se a faixa etária do informante influenciaria no fenômeno da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e de que forma isso ocorria. Todos esses autores supracitados selecionaram apenas duas faixas etárias, pois em nenhum desses estudos foi analisado se o fenômeno seria caso de mudança em progresso nas localidades estudadas.

Em Amaral, as variantes foram compostas por pessoas com faixa etária de 18 a 30 anos e acima de 50 anos. Esse fator foi considerado relevante em Minas Novas e Paracatu: nas duas localidades, os resultados apontaram que a faixa etária dos mais jovens favorecia o uso do artigo ao passo que a faixa etária dos mais velhos desfavorecia.

Em Almeida Mendes (2009), as faixas etárias foram, por sua vez, compostas, por informantes com faixa etária de 18 a 30 anos e acima de 70 anos. Em Abre Campo, o fator idade não se mostrou determinante para o uso de artigo; já em Matipó, os jovens realizaram mais a presença de artigo do que os mais velhos.

Em Faria (2012), trabalho em que se optou por trabalhar com pessoas com faixa etária entre 18 a 25 anos e acima de 45 anos, os informantes mais jovens utilizaram mais a presença de artigo, ao passo que os informantes adultos mostraram-se como favorecedores da ausência de artigo definido.

No presente trabalho, partindo-se também do pressuposto de que não se pretendia analisar se o fenômeno em questão era caso de mudança em progresso, optou-se por trabalhar, assim como nos trabalhos anteriores, com apenas duas faixas etárias: 18 a 30 anos e acima de 60 anos. O quadro 25 apresenta a divisão proposta:

QUADRO 25

Faixa etária

Grupo	Fatores	Exemplos
Faixa etária	18 a 30 anos	eu tinha quase medo mesmo das professoras... tirando a Oráula... que sempre foi muito educada... mas algumas professoras acabavam ultrapassano um poco a linha... e aquilo me dava um certo medo... mais eu nunca tive muito problema naum... eu sempre fui comportado na iscola... num troxe problema naum...

		(I20M21Mt linhas 64-67)
	Acima de 60 anos	e no meu tempo existia uma igreja antiga que as pessoas dizem que foi construída sobre iniciativa de Pedro Caitano... portanto é que aquela praça tem o nome de Pedro Caitano... Pedro Caitano era avó do Marinho que foi dono do posto ali... do posto de combustível... portanto bisavó do Marinzim... do... do... do dottor Pedro e tal... intaum nós vivíamos ali na Palhada... (I23M60Mt linhas 41-45)

4.6.2.3 Grau de intimidade do falante com o referente

A relevância deste fator com relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos foi evidenciada em estudos como os de Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Amaral (2003), Alves (2007) e (2008), Almeida Mendes (2009), Braga (2012) e Faria (2012). Além disso, cabe acrescentar que as gramáticas tradicionais enfatizam que a presença ou não de artigo definido diante de nomes de pessoas, no Brasil e em Portugal, está frequentemente associada a certa afetividade.

Silva (1996) relata que, por não ter acesso ao grau de intimidade do informante, controlou-se o referente pelo qual o informante foi tratado, acreditando que, nos casos em que foram utilizados apelidos, haveria mais intimidade. Já Amaral (2003), observou se o referente era uma pessoa do meio social do falante, uma personalidade famosa e com prestígio na região do informante ou se era uma personalidade famosa nacionalmente.

Em Alves (2008), ao analisar o grupo de Belo Horizonte, a autora afirmou que há uma relação inversamente proporcional entre o uso de artigo e os diferentes graus de intimidade: “quanto menor o grau de intimidade do entrevistado com o referente, maior o índice de ocorrência do artigo no contexto aqui analisado”. (ALVES, 2009, p.109) Com relação ao grupo de controle, o seu comportamento linguístico é semelhante, sendo observado o mesmo padrão inversamente proporcional entre o uso do artigo definido e o grau de intimidade do entrevistado com o referente.

Já em Almeida Mendes (2009), em Abre Campo, o fator intimidade não interfere na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos com relação a pessoas mais distantes e interfere ligeiramente com relação a pessoas mais próximas. Já em Matipó, percebe-se

que o artigo é predominante tanto no emprego com relação a pessoas mais próximas quanto no emprego com relação a pessoas mais distantes, sendo um pouco mais relevante no primeiro caso.

Em Braga (2012), ao se analisar a comunidade de Mariana, percebeu-se que o uso do artigo definido é bastante desfavorecido quando o entrevistado se refere à pessoa nacionalmente famosa com um peso relativo de 0.27, é “também desfavorecido quando o entrevistado se refere à pessoa do meio social do falante com peso de 0.47 e favorecido quando falante se refere à pessoa famosa e com prestígio na região com peso de 0.67.” (BRAGA, 2012, p. 96)

No estudo de Faria (2012), o fator intimidade não foi selecionado como significante. Segundo a autora, para o item pessoa mais próxima, a ausência foi de 89% dos dados, enquanto que para o item pessoa menos próxima a ausência foi de 78%.

Nesta pesquisa, optou-se, inicialmente, por adotar a proposta de Amaral (2003), dividindo o grau de intimidade do falante com o referente em três fatores: pessoa do meio social do falante, pessoa famosa e com prestígio na região e pessoa famosa nacionalmente; uma vez que ela foi também analisada em estudos posteriores como Alves (2007) e (2008), Braga (2012) e Faria (2012). Mas, a primeira rodada do programa quantitativo excluía um dos dois últimos fatores pela insuficiência de dados; devido a isso, optou-se por uni-los e analisar apenas se o falante possuía ou não intimidade com o antropônimo em questão. Além disso, a proposta de Amaral (2003) havia se tornado falha ao se analisar alguns antropônimos de Abre Campo, tais como “Vitor e Léo” e “Eduardo Costa”, uma vez que são pessoas nacionalmente famosas e, ao mesmo tempo, são pessoas do meio social dos informantes: “Vitor e Léo” moraram boa parte de sua infância e adolescência em Abre Campo, estudando com filhos de informantes, sendo vizinho de outros, enfim, parte dos informantes os viram crescer e iniciar a carreira musical ali; já “Eduardo Costa” possui parentes em Abre Campo e visita-os com certa frequência até hoje.

Optou-se, devido a esses fatores, por analisar apenas se os informantes possuíam ou não intimidade com os seus referentes. Essa análise pode ser melhor observada no quadro (26):

QUADRO 26

Grau de intimidade do falante com o referente

Grupo	Fatores	Exemplos
Grau de intimidade	Com intimidade	aí eles falam assim... que a vó foi lá e...e...e minha mãe... antes de morrê... pidiu ela se

do falante com o referente		ela tomava conta de mim né?... aí ela... a.... <i>a Vó Calixta</i> falô né?... que tomava... aí dali eu já fui... pra casa da vó né?... da vó Calixta... aí ela que tomô conta de mim... (I16F72Mt linhas 50-52)
	Sem intimidade	que eu acho que deus... pra nós... num pode ser uma.. uma... como o presidente da República... <i>o Lula... a Dilma...</i> naum... eu acho que Deus... pra gente... teim que ser aquele ser humano que você conversa com ele pessoalmente... que você teim ele dentro de você e perto de você... (I23M60Mt linhas 228-231)

4.6.3 Variáveis exclusivas do *corpus* de língua escrita pretérita

4.6.3.1 Período de tempo

Como já informado, neste trabalho, optou-se por analisar dois *corpora*, um de língua escrita pretérita e outro de língua oral contemporânea. O *corpus* de língua pretérita foi formado a partir de textos de três intervalos de tempos: 1875 a 1900; 1910 a 1925 e 1935 a 1950. Já o *corpus* de língua oral contemporânea foi formado por 24 entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2013. O que pode ser observado no quadro 27:

QUADRO 27

Período de tempo

Grupo	Fatores	Exemplos
Período de tempo	1875 a 1900	Saibam quantos este publico instrumento virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e novecentos, aos dezenove dias do mês de Novembro do dito anno nesta fazenda denominada Barra do Corrigo Frio, propriedade do cidadão João de Abreu e Silva destricto de Abre Campo, Estado de Minas Geraes onde eu Tabellião a chamado

		das partes fui vindo (EAC1900 linhas 2-6)
	1910 a 1925	Abre Campo, vinte e oito de Abril de mil novecentos e treze Casimiro Dias, distribuidor e sendo ahi perante mim Tabellião comparecem as partes entre si justas e accordadas a saber; de uma parte como outorgantes vendedores Arthur Honorino de Meira, Pharmaceutico, e sua mulher Dona Cecilia d'Anila Meira (EAC1913 linhas 6-9)
	1935 a 1950	Saibam quantos este publico instrumento de escritura virem, que, no ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e quarenta e dois, aos dois dias do mês de dezembro do dito ano, em o meu cartorio, no Forum desta Cidade, perante mim tabelião, compareceram, partes entre si justas e contratadas, a saber: - de um lado, como outorgante vendedor, de Zoroastro Pereira Lima, brasileiro, viúvo, ciruugião dentista, e, de outro lado, como outorgada compradora, dona Maria da Paz, brasileira, solteira, maior, de prendas domesticas, ambos residentes nesta cidade e reconhecidos pelos proprios de mim tabelião e das testemunhas adiantes nomeadas e assinadas, do que dou fé. (EAC1942 linhas 2-9)

4.6.3.2 Gênero textual

O *corpus* de língua escrita pretérita é formado por atas, escrituras e testamentos. Apesar de a maior parte das atas terem sido encontradas nos livros notariais dos cartórios das localidades em estudo, elas não podem ser consideradas atas notariais; uma vez que não representam “o testemunho oficial de fatos narrados pelos notários no exercício de sua competência em razão de seu ofício” (REZENDE e CHAVES, 2010, p.172); ressalta-se que a ata notarial é um instrumento notarial aprovado pela legislação federal pouco desenvolvido no sistema brasileiro. Todas as atas encontradas nos livros notariais foram documentos em que se realizou a mera transcrição por parte do tabelião, sendo redigidas por outra pessoa, não podendo, portanto, ser consideradas

como documentos notariais. As demais atas foram encontradas nos livros das Câmaras de Vereadores das duas localidades.

A ata é um documento de valor jurídico em que se registram, por escrito, os fatos e as decisões de uma reunião; o tempo verbal utilizado nesse registro é, preferencialmente, o pretérito perfeito do indicativo. São transcritas “a mão pelo secretário, em livro próprio, que deve conter um termo de abertura e um termo de encerramento, assinados pela autoridade máxima da entidade ou por quem receber daquela autoridade poder para tanto” (MARTINS e ZILBERKNOP, 2010, p.148); todas as folhas devem ser numeradas e rubricadas por essa pessoa.

Não deve haver parágrafos em sua redação, muitos menos espaços em que se possa acrescentar algo; devem ser elaboradas sem rasuras e, depois de aprovadas as correções, devem ser assinadas por todos os presentes ou apenas pelos que presidiram a reunião, sendo seu conteúdo dado à publicidade. As partes de uma ata variam de acordo com a natureza das reuniões, essas partes não se encontram subdivididas; mas ficam sequenciadas, acompanhando o fluxo da informação. Uma ata padrão possui: título (em negrito e centralizado), abertura (com indicação, por extenso, do dia, mês, ano, hora, local da reunião, nomes do presidente e secretário, bem como a finalidade da reunião), relação nominal (indicação dos presentes), texto (registro dos acontecimentos), fecho (que segue um modelo-padrão) e assinatura. (MINAS GERAIS, 2012)

Já a escritura, é um ato notarial em que o tabelião recebe manifestações de vontade e, a partir delas, cria atos jurídicos; a vontade é manifestada pelas partes e endereçada ao tabelião que instrumentaliza o ato jurídico adequado a dar vazão jurídica a essa vontade. “Não há tipicidade nas possibilidades de escrituras. Há tantas escrituras possíveis quantas forem as possibilidades da vontade das partes em matéria de atos jurídicos.” Dessa forma, a escritura de compra e venda é a escritura pública que contém um negócio de compra e venda, assim como a escritura de doação é a escritura em que se faz uma doação e assim por diante. (BRANDELLI, 2007, p.273)

Apesar de alguns atos terem a obrigatoriedade de serem instrumentalizados pela forma público-notarial da escritura pública, sob pena de se tornarem nulos; a escritura pública pode instrumentalizar qualquer ato jurídico que as partes desejarem, tornando-se uma prova mais robusta para o ato celebrado e fornecedora de tutela jurídica (BRANDELLI, 2007, p. 274). O art. 108 do Código Civil regulamenta com relação aos negócios que versem sobre direitos reais imobiliários que “não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos

negócios que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País”.

Segundo este autor, não há formulários em matéria de escritura; relata ainda que, atualmente, não há uma forma específica de se lavrar uma escritura; mas isso já ocorreu em tempos pretéritos, sob pena de a escritura se tornar nula. A redação desse ato “é a que mais adequada for ao tabelião que o redige; basta a clareza na redação e a obediência aos requisitos impostos pelo ordenamento jurídico para o ato notarial praticado” (BRANDELLI, 2007, p. 273-274)

A escritura pública deverá constar a manifestação da vontade das partes e intervenientes e a identificação clara do ato jurídico que se pretende; deve ficar claro em seu texto que ela foi lida às partes, ou que as partes a leram; ao final, os comparecentes deverão assiná-la (BRANDELLI, 2007, p. 277).

Segundo Megale e Toledo Neto (2006, p.131), testamento é o documento “horizontal, notarial. Ato pelo qual alguém dispõe, para depois da morte, de seus bens ou de parte deles, como expressão de última vontade.” Para Diniz (2009), o testamento é um ato personalíssimo e revogável através do qual alguém, em conformidade com a lei, dispõe, para depois de sua morte, todo ou parte de seu patrimônio e faz as estipulações patrimoniais e extrapatrimoniais que julgar necessárias.

São exigidas formalidades legais com o objetivo de garantir a autenticidade do testamento e preservar a vontade do testador; assim, durante a elaboração do testamento, há “a identificação do testador com a declaração por ele feita, a espontaneidade da expressão volitiva de última vontade e a época da declaração” (DINIZ, 2009, p. 207-208)

Quanto à forma externa do testamento, a lei brasileira admite que esse documento se exteriorize de duas formas: ordinários e especiais. Os ordinários subdividem-se em: testamento público, testamento cerrado e testamento particular; os testamentos especiais, por sua vez, subdividem-se em: testamento aeronáutico, testamento militar e testamento marítimo (DINIZ, 2009, p. 208). Nesta tese, todos os testamentos trabalhados foram públicos, por ter sido este o tipo encontrado; devido a isso, limitar-nos-emos a descrever apenas esse.

O testamento público é um documento de grande importância para o direito civil e notarial devido a sua ingerência no direito de sucessões; é considerada a forma mais segura e utilizada de testar.

O testamento público, conforme leciona Argentino I. Néri, é uma das tantas instituições jurídicas legadas pelos romanos, tendo-se chegado à forma pública, primeiro, pelo *testamentum apud acta conditum*, mediante declaração verbal feita ante autoridades judiciais, e, em seguida, pelo *testamentum principi oblatum*, pela entrega das disposições, por escrito, ao imperador, para sua guarda em arquivo. (BRANDELLI, 2007, p.311)

No Brasil, antes do Código Civil de 1916, o testamento público já era previsto nas Ordenações do Reino de Portugal, sendo denominado testamento aberto. Atualmente, o testamento público é realizado por um tabelião, em seu livro de notas, perante o testador e duas testemunhas, com o intuito de atender à vontade do testador; para tanto, é observada a solenidade determinada pela lei; cumpre lembrar que, antes do Código Civil de 2002, eram necessárias cinco testemunhas. Assim como as demais formas de testamento, o testamento público pode ser patrimonial ou não-patrimonial. Em regra, o testamento público possui regras patrimoniais, através das quais o testador dispõe sobre seus bens para depois de sua morte; mas também pode conter disposições não-patrimoniais tais como: reconhecimento de filhos, nomeação de tutor, perdão de indigno, deserdação, nomeação de testamenteiro, reserva de parcela de dinheiro para os sufrágios da alma, conselhos, disposições acerca do funeral do testador *etc.* (BRANDELLI, 2007, p. 312)

Para o autor, atualmente, geralmente os testamentos trazem disposições patrimoniais, “instrumentalizando a instituição de herdeiros e legatários”; mas, às vezes, ocorrem disposições não-patrimoniais; antigamente, pelo contrário, era comum aparecerem disposições não-patrimoniais.

A respeito da possibilidade de conter o testamento público conteúdo não-patrimonial, interessante passagem nos traz Pontes de Miranda: “No período da Reconquista, testamento, em Portugal, era mais para o bem da alma do que para outro fim (...). No mesmo sentido leciona Justino Adriano Farias da Silva, ao asseverar que, no século XII, o testamento “deixa de ser um ato de direito privado que se preocupa, fundamentalmente, com a sucessão dos bens do falecido. Constitui-se, antes de mais nada, um ato religioso, de uso quase obrigatório. Não testar acarretava a pena de excomunhão e não poderia ser o defunto sepultado nem na Igreja nem no cemitério. (BRANDELLI, 2007, 313)

São consideradas com capacidade testamentária ativa todas as pessoas naturais a que a lei não declare incapazes de testar. O testamento público deve ser escrito, manual ou mecanicamente, pelo tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, conforme as declarações realizadas pelo testador, podendo o testador servir de minuta, notas ou apontamentos, na presença das testemunhas idôneas e desimpedidas. Essas declarações realizadas pelo testador precisam ser feitas de modo direto e espontâneo de forma que não ocorram equívocos. Além

disso, o testamento deve ser redigido no idioma oficial do país, visto que é feito por meio de escritura pública. (DINIZ, 2009, p. 212)

Em muitos dos testamentos usados neste *corpora*, registra-se que o testador estava em condições de saúde debilitada, algumas vezes na cama, ditando as suas últimas vontades. Devido a isso, sempre há o registro das testemunhas presentes durante o ato de testar, bem como a própria percepção do oficial do cartório, que sempre assegurava que o testador encontrava-se em “perfeito juízo”.

O quadro 28 apresenta esse grupo de fatores:

QUADRO 28
Gênero textual

Grupo	Fatores	Exemplos
Gênero textual	Atas	Transcrição da acta da eleição. Acta da eleição. Aos vinte e nove dias do mês de Outubro do anno de mil novecentos e deseseis, nesta primeira sessão eleitoral desta Cidade de Abre Campo, na sala do edificio do Forum, designada pelo Emo. Sur. Dr. Juis Municipal digo Juis de Direito, as onse horas da manhã, presentes, o presidente da mesa eleitoral e mesarios, tomando assento, o presidente acabeceira da mesa e os demais mesarios indistinctamente de um e outro lado. (AAC1916 linhas1-5)
	Escrituras	Esriptura publica de compra e venda do direito e acção da herança que fasem Antonio Wenceslau Pereira, José Pereira Bitarães. José Camillo Gomes e suas mulheres os menores D ^a Raymundo da Conceição Pereira, João Pereira Bitarães, Hygina Raymunda Pereira, ao Te. Manoel Procopio Pereira, na forma abaixo. (EAC1916 linhas1-4)
	Testamentos	Testamento publico que faz o Major Francisco Gomes da Silva Junior, na forma abaixo. Saibam quantos este publico instrumento virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo

		de mil novecentos e vinte, aos dezenove dias do mez de Setembro , nesta Cidade de Abre campo, em casa de minha residencia, à Rua Comendador Martins, compareceu perante mim tabellião o Sr. Major Francisco Gomes da Silva Junior, que reconheço pelo proprio em seu perfeito juiso e entendimento e em presença das cinco testemunhas abaixo assignadas (TAC1920 linhas1-6)
--	--	---

4.7 Casos excluídos da análise quantitativa

Como já mencionado no item anterior, sendo o objetivo deste trabalho analisar a variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, algumas ocorrências foram excluídas da análise quantitativa: ou por se tratar de sintagmas nominais não-referenciais, ou por ser elemento que ocupava posição complementar ao artigo definido

a) Usos não-referenciais do artigo - Além da função referencial, os nomes próprios também podem ser usados exercendo função vocativa ou de nominação didática ou performativa. (LYONS, 1977, p. 178). Como a ausência do artigo parece ser categórica nesses casos, considerou-se que não haveria variação em relação ao uso do artigo. Esses dados foram, portanto, excluídos.

- **Função vocativa** - é utilizada para atrair a atenção da pessoa que está a ser chamada ou intimada, é uma forma de se chamar a atenção do interlocutor para a presença de alguém ou para lembrar a existência ou importância dessa pessoa. Callou e Silva (1997) e Callou (2000), ao checar os antropônimos em função vocativa, constataram que não há variação no emprego do artigo definido diante de antropônimos quando eles ocorrem nessa função sintática: “se confirma a ausência categórica de artigos em vocativos (...). Vale lembrar que esta ausência tem sido atribuída ao alto grau de especificidade dessa função” (CALLOU, 2000, p.26).

(5) num era naum... num era... ah... num sei... *Andréia*... divia de sê... é gente antiga ali... mo/... moradô ali né?... **(I16F72Mt linhas 19-20)**

- **Nominação didática e performativa** – Segundo Lyons (1977, p.179), a nominação didática ocorre quando alguém ensina a outra pessoa um nome particular que já está associado por uma convenção pré-existente a uma pessoa ou lugar particular; já a nominação performativa, é quando ocorre efetivamente a cerimônia de nomeação. Como a ausência de artigo definido no contexto de antropônimos sempre ocorre nesses casos, optou-se pela exclusão:

(6) a minha mãe?... cinco né?... cinco filho... tinha uma antes de mim... que chamava *Maria*... depois eu... depois uma... chamava ela de *Mundica*... mais ela divia chamá *Raimunda* né?... depois o Juarez... depois o José lá... Lorenzo num sei de quê lá... que eu lembro é assim... (I16F72Mt linhas 25-27)

b) Usos metonímicos – Nesses casos, o falante não se refere propriamente a uma determinada pessoa, mas utiliza da metonímia. Optou-se por excluir esses casos por não se tratar de um antropônimo de fato, uma vez que o sentido utilizado é outro.

(7) eu gosto é de música... do som da música... a música é bonita... eu gosto da música... mas naum quer dizer... eu ouço muito *Rey Kenichi*... *Rey Kenichi*... mas num é que pra mim *Rey Kenichi* é... é... tudo que eles fizé eu vou ouvir naum... eu ouço aquela que eu acho que me toca... né?... (I24M64Mt linhas 443-446)

c) Antropônimos precedidos por demonstrativo – esses casos foram excluídos devido ao fato do artigo e o pronome demonstrativo possuírem posições excludentes:

(8) onde eu Tabelaão – fui vindo, ahi perante
mim compareceu, como Outorgante *a mesma*
Dona Anna Maria de Jesus, reconhecidas de mim
pelas proprias, de que trato e dou fé (EMt1891 linhas 134-137)

d) Antropônimos precedidos por expressões um(a) tal de, o (a) tal de, dito - Estruturas contendo antropônimos precedidos pelas expressões *um tal de (a)*, *o (a) tal de*, *dito*, *mesmo* foram também excluídas da análise quantitativa.

(9) [...] ahi perante mim tabelaão de notas
e das duas testemunhas no fim assignadas, compareceram por si; como outorgantes doadores o dito Nicolao Francisco de Sousa e sua mulher D. Ephigena Alves de Sousa, [...]MtE441918 linhas 10-14)

e) Antropotopônimos usados no plural com referência a nomes de família - Foram excluídas estruturas em que os antropônimos foram usados no plural com referências a nomes de família; apesar de as pessoas poderem ser identificadas pelos seus prenomes, não se refere de alguém especificamente e sim de vários integrantes de uma mesma família.

(10) antes que o pessoal dos irmauns *Gardingo* construïrem o supermercado... o que hoje é o supermercado Saum Juam... eles... eles tinham uma... uma... naquele tempo a gente dizia venda... né?... tinha uma venda... que era uma comércio que você vendia variedades... desde alimentos a... a... a... fósforo... é... velas... e... querosene... coisas de primera necessidade e armarinhos também... (I23M60Mt linhas 446-450)

f) Estruturas em que os antropônimos são iniciados por vogais homófonas aos artigos ou o termo anterior ao artigo definido termine em vogal homófona – excluïram-se esses casos, pois quando os antropônimos iniciam-se por vogais homófonas aos artigos ou o termo anterior ao artigo definido terminar em vogal homófona, há grande possibilidade de ocorrer crase entre as duas vogais:

(11) o padre foi o padre Espiridiaum... a auxiliar é a *Alice*... pessoas... meus amigos... gosto deles... mesmo já sendo falecido... mais eu gosto das pessoas mesmo já... mesmo que já... continuam... mesmo que estejam falecido... (I23M60Mt linhas 458-460)

g) Repetição do termo falado pelo pesquisador - Exclui-se por o informante poder estar influenciado pelo pesquisador em sua fala

(12) P: e além desses dois colegas seus que era o Luan e o?...
I: Luan e Lúcio... (I20M21Mt linhas 70-71)

h) Antropônimo usado como topônimo – ao contrário do que ocorreu em Almeida Mendes (2009), o objetivo desta pesquisa é analisar apenas os antropônimos, assim os casos em que o antropônimo nomeia algum lugar da cidade foram excluídos.

(13) [...] e em divisa, por um lado com o vendedor, por outro com Joaquim Silva Brandão e fundo com o mesmo vendedor e situado à rua “Gomes Lima”,[...] (ACE251942 linhas 39-42)

i) Antropônimo presente em procurações – nos textos de língua pretérita, é comum, ao seu final, encontrar o translado das procurações utilizadas para a confecção dos documentos notariais. Optou-se por excluí-las por dois motivos: primeiro, por se tratar de um gênero textual diferente dos aqui analisados e, segundo, por que boa parte delas foi redigida em cartórios de outras localidades.

(14) Procuração bastante que fasem *o cidadão Randolpho Teixeira e Silva e sua mulher D^a Maria Candida Henriques Teixeira*, como abaixo se declara. **(EAC1915 linhas 54-57)**

j) Retificações – nos textos de língua pretérita, em alguns momentos, o escrevente erra na hora de escrever o antropônimo e retifica seu erro, usando a expressão “digo”; nesses casos, optou-se pela exclusão.

(15) compareceram presentes, de uma parte como Outorgantes vendedores e Ractificantes o cidadão Marcos Baptista Pereira e sua mulher Dona Olinda Ferreira Baptista, digo, Dona Olinda Ferreira da Rocha Baptista... **(EAC1986 linhas 11-13)**

k) Antropônimos em assinaturas – todas as assinaturas presentes nos documentos foram excluídas.

(17) Depois de escripto foi por mim lida para elles partes que a outorgarão, aceitarão, acharão conforme e assignão com as duas testemunhas presentes, perante mim João Paulo Teixeira da Silva, Tabellião a escrevi e assigno em publico e razo.

Em tt^o de verdade.

João Paulo Teixeira da Silva **(EAC1914 linhas 51-55)**

l) Listagem dos votos – nas atas eleitorais, toda vez em que se percebeu que o redator da ata estava copiando uma mera lista com o resultado obtido da votação, optou-se pela exclusão desses dados, por serem casos categóricos de antropônimos sem o uso de artigo definido:

(18) [...] Finda a leitura das sedulas, tiveram votos os seguintes cidadãos: Para Presidente do Municipio ou Agente executivo Municipal Antonino de Abreu e Silva Brandão, cincoenta e oito votos; D^or. Augusto Cezara da Cruz, nove votos; Alferes José Marcelino de Souza, um voto; Para Vereadores do Municipio; Benjamim Augusto de Souza Brandão secenta e seis votos; Adalberto Augusto Fernandes Lião, secenta e seis votos. Francisco Martins Barboza, secenta votos. Alferes José Marcelino de

Souza, oito votos, João de Abreu e Silva, dois votos; Custódio Gomes Pereira, Raymundo, um voto cada um. (MtA271894 linhas 81-91)

4.8 Teste de percepção dos estudantes

Com o intuito de analisar se os falantes das distintas localidades possuem percepção quanto ao fenômeno da ausência ou presença de artigo definido no contexto de antropônimo foi realizado um teste de percepção com os estudantes da Faculdade Univértix que nasceram nas cidades de Abre Campo e Matipó e que estudam nessa instituição.

Foi criado um teste simples, composto de vinte perguntas que pretendiam analisar a percepção dos alunos com relação a questões sintáticas, morfológicas, ortográficas e estilísticas. Dentre essas perguntas, nove estavam voltadas para a análise da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos; as outras onze questões foram formuladas com o intuito de que o aluno não percebesse que o foco do teste era a análise do uso ou não de artigo definido diante de antropônimos. As nove perguntas a respeito da realização de artigo definido diante de antropônimos foram realizadas tendo por base dados dos *corpora* da tese; sendo, quando necessário, essas frases adaptadas. Cumpre salientar que algumas questões não continham “erros” gramaticais, pedia-se apenas que o aluno assinalasse a alternativa que julgasse como a mais adequada para uma situação formal de comunicação. O teste pode ser visto na íntegra no apêndice I.

Todos os alunos que estudavam na faculdade e eram moradores das cidades de Abre Campo e Matipó receberam um convite para realizar o teste *on line* via sistema webgiz, num total de 385 convites: 138 convites para os alunos de Abre Campo e 247 convites para os alunos de Matipó. O teste possuiu boa aceitação: dos 138 convites enviados para os alunos de Abre Campo, 118 questionários foram respondidos completamente, 3 foram respondidos de forma incompleta e 17 não foram respondidos; com relação aos 247 convites enviados para os alunos de Matipó, 203 questionários foram completamente respondidos, 3 foram respondidos de forma incompleta e 41 não foram respondidos. O teste de percepção teve validade de 15 dias, após essas duas semanas, foi encerrado e os resultados foram gerados pelo próprio sistema. A análise das respostas obtidas será realizada na subseção 5.6.2.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?*

Carlos Drummond de Andrade

5.1 Considerações iniciais

Este capítulo analisa os resultados da análise quantitativa a qual os dados foram submetidos. A partir das rodadas estatísticas do pacote computacional Goldvarb (2001), procurou-se encontrar evidências para testar as hipóteses levantadas e comparar, quando possível, os resultados deste trabalho com os resultados de outros trabalhos a respeito do mesmo fenômeno, trabalhos esses já mencionados anteriormente no capítulo 2. Essa comparação será realizada com o objetivo de elucidar o fenômeno da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos. De acordo com as orientações de Callou (2000), a análise estatística foi realizada separadamente em cada uma das localidades com o intuito de analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que poderiam estar atuando; segundo ela, “parece mais produtivo observar seu comportamento internamente, em cada cidade, a fim de verificar se os mesmos condicionamentos, em maior ou menor proporção atuam em cada uma delas.” (CALLOU, 2000, p.22) Além disso, devido à própria natureza dos dados, optou-se por separar, durante a análise, os dados de língua escrita pretérita dos dados de língua oral contemporânea.

A organização deste capítulo se dá da seguinte forma: na primeira seção, serão apresentados os dados de língua oral contemporânea. Inicialmente, será feita uma descrição geral e, depois, serão vistos os fatores considerados como relevantes em cada uma das localidades. Na segunda seção, os dados de língua escrita pretérita serão descritos e, posteriormente, os fatores

considerados relevantes em cada uma das duas localidades serão considerados. Na próxima seção, os dados considerados como relevantes serão discutidos e comparados com os trabalhos anteriores que versam a respeito da ausência ou não do artigo definido diante de antropônimos. Para finalizar, a última seção traz os dados que foram totalmente desconsiderados pela análise quantitativa.

5.2 Resultados dos *corpora* de língua oral contemporânea

São apresentados aqui os resultados obtidos na análise dos *corpora* de língua oral contemporânea das duas localidades: Abre Campo e Matipó. Foram totalizadas 1.921 ocorrências de artigo definido diante de antropônimo: 642 ocorrências na comunidade de Abre Campo e 1.279 ocorrências na comunidade de Matipó, desconsiderados os casos descritos na seção 4.7.

Os resultados obtidos apontam que o padrão divergente encontrado em Almeida Mendes (2009) na fala dos moradores da zona rural das localidades de Abre Campo e Matipó é também confirmado na fala dos moradores da zona urbana dessas duas localidades. Em Abre Campo, o percentual de presença de artigo definido diante de antropônimos foi de 48,6% ao passo que, em Matipó, foi registrado 91,5% de presença de artigo definido nesse mesmo contexto. Os dados obtidos podem ser melhor visualizados na tabela 2:

Tabela 2

Distribuição da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo na fala dos moradores na zona urbana de Abre Campo e Matipó

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	330	51,4	109	8,5
Presença	312	48,6	1.170	91,5
Total	642	100,0	1.279	100,0

Pelos dados acima, pode-se afirmar que, em Abre Campo, não há uma estrutura preferida pelos falantes da comunidade. Já em Matipó, a estrutura preferida pelos falantes da comunidade é

composta pela predominância da presença de artigo definido diante de antropônimos em detrimento da ausência. A análise desses dados realizada através dos pesos relativos aponta que o uso do artigo definido antes de nomes próprios de pessoas é desfavorecido em Abre Campo (0.18), ao passo que é favorecido em Matipó (0.67). Esses dados veem ao encontro da hipótese inicial deste trabalho na qual se esperava que o padrão encontrado em Almeida Mendes (2009) em dados coletados na zona rural se mantivesse na fala urbana.

Ao realizar essa comparação, percebeu-se que, com relação aos dados de Abre Campo, o padrão de uso do artigo definido no contexto de antropônimo permanece basicamente inalterado; mas que, em Matipó, há um aumento significativo do uso de artigo definido nesse mesmo contexto. Em Almeida Mendes (2009), foram registrados 48% de presença de artigo definido nas ocorrências com antropônimos nas entrevistas orais realizadas na zona rural de Abre Campo e 52% de ausência de artigo definido; em contrapartida, foram registrados 83% de presença de artigo definido nas ocorrências de artigo definido diante de antropônimo nas entrevistas orais realizadas na zona rural de Matipó. A tabela 3 traz esses dados para que possam ser comparados com a tabela 2:

Tabela 3

Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	107	52,0	70	17,0
Presença	99	48,0	344	83,0
Total	206	100,0	414	100,0

Se considerarmos que, de um estudo para o outro, há um intervalo de aproximadamente 5 anos, essa diferença percentual nos dados de Matipó torna-se ainda mais significativa para tão pequeno intervalo de tempo. Essa comparação pode ser mais bem visualizada no gráfico 2:

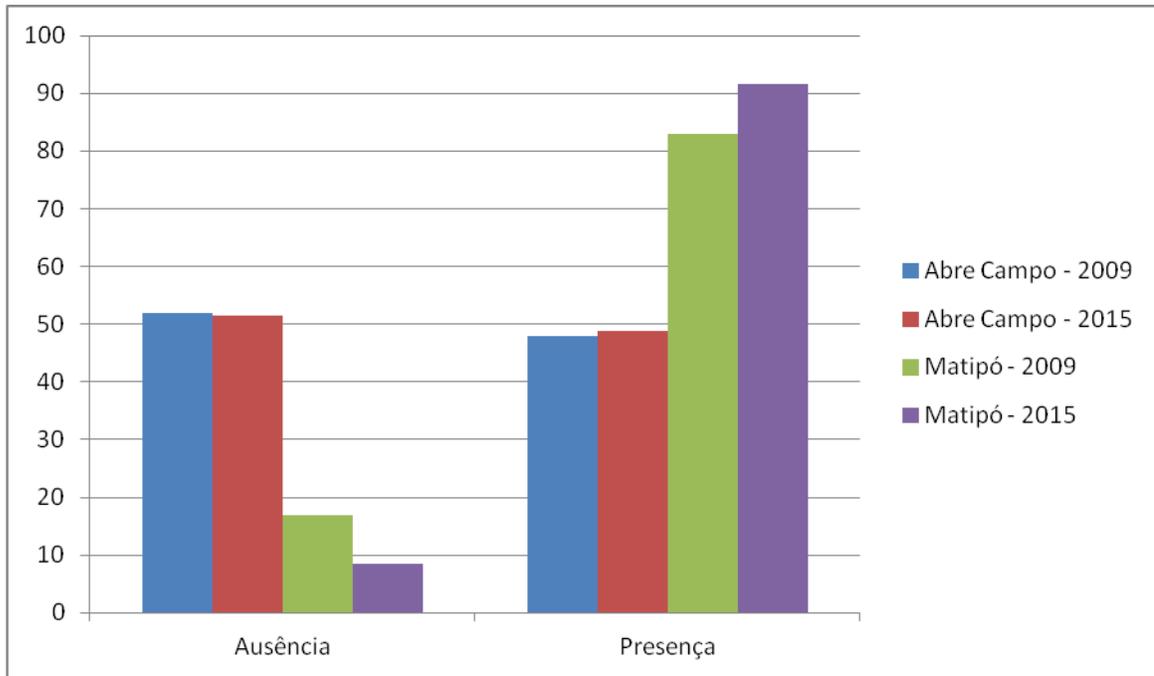


Gráfico 2: Ausência e presença de artigo definido em Abre Campo e Matipó, de 2009 a 2015

Não se deve perder de vista o fato de que o estudo anterior, de 2009, trabalha com dados de língua rural e que o atual trabalha com dados urbanos dessas mesmas localidades. Para Bortoni-Ricardo (2011), as redes sociais isoladas, como as da zona rural, favorecem o conservadorismo linguístico e funcionam como meio de resistência à mudança devido ao seu alto grau de densidade; “essa mudança não opera necessariamente ao nível da consciência. Pelo contrário, é consequência do próprio estado de isolamento” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 135). Assim, a zona rural teria sua fala mais preservada do que a da zona urbana, resistindo um pouco mais às inovações linguísticas, o que explicaria padrões mais baixos de artigo definido na zona rural de Matipó; mas, ao mesmo tempo, em Abre Campo a língua da cidade mantém basicamente os mesmos padrões de uso de artigo definido do que a língua da zona rural.

De acordo com Callou (2000), em seus estudos sobre a frequência do uso do artigo definido de acordo com a região do falante,

Verifica-se, também, que a frequência de uso do artigo definido diante de nome próprio, tanto na língua escrita como na falada, aumenta à proporção que vamos do Nordeste (PE/RE e BA/SSA) ao Sul do país (RJ, SP, e RGS/ POA), quer se considere o estado como um todo ou apenas a sua capital. (CALLOU, 2000, p. 22)

Assim, como já citado na introdução do capítulo, para a autora, seria mais produtivo observar, em função dessa distribuição, o comportamento internamente, em cada cidade, com o intuito de verificar os fatores que atuam como condicionantes em maior ou menor proporção. Apesar do atual estudo analisar localidades limítrofes, não sendo possível distinguir com relação à questão geográfica qual estaria mais a Nordeste ou ao Sul do país, proceder-se-á, em seguida, a análise de cada um dos fatores linguísticos e extralinguísticos em cada uma das duas localidades com o intuito de descobrir qual deles poderia estar atuando.

Serão apresentados, a seguir, os resultados que foram selecionados como mais relevantes na análise quantitativa de cada uma das localidades. Cabe lembrar antes dessa análise, conforme apontado na seção 1.6, que dentre os fatores analisados nos trabalhos resenhados, os que foram apontados como relevantes no estudo da variação do uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa foram: função sintática, presença de preposição, intimidade, faixa etária, gênero. No decorrer da análise dos resultados, tanto da língua oral contemporânea quanto da língua escrita pretérita, perceber-se-á que, com exceção do fator gênero, todos os outros serão tidos como importantes, alguns em maior proporção que outros.

5.2.1 Resultados obtidos da língua oral na comunidade de Abre Campo

Dos doze grupos de fatores analisados nas doze entrevistas gravadas na zona urbana de Abre Campo, o programa eliminou sete e apontou cinco como significativos para a análise: estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, antropônimo como item de enumeração, posição do antropônimo e antropônimo com qualificativo. Todos os cinco fatores apontados como relevantes no *corpus* de língua oral da comunidade de Abre Campo são de natureza linguística.

5.2.1.1 Fatores linguísticos

Como já mencionado anteriormente, todos os fatores selecionados no *corpus* de língua oral da comunidade de Abre Campo são de natureza linguística, cada um deles será detalhado separadamente a seguir:

5.2.1.1.1 Estrutura do sintagma nominal

Ao se analisar a estrutura do sintagma nominal nos dados de Abre Campo, encontram-se os seguintes resultados apresentados na tabela 4 e no gráfico 3:

TABELA 4

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Abre Campo com relação ao fator estrutura do SN

Estrutura do SN	Aplicação	%	P.R.
Sem preposição	206/457	54,9	0.37
Com preposição que contrai	72/73	1,4	0.99
Com preposição que não contrai	16/59	72,9	0.19
1 (presença)	294/589	49,9	

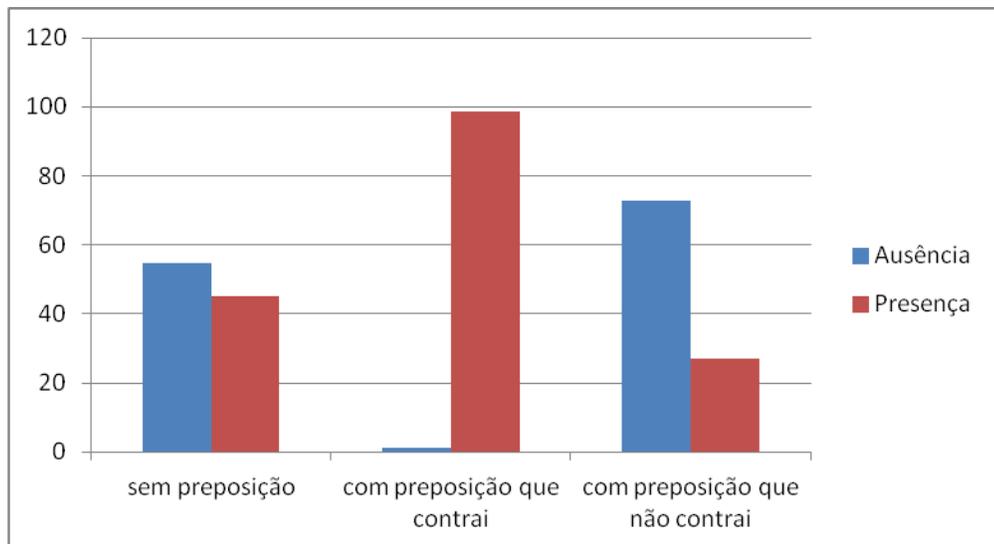


GRÁFICO 3: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à estrutura do sintagma nominal nas entrevistas de Abre Campo (%)

A análise dos pesos relativos demonstra que as estruturas sem preposição e com preposição que não contrai desfavorecem o uso de artigo definido diante dos antropônimos (0.37) e (0.19), respectivamente; ao passo que as estruturas com preposição que contrai favorecem a presença de artigo definido nesse mesmo contexto (0.99). Observe os exemplos (19), (20) e (21) abaixo:

(19) Ø *Leonel* é legítimo... Ø *Leonel* é ciganaum... Ø *Leonel* teim todas manias de cigano... pidaum... gosta de fazê trocas... negócio... “ah... vaum berganhá”... ele teim um negócio de berganha... essa coisa é antiga né?... no passado eles falavam... “ah... vamos fazer uma barganha”... muitos ainda falavam barganha... né?... **(I04F67AC linhas 151-154)**

(20) um passado muito terrível teim a sua parentela... sei a fundo... o passado deles... desde... des do Seu Genuíno velho... eu sabia as histórias todinhas... pur que meu pai contava muito as histórias deles... né?... des do Seu Genuíno Velho... o pai *do Seu Chicaum* que é seu avô... é avô né?... naum?... bisavô?... **(I04F67AC linhas 134-138)**

(21) mais que eles saum descendentes... descendentes de cigano... saum... né?... eu sei disso... e desde o Genuíno velho... Ø Seu Genuíno velho... o Leonel que sabe... o meu pai sabia as história deles todinha... conviveram muito... muito... muito... dividíamos... a fazenda do meu avô era dividi/... dividia com o *Juaum Santana*... que era irmaum do seu Chicaum... **(I04F67AC linhas 167-170)**

No exemplo (19), observa-se que o antropônimo “Leonel” apareceu desarticulado em todas as menções; já em (20) o antropônimo “Seu Chicaum” veio em uma estrutura preposicionada na qual a preposição é do tipo que se contrai ao artigo definido, vindo aí articulado; em (21), temos o antropônimo “Juaum Santana” que se encontra em um sintagma nominal também preposicionado, só que dessa vez em uma estrutura em que a preposição não se contrai.

5.2.1.1.2 Tipo de antropônimo

O fator tipo de antropônimo também foi apontado como significativo pelo programa estatístico nos dados de Abre Campo; com relação os apelidos, foram descartados pelo programa por seus números serem considerados insuficientes. O resultado dessa quantificação é apontado na tabela 5 e no gráfico 4:

TABELA 5

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Abre Campo com relação ao fator tipo de antropônimo

Tipo de antropônimo	Aplicação	%	P.R.
Prenome	188/384	49,0	0.52
Hipocorístico	48/76	63,2	0.63
Alcunha	12/16	75,0	0.63
Nome completo	41/91	45,1	0.42
Sobrenome	5/22	22,7	0.06
1 (presença)	294/589	49,9	

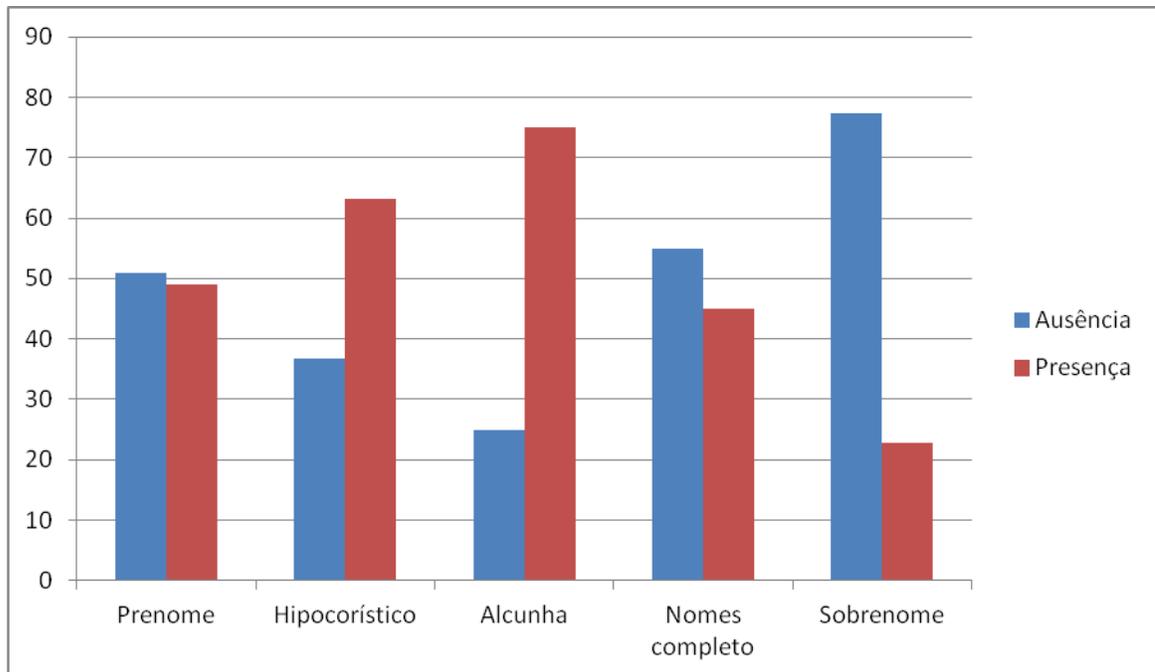


GRÁFICO 3: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao tipo de antropônimo nas entrevistas de Abre Campo (%)

Com relação aos dados percentuais, a presença de artigo definido foi mais saliente nas alcunhas (75%) e nos hipocorísticos (63,2%), já a ausência, foi mais marcante nos sobrenomes (77,3%). A análise dos pesos relativos permite afirmar que: os hipocorísticos e as alcunhas favorecem o uso de artigo definido na mesma proporção (0.63), já os prenomes, favorecem ligeiramente (0.52); os sobrenomes, por sua vez, desfavorecem fortemente o uso do artigo definido no contexto de antropônimos (0.06), enquanto que o uso do artigo definido diante de nomes completos é ligeiramente desfavorecido (0.42). Os exemplos (22), (23), (24) e (25), abaixo, ilustram esses resultados:

(22) mais os professores que a gente teim mais contato... é *o Zé*... assim... pur que é muito rápido aquilo ali né?... na faculdade... a pessoa entra na sala e já sai né?... e os professores saum sérios assim... o mais brincalhaum assim... que eu lembre... é *o Zé*... **(I01F24AC linhas 327-330)**

(23) ele foi na farmácia... intregô... o... o farmacêutico falô... “ô Seu Aníbal... essa... essa... essa mercadoria que o sinhô precisa... o senhor... o senhor passa naquele buteco que *o Zinito* teim lá na bera da istrada... ele tinha uma vendinha lá... o senhor acha isso lá”... ele falô... “mais esse remédio é só lá *no Zinito*?”... “é... lá... o senhor pode í que só teim ele lá”... ele chegô... “ô Zinito... cê arranja esse remédio pra mim?”... *o Zinito* leu e falô assim... “é agora”... buscô uma bucha... pois lá... buscô uma barra de sabaum e pois lá... ê falô... “a tuaia cê compra numa loja ali pro cê inxugá... é isso aqui...” **(I12M71AC linhas 85-92)**

(24) eu já conhecia a família dele... cumeçamo a namorá... que até o irmaum dele... até já falecido... *o Januário*... foi meu colega... foi meu colega de sala... nós formamo junto... aí eu ia muito na roça... na casa da mãe dele... morava aqui pertinho... onde que é a nossa fazenda né?... cinco quilômetros daqui... **(I02F62AC linhas 307-311)**

(25) a nossa famia... agora eu já falo com cê... a nossa famia... nossa famia nunca ligô pra muito luxo naum... aposto que seu pai naum teim muito luxo... famia *de Ø Santana* naum teim luxo... naum teim... gostei até do cê vim... *Ø Taunzim* é meu amigo pra daná... fala com ele... “papai... eu tive lá na casa do Lionel”... **(I12M71AC linhas 456-459)**

Os fragmentos acima selecionados apresentam dados em que o uso do artigo definido é favorecido pelos hipocorísticos, alcunhas e prenomes, dados (22), (23) e (24), respectivamente; já no exemplo (25), o uso do sobrenome desfavorece a presença de artigo definido. Ao relacionar esse fator à questão da intimidade, pode-se afirmar que é justificável o número maior de artigo definido nos hipocorísticos e alcunhas, uma vez que esses são os antropônimos que, por si só, já denotam maior familiaridade com o referente. Na pesquisa de 2009, nesta mesma localidade, os

hipocorísticos também obtiveram o percentual mais alto de artigo definido (58%) se comparado com os demais antropônimos.

5.2.1.1.3 Antropônimo como item de enumeração

O resultado da análise do fator antropônimo como item de enumeração pode ser observado na tabela 6 e no gráfico 5:

TABELA 6

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Abre Campo com relação ao fator item de enumeração

Item de enumeração	Aplicação	%	P.R.
Com enumeração	25/120	20,8	0.23
Sem enumeração	4269/469	57,4	0.57
1 (presença)	294/589	49,9	

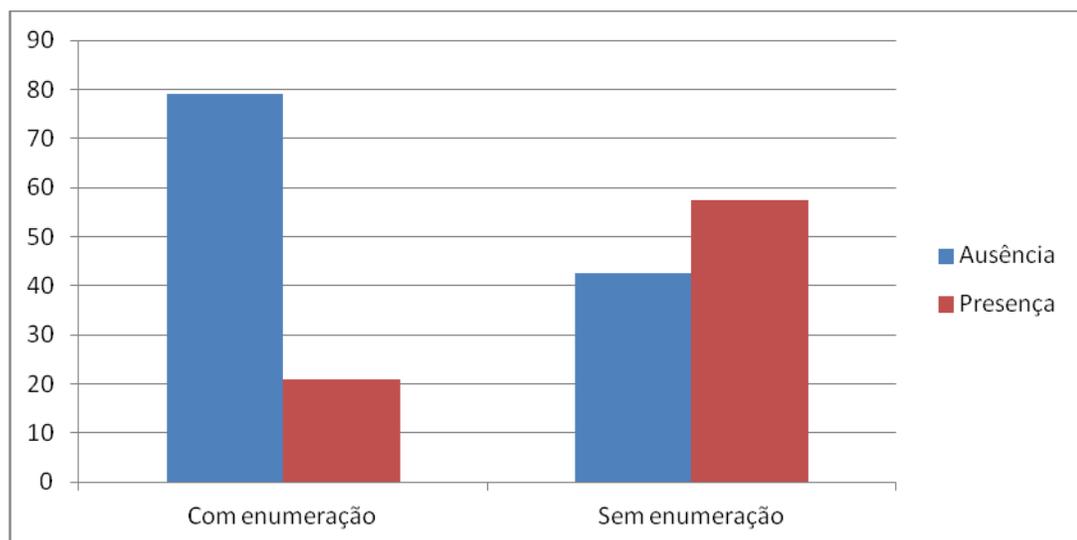


GRÁFICO 5: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao item de enumeração nas entrevistas de Abre Campo (%)

Percebe-se que os itens de enumeração corroboram para a ausência de artigo definido diante de antropônimos (0.23), ao passo que itens sem enumeração favorecem a presença de artigo definido (0.57); isso pode ser observado nos dados (26), (27) e (28) abaixo:

(26) ó... a minha vizinhança/... assim... no meu prédio era todo mundo... era *Ø Ricardo... Ø PH...* tinha *Ø Talis... Ø Tábata... é... Ø Filipe... Ø Débora... Ø Jéssica... Ø Fabrícia... é Ø Leonardo... é... Ø Leonardo... Ø Sócrates... Ø Franciele... Ø Taís... Ø Karine... é... Ø Alan... Ø Edvard... né?... meus irmaãos... Ø Mateus... é... dixa eu vê se eu lembro mais quem... ah... era muita gente... é... mais que eu lembro os principais que todo dia tavam juntos eram esses... **(I01F24AC linhas 17-21)***

(27) a história da família toda você pode perguntar pra Taunzim que ele te conta tudo... a família... teim *o Taunzim... Ø Tio Zim... Ø Custódio...* o Custódio você conhece ele?... *o Custódio...* tem o... havia... aquela... aquela mulher do Tunico Afer já morreu também?... *a Bilinha...* a sua tia é... *Ø Bilinha...* lá do Tunico Afer... já morreu num já?... ou ainda é viva?... tem... teim... *o Custódio... o Remundo Afer...* tudo é seus parentes não?... daqueles aí ali... **(I12M71AC linhas 327-332)**

(28) Zé Martins era o pai da cumadre Neném... é o avô dela né?... tinha *Ø Zé Martins... Ø Juauim Martins... Ø Onésio Martins...* né?... eles eram muitos... *Ø Vanil... Ø Gerso...* eles eram... eles eram quatorze irmaãos... oito mulheres... seis homens... morreu quase tudo agora... **(I05F70AC linhas 358-360)**

Apesar de a ausência de artigo não ser categórica em todas as enumerações, como se pode observar no exemplo (26), há uma tendência a se empregar menos estruturas articuladas nas entrevistas de Abre Campo ao realizar enumerações, como pode ser observado nos exemplos (27) e (28); essa tendência a se usar menos artigo definido nas enumerações é também confirmada nos dados de Braga (2012), na cidade de Mariana, localidade em que se apresentou o desfavorecimento do uso de artigo definido neste tipo de contexto (0.12).

5.2.1.1.4 Posição do antropônimo

Apesar de esse fator ter sido selecionado como relevante em Abre Campo, apenas a análise percentual não aponta essa relevância. Os resultados estão apresentados na tabela 7 e no gráfico 6:

TABELA 7

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Abre Campo com relação ao fator posição do antropônimo

Posição do antropônimo	Aplicação	%	P.R.
Depois do verbo	183/359	51,0	0.57
Antes do verbo	111/230	48,3	0.39
1 (presença)	294/589	49,9	

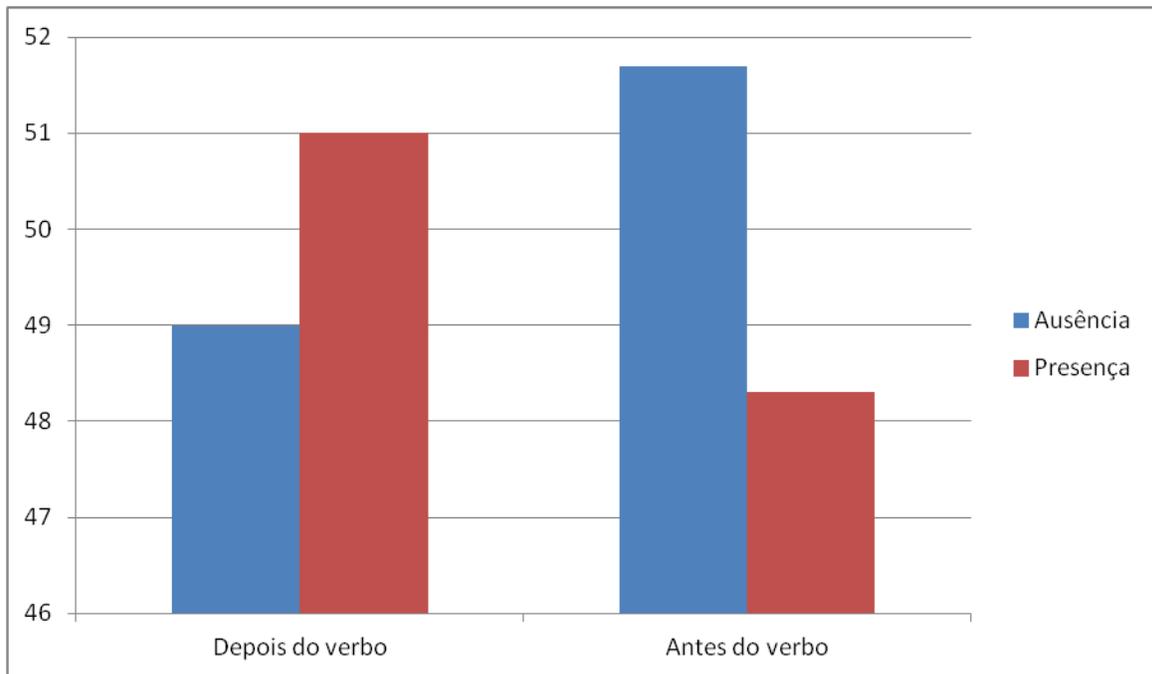


GRÁFICO 6: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à posição do antropônimo nas entrevistas de Abre Campo (%)

Surge então o seguinte questionamento: com resultados percentuais tão parecidos, por que o programa selecionou esse fator como relevante? Ao se analisarem os pesos relativos, observa-se a seguinte diferença: a presença de artigo definido seria desfavorecida quando o antropônimo estivesse situado antes do verbo, ao passo que o uso do artigo definido diante de antropônimos

seria favorecido se esse antropônimo fizesse parte de um sintagma nominal localizado depois do verbo. Os exemplos (29) e (30) ilustram isso:

(29) é... é cansativo... mais quando você qué né?... quando é seu sonho... você... vale a pena né?... você vê né?... a gente teim igual... a gente teim cunversado... eu tenho como exemplo... eu falo que eu tenho em casa... teim o *Eduardo Costa*... que é da minha família... teim o *Vitor* e *Léo*... que saum meus conterrâneos... né?... (I05F24AC linhas 269-272)

(30) a gente vinha na carroceria do caminhaum até Matipó... tomano poera... né?... chegava em Matipó... se... quarta-fera... Ø *dotor Otávio*... ia toda quarta-fera... era advogado... toda quarta-fera ia a Matipó... pra dá aos clientes a situaçaum dos processos... pegá novos crientes né?... e... e também pegá o dinherinho né?... e quinta-fera... é... é... Ø *Zé Camilinha*... é... conhecido aqui como motorista... era o motorista do doutor Otávio... e Ø *Chicaum*... que era o pai da Mazarela... (I10M85AC linhas 85-90)

No exemplo (29), o antropônimo na posição depois do verbo encontra-se articulado, ao passo que, no exemplo (30), a posição do antropônimo em um sintagma nominal antes de verbo desfavorece o uso do artigo definido, demonstrando como a ausência de artigo definido é mais forte nas enumerações. O resultado encontrado em Abre Campo com relação a esse fator contraria o padrão encontrado em Moisés (1995) em que o artigo definido diante de antropônimos é nitidamente flagrado quando esse antropônimo ocorre à esquerda do verbo.

5.2.1.1.5 Antropônimo com qualificativo

O resultado relativo à quantificação das estruturas de antropônimo com qualificativo é apresentado pela tabela 8 e no gráfico 7:

TABELA 8

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Abre Campo com relação ao fator antropônimo com qualificativo

Antropônimo com qualificativo	Aplicação	%	P.R.
Sem qualificativos	242/456	53,1	0.55

Com qualificativos	52/133	39,1	0.32
1 (presença)	294/589	49,9	

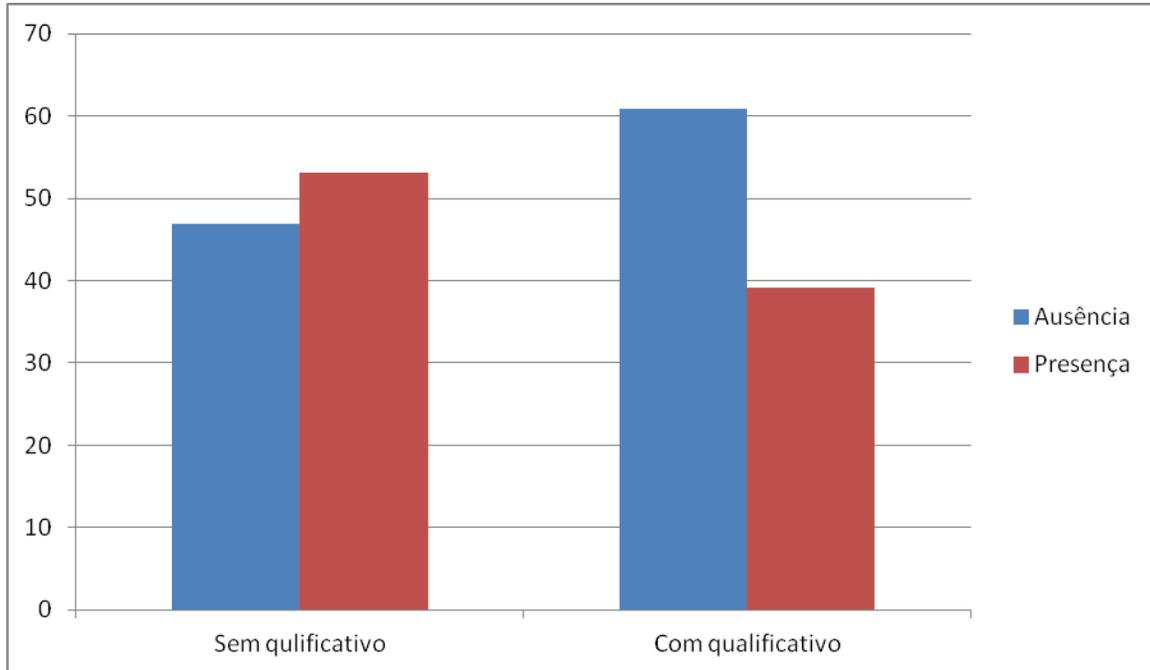


GRÁFICO 7: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao antropônimo com qualificativo nas entrevistas de Abre Campo (%)

A leitura da tabela 8 mostra uma maior tendência a se usar a ausência de artigo definido em estruturas em que há a presença de qualificativos (60,9%); em contrapartida, em estruturas em que não há a presença de qualificativos, há uma leve tendência a se usar mais artigo definido (53,1%). A análise com base nos pesos relativos comprova essa afirmação: o artigo definido tende a desfavorecer o uso do artigo definido diante de antropônimos nas estruturas envolvendo títulos honoríficos (0.32), enquanto há um pequeno favorecimento nas estruturas em que não ocorrem esses títulos (0.55). Esse padrão pode ser observado nos exemplos (31) e (32):

(31) é... os casos que eu me lembro... que eu me lembro... me lembro... pur ouvir dizer... naum foi na minha época... foi um poco antes... mais tinha... com a política que tinha... *Ø dotô Custódio* e *Ø dotô Olinto*... né?... que eram os dois partidos... grilo e gafanhoto... inventaram aí que... que *Ø dotor Olinto*... que iam matar... *Ø dotor Olinto* tinha viajado... e que iam matá-lo na volta pra casa... fazê tucaia e matá... (I10M85AC linhas 318-322)

(32) eu tenho a mesma quantidade de neto que eu tenho de filhos... sete netos só... ((risos))... pur que o caçula naum casou... e... o... o sigundo dos meus filhos naum teim filho... a *Juliana* teim duas... a *Valéria* teim um casal... uma mora em Belo Horizonte... e o outro... o rapaz mora em Barcelona... na Espanha... e... Ø *Fabiana* teim uma filha... e... a *Daniela* mora em Belo Horizonte... que é chefe de gabinete do deputado Luis Henrique... teim uma filha também...
(I10M85AC linhas 216-221)

Observa-se, no exemplo 31, que a presença do qualificativo tende a desfavorecer o uso do artigo definido, ao passo que, no exemplo 32, a ausência do qualificativo provoca o seu uso. Esse padrão registrado nos dados de língua oral da zona urbana contraria o padrão encontrado nos dados de língua oral da zona rural desta mesma localidade em pesquisa realizada em 2009, na qual a presença do qualificativo favorecia o uso do artigo definido em 60% dos casos de antropônimos. Na pesquisa de Mendes (2000), na cidade de Barra Longa, os qualificativos “dona”, “doutor”, “tio” e “Sá” seriam os que, na língua oral contemporânea, não favoreceriam a presença do artigo definido, o que justifica a ausência de artigo nos dados do exemplo (13).

Ao comparar os fatores selecionados como relevantes nos dados de língua oral contemporânea da localidade de Abre Campo - estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, antropônimo como item de enumeração, posição do antropônimo e antropônimo com qualificativo – com os apontados pelos estudos linguísticos na seção 1.6 como mais relevantes - função sintática, presença de preposição, intimidade, faixa etária e gênero -, perceberemos que o fator estrutura do sintagma nominal (com ou sem preposição) da atual pesquisa está entre os mais se destacaram nas pesquisas anteriores sobre o tema.

5.2.2 Resultados obtidos da língua oral na comunidade de Matipó

Dos doze grupos de fatores analisados nas doze entrevistas gravadas na zona urbana de Matipó, o programa eliminou cinco e apontou sete como significativos para a análise; desses sete, dois são de natureza extralinguística – faixa etária e grau de intimidade do falante com o referente – e cinco de natureza linguística – circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática do antropônimo, estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, antropônimo como item de enumeração. Cada um deles será detalhado separadamente a seguir:

5.2.2.1 Fatores linguísticos

Tem-se, abaixo, a análise dos cinco fatores linguísticos:

5.2.2.1.1 Circunstância em que o antropônimo é citado

A circunstância em que o antropônimo é citado foi selecionada como fator relevante nas entrevistas orais de Matipó, o resultado da quantificação é apresentado na tabela 9 e no gráfico 8:

TABELA 9

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Matipó com relação ao fator circunstância em que o antropônimo é citado

Circunstância em que o antropônimo é citado	Aplicação	%	P.R.
Informação nova	520/588	88,4	0.43
Informação velha	621/662	93,8	0.56
1 (presença)	1.141/1250	91,3	

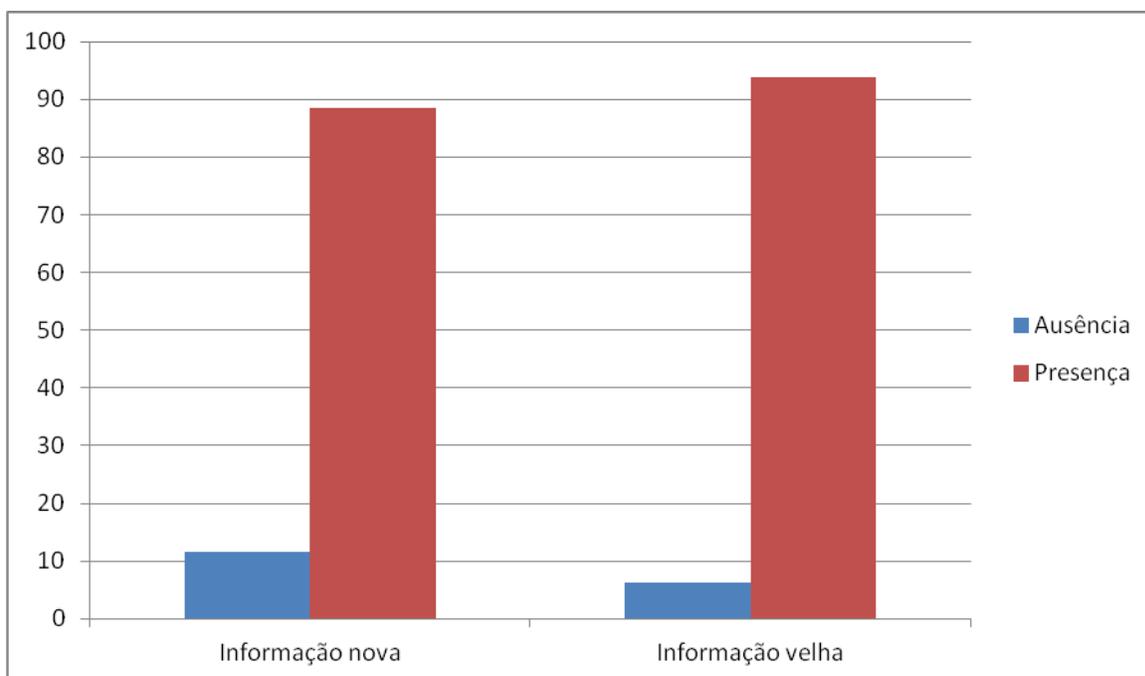


GRÁFICO 8: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à circunstância em que o antropônimo é citado nas entrevistas de Matipó (%)

Dos dados analisados, há 88,4% de presença de artigo definido diante de antropônimos quando se trata de uma informação nova; quando o referente já foi mencionado, há o uso do artigo definido em apenas 88,4% dos casos analisados; apesar dos dados referentes ao uso do artigo serem altos e parecer, em uma primeira leitura, que esse fator é muito importante para determinar o uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa nessa localidade, deve-se lembrar que o uso de artigo definido em si, nessa localidade, já é bastante alto (91,3%). Ao se analisar os pesos relativos, a leitura dos dados se torna mais clara: as informações novas desfavorecem ligeiramente o uso do artigo definido (0.43), ao passo que as informações velhas favorecem ligeiramente esse uso (0.56). Cumpre lembrar que esse padrão de inserir referentes sem artigo definido e retomá-los com artigo definido não é totalmente confirmado nessas entrevistas, o que pode ser ilustrado pelos exemplos (33), (34) e (35):

(33) e aquilo pra mim foi uma aventura... saiu eu e *meu primo Diego*... que era até meu vizim lá na roça... a gente saiu... e a gente deve tê demorado mais ô menos pra andá um quilômetro e meio... ah... uns três minutos... de tanto que a gente curria de medo... ((risos))... e a gente foi correno na chuva... e aquilo era uma alegria... foi correno... e o... e o mais ingraçado... acho que

toda criança vive isso... cê tá andano na chuva ocê num qué corrê da chuva... cê que í no mei da chuva... passá na poça d'água correno... e cheguei em casa e pra mim foi uma aventura daquelas... num... pra mim num teve aventura maior naum... esse primo meu... *o Diego*... ele na verdade... na verdade ele é filho de um primo do meu pai... **(I21M24Mt linhas 36-43)**

(33) naum... aí ele morreu... nós ficamos com o sítio e *a vó Nonó* ficô com a casa que ele feiz na rua... e com... com o café que ele colheu lá... mais ele e *o Dinim* trabalhô muito... a gente tem que falá a verdade... ês que fizeram aquela casa ali... venderam a da Palhada... que já era deles... fizeram aquela casa... aí o dia que o pai morreu... a gente... eu falei que *o Dinim* tinha feito em cima... intaum eu num ia fazê nada contra *o Dinim*... por que *o Dinim* ajudava ele muito... e ele gostava demais *do Dinim* também... aí ele... quis dá uns treim lá *pro Dinim*... e demo a casa pra vó Nonó morá... pur que ela já tava velha... se nós fosse tomá a casa dela.. quê que ela ia fazê... ia dá ela sítio?... aí o sítio valia MUIto menos do que a casa... igual a Juju feiz... aí a gente deu a casa pra ela... e a de cima *pro Dinim*... e ficamo com o sítio... pur que nós todos tava bem de vida... todo mundo teim casa pra morá... tem roça... todo mundo teim roça... a Ana teim roça... a Célia... a Teresa teim roça né?... aí... deu pra ela... acabô que *a vó Nonó* foi lá e vendeu a casa... **(I17F67Mt linhas 232-243)**

(35) a Analice istudô comigo... ótima aluna... o Daniel istudô comigo no terceiro ano... istudei... cheguei a istudá com *o Juaum Paulo*... filho do... lá da ixposição... que teim um comércio... a mãe dele é professora eu acho... ô enfermera... Juana... *Juaum Paulo* é um... que de veiz em quando... hoje ele tá quieto... era baguncero... um gordim... **(I20M21Mt linhas 444-447)**

No exemplo (33), ocorre a inserção do referente “meu primo Diego”, que é depois retomado por “o Diego”, a primeira menção do referente ocorreu sem artigo definido e a segunda menção com a presença de artigo. Mas, no exemplo (34), os referentes “vó Nonó” e “Dinim” são inseridos e retomados o tempo todo com o artigo definido; já no exemplo (35) o referente “Juaum Paulo” é inserido com artigo definido e retomado sem a presença de artigo. A análise desses dados mostra o que já foi confirmado por Moisés (1995): o nome próprio de pessoa não sofre a mesma pressão de fatores que determinam o uso ou não de artigo definido diante de nomes comuns, conforme postulado por Du Bois (1980), em que o uso do artigo definido estaria associado a aspectos de especificidade ou com o *status* informacional já anteriormente citado.

5.2.2.1.2 Função sintática do antropônimo na sentença

Ao checar esse fator, o objetivo era o de verificar em quais funções sintáticas o antropônimo apareceria mais articulado. A tabela 10 e o gráfico 9 apresentam os resultados da quantificação, cumpre lembrar que, por ter havido nocaute, não aparecem nos resultados as funções sintáticas de complemento nominal e agente da passiva:

TABELA 10

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Matipó com relação ao fator função sintática do antropônimo na sentença

Função sintática	Aplicação	%	P.R.
Objeto indireto	62/63	98,4	0.76
Predicativo	173/201	86,1	0.55
Adjunto adnominal	222/227	97,8	0.35
Tópico	37/39	94,9	0.65
Adjunto Adverbial	80/83	96,4	0.79
Aposto	82/111	73,9	0.33
Sujeito	375/410	91,5	0.43
Objeto direto	110/116	94,8	0.43
1 (presença)	1.141/1.250	91,3	

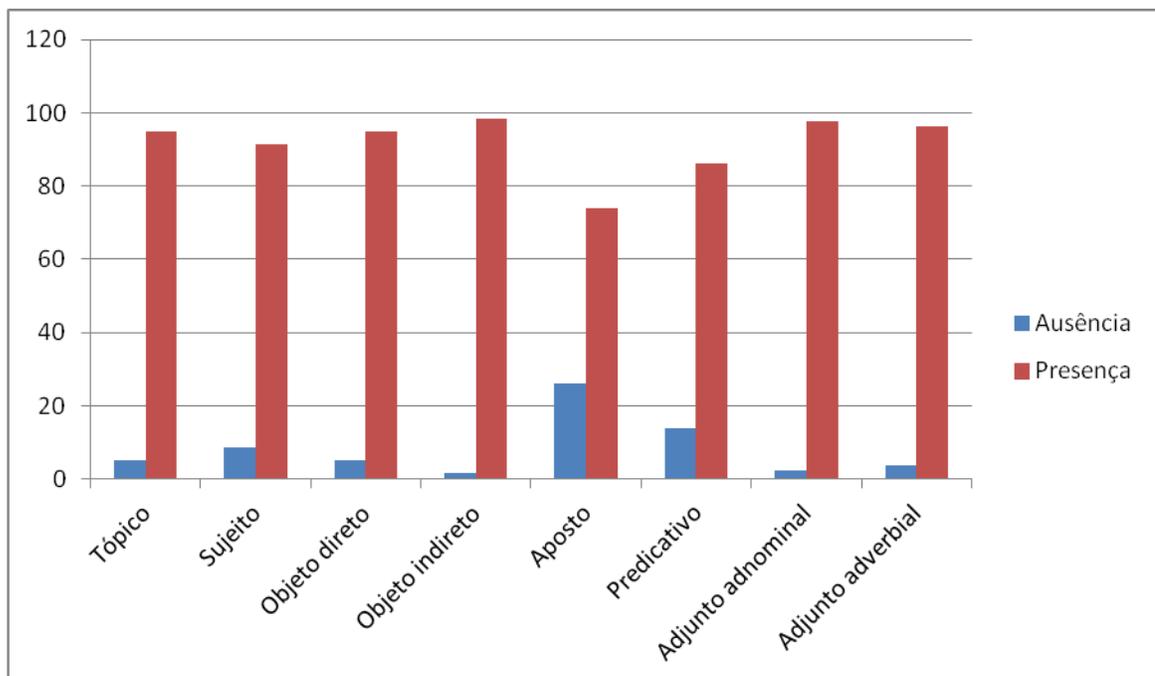


GRÁFICO 9: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à função sintática nas entrevistas de Matipó (%)

Pela análise percentual, vê-se que o nome próprio aparece mais articulado em todas as posições do sintagma nominal; com exceção das funções de aposto (73,9%) e predicativo (86,1%), em todas as outras funções sintáticas os índices percentuais figuram acima dos 90%, mas apenas isso não nos permite afirmar muita coisa, já que o percentual de uso de artigo definido na localidade de Matipó já é bem alto na quantificação geral. Com base nisso, a análise mais detalhada desses índices será realizada com base na leitura dos pesos relativos:

- a) O uso do artigo definido tende a ser favorecido quando o sintagma nominal em que o antropônimo está presente desempenha as seguintes funções sintáticas nos sintagmas nominais: adjunto adverbial (0.79), objeto indireto (0.75), objeto direto (0.64) e tópico (0.65), conforme ilustrado em (36), (37), (38) e (39), respectivamente:

(36) eu morei ali dibaxo da casa *da Derly*... um méis... dois méis... sei lá... aí mudei pra qui... pra li... **(I17F67Mt linhas 128-129)**

(37) eu gostava muito *da minha colega Isadora*... entendeu?... antigamente... era a Isadora... que eu vivia colada... junto... **(I13F23Mt linhas 35-36)**

(38) eu lembro que eu procurei *o Aristeu* e falei com o Aristeu... **(I13F23Mt linhas 465-466)**

(39) nós num pagava aquelas professora... num sei se era a prefeitura do Matipó... *a dona Zita*... nós tinha que catá o fejaum... varrê a casa pra dona Zita... passá bosta de boi na cozinha da dona Zita... depois que a dona Zita levava nós pra iscola... cê cridita?... Andréia... ((risos))... **(I17F67Mt linhas 294-297)**

- b) A presença de artigo definido é muito pouco favorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função sintática de predicativo (0.55), conforme ilustra o exemplo (40):

(40) eu estudei na iscola da dona Jaci mais uns seis meis... depois da dona Jaci... lá no Garimpo... foi *a dona Benvinda*... mãe da Nini... que vem a ser cumade Nini... mudô lá pra casa da (roça)... **(I22M84Mt linhas 99-101)**

- c) A presença de artigo definido é um pouco desfavorecida quando os antropônimos ocupam a função sintática de sujeito (0.43), conforme se vê no exemplo (41):

(41) papai chegô... “ô José... *Ø cumpadi Chimbim* vai fazê... matriculá os minino na escola da tal Dona Jaci... diz que é uma boa professora”... (I22M84Mt linhas 93-95)

d) A presença de artigo definido é desfavorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função de aposto (0.33) e de adjunto adnominal (0.35), o que pode ser visto nos exemplos (42) e (43), respectivamente:

(42) as minha amiga que eu tive aqui na rua... na roça... num tinha amiga... era as minina da dona Maria... *a Quinha mais a Zumira*... eu nem sei o que êas viraro... (I17F67Mt linhas 322-325)

(43) ficava três... quatro moça... uma de braço dado com a otra óia... ia lá no jardim da igreja e voltava cá perto da padaria *do Néelson*... ó gente mais... (I17F67Mt linhas 336-338)

5.2.2.1.3 Estrutura do sintagma nominal

Com relação à estrutura do sintagma nominal, após a quantificação das entrevistas orais de Matipó, encontra-se o resultado apresentado na tabela 11 e no gráfico 10:

TABELA 11

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Matipó com relação ao fator estrutura do sintagma nominal

Estrutura do Sintagma Nominal	Aplicação	%	P.R.
Sem preposição	306/307	99,7	0.25
Com preposição que contrai	803/905	88,7	0.96
Com preposição que não contrai	32/38	84,2	0.15
1 (presença)	1.141/1.250	91,3	

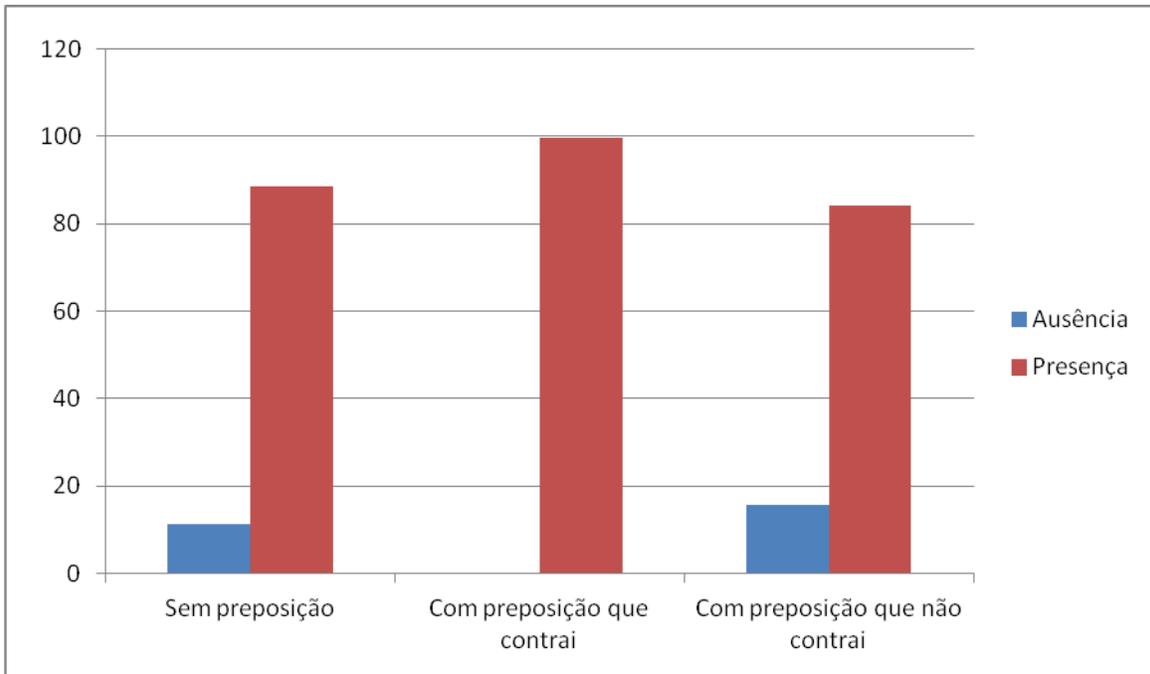


GRÁFICO 10: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à estrutura do sintagma nominal nas entrevistas de Matipó

As estruturas sem preposição apresentaram 88,7% de presença de artigo definido diante de antropônimo, ao passo que as estruturas com preposição que contrai apresentaram 99,7% de presença de artigo e as com preposição que não contrai, por sua vez, apresentaram 15,6% de uso de artigo definido no contexto analisado. Esses dados, vistos sob a ótica dos pesos relativos, apontam as estruturas sem preposição e as com preposição que não contrai como desfavorecedoras do uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa (0.25) e (0.15), respectivamente; em contrapartida, as estruturas com preposição que contrai favorecem o uso do artigo definido (0.96). O que é ilustrado nos exemplos abaixo:

(44) essa Geralda era muito boa comigo... me dava muita atençaum... entaum foi *a Geralda*... intuam quando ela num foi nossa professora mais... nós ia na casa dela passia... **(I15F30Mt linhas 88-90)**

(45) lá tinha muito pé de manga... jabuticaba... na época de manga... jabuticaba... eu pulava o muro... lá do... *do Nerso* da padaria... a gente ia lá pro quintal... pegava fruta... levava pra casa pros irmaum... **(I15F30Mt linhas 338-390)**

(46) ela ficava encantada comigo e *com a Mara*... e... e as primeras vezes que ela viu a gente cantando... abria a boca a chorá... ((risos)) **(I13F23Mt linhas 52-53)**

Nos dados acima, temos respectivamente exemplos em que o antropônimo ocorre sem a preposição, com preposição que contrai e com preposição que não contrai. Segundo Callou e Silva (1997), há um forte condicionamento à presença de artigo definido diante de antropônimos quando os sintagmas nominais em que eles estão inseridos vêm acompanhado de preposições que contraem, o que foi confirmado em nossos dados.

5.2.2.1.4 Tipo de antropônimo

O tipo de antropônimo foi também apontado como significativo nos dados de Matipó; durante a análise, o programa estatístico eliminou as alcunhas, os sobrenomes e os apelidos, por não apresentarem número de dados suficiente. O resultado dos outros fatores foi apontado na tabela 12 e no gráfico 11:

TABELA 12

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Matipó com relação ao fator tipo de antropônimo

Tipo de antropônimo	Aplicação	%	P.R.
Prenome	754/835	90,3	0.48
Nome completo	74/91	81,3	0.17
Hipocorístico	313/324	96,6	0.63
1 (presença)	1250	91,5	

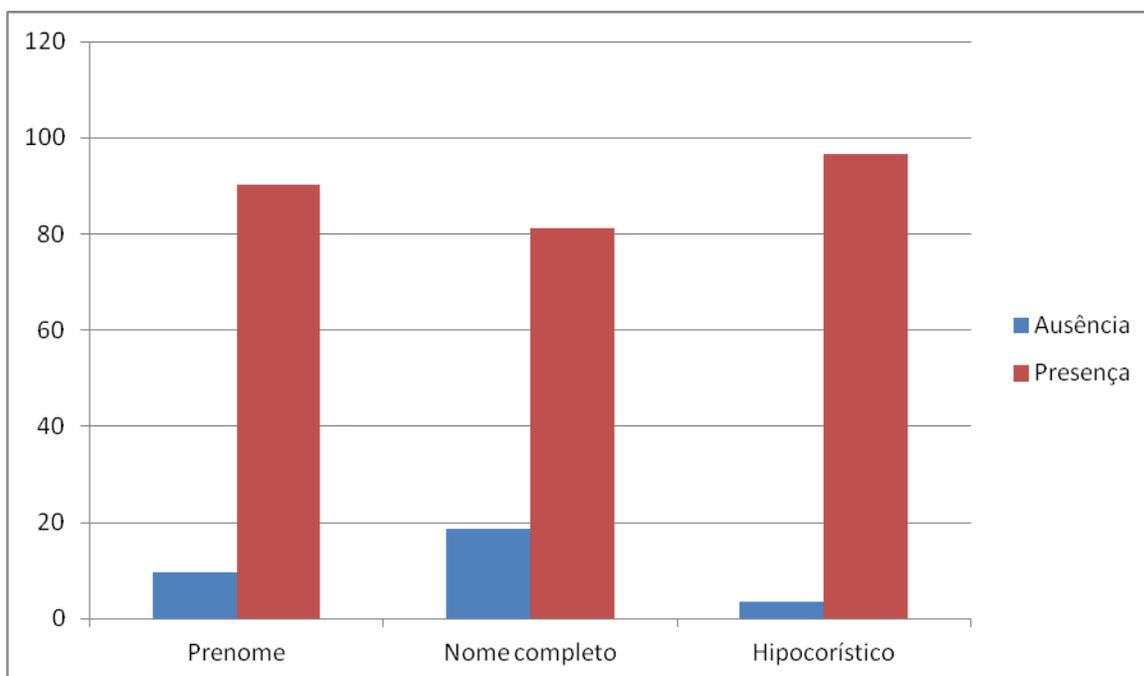


GRÁFICO 11: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao tipo de antropônimo nas entrevistas de Matipó (%)

A presença de artigo definido nas entrevistas orais de Matipó é mais forte nos hipocorísticos (96,6%), seguidos pelos prenomes (80,3) e pelos nomes completos (90,3%); os pesos relativos apontam que os hipocorísticos favorecem a presença de artigo definido nesse contexto (0.63), ao passo que há o desfavorecimento nos prenomes (0.48) e nos nomes completos (0.17). Pode-se estabelecer a seguinte explicação: os hipocorísticos seriam os antropônimos que carregariam consigo a carga maior de intimidade, sendo, portanto, os mais articulados; uma vez que as gramáticas tradicionais considerariam essa a regra condicionante para o uso de artigo definido diante de antropônimos. Os exemplos abaixo ilustram isso:

(47) ah... *a Deinha*... ela é muito gente boa... lá eu tenho um cargo na iscola dominical... é... de primeiro secretário... e quando eu falto... quem me substitui é a *Deinha*... (I21M18Mt linhas 203-204)

(48) mais eu sempre achei todos eles muito bons... o que eu mais gostei foi *a Renata* com física e *a Rosimeire* com matemática... (I21M18Mt linhas 183-184)

(49) *Ø Eliane Brandaum*... pur que essa pessoa é DOida... ((risos))... é... ela é uma pessoa que eu tenho uma... um ime:!/... um imenso carinho... a gente cunversa muito até hoje... ela naum seguiu na área... ao invés... ela foi pra farmácia ao invés... ao invés da... do curso de engenharia civil...

na... na época eu naum gostei muito... foi no início do ano... mais... a gente continuô levano a nossa amizade... e a gente cunversá muito até hoje... ela é uma ótima pessoa... **(I21M18Mt linhas 82-87)**

No exemplo (47), observa-se que, quando o antropônimo é um hipocorístico, ele tende a ser articulado; já nos casos de prenome, exemplo (48), esse antropônimo pode ou não vir articulado; no exemplo (49), por sua vez, sintagmas nominais com os nomes completos tendem a desfavorecer a presença do artigo definido; os hipocorísticos, por apresentarem mais intimidade/familiaridade dentre os tipos de antropônimos aqui analisados tiveram um maior uso de artigo definido. Na pesquisa de 2009, o maior uso de artigo definido, ao contrário do que foi encontrado na pesquisa atual, ocorreu diante dos sobrenomes (93%), nomes próprios de pessoa (88%) e só então dos hipocorísticos (84%).

5.2.2.1.5 Antropônimo como item de enumeração

A tabela 13 e o gráfico 12 apresentam o resultado equivalente ao uso de artigo definido em estruturas em que aparecem enumerações:

TABELA 13

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Matipó com relação ao fator item de enumeração

Item de enumeração	Aplicação	%	P.R.
Sem enumeração	980/1042	94,0	0.54
Com enumeração	161/208	77.4	0.29
1 (presença)	1250	91,5	0.67

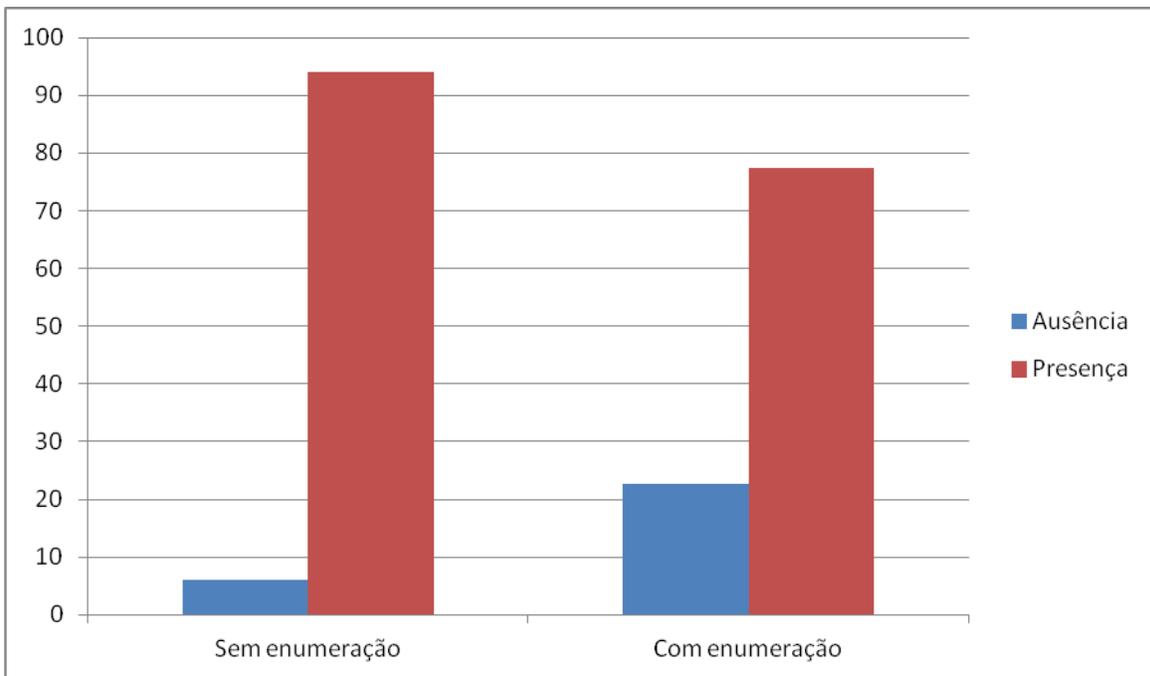


GRÁFICO 12: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação a item de enumeração nas entrevistas de Matipó (%)

Em Matipó, observou-se que, nas estruturas em que não ocorreram enumerações, houve a presença de 94% de artigo definido diante de antropônimos; ao passo que, nas estruturas em que houve enumerações ocorreram apenas 77,4% de presença; ao se analisarem os pesos relativos, há o desfavorecimento do uso de artigo definido nas estruturas com enumeração (0.29), ao passo que acontece um leve favorecimento nas estruturas em que a enumeração não ocorre (0.54). Esse desfavorecimento do uso do artigo diante de antropônimos é notado na pesquisa de Braga (2012) na cidade de Mariana e também em Faria (2012), na cidade de Ponte Nova. Os exemplos (50), (51) e (52) apresentam dados de antropônimo em estruturas de enumeração na língua oral da cidade de Matipó:

(50) os vizinhos mesmo... os vizinho... tem a... tem *a Gislane... a Luana... a Marília* na época morava... *a Daniela...* nossa... era muita gente... *o Zé Otávio* eu também brincava muito com ele... *a Robélia... a Robélia...* tinha... tinha... *a Cristiane... a Dalila... a Dinha...* (I14F23Mt linhas 24-26)

(51) aí foi... foi MU:::::Ito... foi *Ø dona Lô... Ø dona Creusa...* até *Ø dona Dalva* deu aula um tempinho pra gente depois aposentô... foi *a Paricida Braga... a Nice...* xô vê mais quem... *o Fábio... a Márcia...* tem aquela... *Ø Rita né?... Ø Rita...* professora de geografia... *a Rita* também

deu aula pra nós... a outra Rita também... professora de religião... que eu tô lembrando aqui é essas... (I14F23Mt linhas 66-69)

(52) tenho o Wanderson... o Gabriel... Ø Tiago... Ø Ingrid... Ø Filipe... esqueço de um... Ø Gabriel... Ø Filipe... Ø Wanderson... a Jéssica... ÔÔÔ... minha afilhada... é o Wanderson... a Ingrid... a Jéssica... o Gabriel... o Filipe e o Tiago... nossa... esqueci da minha afilhada... (I14F23Mt linhas 128-130)

Os exemplos acima, extraídos de um mesmo informante, mostra que, algumas vezes, as enumerações em Matipó ocorrem totalmente articuladas, como no exemplo (50); mas podem iniciar sem a presença de artigo definido e receber o artigo definido em alguns casos durante a enumeração, como no exemplo (51); ou ainda, como no exemplo (52), iniciar com a presença do artigo definido e ter alguns casos desarticulados durante o processo de enumeração.

5.2.2.2 Fatores extralinguísticos

Tem-se, abaixo, a análise dos dois fatores extralinguísticos:

5.2.2.2.1 Faixa etária

A tabela 14 e o gráfico 13 apresentam os dados obtidos através da quantificação das atas de Matipó considerando a faixa etária:

TABELA 14

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Matipó com relação ao fator faixa etária

Faixa etária	Aplicação	%	P.R.
18 a 30 anos	454/529	85,8	0.35
+ de 60 anos	687/721	95,3	0.60
1 (presença)	1.141/1250	91,3	

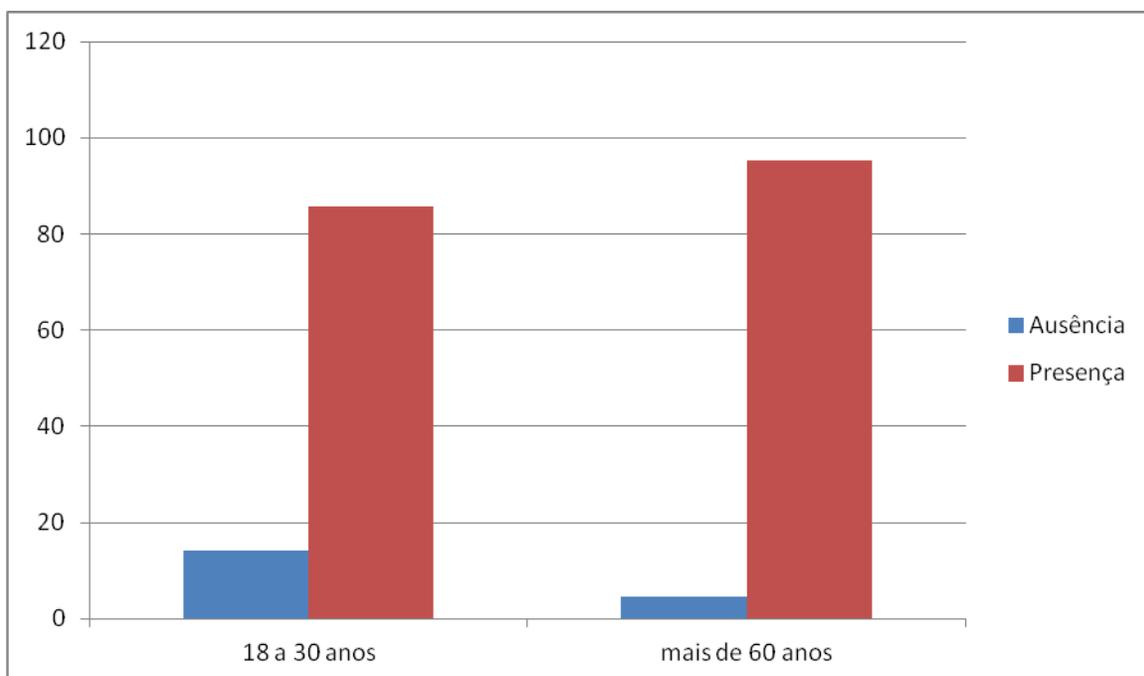


GRÁFICO 13: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à faixa etária nas entrevistas de Matipó (%)

A análise da tabela 7 e do gráfico 6 nos permite afirmar que os jovens tendem a desfavorecer o uso do artigo definido no contexto de antropônimo, ao passo que os idosos tendem a favorecer esse uso. O que pode ser ilustrado pelos exemplos (53) e (54):

(53) que naum eram taum calmas... *a Lurdinha* por exemplo... ela foi a minha professora... é lógico assim... ela nunca extrapolô os limites dela... mais assim em quetaum de voz... ela sempre gritava... *Ø Consola* foi minha professora também... de português... no grupo... e *a Ø Cotinha* de matemática... no grupo... tê lembrando aqui... (I20M21Mt linhas 456-549)

(54) mais um dia recebi um convite pra trabalhar de... de... de sapateiro... ajudante de sapateiro... eu fui trabalhar para *o Paulinho*... *o Paulinho* era uma referência ali... dizia que ele era primo primero *do Joaumzim*... ali... que eles falam *Juaumzim do Margoso*... subrim da dona... *da dona Cinza*... que é *Ø dona Norci do Juaumzito*... e era uma pessoa muito conhecida em Matipó... foi casado com a... com *a Iracy*... saum separados e tal... eu fui trabalhar para essa pessoa... eu lembro que *o Paulinho*... conhecido como *Paulinho sapateiro*... era uma pessoa muito responsável... um ser humano de primeira qualidade... (I23M60Mt linhas 272-278)

O exemplo (53) é parte da entrevista de um informante de 18 a 30 anos e o exemplo 16 é parte da entrevista de um informante que possui mais de 60 anos; percebe-se que a fala do informante mais velho apresenta mais artigo do que a do jovem; esse dado contraria os resultados

encontrados na zona rural dessa localidade, na pesquisa de 2009, em que as mais altas taxas de uso do artigo definido no contexto de antropônimo foram identificadas na fala dos mais jovens (90%); enquanto que, na fala dos moradores com mais de 70 anos, houve o registro de 79% de estruturas de antropônimo articuladas.

5.2.2.2.2 Grau de intimidade do falante com o referente

O critério definido pelas gramáticas tradicionais para justificar o uso ou não do artigo definido diante de antropônimos é o fator intimidade, conforme foi visto na seção 1.6.; desta forma, a presença do artigo definido diante de antropônimos serviria para marcar afetividade ou familiaridade.

A tabela 15 e o gráfico 14 permitem-nos visualizar de forma mais clara o resultado coletado nas entrevistas orais na zona urbana de Matipó no que diz respeito a esse fator:

TABELA 15

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua oral de Matipó com relação ao fator grau de intimidade do falante com o referente

Grau de intimidade	Aplicação	%	P.R.
Com intimidade	1129/1231	91,7	0.50
Sem intimidade	12/19	63,2	0.16
1 (presença)	1.141/1250	91,3	

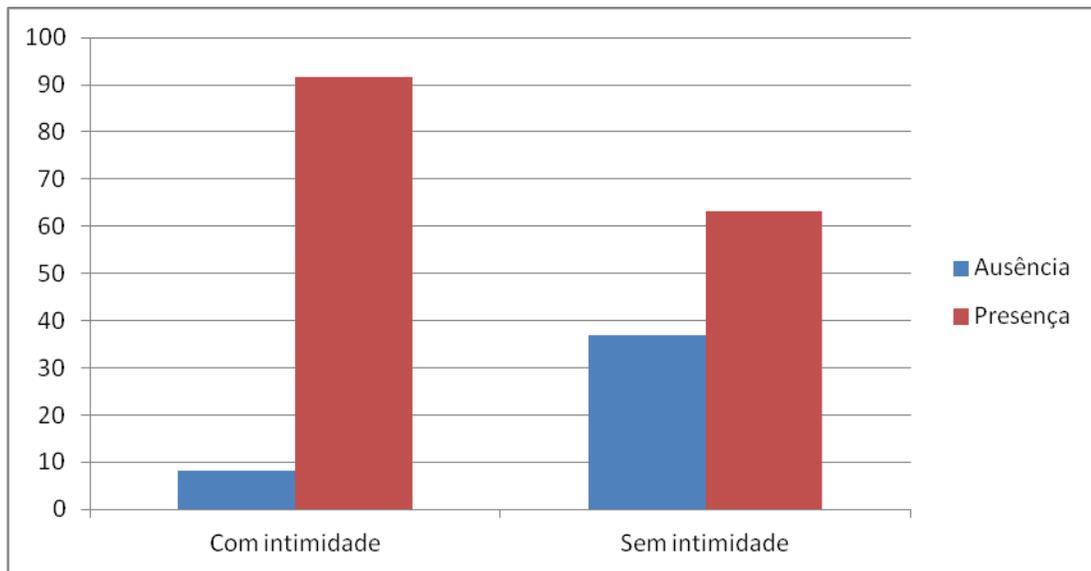


GRÁFICO 8: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao grau de intimidade do falante com o referente nas entrevistas de Matipó (%)

Esse resultado vai parcialmente ao encontro do que as gramáticas postulam como regra para determinar o uso ou não para o uso do artigo definido no contexto de antropônimos: a presença de artigo definido, quando o referente era alguém íntimo, foi quase categórica; mas ao mesmo tempo, o uso de artigo definido foi também razoavelmente expressivo quando o falante se referia a pessoas com as quais não possuía intimidade.

Apesar dos valores percentuais serem elevados no que diz respeito ao uso do artigo definido com relações a pessoas próximas, ao analisarmos os pesos relativos, verifica-se que essa diferença não é expressiva: o artigo definido é desfavorecido nos casos em que não há intimidade com o referente (0.16) e não há nenhum tipo de favorecimento ou desfavorecimento em seu uso quando empregado em relação a referente em que há intimidade (0.50). Os exemplos abaixo ilustram o resultado da quantificação:

(55) *naum me lembro mais quais eram os professores daquela época... eu lembro que o professor Marinho dava aula... o... o Talis... no mais só esses dois mesmo que eu lembro... nos... nos meus primeros... aulas no colégio...* (I24M64Mt linhas 82-84)

(56) *eu num tinha medo de médico... mais era... era falá em exame... a pessoa falava que foi no médico... feiz isso... tomô injeçaum... tomô aquilo... feiz operaçaum... aquê treim todo... e eu*

falava... “ih:::.... esse coisa num... num dá pra mim naum”... aquilo me apavorô né?... e só tinha um médico... *Ø dotô Alberone...* só ele... mais num era... **(I24M64Mt linhas 126-129)**

Tanto o exemplo (55) quanto o exemplo (56) fazem parte de uma mesma entrevista, neles observa-se que o informante usa o artigo definido no exemplo (55) para se referir aos seus professores, ao passo que, no exemplo (56), ao se referir ao único médico da cidade, o antropônimo aparece desarticulado. Esses exemplos nos mostram uma relação de mais proximidade do informante com o professor que era visto todos os dias no colégio do que com o médico que era visto apenas nos períodos em que ele ficava doente.

Na pesquisa realizada em 2009, na zona rural de Matipó, o fator intimidade do falante com o referente era responsável por 89% de uso de artigo definido diante de antropônimos, um padrão bem próximo do encontrado na atual pesquisa.

Assim, na atual pesquisa, no *corpus* de língua oral contemporânea de Matipó, os fatores tidos como relevantes foram: faixa etária, grau de intimidade do falante com o referente, circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática do antropônimo, estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, antropônimo como item de enumeração; dentre esses fatores, quatro deles, faixa etária, grau de intimidade do falante com o referente, função sintática do antropônimo e estrutura do sintagma nominal coincidem com os fatores apontados como mais relevantes na revisão da literatura, na seção 1.6.

A seguir, têm-se os resultados obtidos através da quantificação dos dados de língua escrita pretérita.

5.3 Resultados dos *corpora* de língua escrita pretérita

Esta seção apresenta os resultados obtidos na análise de parte dos *corpora* desta tese, mais especificamente, serão analisados os dados encontrados nas atas, escrituras e testamentos de cada uma das duas localidades. Destes textos pretéritos, extraíram-se 2.705 dados, que foram, inicialmente, quantificados sem que se levasse em conta o gênero textual a que pertencia o documento, com o objetivo de se analisar apenas o uso ou não de artigo definido em cada uma das duas localidades pesquisadas. O resultado desta quantificação é apresentado na tabela 16:

Tabela 16

Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo nos dados de língua escrita pretérita de Abre Campo e Matipó – resultado geral

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	1.049	74,7	867	66,6
Presença	355	25,3	434	33,4
Total	1.404	100,0	1.301	100,0

A quantificação geral permite verificar que a ausência de artigo definido diante de antropônimos era a variante predominante nos textos escritos da língua pretérita das duas localidades: 74,7% em Abre Campo e 66,6% em Matipó; mas, ao mesmo tempo, já se percebia uma tendência de se usar mais artigo definido em Matipó (33,4%) do que em Abre Campo (25,3%).

Ao se realizar rodadas separadas para cada um dos gêneros textuais, registrou-se que: dos 2.705 dados, 621 estavam presentes nas atas, 1.204 estavam presentes nas escrituras e 872 presentes nos testamentos. O resultado da quantificação dessas novas rodadas está presente nas tabelas (17), (18) e (19):

Tabela 17

Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo em Abre Campo e Matipó - atas

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	139	52,1	233	65,8
Presença	128	47,9	121	34,2
Total	267	100,0	354	100,0

Tabela 18

Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo em Abre Campo e Matipó - escrituras

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	395	69,5	411	64,6
Presença	173	30,5	225	35,4
Total	568	100,0	636	100,0

Tabela 19

Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo em Abre Campo e Matipó - testamentos

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	513	90,8	223	72,6
Presença	52	9,2	84	27,4
Total	565	100,0	307	100,0

Ao se analisar o resultado percentual da quantificação dos antropônimos presentes nas atas, observa-se que, em Abre Campo, 52,1% dos antropônimos foram articulados, ao passo que 47,9% não tiveram a presença de artigo. Em Matipó, encontra-se ainda mais ausência de artigo definido diante de antropônimos: 65,8% de ausência de artigo definido e 34,2% de presença. Esse resultado obtido na quantificação das atas de Abre Campo contraria a quantificação geral: a presença de artigo definido diante de antropônimos que era, na quantificação geral, de 25,3%, passa a 47,9% na análise das atas desta mesma localidade, o que nos leva à hipótese de que o gênero textual ata estaria interferindo no maior uso do artigo definido; é interessante considerar que, dos gêneros analisados, a ata é o que não possui natureza notarial, o que pode implicar em uma menor preocupação com o rigor gramatical e com a estrutura do próprio gênero com relação aos textos que são notariais.

Nas escrituras, observa-se que 30,5% das ocorrências computadas na amostra de Abre Campo foram articuladas, ao passo que 69,5% não apresentaram o artigo definido diante de antropônimos. Já a amostra de Matipó, apresentou 35,4% de ocorrências com presença de artigo definido e 64,6% de ocorrências de ausência de artigo definido no contexto de antropônimos. Esses dados revelam uma distribuição quase que harmônica nas duas comunidades observadas no que diz respeito ao emprego do artigo definido diante de antropônimos no gênero textual escritura.

Com relação aos testamentos, em Abre Campo, 90,8% das ocorrências de artigo definido diante de antropônimos não foram articulados, ao passo que 9,2% desses dados receberam artigo. Em Matipó, por sua vez, o uso de artigo em contexto de antropônimo ocorreu em 27,6% dos dados, paralelo a isso, 72,4% das menções de antropônimo foram realizadas sem artigo definido. Nesse gênero, percebe-se uma tendência ao maior uso do artigo definido em Matipó (27,6%) com relação a Abre Campo (9,2%).

Nos dados obtidos em Almeida Mendes (2009), apesar de vizinhas limítrofes, essas duas localidades apresentam, na língua oral da zona rural, a variação do fenômeno sintático da ausência e/ou presença de artigo definido no contexto de antropônimos; nos dados extraídos nesta atual pesquisa, no que diz respeito aos dados de língua oral contemporânea, obtidos na zona urbana, essa variação também é registrada. Segundo a hipótese inicial deste atual trabalho, esperava-se que o padrão divergente encontrado nas entrevistas orais analisadas nas duas localidades em Almeida Mendes (2009) tivesse se instalado assim desde o início da colonização dessas duas cidades e que essa divergência haveria se prolongado até a atualidade. Os resultados dos documentos de língua pretérita, porém, contrariam a hipótese inicial do trabalho: o que ocorre é o contrário, como foi demonstrados nas tabelas (17), (18) e (19) acima apresentadas; essas diferenças podem ser melhor visualizadas no gráfico (15):

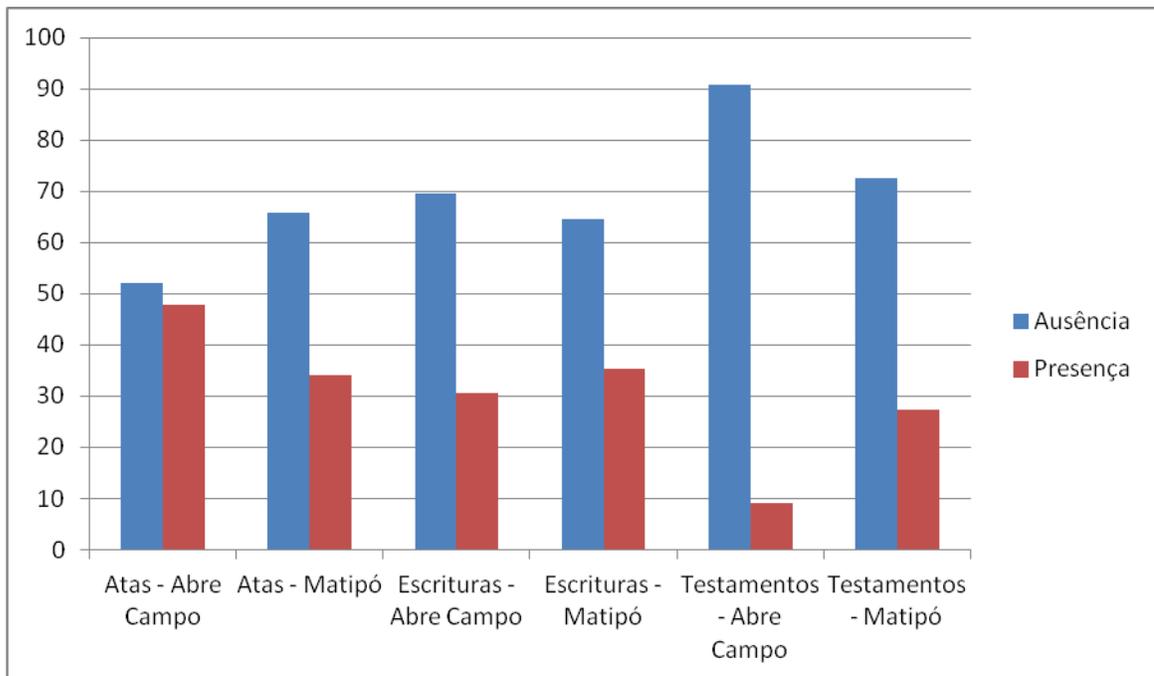


GRÁFICO 15: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao gênero textual em Abre Campo e Matipó

O gráfico deixa mais evidente o resultado das quantificações apontadas pelas tabelas (17), (18) e (19); em todos os gêneros textuais, a ausência de artigo definido no contexto de antropônimo é predominante; mas é interessante frisar, como já foi observado, que só existe uma distribuição harmônica com relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos nas duas localidades apenas com relação às escrituras; nos testamentos, apesar do prevalescimento da ausência de artigo definido nesse contexto, a presença de artigo definido é bem mais saliente em Matipó; já com relação às atas, a ausência de artigo definido é maior em Matipó do que em Abre Campo, contrariando ainda mais o padrão esperado, segundo o qual a ausência de artigo definido seria característica de Abre Campo e a presença de artigo definido seria característica de Matipó. Esperava-se que, nos testamentos, prevalecesse a presença de artigo definido ou, pelo menos a ausência de artigo definido não fosse tão elevada, uma vez que, geralmente, o oficial do cartório ia até a casa do testador, que, muitas vezes, estava acamado, moribundo e, esse texto era ditado ao oficial pelo próprio testador; acreditou-se que, devido à influência da oralidade, seria nesse texto que a presença de artigo definido teria mais força.

Serão apresentados, a seguir, os resultados que foram selecionados como mais relevantes na análise quantitativa nos *corpora* de língua pretérita de cada uma das localidades; cumpre

lembrar que novas rodadas foram realizadas com o intuito de se obter que fator seria mais relevante em cada um dos três gêneros textuais:

5.3.1 Atas

Será apresentado, a seguir, o resultado da quantificação obtida após análise dos dados do *corpus* das atas. Inicialmente, as de Abre Campo e, na sequência, as atas de Matipó.

5.3.1.1 Atas do *corpus* de Abre Campo

O *corpus* das atas de Abre Campo foi formado a partir de vinte e uma atas encontradas no cartório da cidade e nos livros da Câmara. O programa quantitativo selecionou como relevantes quatro variáveis, todas elas de natureza linguística: função sintática do antropônimo na sentença, estrutura do sintagma nominal, item de enumeração e antropônimo com qualificativo. A análise desses fatores está a seguir:

5.3.1.1.1 Fatores linguísticos

A seguir, serão apresentados os fatores linguísticos selecionados na análise das atas de Abre Campo:

5.3.1.1.1.1 Função sintática do antropônimo na sentença

As funções sintáticas de tópico, predicativo, complemento nominal e adjunto adverbial foram eliminadas pelo programa quantitativo por haver insuficiência de dados, em contrapartida, foram selecionados como relevantes neste grupo de fatores as funções sintáticas apresentadas na tabela (20) e no gráfico (16):

Tabela 20

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator função sintática - atas

Função sintática	Aplicação	%	P.R.
Adjunto adnominal	25/40	62,5	0.41
Objeto direto	34/56	60,7	0.87
Aposto	25/119	21,0	0.31
Sujeito	20/4	83,3	0.77
Objeto indireto	4/8	50,0	0.01
Agente da Passiva	18/19	94,7	0.57
1 (presença)	126/266	47,4	

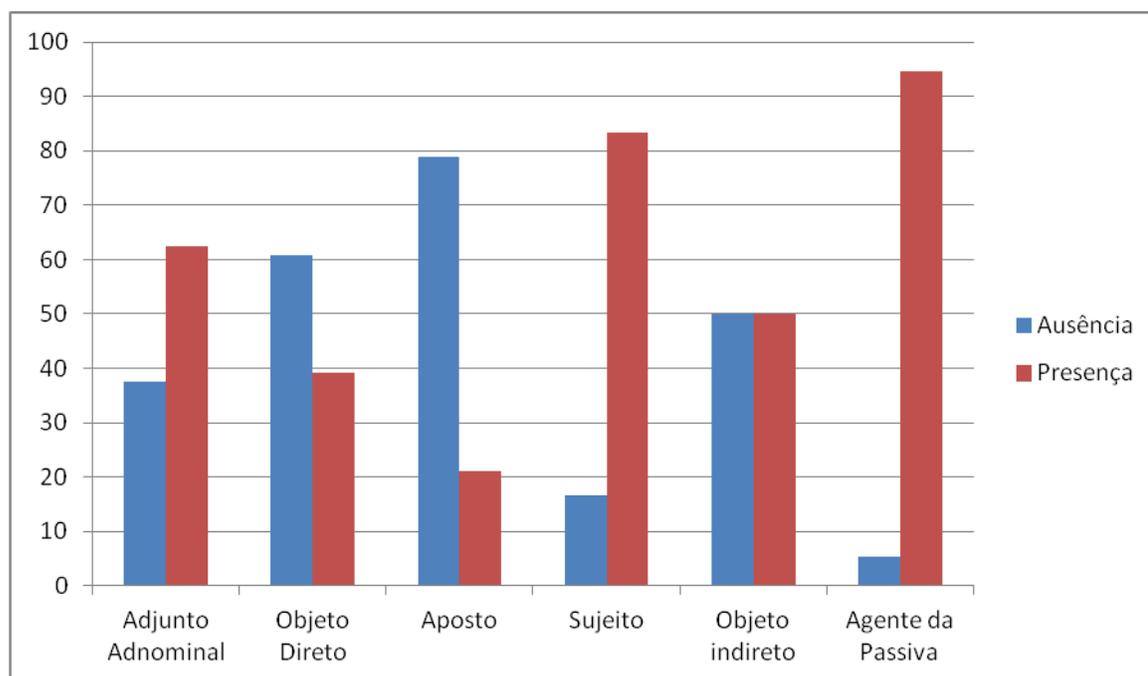


GRÁFICO 16: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação a item de enumeração em Abre Campo (%)

Através da análise do gráfico (11), registra-se, em Abre Campo, que a função de aposto (79,0%) tende a ser mais usada com a ausência de artigo definido diante de antropônimo, ao passo que as funções de agente da passiva (94,7%), sujeito (83,3%), adjunto adnominal (62,5%) e objeto direto (60,7%), tendem a ser usadas preferencialmente com artigo neste contexto.

A leitura com base no resultado dos pesos relativos realizada na tabela 20 aponta que:

- a) O uso do artigo definido tende a ser favorecido quando o sintagma nominal em que o antropônimo está presente desempenha as seguintes funções sintáticas nos seguintes sintagmas nominais: objeto direto (0.87), sujeito (0.77), conforme ilustrado em (57) e (58), respectivamente:

(57) O Senhor fiscal Te. Professor Manoel Gonçalves Dutra que representava *o candidato Doutor Augusto Cesar da Crus* requereu para fazer menção do protesto que oportunamente apresentará: [...] (**ACA11900 linhas 502-506**)

(58) *O fiscal Te. Manoel Vieira Mendes* requereu a mesa para fazer menção do seu contra-protesto que apresentará por parte do candidato Major Adalberto Augusto Fernando Leão. (**ACA11900 linhas 506-510**)

- b) A presença de artigo definido é muito pouco favorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função sintática de agente da passiva (0.57), o que pode ser visualizado no exemplo (59):

(59) [...] Em tempo *pelo vereador Cel. João Baptista*, foi apresentado mais dous projecto de lei de n^{os} 14 e 15 um concedendo um auxilio ao Hospital de São João do Matipoó e o outro auctorisando o Presidente da Camara a contribuir um emprestimo da quantia que for necessário para comprimento da Lei Mal. 218 de 18 de Abril de 1916. (**ACA21917 linhas 169- 175**)

- c) A presença de artigo definido é desfavorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função de adjunto adnominal (0.41), de aposto (0.31) e de objeto indireto (0.01), o que é ilustrado nos exemplos (60), (61) e (62), respectivamente:

(60) Ao primeiro

dia do mez de Novembro de mil e novecentos neste districto de São José de Pedra Bonita, Municipio e Comarca de Abre Campo e Estado de Minas Geraes, em casa *do Tenente Coronel Bras Fuscaldi* edificio designado pêra funcionar a primeira secção eleitoral deste districto. **(ACA11900 linhas 43-49)**

(61) As onze horas

do dia, presentes José Francisco Vicente presidente da mesa e demais mesários *Ø João Chrisosthomo da Silva, Ø Luis Faustino de Oliveira, Ø Capitão José Ferreira da Silva Barroso, Ø Antonio Gonçalves Rodrigues*, com as assistências dos fiscaes nomeados pelos candidatos que não obterem votos. **(ACA11900 linhas 49-55)**

(62) Artº 1º Fica o Presidente da Camara

autorizado a vender, em hasta publica, depois de cumpridas as formalidades legais, a casa de sua propriedade, sita á rua Delfim Moreira desta cidade e que foi adquirida *de Ø Antonio Pereira de Souza Godinho*. **(ACA51932 linhas 75-80)**

5.3.1.1.1.2 Estrutura do sintagma nominal

A tabela (21) apresenta os dados obtidos da quantificação das atas de Abre Campo com relação à estrutura do sintagma nominal:

Tabela 21

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator estrutura do sintagma nominal - atas

Estrutura do sintagma nominal	Aplicação	%	P.R.
Sem preposição	69/206	33,5	0.25
Com preposição que contraí	52/53	98,1	0.98

Com preposição que não contrai	5/7	71,4	0.79
1 (presença)	126/266	47,4	

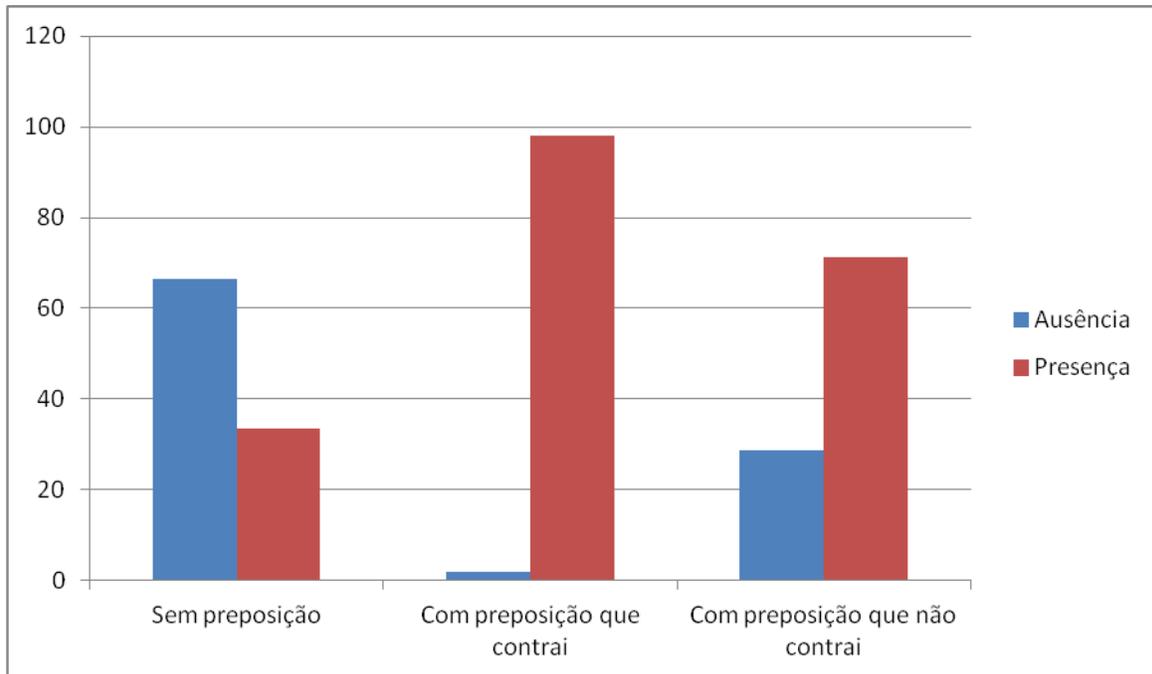


GRÁFICO 17: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação a estrutura do sintagma nominal em Abre Campo (%)

Em Abre Campo, 66,5% das estruturas sem preposição apresentaram ausência de artigo, já a presença foi predominante não só nas estruturas com preposição que contrai (98,1%) como também nas estruturas com preposição que não se contrai (71,4%). Uma leitura com base nos pesos relativos mostra que os contextos sem preposição desfavorecem esse uso do artigo definido (0.25); já nos contextos em que ocorrem casos de preposição que contrai e não se contrai, há o favorecimento de (0.98) e (0.77), respectivamente. Observe os exemplos abaixo:

(63) [...] voltando novamente a commis-
são foi pelo membro relator da mesma *Ø Sur*
Illydio Mendes [...] (ACA81922 linhas 66-68)

(64) [...] autorizando a contribuir com quantia de trezentos mil reis, para o brinde *ao Dr. Arthur Bernardes*, oferecido pelas Camaras Municipaes, [...] (ACA81922 linhas 45-49)

(65) [...] auctorizando o Presidente da Camara a entrar em accôrdo com *o Cel João Baptista Pereira da Silva*, para desapropriação de uma casa de sua propriedade em São João do Matipó [...] (ACA71921 linhas 61-65)

Em (63), a ausência de preposição implicou também na ausência de artigo definido, ao passo que, em (64), quando o antropônimo ocorre com preposição que contrai, esse antropônimo tende a ser articulado quase sempre; em (65), observa-se que, nos casos em que a preposição não se contrai, há também uma tendência de se usar mais artigo definido nas atas. Para Callou e Silva (1997), há um forte condicionamento à presença de artigos diante de preposição que com eles se contraem, o que é evidente no exemplo (64).

5.3.1.1.1.3 Item de enumeração

A tabela 22 apresenta o resultado da quantificação realizada nas estruturas em que aparecem enumerações:

TABELA 22

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator item de enumeração - atas

Item de enumeração	Aplicação	%	P.R.
Sem enumeração	105/112	93,8	0.94
Com enumeração	21/154	13,6	0.11
1 (presença)	126/266	47,4	

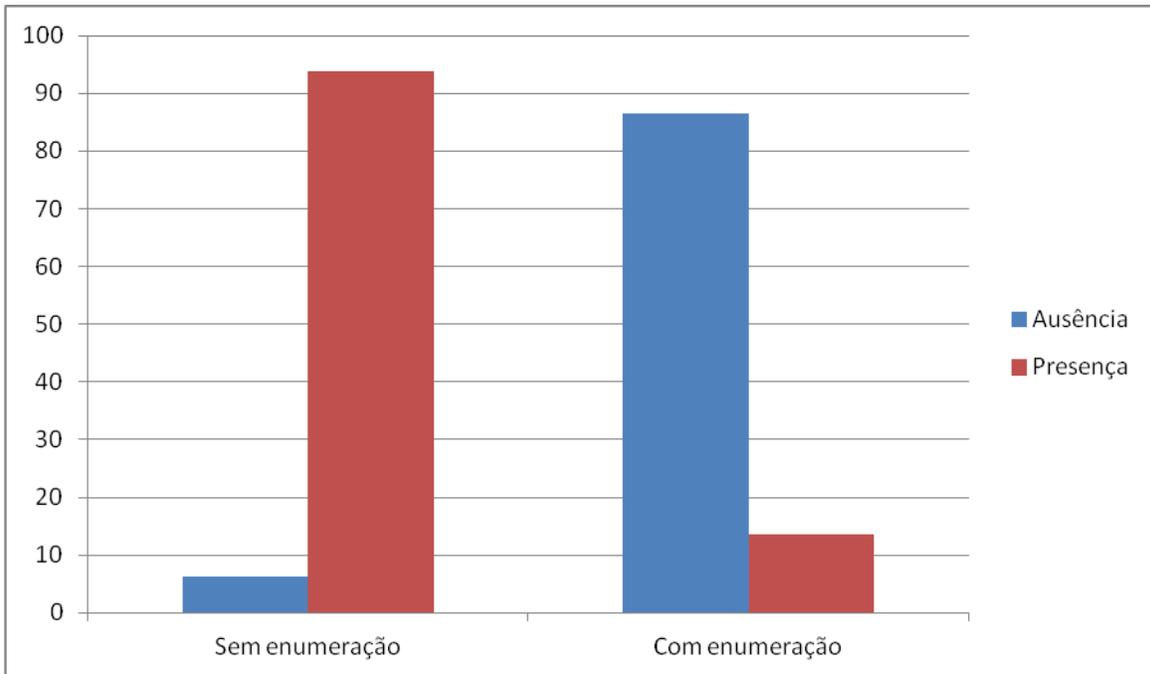


GRÁFICO 19: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação a item de enumeração em Abre Campo (%)

Em Matipó, houve 93,8% de uso de artigo definido diante de antropônimos nas estruturas em que não ocorreram enumerações, ao passo que, nas estruturas em que ocorreram enumerações, houve 86,3% de ausência; ao se analisarem os pesos relativos, há o desfavorecimento do uso de artigo definido nas estruturas com enumeração (0.11), ao passo que as estruturas em que a enumeração não ocorre, favorecem o seu uso (0.94). Os dados (66) e (67) exemplificam isso:

(66) [...] Tendo se retirado o secretario
o dr. Presidente nomeou o vereador *Theodoro de Abreu e Silva* para substituí-lo. [...] (ACA61924 linhas 143-145)

(67) [...] foi pelo Cel João Baptista
requerido que se lançasse na presente
acta um voto de pesar pelos fallecimen-
tos dos ex empregados da Camara, *Ø Sur*
Cap. Carlos Pereira Guimarães, official da
Secretaria, *Ø Gustavo Francisco Coelho* e *Ø Paulino de Assis Pereira*, fiscaes de São João
do Matipó, e Santo Antônio do Matipó,
respectivamente [...] (ACA71921 linhas 28-40)

Em (66), o artigo definido é favorecido por se tratar de uma estrutura em que a enumeração não ocorre; já em (67), ocorre o desfavorecimento do uso do artigo definido por se tratar de uma estrutura em que ocorre enumeração de ex-empregados da Câmara da cidade de Abre Campo. Braga (2012) e Faria (2012) também comprovaram, em seus respectivos estudos, esse desfavorecimento do artigo definido sempre que os antropônimos vêm enumerados.

5.3.1.1.1.4 Antropônimo com qualificativo

As estruturas em que o antropônimo vem acompanhado de qualificativo também foram consideradas como fator relevante na análise das atas de Abre Campo. A tabela 23 e o gráfico 19 mostram os resultados dessa quantificação:

Tabela 23

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator antropônimo com qualificativo - atas

Antropônimo com qualificativo	Aplicação	%	P.R.
Com qualificativo	117/177	66,5	0.69
Sem qualificativo	9/89	33,5	0.16
1 (presença)			

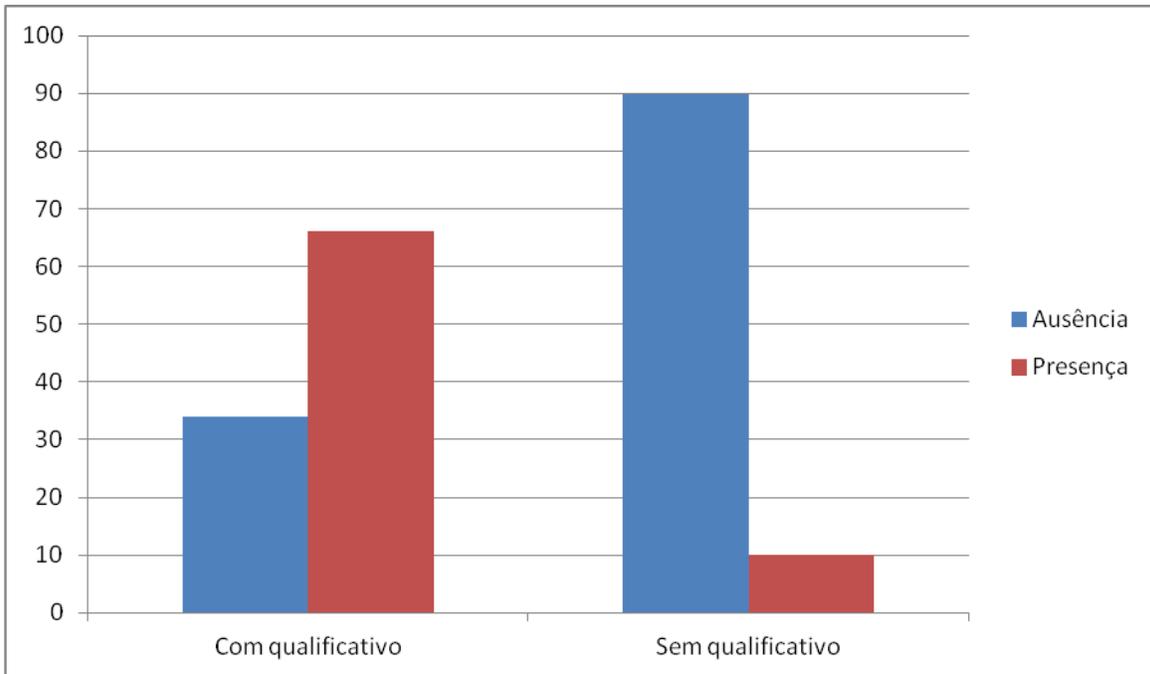


GRÁFICO 19: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação ao antropônimo com qualificativo em Abre Campo (%)

Em Matipó, houve o registro de 66,1% de presença de artigo definido em estruturas envolvendo qualificativo e, nas estruturas em que o qualificativo não ocorre, encontra-se 89,9%. A leitura dos pesos relativos aponta que os títulos honoríficos favorecem a presença do artigo diante de antropônimos (0.62), ao passo que as estruturas sem títulos honoríficos desfavorecem o uso do artigo nesse contexto (0.26). O que é ilustrado pelos exemplos (68) e (69):

(68) [...] a casa de sua propriedade, sita á rua Delfim Moreira desta cidade e que foi adquirida de *Ø Antonio Pereira de Souza Godinho*. [...] (**ACA51923 linhas 77-80**)

(69) [...] disse que estando a mesma desfalcada pela falta do *vereador Cap. Antonio Nicoláo* pedia que fosse nomeado o *Dr. Raymundo Brandão*, levantou o *vereador Cap. Liberato de Almeida* e disse que falecendo o *vereador Major Joaquim de Paulo*, pedia que fosse eleito um vereador para completal-a sendo eleito o *vereador Cap.*

Thodomiro de Abreu por (5) votos. [...] (ACA51923 linhas 105-113)

Em (68), o antropônimo não foi precedido de título honorífico, não sendo, portanto, articulado; já em (69), a presença dos títulos “vereador Cap.”, “Dr.” e “vereador Major” estimularam o uso do artigo definido. Em Almeida Mendes (2009), 60% dos antropônimos analisados na fala da zona rural da cidade de Abre Campo foram articulados; em alguns estudos, como em Alves (2008), essa fala se mostra categórica. Cumpre lembrar que, conforme Mendes (2000), com exceção dos qualificativos “dona” e “Dom”, todos os outros tendem a ser articulados na língua escrita pretérita.

Dentre os fatores apontados nos trabalhos resenhados, por diversas vezes, como mais relevantes no estudo da variação do uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa, alguns também o foram na análise das atas do *corpus* de Abre Campo, são eles: função sintática, presença de preposição.

5.3.1.2 Atas do *corpus* de Matipó

Ao se analisar o *corpus* formado a partir de 30 atas de Matipó, o programa quantitativo selecionou como relevantes quatro variáveis: três de natureza linguística - função sintática do antropônimo na sentença, estrutura do sintagma nominal e antropônimo com qualificativo, e uma de natureza extralinguística – período de tempo. A análise de cada um desses fatores está a seguir:

5.3.1.2.1 Fatores linguísticos

5.3.1.2.1.1 Função sintática do antropônimo na sentença

Após a retirada dos nocautes relativos às funções sintáticas de tópico, sujeito, complemento nominal e predicativo, o programa analisou como relevante neste grupo de fatores apenas as funções sintáticas apresentadas na tabela (24) e no gráfico (20):

Tabela 24

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator função sintática - atas

Função sintática	Aplicação	%	P.R.
Adjunto Adnominal	42/57	73,7	0.33
Objeto direto	21/31	67,7	0.88
Objeto indireto	5/6	83,3	0.75
Aposto	30/234	12,8	0.46
Agente da Passiva	16/18	88,9	0.40
Adjunto Adverbial	3/4	75,0	0.93
1 (presença)	117/350	33,4	

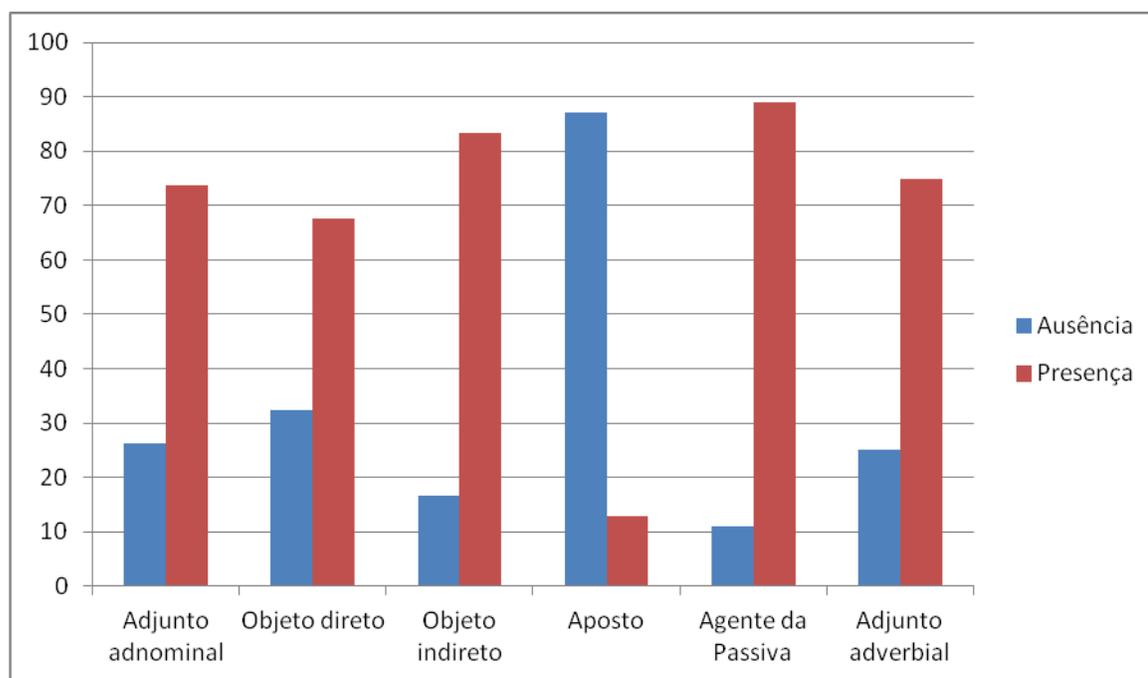


GRÁFICO 20: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação à função sintática em Matipó (%)

Os dados percentuais registram que, em Matipó, a ausência de artigo definido é forte na posição de aposto (87,2%); a presença, por sua vez, predomina nas funções de agente da passiva

(88,9%), de objeto indireto (83,3%), adjunto adnominal (73,7%) e de objeto direto (67,7%). Ao pautar a análise nos pesos relativos, chega-se às seguintes conclusões:

- a) Quando os antropônimos desempenham as seguintes funções sintáticas nos sintagmas nominais: objeto direto (0.88), objeto indireto (0.75), o uso do artigo diante de antropônimos tende a ser favorecido, o que pode ser observado nos exemplos (70) e (71), respectivamente:

(70) [...] O presidente suspendeu os trabalhos por uns minutos para impossar *o superior José Bueno Mendes*, que apresentou o diploma especial pelo Juiz eleitoral da 2ª zona do estado de Minas [...] **(MtA421949 linhas 13-16)**

(71) [...] Autorisar ao Sr. Prefeito a criar uma verba de auxilio de Cr\$ 2.000,00 dois mil cruseiros, *ao Sr. Pedro Martins da Costa*, para canalizar uma agua que corre paralella a estrada trasendo sérios inconvenientes ao transito de Caputira, [...] **(MtA431948 linhas 104-109)**

- b) A presença de artigo definido é desfavorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função de aposto (0.46), agente da passiva (0.40) e de adjunto adnominal (0.33), o que está exemplificado em (72), (73) e (74), respectivamente:

(72) [...] e as de mais mesarios, *Ø Joaquim da Costa Oliveira, Ø Capitão Evencio d'Abreu e Silva, Ø Augusto Honorio de Magalhães, Ø João Moreira Bastos*, que se organizarão na supra como consta da acta de sua installação, [...] **(MtA231892 linhas 36-41)**

(73) [...] e o membro Antonio Carlos Pereira Netto, os quaes a convite da meza foram substituídos por *Ø Capitão Evencio de Abreu e Silva e Ø Ouvidio Martinz Barboza*, e sendo o dito Capitão escolhido Presidente da meza eleitoral, tomaram assento e os mezarios

ficaram de um e d'outro lado, indestintamente. [...] (MtA271894 linhas 8-13)

(74) [...] Aos trinta e um dias do mez de Janeiro de mil oito centos e noventa e dous, neste districto de São João do Matipó, na primeira secção, na casa de *Ø Miguel Monteiro d'Oliveira*, designada pela Intendencia Municipal da Cidade de Abre Campo para os trabalhos eleitoraes da presente eleição [...] (MtA231892 linhas 12-19)

5.3.1.2.1.2 Estrutura do sintagma nominal

A tabela (25) e o gráfico (21) apresentam os dados obtidos na quantificação das atas de Matipó considerando o fator estrutura do sintagma nominal:

Tabela 25

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator estrutura do sintagma nominal - atas

Estrutura do sintagma nominal	Aplicação	%	P.R.
Sem preposição	51/270	18,9	0.29
Com preposição que contraí	64/65	98,5	0.98
Com preposição que não contraí	2/15	13,3	0.08
1 (presença)	117/350	33,4	

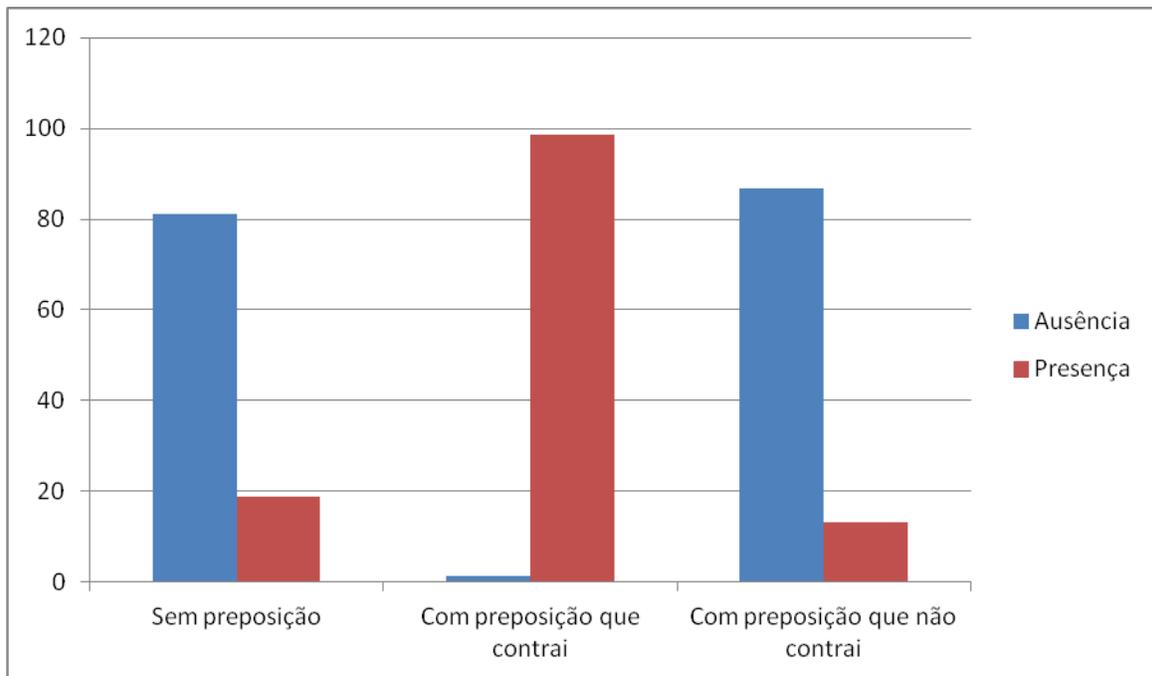


GRÁFICO 21: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação a estrutura do sintagma nominal em Matipó (%)

Observa-se que, em Matipó, 81,1% das estruturas sem preposição apresentaram ausência de artigo, a presença foi predominante nas estruturas com preposição que contrai (98,5%) e nas estruturas com preposição que não se contrai, a ausência de artigo ocorre em 86,7% dos dados. A leitura com base nos pesos relativos mostra que os contextos sem preposição desfavorecem o uso do artigo definido no contexto pesquisado (0.29), juntamente com os contextos em que ocorrem casos de preposição que não contrai (0.08); já a presença de artigo definido é favorecida nos casos de preposição que contrai (0.98). Observe os exemplos (75), (76) e (77) abaixo:

(75) [...] chamados nominalmente responderam à mesma chamada, de nomes: *Ø José Vieira da Rocha, Presidente, Ø Celestino Pereira Lima, Vice-Presidente, Ø Epaminondas Araujo Chaves, Secretário, Ø Aldebrau de Sousa Marinho, Ø Antonio Soares Filho, Ø Genaro Benedito de Almeida, Ø Leandro Escrivani Mendes e Ø Sebastião Ribeiro de Carvalho* [...] (MtA501947 linhas 38-44)

(76) [...] Art. 2º Fica transferida para fazenda *de Ø Estevão da Costa Oliveira Filho*, no distrito de Caputira a

escola atualmente localizada na fazenda *do Senhor José Pericles Gomes*. [...] (MtA471948 linhas 62-65)

(77) [...] e designou dentre os mesários *Ø Inaccio Lopes de Sá*, para fazer as chamadas dos eleitores e *Ø Eurico Moreira Bastos*, para servir de Secretário, sendo lidos os nomes dos ditos eleitores, [...] (MtA331917 linhas 19-22)

Percebeu-se que o grande percentual de ausência de artigo definido nos dados em que o antropônimo ocorre em estruturas sem preposição está associado, em Matipó, às enumerações, o que pode ser comprovado no exemplo (75). Já em (76), tem-se dois casos de uso da preposição *de*, no primeiro ela não está contraída e, no segundo, ela está, cumpre lembrar que, nas atas de Matipó, o segundo caso se sobressai. Já no exemplo (77), a preposição “*dentre*” coordena dois nomes próprios que foram designados em meio a outros mesários.

5.3.1.2.1.3 Antropônimo com qualificativo

O último fator selecionado como relevante na análise das atas de Matipó diz respeito às estruturas em que o antropônimo vem acompanhado de qualificativo. A tabela 26, bem como o gráfico 22, mostram esses resultados:

Tabela 26

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator antropônimo com qualificativo - atas

Antropônimo com qualificativo	Aplicação	%	P.R.
Com qualificativo	110/152	43,4	0.91
Sem qualificativo	7/198	56,6	0.13
1 (presença)	117/350	33,4	

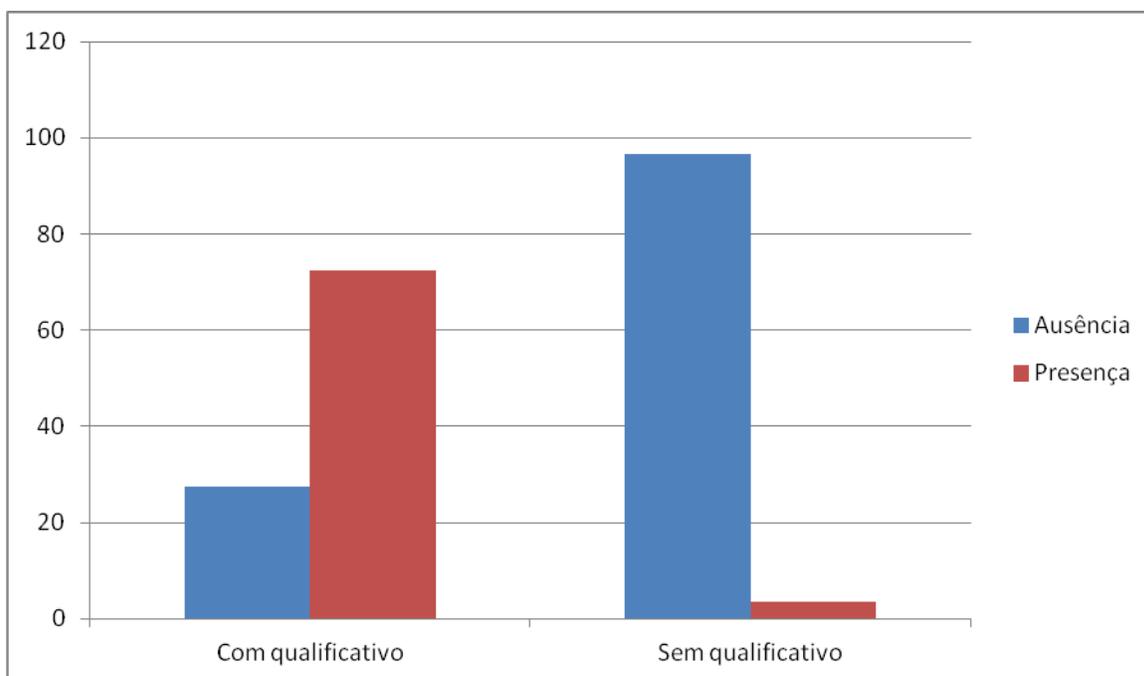


GRÁFICO 22: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação a antropônimo com qualificativo em Matipó (%)

Ao se analisar esse fator, observa-se, em Matipó, 73,2% de presença de artigo definido em estruturas envolvendo qualificativo e, nas estruturas que o qualificativo não ocorre, encontra-se 96,5%. Quando se analisa o resultado do peso relativo, observa-se que os títulos honoríficos favorecem a presença do artigo diante de antropônimos (0.91), ao passo que as estruturas sem títulos honoríficos desfavorecem o uso do artigo nesse mesmo contexto (0.13), o que é observado nos exemplos (78) e (79):

(78) [...] tendo o *senhor Waldomiro Mendes de Almeida*, como Prefeito, prestado o seguinte compromisso: [...] (MtA501947 linhas 55-57)

(79) [...] deverá ainda ser localizada em escola no Corrego da Condecendencia no mesmo distrito junto a fazenda de *Ø Itamar Machado* [...] (MtA431948 linhas 125-127)

A presença do qualificativo no exemplo (78) corrobora para a presença do artigo definido ao passo que a ausência do qualificativo em (79) desfavorece esse uso. Em Almeida Mendes

(2009), em 76% dos casos de antropônimos em estruturas envolvendo qualificativos ocorria a presença de artigo definido.

5.3.1.2.2 Fator extralinguístico

5.3.1.2.2.1 Período de tempo

O período de tempo em que se realizou a análise das atas de Matipó foi selecionado também como fator relevante, o resultado da quantificação é apresentado na tabela (27):

Tabela 27

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator período de tempo - atas

Período de tempo	Aplicação	%	P.R.
1875 a 1900	17/96	17,7	0.24
1910 a 1925	31/68	45,6	0.78
1935 a 1950	69/186	37,1	0.52
1 (presença)	117/350	33,4	

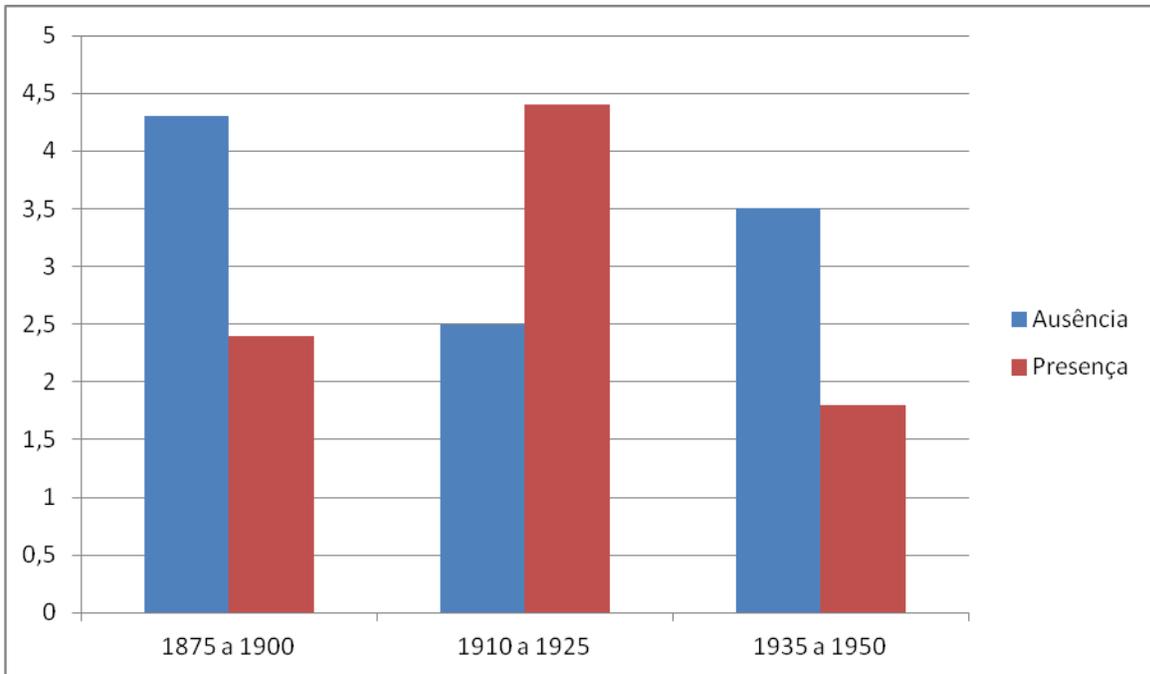


GRÁFICO 23: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas atas com relação a período de tempo em Matipó (%)

Apesar de a ausência de artigo definido diante de antropônimos predominar nas atas de Matipó em todos os períodos de tempo analisados; torna-se curioso o fato de a presença de artigo definido ter crescido tanto no período de tempo compreendido pelo intervalo de 1910 a 1925 e, depois, ter parado de crescer.

A leitura dos pesos relativos aponta o período de 1875 a 1900 como desfavorecedor do uso do artigo definido no contexto de antropônimo (0.24); o período de 1910 a 1925 como favorecedor do uso do artigo definido nesse mesmo contexto (0.78) e o período de 1935 a 1950 não exercendo quase nenhuma influência com relação a esse uso (0.52). Cumpre lembrar que a análise completa relativa ao período de tempo em que os textos de língua escrita pretérita foram escritos encontra-se na subseção 5.4.2.1. Observe os exemplos abaixo, cada um deles representando um período de tempo:

- (80) [...] Ao primeiro dia do mez de Março de mil oito centos e noventa e quatro, nesta quarta seção do Municipio do Abre Campo, Destricto de São João do Matipoó, na casa *de* Francisco Theobaldo Pereira, lugar designado para se proceder a eleição, [...] (MtA311894 linhas 38-42)

(81) [...] Finda a leitura das cédulas teve votos *o cidadão Dr. José Cupertino Teixeira Fontes*, para Senador Estadual (noventa e cinco votos, 95). [...] **(MtA331917 linhas 46-48)**

(82) [...] deverá ser mudada para fazenda *do Sn. Estavam Costa de Oliveira Filho*, também no mesmo distrito deveria ainda ser localizada em escola no correjo da Condeendencia no mesmo distrito junto a fazenda *de Ø Itamar Machado*, não havendo mas nada a tratar a Sn. Prezidente encerrou os trabalhos convocando para uma reunião extraordinária hoje as 19 horas da noite.[...] **(MtA461948 linhas 108-116)**

Como já apontado, o primeiro período de tempo, exemplificado em (80), é tido como desfavorecedor da presença de artigo definido diante de antropônimos; ao passo que, em (81), tem-se um dado que representa o segundo intervalo de tempo, em que a presença de artigo definido nesse mesmo contexto é forte; já em (82), o intervalo de tempo entre 1935 a 1950 se mantém neutro com relação ao uso de artigo definido nas atas de Matipó, não favorecendo nem desfavorecendo.

Dos fatores apontados como relevantes durante à análise das atas de Matipó: função sintática, estrutura do sintagma nominal, antropônimos com qualificativo e período de tempo; dois deles também foram apontados, por repetidas vezes, durante as resenhas da literatura relevante sobre o tema, a saber: função sintática e estrutura do sintagma nominal (presença de preposição).

5.3.2 Escrituras

Será apresentado, a seguir, o resultado da quantificação obtida após análise dos dados do *corpus* das escrituras. Inicialmente, as de Abre Campo e, na sequência, as escrituras de Matipó.

5.3.2.1 Escrituras do *corpus* de Abre Campo

Na análise do *corpus* formado a partir da análise de 30 escrituras de Abre Campo, o programa quantitativo selecionou com relevantes cinco variáveis, todas de natureza linguística: circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática do antropônimo, estrutura do sintagma nominal, posição do antropônimo e antropônimo com qualificativo. Essa análise de cada um desses fatores está a seguir:

5.3.2.1.1 Fatores linguísticos

5.3.2.1.1.1 Circunstância em que o antropônimo é citado

A tabela 28 apresenta dados obtidos das escrituras de Abre Campo no que diz respeito ao fator circunstância em que o antropônimo é citado:

Tabela 28

Aplicação do uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator circunstância em que o antropônimo é citado - escrituras

Circunstância em que o antropônimo é citado	Aplicação	%	P.R.
Informação nova	70/288	24,3	0.33
Informação velha	103/280	36,8	0.67
1 (presença)	173/568	30,5	

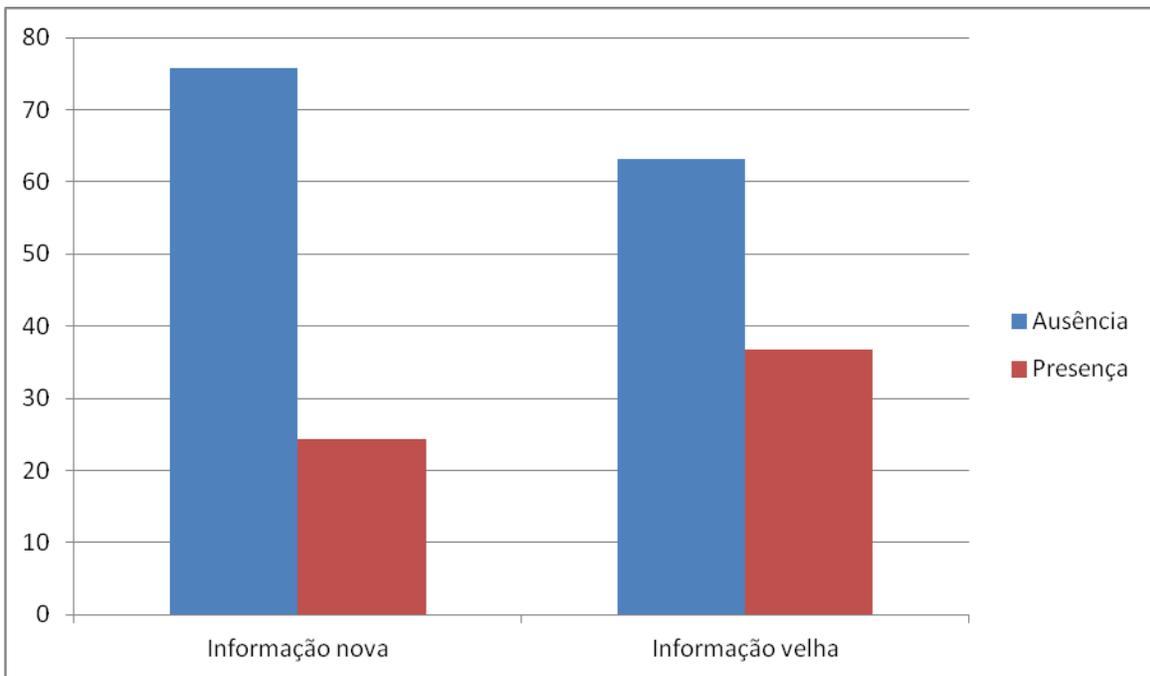


GRÁFICO 24: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação a circunstância em que o antropônimo é citado em Abre Campo (%)

Em termos percentuais, observa-se que, quando o antropônimo foi citado pela primeira vez no discurso, prevaleceu a ausência do artigo definido diante dos nomes próprios de pessoas (75,7%), ao passo que essa ausência sofreu uma queda quando o antropônimo é mencionado após essa primeira menção, havendo 63,2% de uso de artigo definido.

Com relação aos pesos relativos, observa-se que o fato de o antropônimo não ter sido anteriormente mencionado no discurso desfavorece a presença do artigo definido (0.33); já as menções posteriores, favorecem a presença do artigo definido nesse mesmo contexto (0.67). Observe os exemplos abaixo:

(83) [espaço] Escripura de compra e venda que fazem, como vendedora *Ø D. Francisca Ferreira Braga* e como comprador *o Dr. Manoel Ferreira de Laia Primo*, na forma abaixo declarada. [...] (ACE121925 linhas 1-6)

(84) [...] Certifico que *a Sra D. Francica Ferreira Braga* que nesta data vende *ao Sr. Manoel*

Ferreira de Laia Primo bens immoveis no districto de S. João do Matipoó está quite para com a Collectoria estadual, relativamente ao objecto da transmissão. [...] (ACE121925 linhas 191-198)

Em (83), tem-se a inserção de um referente novo, nesse caso, eles foram inseridos com a ausência de artigo definido; já em (84), esses referentes inseridos em (83) foram retomados com a presença de artigo definido; esse padrão demonstrado pelos exemplos é aquele que Du Bois (1980) coloca como padrão de introdução e retomada de referentes novos nos nomes comuns; mas não é esse o padrão que percentualmente mais se destacou na análise das escrituras nem no trabalho de Moisés (1995) em que os antropônimos foram analisados.

5.3.2.1.1.2 Função sintática do antropônimo na sentença

Ao se analisar o fator função sintática nas escrituras de Abre Campo, algumas funções sintáticas deram nocaute – tópico e predicativo – sendo excluídas, não aparecendo, portanto, na análise abaixo:

Tabela 29

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator função sintática - escrituras

Função sintática	Aplicação	%	P.R.
Objeto indireto	52/170	30,6	0.31
Adjunto adnominal	21/87	24,1	0.50
Aposto	55/170	32,4	0.58
Adjunto adverbial	12/28	42,9	0.89
Sujeito	10/66	15,2	0.59
Complemento nominal	4/14	28,6	0.36
Agente da passiva	7/14	50,0	0.19

Objeto direto	12/19	63,2	0.76
1 (presença)	173/568	30,5	

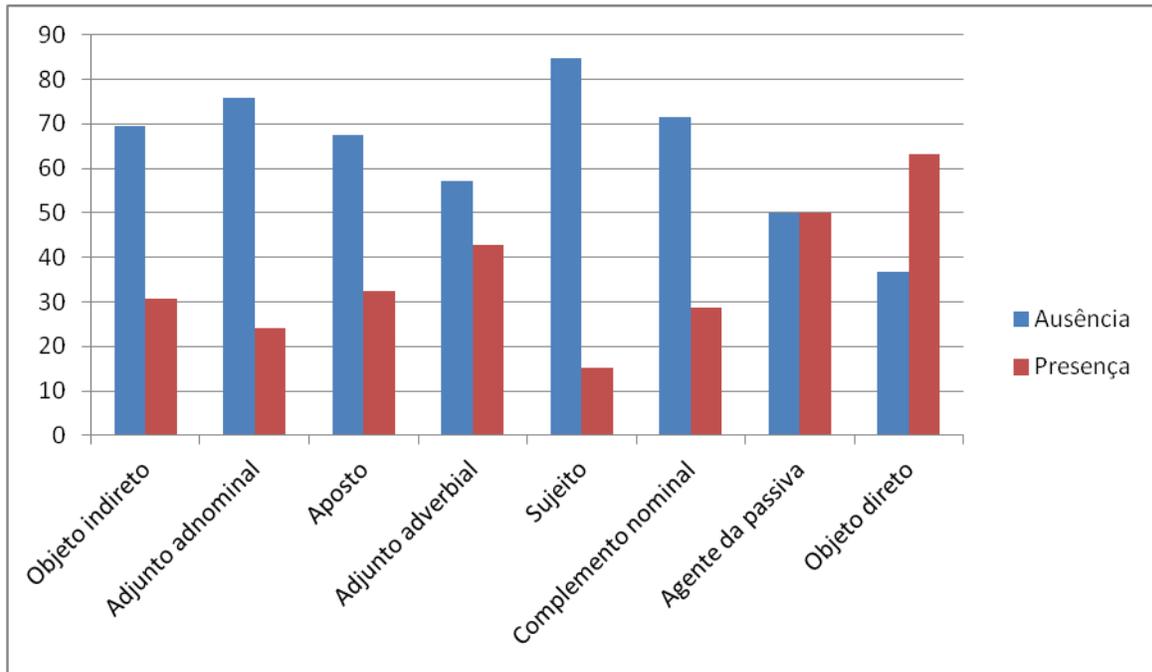


GRÁFICO 25: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação a função sintática em Abre Campo (%)

Em termos percentuais, registra-se, em Abre Campo, que a função de objeto direto (63,2%) tende a ser mais usada com a presença de artigo definido diante de antropônimo, ao passo que as funções de sujeito (84,8%), adjunto adnominal (75,9%), complemento nominal (71,4%), objeto indireto (69,4%), aposto (67,6%) tendem a ser usadas preferencialmente com a ausência de artigo neste contexto.

Uma leitura com base nos índices dos pesos relativos chegará às seguintes conclusões:

- a) O uso do artigo definido tende a ser favorecido quando os sintagmas nominais desempenham as seguintes funções sintáticas nos seguintes sintagmas nominais: adjunto adverbial (0.89), objeto direto (0.76), exemplos (85) e (86), respectivamente:

(85) achavam-se eles outorgantes ven-

dedores contratados com *o outorgado comprador sr. Wladimir Rodrigues* para lhe vender como efetivamente vendiam a referida situação agrícola com todas as servidões ativas e passivas **(ACE271944 linhas 48-52)**

(86) [...] Certifico que *o sr. Antonio Silverio Grossi*, está quites até esta data, com os cofres do Estado, relativamente ao imposto de terras, objecto da transmissão.[...] **(ACE231936 linhas 177-181)**

b) A presença de artigo definido é muito pouco favorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função sintática de aposto (0.58) e sujeito (0.59), respectivamente (87) e (88):

(87) [...] Em tempo: Ainda pelos outorgantes, *Ø José Ernesto Homel e Ø dr. Pedro Romel*, me foi dito ante as mesmas testemunhas que ás clausulas já estabelecidas nesta acrescentaram ainda as seguintes: [...] **(ACE221935 linhas 292-296)**

(88) [...] *o socio José Ernesto Romel*, entra com doze contos de reis Rs. 12:000\$000, representados pela usina de electricidade, [...] **(ACE221935 linhas 96-99)**

c) A função sintática de adjunto adnominal é neutra no que diz respeito ao uso do artigo definido diante de antropônimos, não favorecendo, nem desfavorecendo (0.50), o que pode ser observado nos exemplos (89) e (90):

(89) [...] aos dezenove dias do mês de Novembro do dito anno nesta fazenda denominada Barra do Corrigo Frio, propriedade *do cidadão João de Abreu e Silva* districto de Abre Campo, Estado de Minas Geraes [...] **(ACE81900 linhas 22-27)**

(90) divisando na boca de uma caxoeira com terras cós herdeiros *de Ø Manoel Antônio de Souza Netto*, e em rumo direito pelo espigão

acima procurando águas vertentes, [...] (ACE61893 linhas 13-15)

- d) A presença de artigo definido é mais desfavorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função de objeto indireto (0.31) e de agente da passiva (0.19), o que é exemplificado em (91) e (92), respectivamente:

(91) [...]e com terras do mesmo por um tanto, e pelo lado direito do Rio divide com Caetano Machado de Magalhães [...](ACE31893 linhas 14-15)

(92) [...]Pelo outorgado donatário, Hospital Nossa Senhora da Conceição de Abre Campo por seu representante Pe. Teofilo de Andrade Lopes, foi-me dito que aceitara a presente doação, pela forma nela expressa, para produzir os seus devidos e legais efeitos. (ACE281945 linhas 99-104)

5.3.2.1.1.3 Estrutura do sintagma nominal

Com relação à estrutura do sintagma nominal, encontra-se o resultado apresentado na tabela (30) após a quantificação das escrituras de Abre Campo:

Tabela 30

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator estrutura do sintagma nominal - escrituras

Estrutura do sintagma nominal	Aplicação	%	P.R.
Sem preposição	53/249	21,3	0.25
Com preposição que contrai	89/91	97,8	0.99
Com preposição que não contrai	831/228	13,6	0.30
1 (presença)	173/568	30,5	

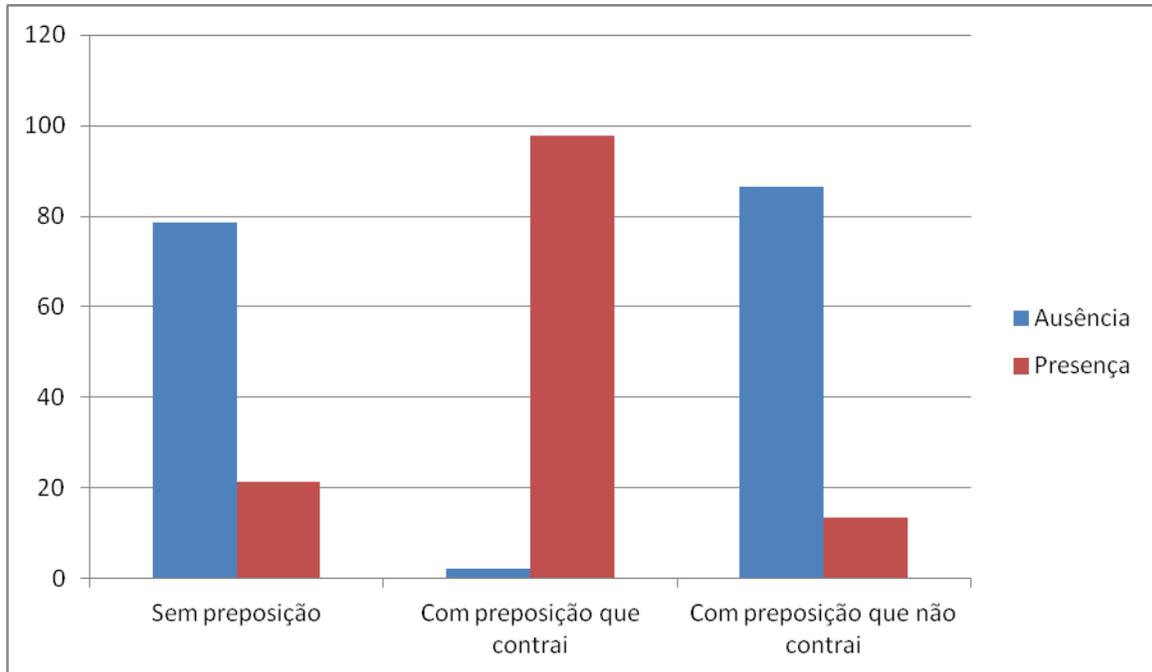


GRÁFICO 26: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação a estrutura do sintagma nominal em Abre Campo (%)

A ausência de preposição também é determinante nos dados extraídos das escrituras de Abre Campo em 78,7% dos casos; quando há a presença de preposição que se contrai, a ausência do artigo definido cai para 2,2%; já quando ocorrem casos de preposição que não se contrai, a ausência é de 86,4%. Ao se analisar os pesos relativos, percebe-se que os sintagmas nominais sem preposição e de preposição que não se contrai desfavorecem a presença do artigo definido (0.25) e (0.30); ao passo que as estruturas com preposição que contraem favorecem a presença do artigo definido (0.99). O que é visto nos exemplos (93), (94) e (95):

(93) [...] de uma parte como outorgantes vendedores
o Sur Randolpho Teixeira e Silva e Ø sua
mulher D^a Maria Candida Henriques
 Teixeira, residentes no districto de Nossa Senhora da Gloria, [...] **(ACE151915 linhas 24-28)**

(94) Escriptura publica de compra e

venda de bens de raiz que fazem
 Ø *Randolpho Teixeira e Silva* e sua
 mulher, ao Coronel *Antonio Tei-*
xeira e Silva, na forma abaixo. [...] (ACE151915 linhas 2-6)

(95) dividem por um la-
 do com terrenos pertencentes ao outorgado com-
 prador, com Ø *Antonia Antunes de Sousa*, com
 Ø *Evencio Alves de Carvalho*, Ø *José Alves de Car-*
valho e por outro lado com Ø *Antonio Mar-*
çal Filho e outros; (ACE151915 linhas 84-86)

Em (93), tem-se dois antropônimos em estrutura sem preposição, um articulado e o outro não; já em (94), o primeiro antropônimo do exemplo (93) que havia sido empregado sem artigo definido em uma estrutura sem preposição, encontra-se novamente nessa estrutura, só que agora no exemplo (94), desarticulado: a diferença é que, no exemplo (93), ele vinha acompanhado do título “Sur” e, no exemplo de baixo, ele veio sozinho; o que nos faz refletir sobre a importância do qualificativo no emprego do artigo definido. Ainda no exemplo (94), o segundo antropônimo que aparece está em uma estrutura com preposição, em que essa preposição contrai, estando assim articulado; já em (95), os antropônimos estão, em sua maioria, antecidos por preposições que não contraem, não sendo articulados.

5.3.2.1.1.4 Posição do antropônimo

A tabela 31 apresenta o resultado equivalente à posição do antropônimo nas escrituras de Abre Campo:

Tabela 31

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator posição do antropônimo - escrituras

Posição do antropônimo	Aplicação	%	P.R.
Depois do verbo	140/512	27,3	0.46

Antes do verbo	33/56	58,9	0.76
1 (presença)	173/568	30,5	

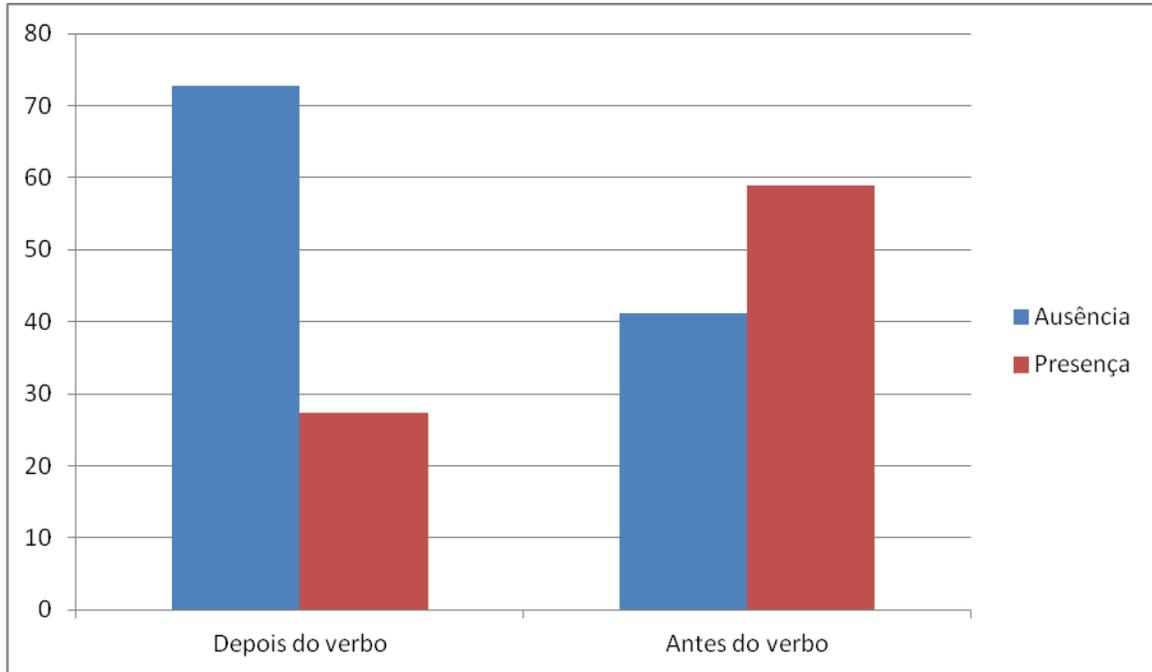


GRÁFICO 27: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação a posição do antropônimo em Abre Campo (%)

Em termos percentuais, quando os antropônimos estão localizados antes do verbo, a presença de artigo definido é predominante (58,9%); já a posição do artigo definido depois do verbo corrobora para a ausência do artigo definido (72,7%). Os pesos relativos mostram que estruturas envolvendo antropônimos antes dos verbos favorecem o artigo definido (0.76), ao passo que, quando essas estruturas se encontram depois dos verbos, o artigo definido é ligeiramente desfavorecido (0.46). O que pode ser observado nos exemplos abaixo:

(96) [...] Certifico que *o Sr. Joaquim Isabel da Silva* que, nesta data, vende a *Ø Antonio Bernardino Machado* e *Ø Geralda Maria de Jesus* bens immoveis, no districto de Santo Antonio do Matipóo está quite para com a Collectoria federal, [...] (ACE171917 linhas 242-248)

Em (96), a posição anterior ao verbo “vende” corrobora para a presença de artigo definido, ao passo que a posição posterior a esse mesmo verbo desfavorece a presença de artigo nesse mesmo contexto. Segundo Moisés (1995), o uso do artigo definido é mais perceptível quando o sintagma nominal em que o antropônimos ocorre está à esquerda do verbo, o que pode ser comprovado no exemplo e na quantificação dos dados das escrituras de Abre Campo.

5.3.2.1.1.5 Antropônimo com qualificativo

Estruturas envolvendo qualificativos apresentaram 54% de artigo definido diante de antropônimos nos dados extraídos das escrituras de Abre Campo, ao passo que houve 80,1% de ausência de artigo definido nesse mesmo contexto quando as estruturas não possuíam qualificativo. A tabela 32 apresenta esses resultados mais claramente:

Tabela 32

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator antropônimo com qualificativo - escrituras

Antropônimo com qualificativo	Aplicação	%	P.R.
Sem qualificativo	78/392	19,9	0.41
Com qualificativo	95/176	54,0	0.69
1 (presença)	173/568	30,5	

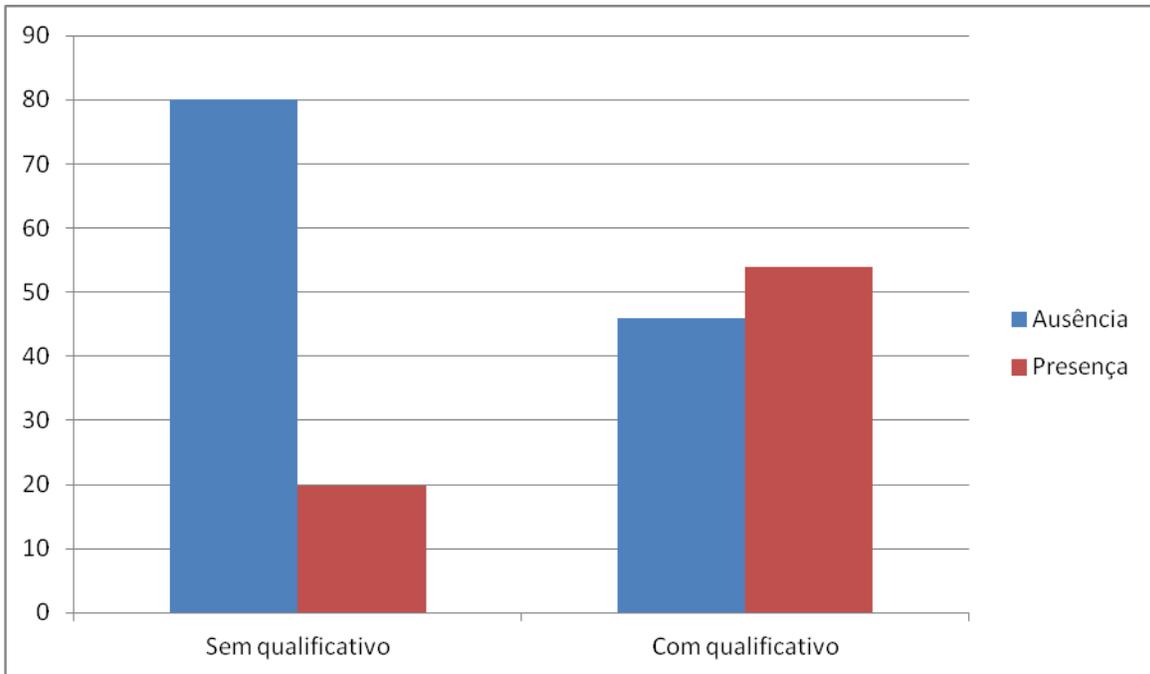


GRÁFICO 28: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com à antropônimo com qualificativo em Abre Campo (%)

A leitura em pesos relativos desse fator apresenta os seguintes resultados: as estruturas com qualificativos favorecem a presença de artigo definido diante de antropônimo (0.69); ao passo que as estruturas sem qualificativo desfavorecem o uso nesse contexto (0.41). Observe os exemplos (97) e (98):

(97) Escripura publica de doação de bens de raiz que faz *Ø Joaquim Modesto da Silva ás suas sobrinhas Agostinha, Maria e Raymunda*, representados por sua mãe *Ø D. Barbara Maria de Jesus*, na forma abaixo. [...] (ACE201916 linhas 2-8)

(98) [...] compareceram presentes; de uma parte, como outorgante doador, *o Sr. Joaquim Modesto da Silva*; e de outra parte, como outorgadas donatarias, *Ø Agostinha, Ø Maria e Ø Raymunda*, representadas por sua mãe *Ø D. Barbara Maria de Jesus*, todas

moradores no distrito desta Cidade, [...] (ACE201916 linhas 22-29)

Em (97) e (98) os referentes destacados são os mesmos, estando ora acompanhados de qualificativos ora não: no exemplo (97) o referente “Joaquim Modesto da Silva” não vem acompanhado pelo qualificativo, não sendo por isso articulado; no exemplo (98), esse referente já vem acompanhado pelo qualificativo “Sr.”, sendo assim articulado; em (97) o uso do qualificativo “sobrinhas” diante dos referentes “Agostinha, Maria e Raymunda” corrobora para a presença do artigo definido, o que não ocorre no exemplo (98). Os exemplos acima, bem como os resultados da quantificação dos dados das escrituras de Abre Campo, mostram que o maior uso de artigo definido diante de antropônimos está associado à presença do qualificativo.

Desses fatores selecionados como relevantes no *corpus* das escrituras de Abre Campo – circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática, estrutura do sintagma nominal, posição do antropônimo na sentença e antropônimos com qualificativos – dois deles estão entre os que mais se repetiram na análise dos fatores que foram apontados como mais relevantes nas resenhas da revisão da literatura: função sintática e estrutura do sintagma nominal (presença de preposição).

5.3.2.2 Escrituras do *corpus* de Matipó

Já na análise do *corpus* formado a partir da análise de 30 escrituras de Matipó, o programa quantitativo também selecionou como relevantes cinco fatores: quatro de natureza linguística - função sintática do antropônimo, estrutura do sintagma nominal, gênero do antropônimo e antropônimo com qualificativo – e um de natureza extralinguística – período de tempo. Segue a análise de cada um deles:

5.3.2.2.1 Fatores linguísticos

5.3.2.2.1.1 Função sintática do antropônimo na sentença

As funções sintáticas de tópico, agente da passiva e predicativo foram eliminadas no decorrer da análise quantitativa por não apresentarem dados insuficientes; sendo assim, elas não aparecem na análise da tabela abaixo:

Tabela 33

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação a função sintática- escrituras

Função sintática	Aplicação	%	P.R.
Sujeito	4/12	33,3	0.61
Aposto	111/314	35,4	0.58
Adjunto adnominal	18/74	24,3	0.35
Objeto indireto	60/183	32,8	0.36
Objeto direto	24/37	64,9	0.79
Complemento nominal	3/6	50,0	0.01
Adjunto adverbial	2/6	33,3	0.71
1 (presença)	222/632	35,1	

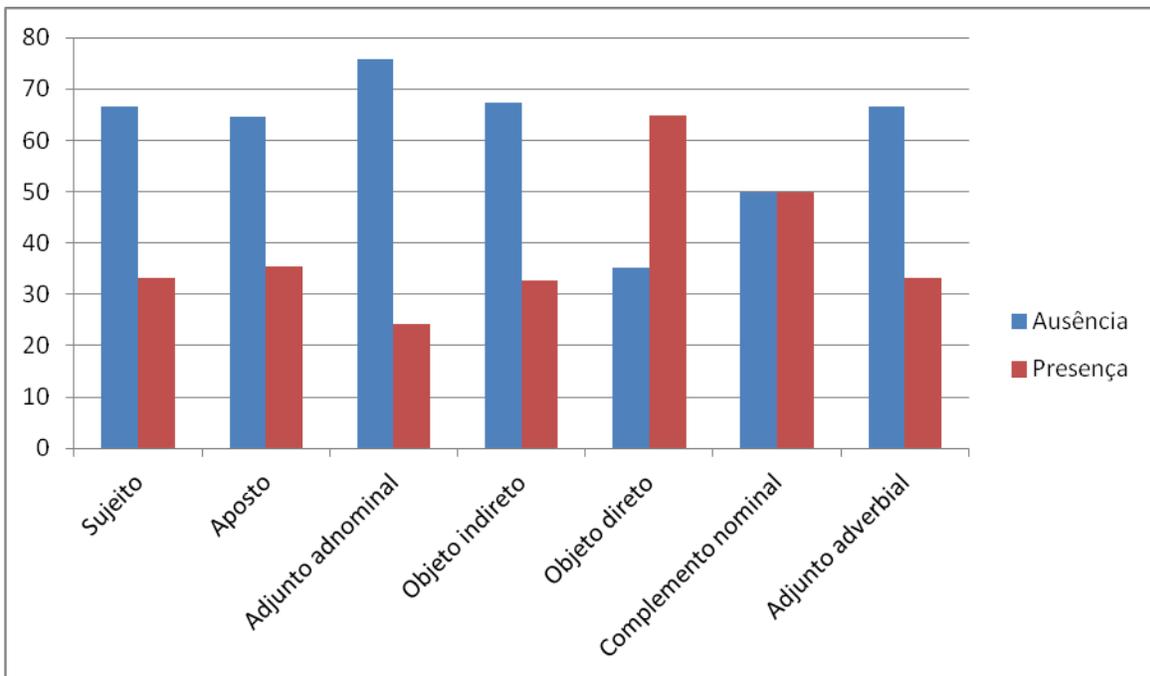


GRÁFICO 29: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação à função sintática em Matipó (%)

Com relação às outras funções sintáticas, em Matipó, apenas a função de objeto direto (64,9%) favorece a presença de artigo no contexto de antropônimo, ao passo que as funções de adjunto adnominal (75,7%), objeto indireto (67,2%), sujeito (66,7%), aposto (64,6%) tendem a ser utilizadas com a ausência de artigo definido.

A leitura dos pesos relativos permite as seguintes conclusões:

- a) O uso do artigo definido tende a ser favorecido quando o sintagma nominal em que o antropônimo está presente desempenha as seguintes funções sintáticas nos sintagmas nominais: objeto direto (0,79), adjunto adverbial (0,71) e sujeito (0,61);

(99) [...] perante as quaes por elles
outorgantes foi dito que nomeão como seus
procuradores na Cidade de Ponte Nova os
cidadãos José Ribeiro Bohring e Manoel Olympio Soares, para que em seuz nomes como
se presentes fossem, possam assignar especial-
mente a escriptura de registro de sua Fasen-
da do Matipó [...] (MtE321889 linhas 118-125)

(100) [...] E por
 si de hum assim contractados me pediram lhes fizesse
 a presente escriptura que feita, lida e achada conforme, accei-
 taram e assignam *com as testemunhaz Napolião Vieira
 Ferreira e Oliveira Moreira de Assis* [...] (**MtE421914 linhas 220-224**)

(101) [...] Certifico que *o Seur Manoel
 Lopes de Figueiredo*, que n esta dacta vende ao Seur
 Benonymo Mendes Barbosa, bens immoveis
 no districto de São João do Matipoo [...] (**MtE481925 linhas 177-180**)

b) A presença de artigo definido é muito pouco favorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função sintática de aposto (0.58);

(102) [...] Assim o disseram do que dou fé, e me pe=
 diram que lhes fizesse a presente escriptura que sendo-lhes
 lida e achada conforme acceitaram e outorgaram e assi=
 gnam commigo e as testemunhas presentes, *Ø Arthur
 Januario da Silva, Ø Pedro Luiz da Silva*, todos resi-
 dentes neste districto ou Cidade [...] (**MtE531942 linhas 130-135**)

c) A presença de artigo definido é desfavorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função de adjunto adnominal (0.35) e objeto indireto (0.36).

(103) [...] onde existe um vallo
 separando e uma cerca de achar de barancos e tambem
 se acha uma casa do collono que serve de ponto de
 partida para os vendedores e comprador, separando
 o pasto [hyeiro] e para porcos de propriedade *de Ø Antonio
 Basílio Mendes*, sogro, pai dos compradores, [...] (**MtE511941 linhas 44-49**)

(104) [...] proveniente do imposto de averbação de
 propriedade sobre a quantia de Rs 3:100.000 tres contos
 de cem mil reis, por quanto compra *a Ø Celestino Silva* e
 sua mulher de 12 Hectares, 36 ares de terras sem benfeito-
 rias no lugar denominado Taquaral, districto desta
 Cidade [...] (**MtE531942 linhas 104-109**)

5.3.2.2.1.2 Estrutura do sintagma nominal

O resultado relativo à quantificação das escrituras de Matipó com relação à estrutura do sintagma nominal é apresentado na tabela 34:

Tabela 34

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator estrutura do sintagma nominal - escrituras

Estrutura do sintagma nominal	Aplicação	%	P.R.
Sem preposição	66/231	28,6	0.33
Com preposição que contraí	75/317	23,6	0.34
Com preposição que não contraí	81/84	96,4	0.98
1 (presença)	222/632	35,1	

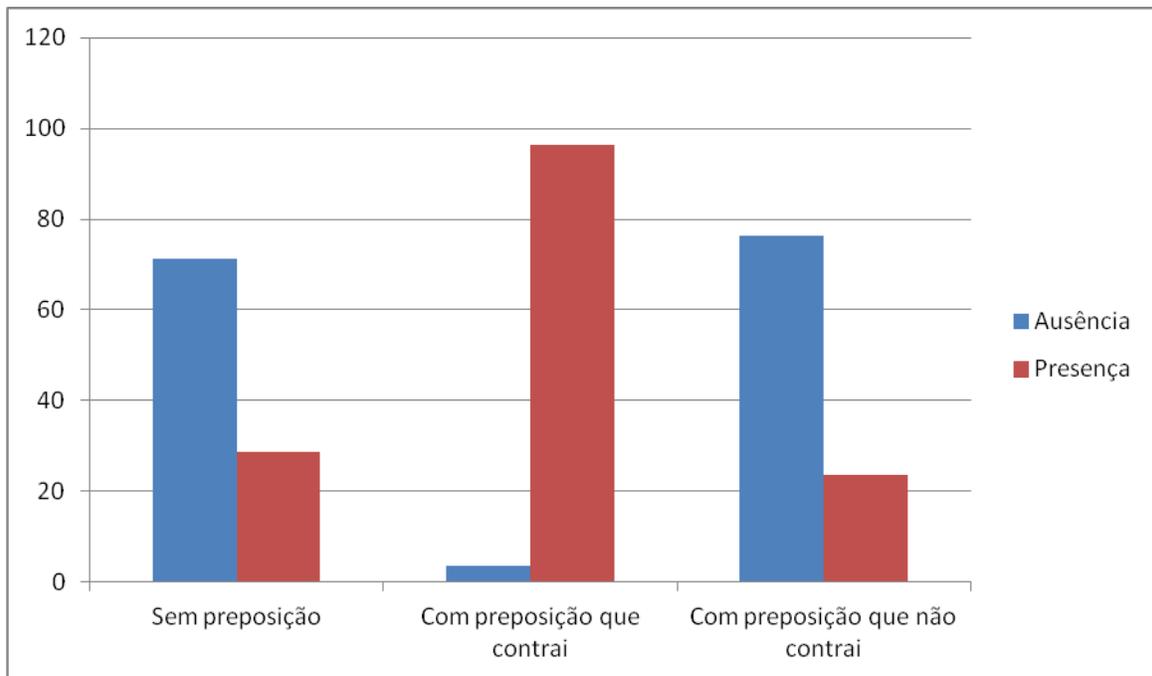


GRÁFICO 30: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação a estrutura do sintagma nominal em Matipó (%)

Nas estruturas com preposição, o uso de artigo definido é mais acentuado (96,4%) do que nas estruturas sem preposição (28,6%) e com preposição que se contrai (23,7%). A análise dos pesos relativos comprova que, nas estruturas sem preposição, o uso do artigo definido é desfavorecido nos contextos com antropônimos (0.33), juntamente com os casos em que ocorrem com preposições que não se contraem (0.34); ao passo que estruturas com preposição que se contrai favorecem o uso do artigo definido no contexto de antropônimo (0.98). Observe os exemplos (104) a (106):

(104) Escripura publica de compra e venda de bens de raiz que faz como outorgante vendedora *Ø D^a Maria Jacintha de Oliveira* e como outorgado comprador *José Lourenço de Oliveira*, na forma abaixo: [...] **(MtE541950 linhas 2-6)**

(105) [...] situados na fazenda da Barra Alegre deste districto, dividindo por um lado com terrenos de propriedade *de Ø D^a Clara Mendes de Almeida* e seus filhos, sucessores *de Ø Capitão Liberato Benedicto de Almeida*, e por outro em

um espigão dividindo com terrenos de propriedade de *Ø Joaquim Pedro Mendes de Magalhães*, terrenos esses havidos por herança deixada *pelo Cel. José Mendes de Magalhães* e por doação feita por *Ø D^a Maria Clara Mendes*; [...] (MtE471924 linhas 44-55)

(106) [...] e pelo alto *com Ø Antonio Pedro Cotta*, acham-se contractados com o outorgado comprador por bem desta escriptura e na melhor forma de direito para vender lh'e como effectivamente vendido tem, pelo preço certo de um conto e quinhentos mil reis, [...] (MtE431947 linhas 64-67)

Em (104), nas estruturas em que o antropônimo não vem acompanhado por preposição, a tendência é ele não vir articulado; já nas estruturas preposicionadas, quando a preposição se contrai, como no exemplo (105), essa preposição quase sempre vem articulada; o contrário ocorre nas estruturas em que a preposição não se contrai, em que a tendência é o artigo definido não vir acompanhando o antropônimo, como no exemplo (106).

5.3.2.2.1.3 Gênero do antropônimo

O resultado relativo à quantificação das escrituras de Matipó com relação ao fator gênero do antropônimo é apresentado pela tabela 35:

Tabela 35

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator gênero do antropônimo - escrituras

Gênero do antropônimo	Aplicação	%	P.R.
Masculino	213/514	41,4	0.63
Feminino	9/118	7,6	0.07
1 (presença)	222/632	35,1	

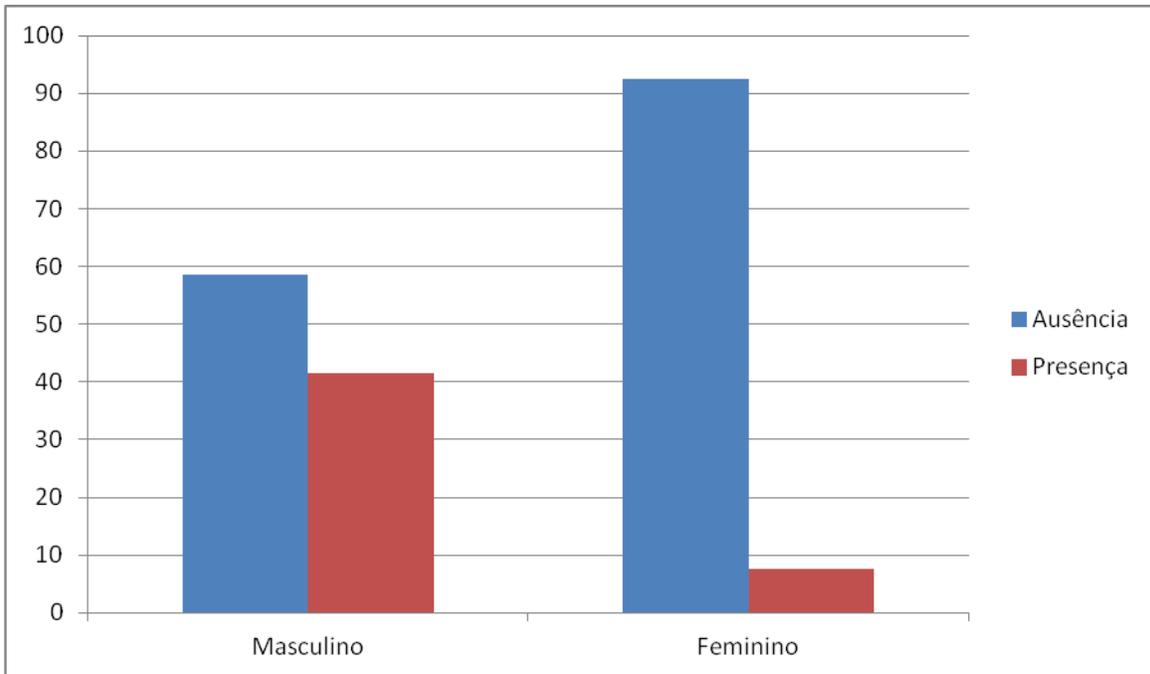


GRÁFICO 31: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação a gênero do antropônimo em Matipó (%)

A ausência do artigo definido é favorecida quando o gênero do antropônimo é feminino (92,4%); nos casos em que o antropônimo é do gênero masculino, encontrou-se ausência de artigo definido em 58,6% dos casos de antropônimos. A análise dos pesos relativos mostra que o gênero feminino desfavorece consideravelmente a presença de artigo definido (0.07), ao passo que o gênero masculino tende a favorecer o artigo definido neste contexto (0.63). O que pode ser visualizado nos exemplos (107) e (108):

(107) [...] de uma parte

como Outorgantes vendedores *o Senhor Elesiario José Soares e Ø sua mulher Dona Julia Estephania Soares*, official de seleiro; e de outra parte como outorgado comprador *o Senhor José Carlos Pereira*, agricultor, todos brasileiros, residentes neste districto, reconhecidos de mim Tabelião e das mesmas testemunhas pelos proprios de que trato e dou fé.[...] (MtE451921 linhas 12-18)

(108) [...] dividindo pelos tapumes com o pa-

trimonio deste arraial com herdeiroz *de ØD. Manoella Humbelina Mendes* [...] (MtE451921linhas 28-30)

Os exemplos acima mostram uma tendência a se articular mais os antropônimos que estão no gênero masculino do que os que estão no feminino. Mas, essa tendência que aparece na quantificação pode ser analisada de outra forma: de acordo com Mendes (2000), em sua pesquisa em Barra Longa, “para que um NSN-NPr seja articulado é necessária a presença de Qv ou PNE + Qv; exceto os Qv ‘dona’, ‘Dom’, na LEP, e ‘dona’ ‘doutor’, ‘tio’, ‘Sá’, na LOC, que não favorecem a presença do artigo definido.” (MENDES, 2000, p. 152). Acredita-se que a menor incidência de artigo definido diante de nomes próprios femininos nas escrituras do *corpus* de Matipó seja justificada pelo fato do qualificativo “dona”, tão presente na língua escrita pretérita, corroborar para a ausência de artigo definido, o que pode ser comprovado nos dados (63) e (64).

5.3.2.2.1.4 Antropônimo com qualificativo

A tabela 36 apresenta o resultado equivalente à quantificação dos antropônimos com qualificativos nas escrituras de Matipó:

Tabela 36

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator antropônimo com qualificativo- escrituras

Antropônimo com qualificativo	Aplicação	%	P.R.
Sem qualificativos	68/349	19,5	0.30
Com qualificativos	154/283	54,4	0.73
1 (presença)	222/632	35,1	

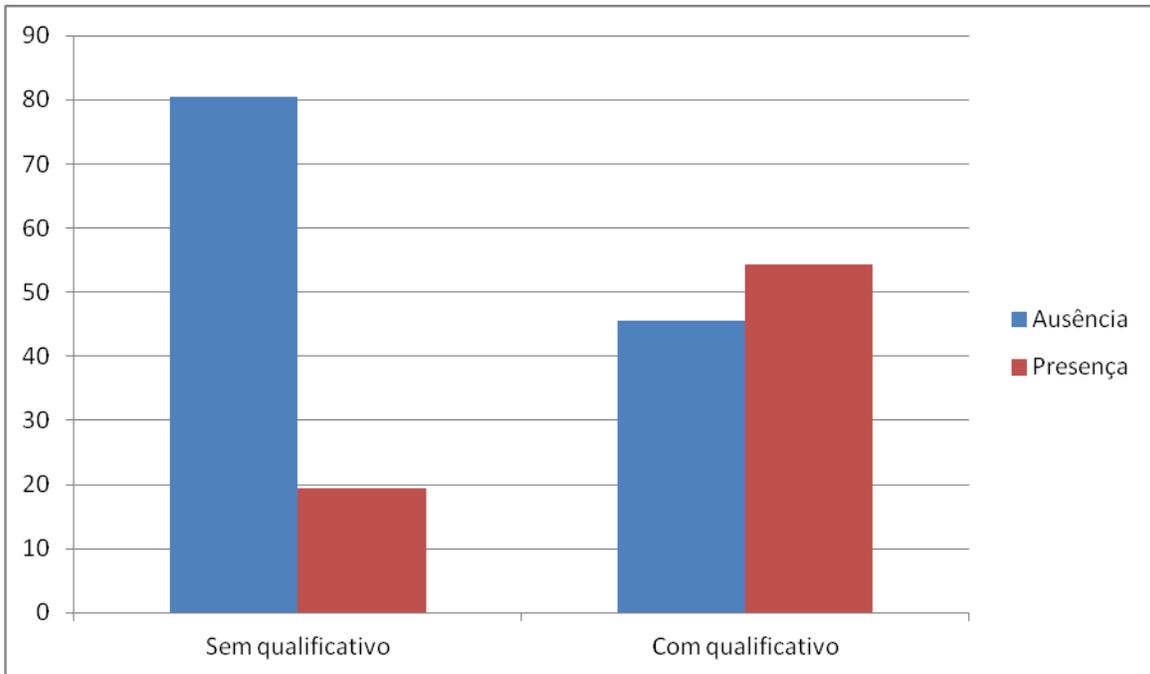


GRÁFICO 32: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação a antropônimo com qualificativo em Matipó (%)

Nos resultados obtidos, há um registro de 54,2% de presença de artigo definido diante de antropônimos em estruturas em que há a presença de qualificativos; paralelo a isso, em estruturas em que não há a presença de qualificativos, ocorre apenas 19,5% de artigo definido. A observação dos pesos relativos confirma o favorecimento do artigo definido nos contextos envolvendo qualificativos (0.71); ao passo que, nos contextos de antropônimo sem qualificativos, ocorre o seu desfavorecimento (0.30). Observe os exemplos abaixo:

(109) [...] recibida *do Senhor*

João Baptista Pereira Junior, imposto de seis por cento de dosentos e cincoenta mil reis, por quanto comprou bens de rais na freguesia de São João do Matipó a *Ø Francisco José de Souza* e sua mulher conforme á guia do Escrivão de Pas [...] (MtE311891 linhas 104-109)

(110) [...] recibida *de Ø*

João Baptista Pereira Junior pelo imposto de Novos e Velhos Direitos pela compra de bens de rais na freguesia de São João do Matipó, [...] (MtE311891 linhas 116-120)

- (111) [...] em meu cartorio perante mim Tabelliãoo comparecerão as partes havidas e contractadas, por uma parte o Reverendissimo Vigario João Facundo Martins Chaves, Ø Miguel Martins de Oliveira Chaves e sua mulher *Dona Francisca Velencinda Martins Chaves*, por outra parte a *Senhora Antonia Carlolina da Rocha* [...] (MtE311889 linhas 15-21)
- (112) [...] Recebido da *Senhora Dona Antonia Carlolina da Rocha*, pelo imposto de (6) reis por cento e cinco por cento adicionais, pela compra que faz o *Padre João Facundo Martins Chaves*, Ø *Miguel Martins Oliveira Chaves* e sua mulher, na Freguesia de São João do Matipó, [...] (MtE311889 linhas 79-85)
- (113) [...] trez mil reis recebido de Ø *Dona Antonia Carlolina da Rocha* pelo imposto de Novos e velhos Direitos pela compra de bens de raiz na freguesia de São João do Matipó [...] (MtE311889 linhas 95-88)

Nos exemplos acima, fica claro que o qualificativo exerce um papel primordial no uso ou não do qualificativo. Em todos esses exemplos extraídos das escrituras de Matipó, vê-se que o princípio de Mendes (2000) de que, com exceção dos qualificativos “dom” e “dona”, na língua escrita pretérita, todos os outros corroboram para a presença de artigo definido diante de antropônimos. No exemplo (109), no dado em que o antropônimo vem acompanhado pelo qualificativo, encontra-se também acompanhado de artigo definido, enquanto isso não ocorre no segundo dado, em que não há qualificativo. Em (110), o dado que em (109) estava acompanhado por qualificativo e, portanto, articulado, está retomado sem o qualificativo, sendo, portanto, usado sem o artigo definido. Nos dados (111), (112) e (113), o antropônimo “Antonia Carlolina da Rocha” merece destaque, já que a ausência do artigo definido diante dele está condicionada ao qualificativo “dona”, a menos que junto a esse qualificativo apareça outro qualificativo, no caso “senhora”.

5.3.2.2.2 Fatores extralinguísticos

5.3.2.2.2.1 Período de tempo

Em cada período de tempo foram analisadas 10 escrituras e esse resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 37

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator período de tempo - escrituras

Período de tempo	Aplicação	%	P.R.
1875 a 1900	88/185	47,6	0.64
1910 a 1925	87/234	37,2	0.51
1935 a 1950	47/213	22,1	0.35
1 (presença)	222/632	35,1	

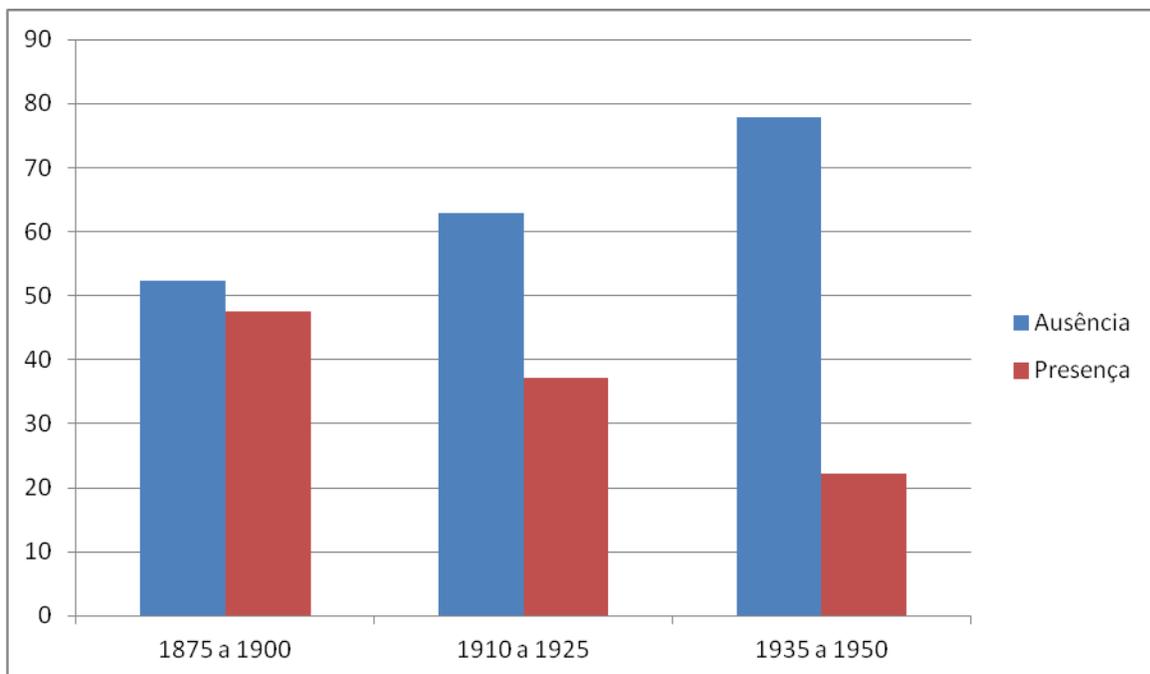


GRÁFICO 33: Realização do artigo definido diante de antropônimos nas escrituras com relação a período de tempo em Matipó (%)

Na tabela 37, observa-se que o uso ou não de artigo definido diante de antropônimos diminui com o passar dos anos: assim, tem-se 47,6% de presença no período temporal de 1875 a 1900; passando a 37,2% no período de 1910 a 1925; diminuindo ainda mais, 22,1% no período de 1935 a 1950. A ausência de artigo definido que era de 52,4% no período de 1875 a 1900, aumentou, passando a 62,8% em 1910 a 1925; e, chegando a 77,9% no período de 1935 a 1950.

Os pesos relativos dos respectivos períodos temporais comprovam o desfavorecimento do uso do artigo definido no decorrer do tempo: em 1875 a 1900, o uso do artigo no contexto de antropônimo era favorecido (0.64); em 1910 a 1925, esse uso passou a ser neutro não sendo favorecido nem desfavorecido e, no período compreendido entre 1935 a 1950 (0.51), o uso do artigo definido passou a ser desfavorecido nesse contexto (0.35). O que pode ser observado nos exemplos abaixo:

(114) Escriptura publica de ractificação de venda de Benz de rais que fazem, como outorgantes vendedores e ractificante *o cidadão Marcos Baptista Pereira e Ø sua mulher Dona Olinda Ferreira Baptista, moradores no districto do Vermelho digo, em São Francisco do Vermelho, representados na pessoa do cidadão Mizael Lopes da Costa, como se vê na procuração que em lugar proprio será transcripta; e como Outorgado ractificando, o Reverendo Vigario Sebastião Francisco Fialho, morador deste districto, na forma abaixo. [...]* (MtE351896 linhas 2-14)

(115) [...] A folhas do caderno de receita fica debitada *ao Collector Aureliano Brandão, a importancia de cento e oitenta e nove mil e setenta e dois reis, Reis 189\$072, recebida de Ø José Carlos Pereira, pelo imposto de compra de benz de rais, no districto de São João do Matipoó: por 4:000\$000, a Ø Elesiario José Soares e sua mulher [...]* (MtE451921 linhas 85-90)

(116) [...] dividindo confrontando com propriedade e casa *de Ø D. Orlando de Abreu Cotta, com casa de Ø Antonio Vieira da Costa (vulgo Furão) pelos fundos com casas e fundos do Bruzilim Augusto Pereira e Ø Miguel Monteiro*

de Oliveira, Ø Aldebram de Souza Marinho; cuja casa foi e destinada pelos vendedores, a qual casa d'entro destes limites, a qual se acha nos fundos da Igreja Matriz desta Cidade [...] **(MtE551939 linhas 71-19)**

A análise do gráfico e dos exemplos (114) a (116) mostram que o percentual de uso do artigo definido foi caindo nos respectivos intervalos de tempo; acredita-se que essa queda tenha sido influenciada pelos qualificativos que, com o passar dos tempos, passaram a ser usados em menor escala.

Dos fatores apontados como relevantes durante à análise das atas de Matipó: função sintática, estrutura do sintagma nominal, gênero do antropônimo, antropônimo com qualificativo e período de tempo; dois deles também foram apontados, por repetidas vezes, durante as resenhas da literatura relevante sobre o tema, a saber: função sintática e estrutura do sintagma nominal (presença de preposição).

5.3.3 Testamentos

Será apresentado, a seguir, o resultado da quantificação obtida após análise dos dados do *corpus* dos testamentos. Inicialmente, os de Abre Campo e, na sequência, os testamentos de Matipó.

5.3.3.1 Testamentos do *corpus* de Abre Campo

Na análise do *corpus* formado a partir da análise de 14 testamentos de Abre Campo, o programa quantitativo selecionou como relevantes duas variáveis de origem linguística: estrutura do sintagma nominal e antropônimo com qualificativo. Segue a análise de cada um desses dois fatores:

5.3.3.1.1 Fatores linguísticos

5.3.3.1.1.1 Estrutura do sintagma nominal

A análise respectiva a esse fator encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 38

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator estrutura do sintagma nominal - testamento

Estrutura do sintagma nominal	Aplicação	%	P.R.
Sem preposição	20/332	6,0	0.53
Com preposição que contrai	24/33	72,7	0.97
Com preposição que não contrai	7/179	3,9	0.27
1 (presença)	51/544	9,4	

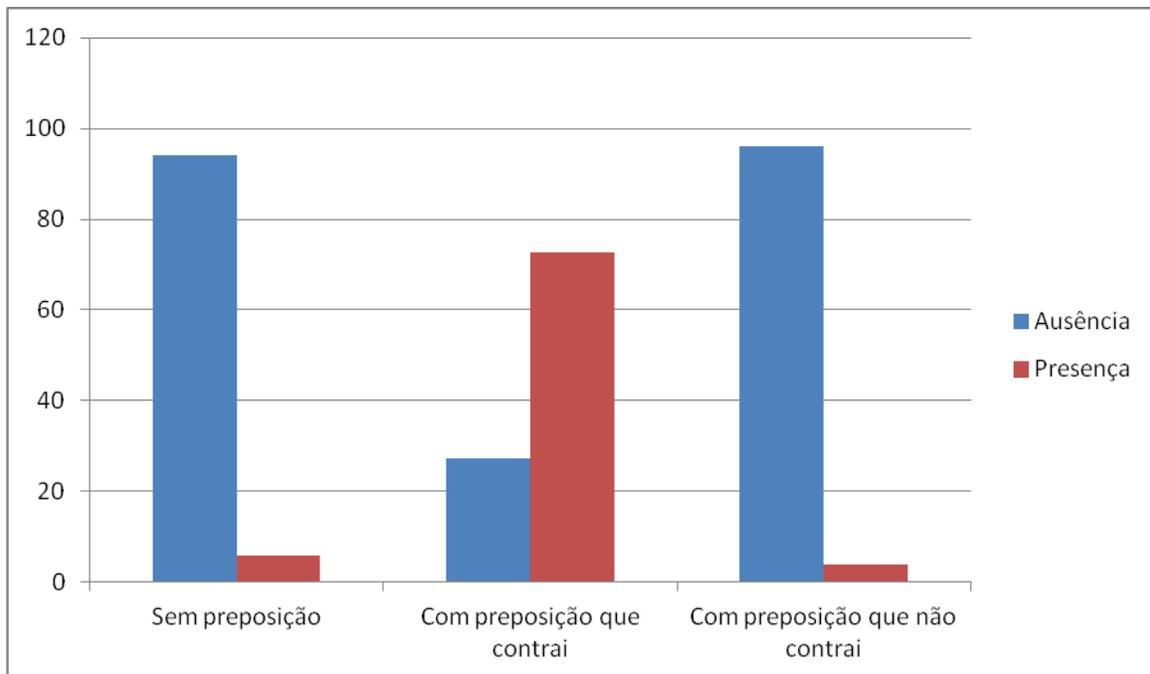


GRÁFICO 34: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação a estrutura do sintagma nominal em Abre Campo (%)

A tabela 38 traz dados relativos à estrutura do sintagma nominal em Abre Campo, nota-se que, com relação ao gênero textual testamento, a ausência é predominante tanto nas estruturas sem preposição (94,0%) quanto nas estruturas com preposição que não se contrai (96,1); mas nas estruturas com preposição que contrai, é a presença de artigo definido que predomina (72,7%). Com relação ao peso relativo, observa-se que a ausência de preposição não influencia à presença ou não de artigo no contexto de antropônimo (0.53), juntamente quando a preposição que ocorre não se contrai (0.27); em contrapartida, casos em que há preposição que contrai, favorecem a presença de artigo definido (0.97). Observe os exemplos (117), (118) e (119), abaixo:

(117) [...] Declarou ser elle testador brasileiro, natural de Villa Nova de Lima, deste Estado, com setenta e oito annos de idade, filho legitimo de Ø Luiz de França Costa e Ø sua mulher Manoela Maximiana do Espirito Santo, já fallecidos; [...] (ACT71927 linhas 18-22)

(118) [...] que deixa aos meninos – Ø João, de seis annos de idade, Ø Maria, de cinco annos, Ø Martha, de treis annos, Ø José, de dois annos e Ø Mary, de seis mezes de idade, filhos do Capitão João Paulo Teixeira, residentes nesta cidade, os bens seguintes: [...] (ACT71927 linhas 26-30)

(119) [...] que é casado com Ø Maria Delfina, cujos Paes não conhecem e da qual se acha separado há mais de trinta annos e que de seu casal não tem filho algum; [...] (ACT71927 linhas 22-24)

Em (117), o antropônimo que se encontra em uma estrutura sem preposição não foi articulado; nos testamentos de Abre Campo, essas estruturas são neutras, não favorecendo nem desfavorecendo a presença de artigo definido. Já em (118), o antropônimo aparece antecedido por uma preposição que contrai, estando assim articulado; no exemplo (119), o antropônimo vem antecedido por uma preposição que não contrai, o que corrobora para a ausência de artigo definido. Segundo Callou e Silva (1997), as preposições que contraem apresentam um forte condicionamento à presença de artigo definido.

5.3.3.1.1.2 Antropônimo com qualificativo

As estruturas envolvendo qualificativos apresentaram 62,2% de artigo definido diante de antropônimos nos dados extraídos dos testamentos de Abre Campo, ao passo que houve 96,9% de ausência de artigo definido nesse mesmo contexto quando as estruturas não possuíam qualificativo. A tabela 39 apresenta esses resultados mais claramente:

Tabela 39

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Abre Campo com relação ao fator antropônimo com qualificativo - testamento

Antropônimo com qualificativo	Aplicação	%	P.R.
Sem qualificativo	14/446	3,1	0.38
Com qualificativo	37/98	37,8	0.89
1 (presença)	51/544	9,4	

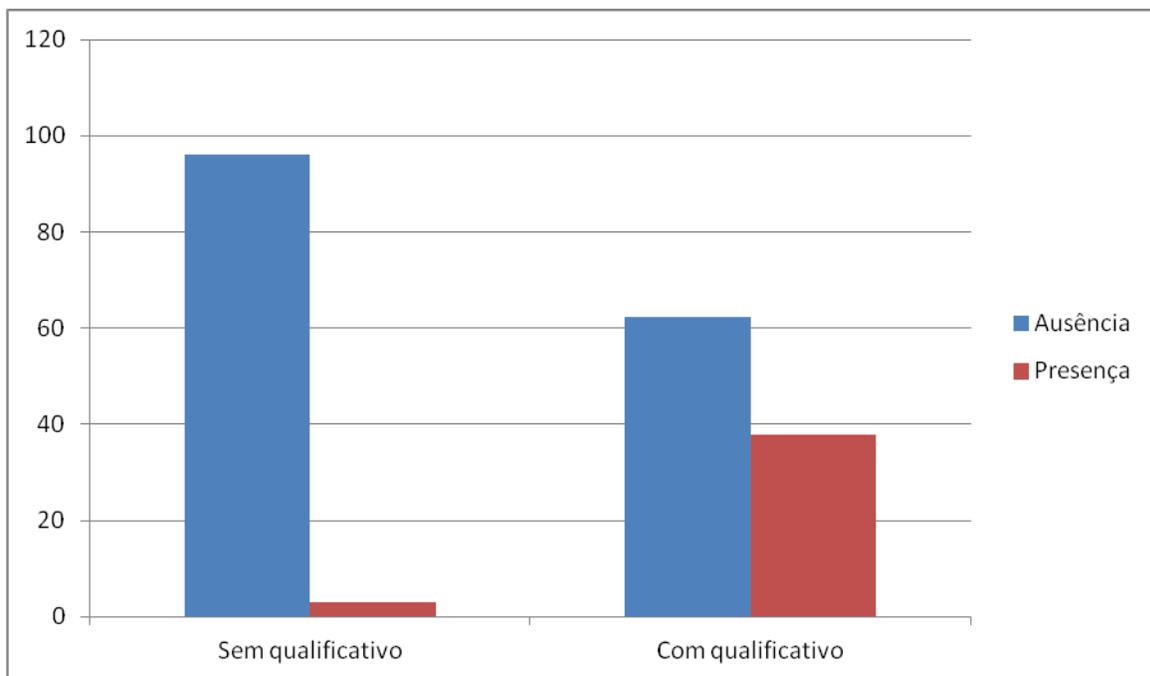


GRÁFICO 35: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação a antropônimo com qualificativo em Abre Campo (%)

A análise com base nos pesos relativos aponta que as estruturas com qualificativo favorecem a presença de artigo definido no contexto de antropônimo (0.89) e as estruturas sem qualificativo desfavorecem a presença do artigo definido (0.38). Os exemplos (120) e (121) ilustram isso:

(120) [...] Disse que é catolico, apostólico romano, em cuja fé viveu e esperará morrer, que é filho de Ø *Manoel Antonio de Sousa Neto* e Ø *Leopoldina Carolina de Jesus*, ambos já falecidos; [...] (**ACT131941 linhas 53-57**)

(121) [...] em casa de residencia *do sr. Manoel Neto*, onde eu tabelião ad-hoc, para esse fim nomeado pelo M.M. Dr Juis de Direito da comarca, [...] (**ACT131941 linhas 33-36**)

A presença do qualificativo “sr.”, no exemplo (121), corrobora para a presença do artigo definido diante do antropônimo, ao passo que isso não ocorre no exemplo (120), em que os antropônimos são usados sem o qualificativo. Segundo Mendes (2000), o qualificativo seria um dos condicionantes do uso do artigo definido diante dos nomes próprios de pessoa.

Dos fatores analisados como relevantes nos testamentos de Abre Campo, apenas o estrutura do sintagma nominal (presença ou não de preposição) está dentre os mais recorrentes nos trabalhos analisados na revisão da literatura.

5.3.3.2 Testamentos do *corpus* de Matipó

Já na análise do *corpus* formado a partir da análise de 20 testamentos de Matipó, o programa quantitativo selecionou com relevantes três variáveis de origem linguística: estrutura do sintagma nominal, gênero do antropônimo e antropônimo com qualificativo. Cada um desses fatores será analisado abaixo:

5.3.3.2.1 Fatores linguísticos

5.3.3.2.1.1 Estrutura do sintagma nominal

A tabela abaixo apresenta o resultado equivalente aos antropônimos com qualificativos nas escrituras de Matipó:

Tabela 40

Aplicação de uso do artigo definido diante de antropônimos no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator estrutura do sintagma nominal - testamento

Estrutura do sintagma nominal	Aplicação	%	P.R.
Sem preposição	32/178	18,0	0.54
Com preposição que contraí	35/42	83,3	0.89
Com preposição que não contraí	10/78	12,8	0.17
1 (presença)	77/298	25,8	

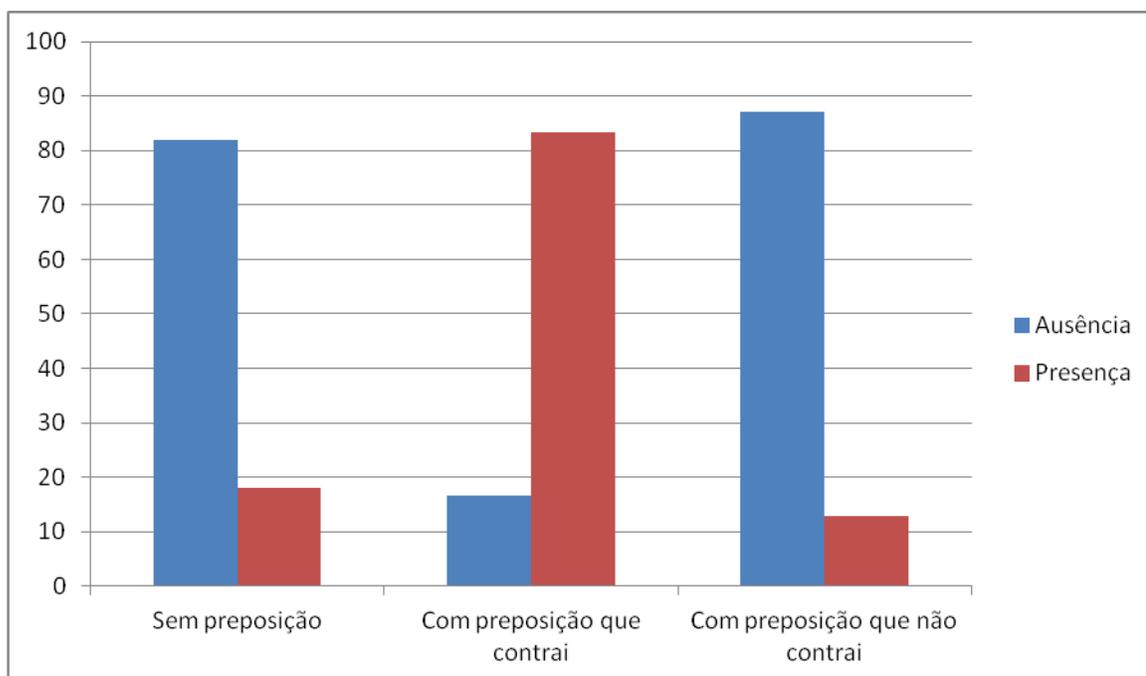


GRÁFICO 36: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação ao antropônimo com qualificativo em Abre Campo (%)

Nas estruturas de sintagma nominal em que não há a presença de preposição, registra-se 82,0% de artigo definido; ao passo em que, nessas mesmas estruturas, quando há a presença de preposição que contrai, ocorrem 83,3% de artigo definido diante de nomes próprios de pessoa; quando a análise é feita tendo por base as preposições que não se contraem, percebe-se que o padrão volta a ser o da ausência de artigo definido (87,2). A análise dos pesos relativos mostra que os contextos sem preposição quase não favorecem a presença do artigo definido (0.54); já os casos com preposição que contrai, tendem a favorecer esse uso (0.89) e quando os artigos são usados com preposições que não se contraem desfavorecem a presença do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa (0.17). Isso pode ser observado nos exemplos (122), (123) e (124):

(122) [...] e estando

são e em seu perfeito juízo, segundo meu entender;
 presentes tambem as testemunhas *o Professor Sebastião Pereira Gomes, Ø Claudianno Ferreira Guimarães, Ø Manoel Honorio de Magalhães Sobrinho, Ø Chrispim Luiz Gonçalves e Ø Gustavo Francisco Coelho*, todoz varões maior rez de quatorze annoz e moradores deste districto, [...] (MtT171985 linhas 14-20)

(123) [...] onde eu escrivão fui vindo, arogo
do cidadão Bernardo Monteiro d'Oliveira e Souza [...] (MtT171985 linhas 11-12)

(124) [...] Disse que cazou-se perante a Igreja Catholica, com \emptyset
Dona Januaria Roza de Jezus, [...] (MtT171985 linhas 39-40)

No exemplo (122), tem-se uma estrutura em que os antropônimos não são inseridos com a presença de preposição, em uma enumeração, torna-se curioso observar a importância do qualificativo no uso do artigo definido, uma vez que, nessa enumeração, o único item que foi inserido de forma articulada foi o que apresentou o qualificativo “professor”; em (123), o exemplo comprova que a presença de preposição que contrai corrobora para o uso do artigo definido, ao passo que, em (124), as estruturas que envolvem antropônimo com preposição que não contraem corroboram para o não uso do artigo definido.

5.3.3.2.1.2 Gênero do antropônimo

Ao se analisar se o gênero do antropônimo pudesse vir a ser fator favorecedor para a presença ou não de artigo definido nos testamentos de Matipó, registrou-se 62,2% de artigo definido diante de antropônimos, ao passo que houve 96,9% de ausência de artigo definido nesse mesmo contexto. A tabela 41 apresenta esses resultados mais claramente:

Tabela 41

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator gênero do antropônimo - testamento

Gênero do antropônimo	Aplicação	%	P.R.
Masculino	69/231	29,9	0.61
Feminino	8/67	11,9	0.17
1 (presença)	77/298	25,8	

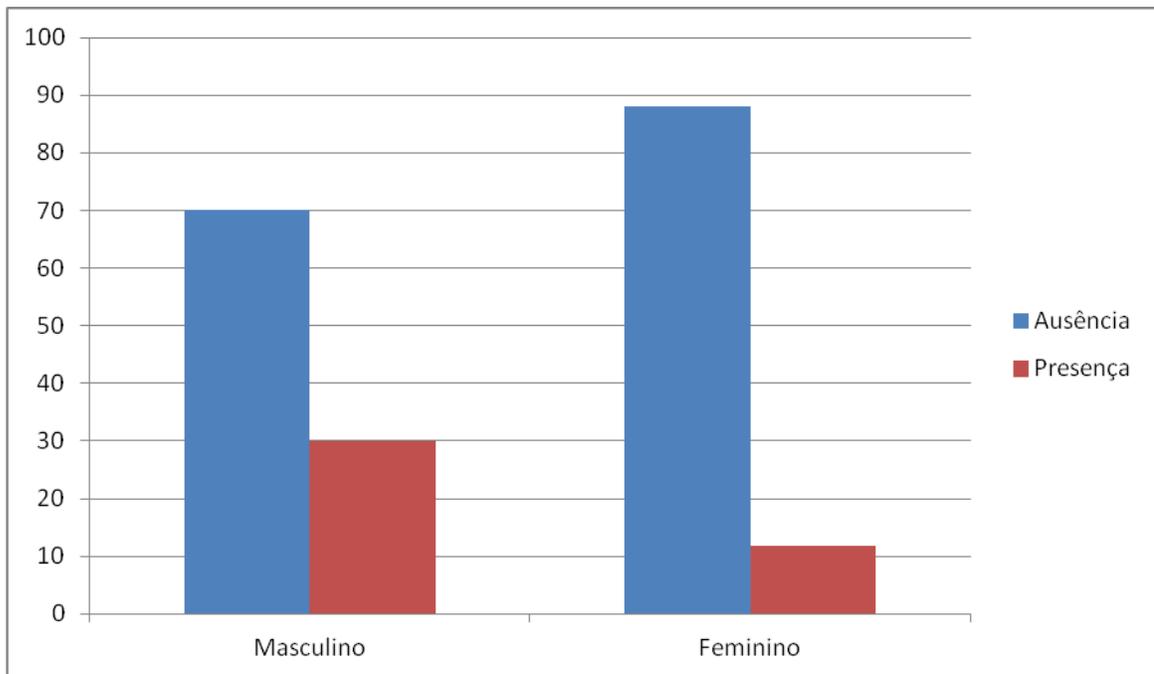


GRÁFICO 37: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação ao fator gênero do antropônimo em Matipó (%)

Na análise dos pesos relativos, o gênero feminino tende a desfavorecer o uso do artigo definido no contexto de antropônimo (0.17); em contrapartida, o gênero masculino tende a favorecer o uso do artigo definido nesse mesmo contexto (0.61). O que pode ser observado nos exemplos abaixo:

(125) [...] Deixando para *o seu*
filho Antonio Custodio de Miranda hum muinho
 que se acha no pasto desta mesma fazenda, [...] (MtT161894 linhas 34-37)

(126) [...] Declara mais, que deixa para *Ø sua neta Maria*
dos Anjos, quinhentos mil reis em dinheiro, 500\$000,
 para arranjo de seu casamento, [...] (MtT161894 linhas 45-47)

(127) [...] que é natural da
 Cidade de Abre Campo, filho legítimo de *Ø José Thobaldo Pe-*
reira e Ø Dona Paula Maria da Conceição, quães já falecidos.

Em segundo lugar disse elle testador que é viúvo de *Ø Dona Maria Paula da Conceição*, de cujo casal não tem filhos. Em terceiro lugar, disse elle testador, que tem irmãos vivos. Em quarto lugar, disse elle mesmo testador dito Antonio Theobaldo Pereira, que vive *com Ø Dona Josephina Maria do Espírito Santo*, em perfeita harmonia, com a qual tem filhos naturaes. [...] (MtT251912 linhas 47-56)

(128) [...] Em terceiro lugar disse elle testador que em segundas núpcias, é casado *com Ø Dona Luiza Hanancia França*, com quem não tem filhos. Em quarto lugar disse elle testador que si achando doente e sem amparo de parentes e da sua segunda mulher, de quem está separado, nesta sua enfermidade procurou e encontrou a caridade de *Ø Dona Candida Figueiró*, de quem está merecendo o tratamento [...] (MtT291916 linhas 27-34)

Registra-se no *corpus* dos testamentos de Matipó um maior percentual de artigo definido diante de antropônimos masculinos, conforme exemplo (125), do que em femininos, conforme exemplo (126). Acredita-se que essa tendência a se articular mais os nomes próprios masculinos do que os femininos deve-se à grande presença do qualificativo “dona” diante dos nomes próprios femininos; segundo Mendes (2000), esse qualificativo é desfavorecedor do uso do artigo definido na língua escrita pretérita, o que é verificado no exemplo (127) e (128), em todas as menções em que se fez uso desse qualificativo, não houve a presença do artigo definido, até mesmo nos casos de preposição que contrai, em que o uso do artigo definido é quase categórico.

5.3.3.2.1.3 Antropônimo com qualificativo

A análise respectiva a esse fator encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 42

Aplicação de uso do artigo definido diante de nomes próprios no *corpus* de língua escrita pretérita de Matipó com relação ao fator antropônimo com qualificativo - testamento

Antropônimo com	Aplicação	%	P.R.
-----------------	-----------	---	------

qualificativo			
Com qualificativo	75/155	48,4	0.90
Sem qualificativo	2/143	1,4	0.07
1 (presença)	77/298	25,8	

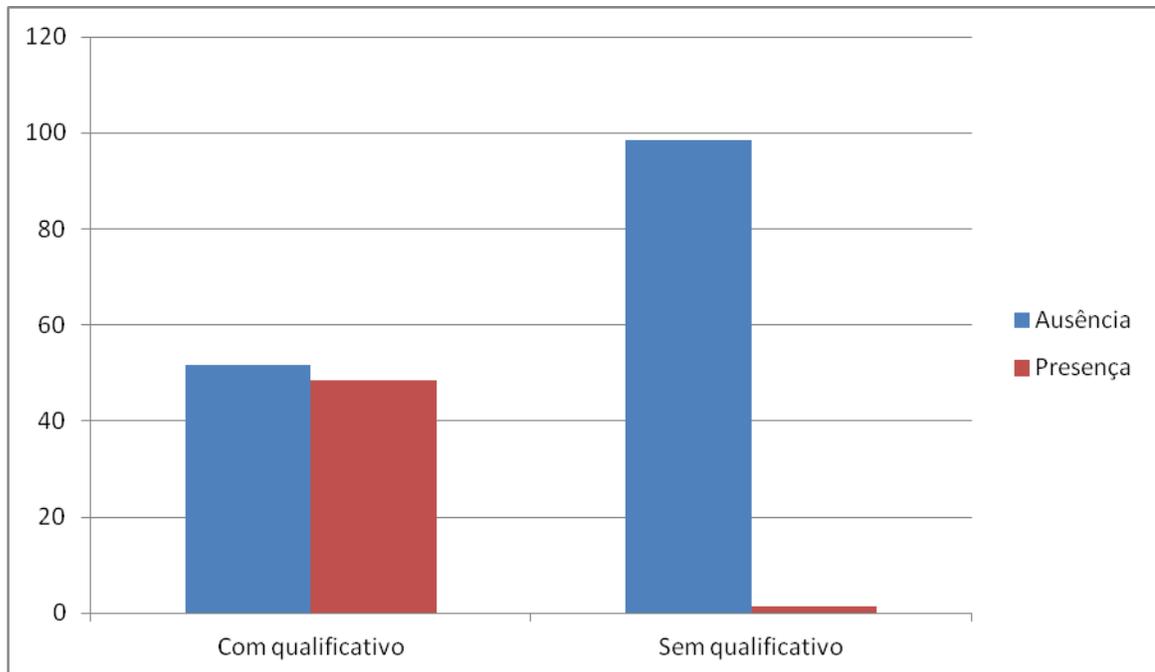


GRÁFICO 38: Realização do artigo definido diante de antropônimos nos testamentos com relação a antropônimo com qualificativo em Abre Campo (%)

Nos testamentos de Matipó, encontra-se 51,6% de presença de artigo definido diante de antropônimos em estruturas com qualificativo e 98% de ausência de artigo definido neste mesmo contexto. Ao se considerar os pesos relativos, encontram-se as estruturas com qualificativo influenciando a presença de artigo diante de nomes próprios de pessoa (0.90); ao passo que as estruturas sem qualificativos desfavorecem extremamente esse uso (0.07). O que pode ser observado nos exemplo (129), (130) e (131):

(129) [...] Em segundo lugar, disse
 elle testador que é natural de Cattas Altas de Matto Dentro, filho legitimo

de Ø Francisco Monteiro de Oliveira e Ø Dona Bonifacia Emerenciana Gomes, [...]
(MtT271913 linhas 41-43)

(130) Testamento publico que faz o *Alferes Antonio Teobaldo*
 Pereira, na forma abaixo. [...] **(MtT251912 linhas 1-2)**

(131) [...] Em segundo logar disse elle testador que é viúvo de *Ø Dona*
Maria Paula da Conceição, de cujo casal não tem filhos. [...] **(MtT251912 linhas 51-52)**

Segundo Mendes (2000), a presença de artigo definido diante de antropônimos está condicionada à presença dos qualificativos, sendo que, na língua escrita pretérita, os qualificativos “dom” e “dona” seriam uma exceção. Essa afirmação pode ser confirmada nos dados acima: em (129), o antropônimo não vem acompanhado por qualificativo, estando por isso desarticulado; já em (130), a presença do qualificativo “alferes” favorece o uso do artigo definido diante do nome próprio; em (131), tem-se um exemplo em que o qualificativo “dona” está sendo empregado diante do nome próprio, o que corrobora para a ausência do artigo definido diante do nome próprio.

Dos fatores analisados como relevantes nos testamentos de Matipó, apenas o estrutura do sintagma nominal (presença ou não de preposição) está dentre os mais recorrentes nos trabalhos analisados na revisão da literatura, o que ocorreu também com relação aos testamentos de Abre Campo.

5.4 Discussão dos resultados

Para se ter uma visão mais clara dos resultados obtidos, apresentar-se-ão, a partir de agora, os resultados anteriores de Abre Campo e Matipó, relativos à atual pesquisa, fatores esses tidos como relevantes e, a partir deles, será realizada a análise comparativa com dados de obras anteriores.

5.4.1 Fatores linguísticos

5.4.1.1 Estrutura do sintagma nominal

Durante a análise de todo o *corpus* desta pesquisa— seja de língua oral contemporânea ou de língua escrita pretérita –, a leitura dos pesos relativos levou à percepção de um princípio para o uso do artigo definido no contexto de antropônimos nas duas localidades: os contextos sem preposição, juntamente com os contextos em que ocorrem casos de preposição sem a contração do artigo definido, desfavorecem o uso do artigo definido no contexto pesquisado; já a presença de artigo definido é favorecida nos casos de preposição contraída. Esse princípio pode ser melhor visualizado no gráfico 39:

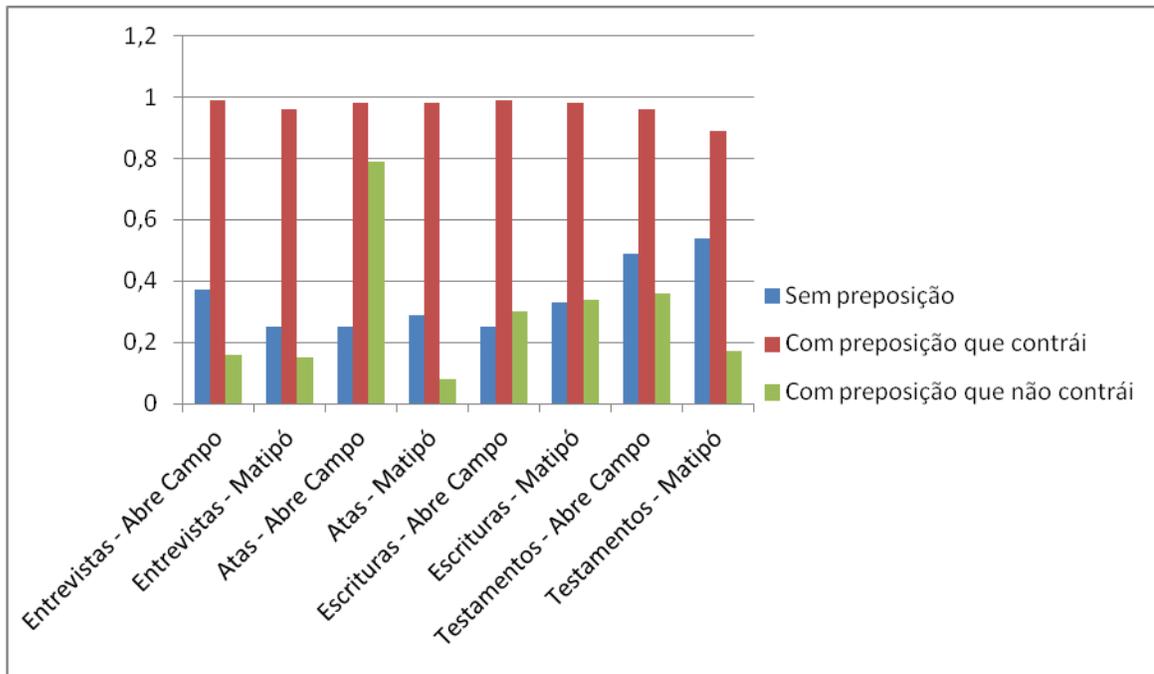


GRÁFICO 39: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à estrutura do sintagma nominal em Abre Campo e Matipó

Como se vê, com exceção dos dados extraídos dos testamentos de Matipó, em que ocorreu um leve favorecimento do artigo definido por parte dos sintagmas sem preposição (0,54%), os sintagmas nominais sem preposição corroboram para a ausência de artigo definido diante de antropônimos; em todos os casos em que a preposição pode vir a se contrair, a presença de artigo definido foi quase que categórica; já com relação aos casos em que a preposição não se contrai, com exceção dos dados quantificados a partir das atas de Abre Campo em que ocorreu

um favorecimento no uso do uso do artigo (0.79), corrobora-se para a ausência de artigo definido nesses mesmos contextos. É importante ressaltar que, de todos os fatores, esse foi o que o programa apontou como relevante por mais vezes em todos os *corpora*: oito seleções ao todo.

Em Almeida Mendes (2009), o fator estrutura do sintagma nominal não foi considerado, não sendo possível comparar os dados obtidos na zona urbana desta pesquisa com os dados de zona rural da pesquisa anterior.

Como já informado na subseção 4.6.1.4, a divisão deste grupo de fatores foi orientada pelo trabalho de Callou e Silva (1997), a autora obteve o seguinte resultado em sua pesquisa com relação aos nomes próprios: 43% de presença de artigo definido nos antropônimos que integram um SN sem preposição, 54% de presença de artigo definido nos SN's com preposição que se contrai (em, de, a, para) e 17% de artigo definido nos SN's com preposição que não se contrai (com, sobre). Conclui dizendo que se confirma a idéia de que há um “forte condicionamento à presença de artigos diante de preposições que com elas se contraem”. (CALLOU e SILVA, 1997, p.17)

Segundo Mendes (2000), a ausência de artigo antes de antropônimos em sintagmas nominais ou em sintagmas preposicionados, mais especificamente no caso genitivo, “constituía-se como uma norma gramatical no período de 1540, de acordo com João de Barros” (MENDES, 2000, p. 148). Seus dados também confirmam que tanto a língua escrita pretérita quanto a língua oral contemporânea desta comunidade retiveram uma estrutura pretérita da língua portuguesa, uma vez que tanto os documentos antigos como a fala contemporânea apresentam uma alta frequência de artigo zero diante de nomes próprios.

Já no estudo de Moisés (1995), sobre o português culto falado em Belo Horizonte, quando a preposição não atua, o nome próprio se comporta de forma semelhante ao nome comum, sofrendo a determinação do artigo definido mais frequentemente nos sintagmas nominais à esquerda do verbo.

No estudo de Faria (2012), o fator antropônimo precedido de preposição também foi selecionado como significativo e favorecedor da presença de artigo definido diante de antropônimos. Neste estudo, “o fato de o antropônimo aparecer preposicionado favorece a presença de artigo com um peso relativo de .62.” (FARIA, 2012, p.53)

Campos Júnior (2011), em seu estudo na capital capixaba, analisou se o tipo de preposição poderia ser considerado com fator determinante para a ausência ou presença de artigo

definido diante de antropônimos nessa localidade; o autor dividiu as preposições em dois grupos: preposição com a qual o artigo pode contrair-se e preposições com a qual o artigo não pode se contrair. Embora o fator não tenha sido selecionado, Campos Júnior (2011, p.79) afirma que este “é um forte candidato a ser escolhido pelo Programa em análises posteriores, pois apresenta resultados sistemáticos. Tanto é que foi o antepenúltimo grupo a ser eliminado e talvez só tenha sido em função do desequilíbrio de dados”.

A análise desse fator nos permite concluir, conforme apontado por Callou e Silva (1997), que a presença de preposição que contrai produz um forte condicionamento à presença de artigos diante de antropônimos em todos os *corpora* deste trabalho e que, apesar de se encontrar estruturas de genitivo com ausência de artigo definido, principalmente nos dados de Abre Campo, como as encontradas por Mendes (2000) na comunidade de Barra Longa, essas estruturas são relevantes do ponto de vista quantitativo.

5.4.1.2 Função sintática do antropônimo

A análise da função sintática foi selecionada por cinco vezes como relevante durante a quantificação; as funções tidas como mais favorecedoras do uso do artigo definido diante de antropônimos foram: adjunto adverbial (0.70 nas entrevistas de Matipó, 0.93 nas atas de Matipó e 0.89 nas escrituras de Abre Campo), objeto indireto (0.75 nas entrevistas e nas atas de Matipó), objeto direto (0.64 nas entrevistas de Matipó, 0.88 nas atas de Matipó, 0.76 nas escrituras de Abre Campo, 0.87 nas atas de Abre Campo e 0.79 nas escrituras de Matipó), tópico (0.65 nas entrevistas de Matipó), adjunto adnominal (0.71 nas escrituras de Matipó) e sujeito (0.61 nas escrituras de Matipó e 0.77 nas atas de Abre Campo). Foram apontadas como desfavorecedoras as funções de aposto (0.33 nas entrevistas de Matipó, 0.46 nas atas de Matipó e 0.31 nas atas de Abre Campo), adjunto adnominal (0.35 nas entrevistas de Matipó, 0.33 nas atas de Matipó e 0.35 nas escrituras de Matipó), agente da passiva (0.33 nas atas de Matipó e nas escrituras de Abre Campo), complemento nominal (0.36 nas escrituras de Abre Campo) e objeto indireto (0.31 nas escrituras de Abre Campo, 0.36 nas escrituras de Matipó e 0.01 nas atas de Abre Campo).

Quando quantificados juntos, os documentos históricos de Abre Campo e Matipó apontaram o seguinte resultado apontado no gráfico (40):

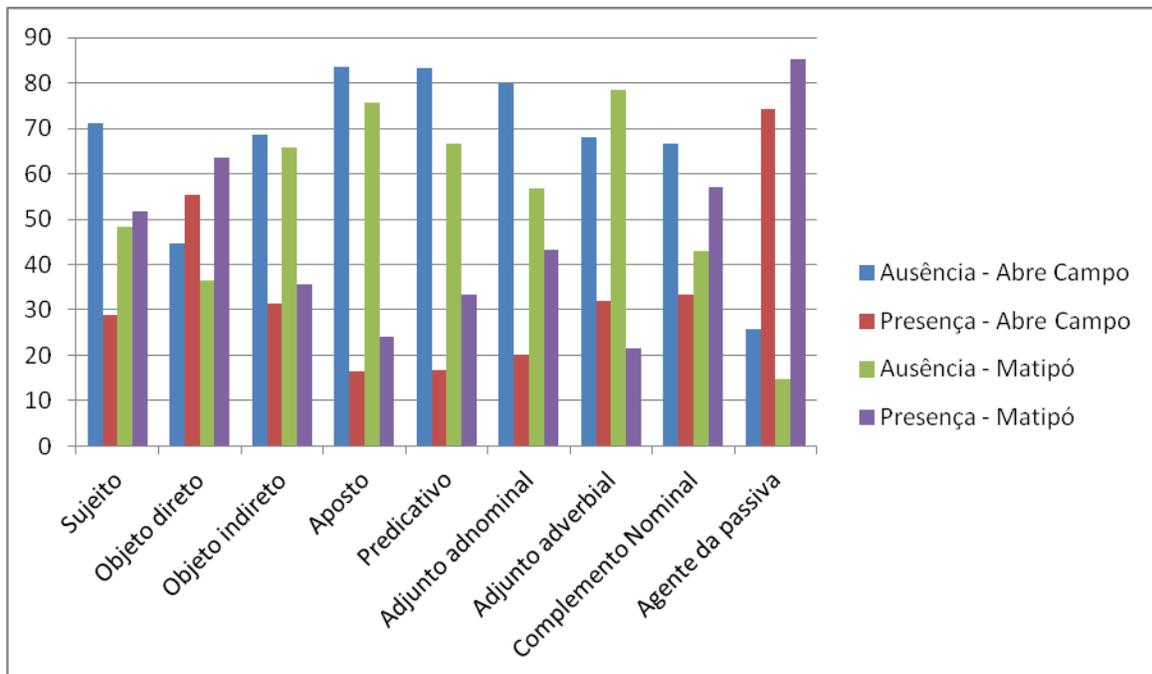


GRÁFICO 40: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à função sintática em Abre Campo e Matipó – língua escrita pretérita

A análise do gráfico (40) revela que a ausência de artigo definido é determinada em Abre Campo pelas funções sintáticas de aposto (83,6%), predicativo (83,3%), adjunto adnominal (79,9%) e sujeito (71,2%); em Matipó, as funções sintáticas que mais favoreceram a ausência foram as de adjunto adverbial (78,4%), aposto (75,8%), predicativo (66,7%), de objeto indireto (65,3%). Em contrapartida, a presença de artigo definido é determinada, em Abre Campo, pelas funções sintáticas de agente da passiva (74,3%) e de objeto direto (55,45); em Matipó, as mesmas funções sintáticas foram também selecionadas com um índice percentual um pouco mais alto: agente da passiva com (85,2%) e objeto direto com (63,6%). Ressalta-se que a função sintática de tópico foi eliminada pelo programa quantitativo devido a insuficiência dos dados nestes *corpora*.

Ao se analisar a relevância dos fatores, esse fator foi eliminado em Abre Campo, já em Matipó, foi selecionado estabelecendo-se os seguintes resultados através dos pesos relativos:

- a) uso do artigo definido tende a ser favorecido quando os antropônimos desempenham as funções sintáticas de objeto direto (0.83), sujeito (0,78) e adjunto adverbial (0.63) nos sintagmas nominais;

b) A presença de artigo definido é muito pouco favorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função sintática de aposto (0.57) e de agente da passiva (0.53);

c) A presença de artigo definido é desfavorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que desempenham a função de adjunto adnominal (0.32), objeto indireto (0.36), predicativo (0.21) e complemento nominal (0.06).

Nas entrevistas, o fator função sintática só foi selecionado como relevante nas entrevistas de Matipó. Assim, a análise comparativa da quantificação do fator função sintática nas entrevistas de Abre Campo e Matipó será observada no gráfico (41) abaixo:

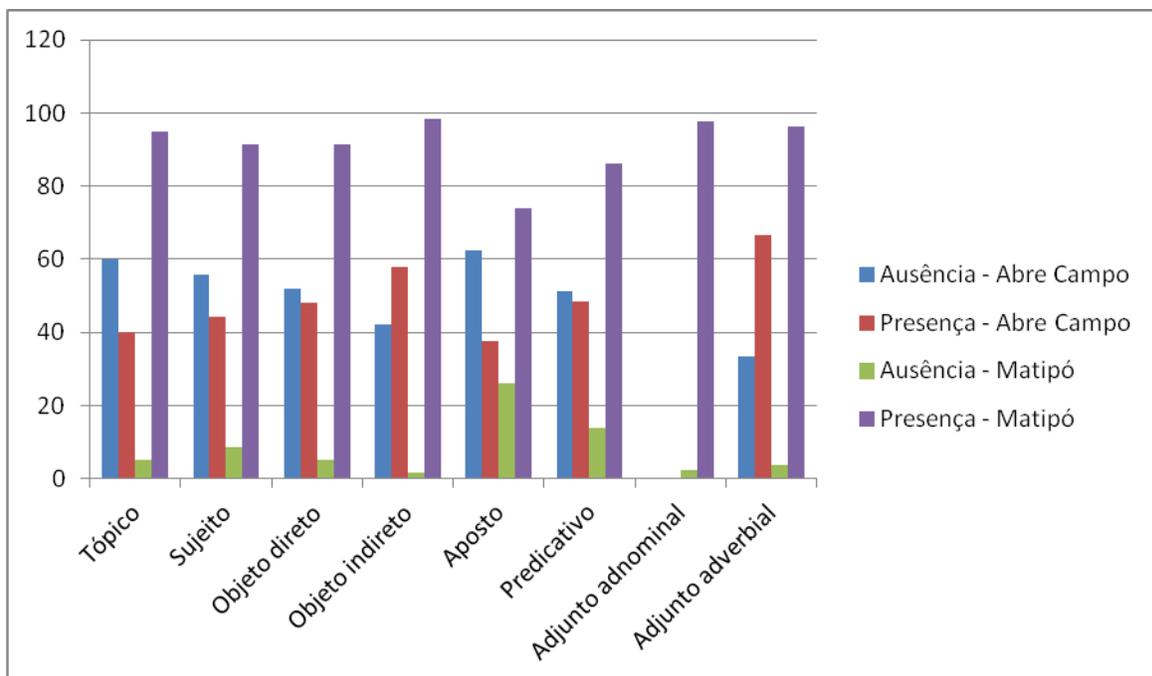


GRÁFICO 41: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação à função sintática em Abre Campo e Matipó – língua oral contemporânea

As funções sintáticas de complemento nominal e agente da passiva foram descartadas pelo programa quantitativo nas duas localidades, juntamente com a função sintática de adjunto adnominal em Abre Campo, por não apresentarem dados suficientes. A análise do gráfico (10) mostra que as percentagens relativas à presença de artigo definido diante de antropônimos em

Matipó são muito altas, o que já era esperado já que o percentual total de presença de artigo definido nesse contexto na localidade foi de 91,3%; as únicas exceções em que a quantificação ocorreu mais baixa que a quantificação geral foi com relação às funções sintáticas de aposto (73,9%) e predicativo (86,1%).

Em Abre Campo, cidade em que houve de 50,1% de ausência de artigo definido no contexto de antropônimos na quantificação geral, encontra-se a ausência de artigo definido mais fortemente marcada nas funções sintáticas de aposto (62,5%), tópico (60,0%), sujeito (55,8%). Já a presença de artigo definido é mais saliente nos contextos em que os antropônimos se encontram nas funções sintáticas de adjunto adverbial (66,7%) e objeto indireto (57,9%).

Em Almeida Mendes (2009), o fator função sintática não foi trabalhado, não sendo possível comparar os dados de zona urbana desta pesquisa com os dados de zona rural da pesquisa anterior.

Para Moisés (1995), há uma forte tendência a se usar o artigo definido com antropônimos quando eles ocorrem “à esquerda do verbo, quer como sujeito, quer como tópico” (MOISÉS, 1995, p. 113). Em Costa (2002), trabalho em que se analisam dados linguísticos do período arcaico, os dois únicos casos de nome próprio de pessoa antecedido de artigo definido exerciam a função sintática de sujeito. Callou e Silva (1997, p.199) observaram que, até o século XVII, essa estrutura envolvendo presença de artigo definido diante de antropônimo era frequente na posição de sujeito, além de ter sido nessa posição em que se registrou pela primeira vez o uso de artigo definido nessa estrutura. Alves (2008), por sua vez, afirma que a presença de artigo definido tende a ser favorecida quando os antropônimos integram sintagmas nominais que ocupam a função de objeto direto (0.77) e objeto indireto (0.63).

Callou (2000) observa que as primeiras ocorrências de artigo definido diante de nomes próprios se iniciou “em um contexto específico [art=det=NP], numa determinada posição, a de sujeito, e numa determinada estrutura vocabular, isto é, em um vocábulo de duas sílabas” (CALLOU, 2000, p. 26). A partir de seu surgimento na função de sujeito, houve uma espraio de seus contextos de ocorrência. Segundo a autora, a ausência de artigo definido nesses contextos pode ser atribuída ao alto grau de especificidade de algumas funções; o uso do artigo corresponderia a um processo compensatório de intensificação do traço [+ específico], o que poderia explicar o aumento de frequência de artigo definido em adjuntos adverbiais.

No estudo de Braga (2012), o fator função sintática foi o único considerado pelo programa como favorecedor do uso do artigo definido na fala dos moradores da cidade de Uberaba, os contextos mais favorecedores para o uso do artigo definido foram aqueles em que os antropônimos desempenharam as funções de sujeito e objeto direto, com pesos relativos de (0,65) e (0,63), respectivamente.

Apesar do fator função sintática ser considerado relevante por todos esses autores acima citados, percebe-se que as funções sintáticas que favorecem a presença do artigo definido nesses outros trabalhos - sujeito e tópico em Moisés (1995), sujeito em Callou (2000) e sujeito e objeto direto em Braga (2012) – não são as mesmas funções que favorecem o uso do artigo definido nas localidades de Abre Campo (adjunto adverbial e objeto indireto) e Matipó (objeto indireto, adjunto adverbial e adjunto adnominal) quando realizada essa quantificação geral nas duas localidades.

5.4.1.3 Antropônimo com qualificativo

Durante a análise de todo o *corpora*, o fator antropônimo com qualificativo foi selecionado sete vezes como relevante pelo programa quantitativo. Cumpre ressaltar que a função de qualificativo designa termos que “na literatura específica são conhecidos como títulos honoríficos e por acreditar que itens como *mulher (no sentido de esposa), marido, tio, filho, irmão, primo, etc.* possam desempenhar esta função o que não ocorria com os títulos”. (MENDES, 2000, p.86). Assim, essa classificação inclui, segundo a autora, os títulos honoríficos, as relações de parentesco, as profissões, os cargos religiosos e políticos, além dos títulos de nobreza.

O gráfico 42 aponta os resultados a respeito do uso do artigo definido no que diz respeito aos qualificativos nas duas localidades:

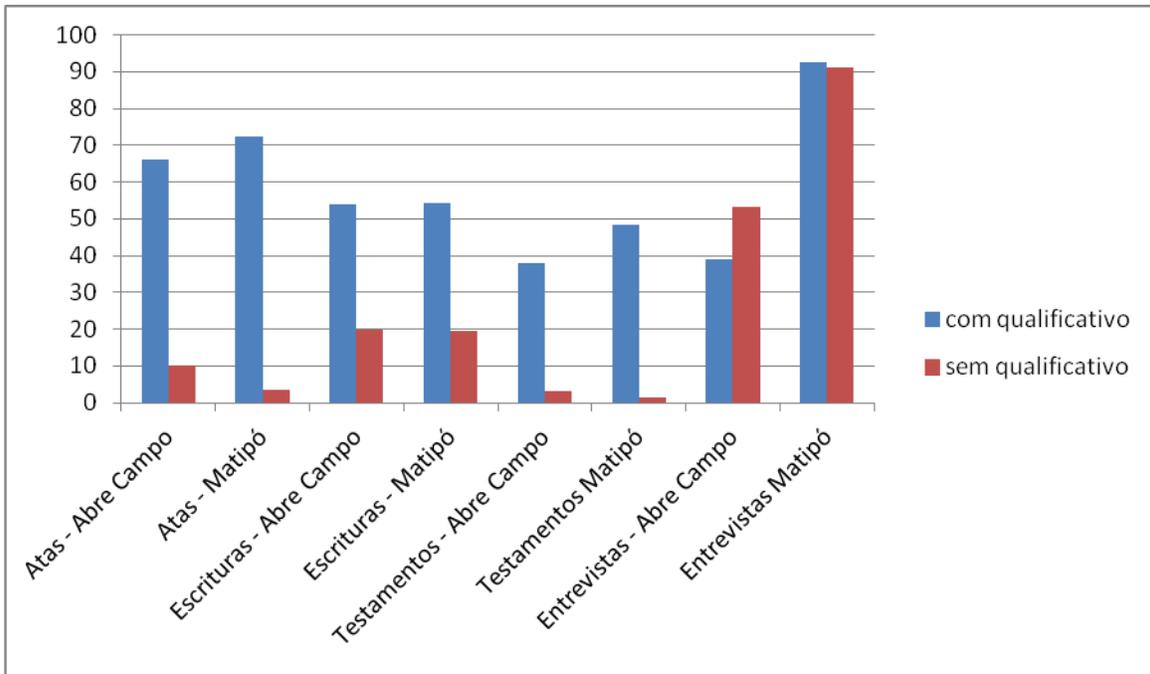


GRÁFICO 42: Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos com relação às estruturas com qualificativos em Abre Campo e Matipó

Com relação à presença de artigo definido diante de antropônimos em estruturas envolvendo qualificativos, observa-se, nas atas e escrituras de Abre Campo e Matipó, o predomínio de artigo definido, com os índices percentuais variando entre 54% e 72,4%. Nos testamentos, há um percentual de uso de artigo definido de 37,8% em Abre Campo e, em Matipó, o uso ocorre em 48,4% dos casos; já nas entrevistas orais, encontra-se situação divergente quando se comparam os resultados obtidos entre as cidades de Matipó e Abre Campo, o percentual geral de uso de artigo definido no *corpus* das entrevistas orais de Matipó que era de 91,3 sobe para 92,7 quando há a presença de qualificativos; ao passo que em Abre Campo, o uso de artigo definido que era de 49,9% na quantificação geral, passa para 39,1% na presença de qualificativos, o que implica que o uso dos qualificativos influencia na ausência de artigo definido nesse mesmo contexto.

Em contrapartida, a ausência do qualificativo também influencia na predominância de ausência de artigo definido no contexto de nomes próprios de pessoa; com relação ao *corpus* de língua escrita pretérita, tem-se apenas 10,1% de presença de artigo definido no contexto de antropônimo nas atas de Abre Campo, 3,5% nas atas de Matipó, 19,9% nas escrituras de Abre

Campo, 3,1% nas escrituras de Matipó, 3,1% nos testamentos de Abre Campo e 1,4% nos testamentos de Matipó.

Em Almeida Mendes (2009), nos resultados tanto de Matipó quanto de Abre Campo, a presença de artigo definido foi majoritária quando o antropônimo foi precedido por um qualificativo: ocorreram 60% de presença de artigo definido em Abre Campo, ao passo que, em Matipó, houve 76% de presença de artigo.

Mendes (2000) concluiu, com relação aos qualificativos que, tanto na língua escrita pretérita quanto na língua oral contemporânea, a presença de artigo definido diante de nomes próprios de pessoa é determinada pela seguinte regra: “para que um NSN-NPr seja articulado é necessária a presença de Qv ou PNE + Qv; exceto os Qv ‘dona’, ‘Dom’, na LEP, e ‘dona’ ‘doutor’, ‘tio’, ‘Sá’, na LOC, que não favorecem a presença do artigo definido.” (MENDES, 2000, p. 152). A autora ressalta ainda a importância que os dados de língua escrita pretérita tiveram para o estabelecimento da função de qualificativo e seu acréscimo na estrutura do SN máximo já que os qualificativos foram mais salientes nesses dados.

Em pesquisa posterior, também realizada na cidade de Barra Longa, Alves (2008) relata que, tanto no grupo de controle quanto no grupo de Belo Horizonte, o único contexto em que a ausência de artigo definido se mostra categórica é quando se refere aos antropônimos com qualificativo, o que corrobora com o estudo de Mendes (2000). Assim, segundo Alves (2008), os antropônimos antecidos por qualificativos favorecem a ausência de artigo não apenas na fala dos idosos, mas na fala dos jovens que permanecem na cidade e também na fala dos jovens que se mudam para outras localidades, mesmo que o padrão seja divergente do padrão encontrado em Barra Longa.

A análise desse fator torna-se de grande relevância ao ser comparado com outros fatores, tais como: gênero do antropônimo e período de tempo, em análise posterior.

5.4.1.4 Posição do antropônimo

O gráfico 43 analisa o resultado da quantificação realizada em Matipó e Abre Campo com relação a esse fator:

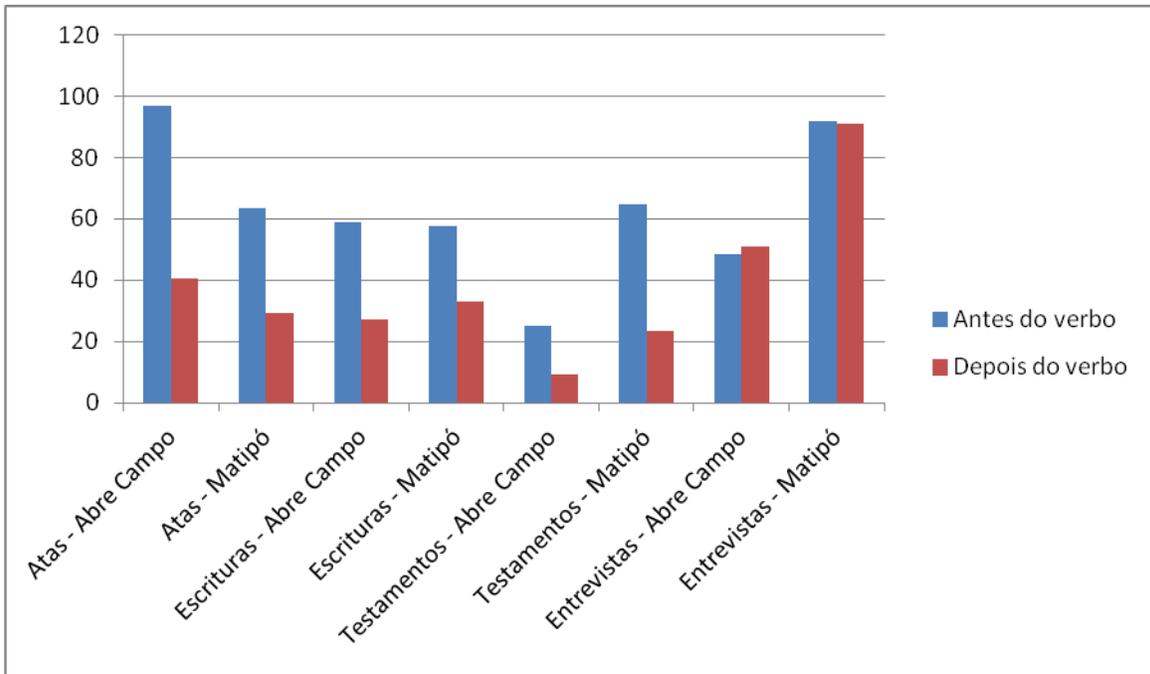


GRÁFICO 43: Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos com relação à posição do antropônimo em Abre Campo e Matipó

A análise do gráfico 43 mostra que, com relação à língua escrita pretérita, o padrão encontrado é bem próximo, com exceção das atas de Abre Campo em que o padrão de uso do artigo definido quando o antropônimo está antes do verbo é quase categórico e nos testamentos de Abre Campo, em que o padrão de uso de artigo definido é baixo tanto quando o antropônimo está antes quanto depois do verbo. Com relação ao *corpus* de língua oral contemporânea, o padrão encontrado tanto antes quanto depois do verbo é praticamente o mesmo e próximo da quantificação geral de uso de artigo (49,9% em Abre Campo e 91,3% em Matipó).

Apesar de índices percentuais diferenciados, observa-se que, com exceção das entrevistas da cidade de Abre Campo, em todos os outros dados das duas localidades, ocorre o padrão encontrado por Moisés (1995): nas duas localidades a posição do antropônimo antes do verbo corrobora para a presença de artigo definido, ao passo que a posição do antropônimo depois do verbo corroborou para a ausência de artigo definido. O que é ilustrado pelos dados (132), (133) e (134), abaixo:

(132) [...] que obtiveram por compra de *Ø D^a Florinda Herculina Hudson*, conforme consta da escriptura lavrada pelo segundo Tabellião desta Comarca [...] **(EAC1925 linhas 17-18)**

(133) [...] Pela outorgada *a menor Maria Lopes Netto*, representada por sua mai D^a Maria Lopes Wenderley, me foi dito perante as referidas testemunhas [...] **(EAC1925 linhas 30-31)**

(134) [...] Fica debitada ao collector a importancia de setenta mil e novecentos reis – (Rs 70,900) recebida *de Ø Maria Lopes Wanderley* [...] **(EAC1925 linhas 53-55)**

Como já mencionado, os dados acima vão ao encontro com o que nos coloca Moisés (1995), segundo ela, o uso do artigo definido diante de antropônimo é nitidamente flagrado quando o antropônimo ocorre à esquerda do verbo. Ainda afirma que o SN1 receberá a marca do artigo definido mais facilmente se tiver a função de sujeito ou tópico de sentença.

Pode-se concluir que, com exceção dos *corpora* das entrevistas realizadas nas duas localidades, todos os outros *corpora* são sensíveis a um maior uso de artigo definido diante de antropônimos quando esse antropônimo está localizado antes do verbo.

5.4.1.5 Circunstância em que o antropônimo é citado

A análise desse fator considerou duas formas pelas quais o antropônimo aparece no discurso: quando o antropônimo é citado pela primeira vez e quando o termo já foi anteriormente mencionado. O gráfico 44 traz os resultados da quantificação desses fatores nas duas localidades.

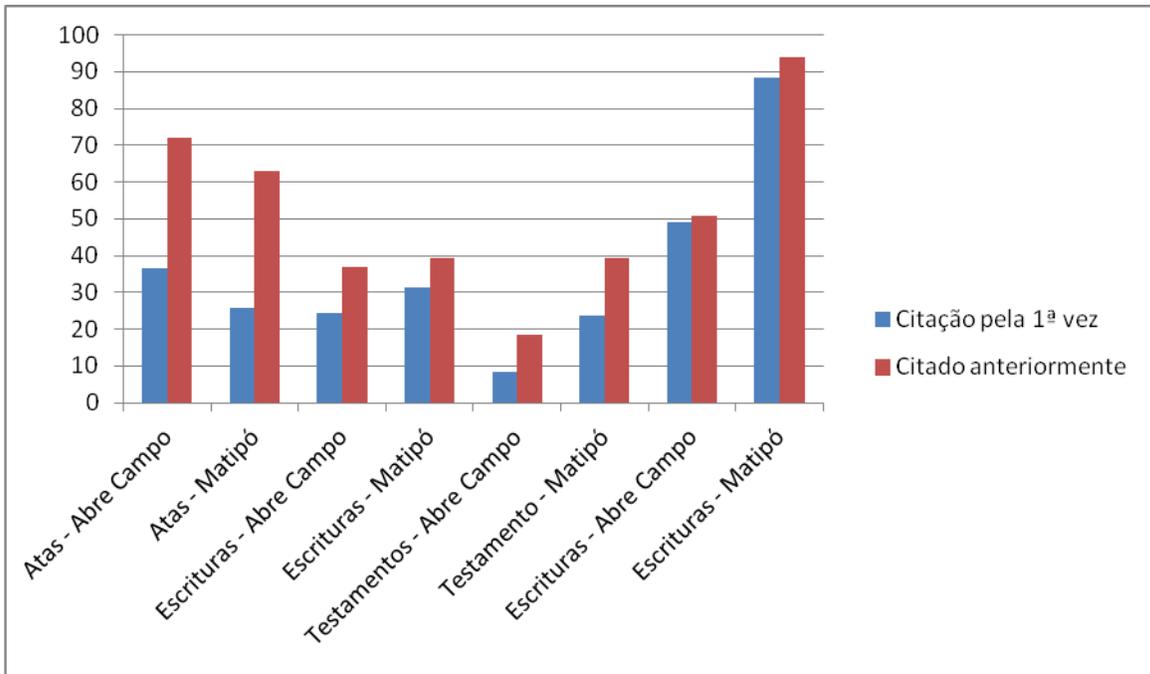


GRÁFICO 44: Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos com relação à circunstância em que o antropônimo é citado em Abre Campo e Matipó

A análise do gráfico mostra que em todos os *corpora*, o uso do artigo definido é mais acentuado quando o referente já foi anteriormente mencionado. Segundo Du Bois (1980), o uso do artigo está associado a aspectos de especificidade ou com o *status* informacional “dado”, ou seja, se a informação é nova, desconhecida ou se ela é velha, já conhecida. Assim, o referente pode provocar no ouvinte a abertura de um novo arquivo mental ou remeter a arquivos anteriormente abertos. O padrão seria o introduzir os referentes sem artigo definido e retomá-los com artigo definido; cabe lembrar que a pesquisa de Du Bois (1980) não trabalhou com estruturas contendo antropônimos, mas sim com narrativas orais baseadas em um filme. Cumpre lembrar que esse padrão estabelecido por Du Bois (1980) seria referente aos nomes comuns; Moisés (1995), ao realizar sua pesquisa nos padrões de Du Bois (1980) conclui que o nome próprio de pessoa não sofre a mesma pressão de fatores que determinam o uso ou não de artigo definido diante de nome comum.

Já para Silva (1996), os resultados apontaram que, nos contextos em que o artigo ocorre pela primeira vez, há um aumento do uso do artigo definido diante de antropônimo; assim, “a

necessidade de definição da entidade não conhecida pelo ouvinte correlaciona-se com um aumento do emprego do artigo.” (SILVA, 1996, p.139)

O *corpus* de língua escrita pretérita de nossa pesquisa parece ser mais sensível ao padrão de inserção e retomada de referentes novos postulado por Du Bois (1980); ao passo que no *corpus* de língua oral contemporânea, assim como na pesquisa de Moisés (1995), os antropônimos parecem não sofrer o mesmo condicionamento que os nomes comuns como na pesquisa realizada por Du Bois (1980).

5.4.1.6 Tipo de antropônimo

Como já informado na seção 1.3, para se realizar a quantificação dessa variável na pesquisa, adotou-se a proposta de Vasconcellos (1928), assim como em Almeida Mendes (2009); para o autor, o antropônimo subdivide-se em: nome completo, sobrenome, prenome, apelido, alcunha, hipocorístico e nome vocatório. Como os usos não-referenciais foram descartados da análise quantitativa, optou-se por excluir o nome vocatório da quantificação. Os resultados encontrados na quantificação estão presentes no gráfico 45 e 46:

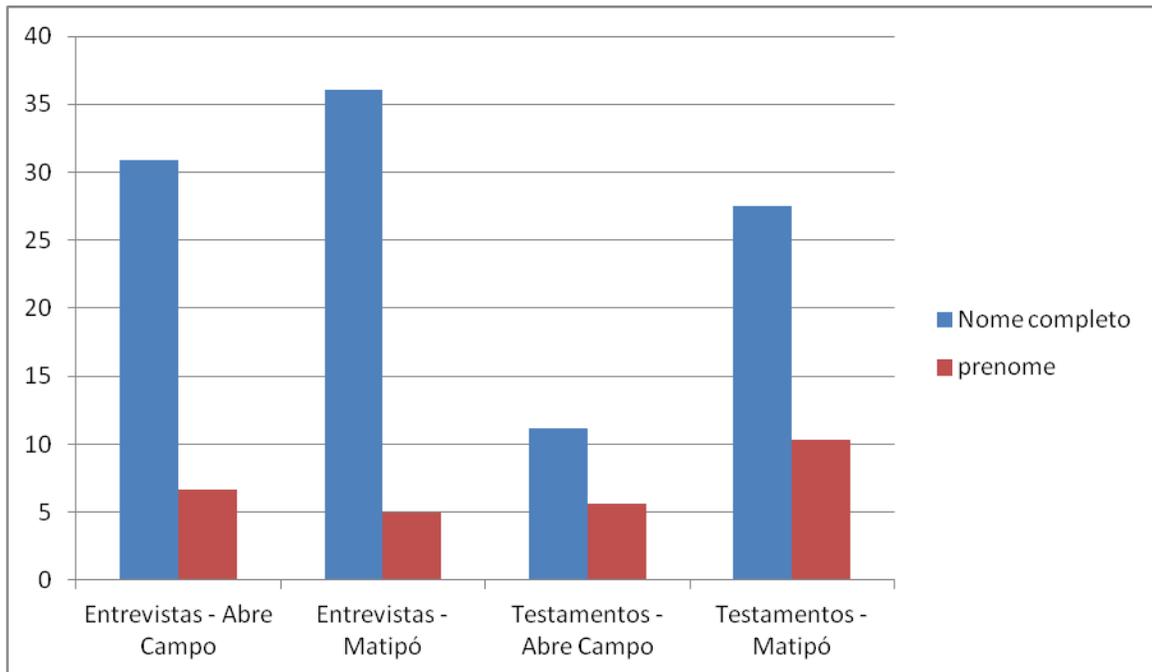


GRÁFICO 45: Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos com relação ao tipo de antropônimo em Abre Campo e Matipó – língua escrita pretérita

Optou-se por analisar, neste fator, os dados de língua escrita pretérita em gráficos separados dos dados de língua oral contemporânea, devido ao fato dos dados pretéritos apresentarem, em sua maioria, apenas nomes completos e prenomes. Além disso, as atas não foram analisadas com relação a este fator; pois por só apresentarem nomes completos, formou-se um grupo único que também foi excluído pelo programa quantitativo. Registram-se, independente do gênero ou da localidade, valores percentuais mais altos de artigo definido quando o antropônimo é um nome completo, o que é até certo ponto estranho, pois o esperado seria encontrar mais presença de artigo definido nos prenomes, pois se a regra postulada nas gramáticas tradicionais de que o uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa estivesse condicionado a questões de familiaridade/intimidade, essa familiaridade/intimidade estaria mais forte nos prenomes e não nos nomes completos. Cumpre lembrar que o fator intimidade estará mais detalhado na subseção 5.4.1.

O gráfico 46 trará resultados da leitura do peso relativo resultante da quantificação deste mesmo fator:

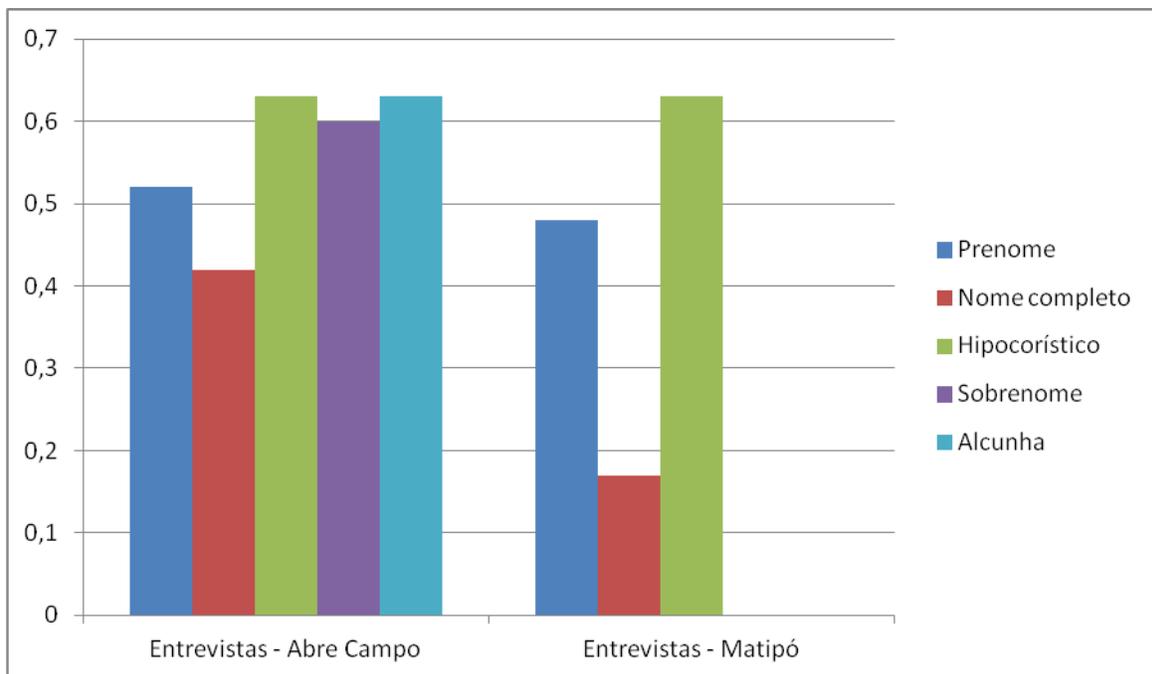


GRÁFICO 46: Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos com relação ao tipo de antropônimo em Abre Campo e Matipó – língua oral contemporânea

O artigo definido é favorecido nos seguintes tipos de antropônimos: hipocorísticos, sobrenomes e alcunhas em Abre Campo e nos hipocorísticos de Matipó. O seu uso é ligeiramente desfavorecido nos nomes completos de Abre Campo e prenomes de Matipó e desfavorecido nos nomes completos de Matipó.

Silva (1996) analisou em seu grupo de fatores a checagem do antropônimo que aparecia sob a forma de apelidos, sua justificativa foi não saber exatamente o grau de intimidade entre o falante e a entidade mencionada por ele; assim, ao se analisar esse fator que é tido pelas gramáticas tradicionais como categórico quanto ao uso do artigo definido no contexto de antropônimo, podia-se saber que haveria essa relação de intimidade entre o falante e a entidade por ele mencionada. Amaral (2003), por sua vez, contradiz os estudos de Silva (1996), afirmando que a forma como o antropônimo aparece na fala não está associado ao grau de intimidade.

Em Almeida Mendes (2009), o fator que mais favoreceu a presença de artigo definido diante de antropônimo, em Abre Campo, foi o hipocorístico. Já em Matipó, a maior presença de artigo definido nesse mesmo contexto ocorreu com os nomes próprios de pessoa, seguidos pelos hipocorísticos. Na quantificação realizada em documentos notariais neste trabalho, não se esperou encontrar dados desta categoria devido ao formalismo dos gêneros analisados.

Se o fator intimidade está realmente relacionado com a presença do artigo definido, conforme postulam as gramáticas tradicionais na seção 1.5, o maior uso de artigo definido diante dos hipocorísticos e alcunhas na língua oral contemporânea é plenamente justificado. Mas como analisar o fato de os nomes completos serem mais articulados que os prenomes no *corpus* de língua escrita pretérita? Isso nos faz imaginar que outros fatores são também condicionantes dessa variação, dentre eles, o qualificativo.

5.4.1.7 Antropônimo como item de enumeração

O resultado obtido após a análise dos dados com relação a esse fator é apresentado no gráfico 47, a seguir:

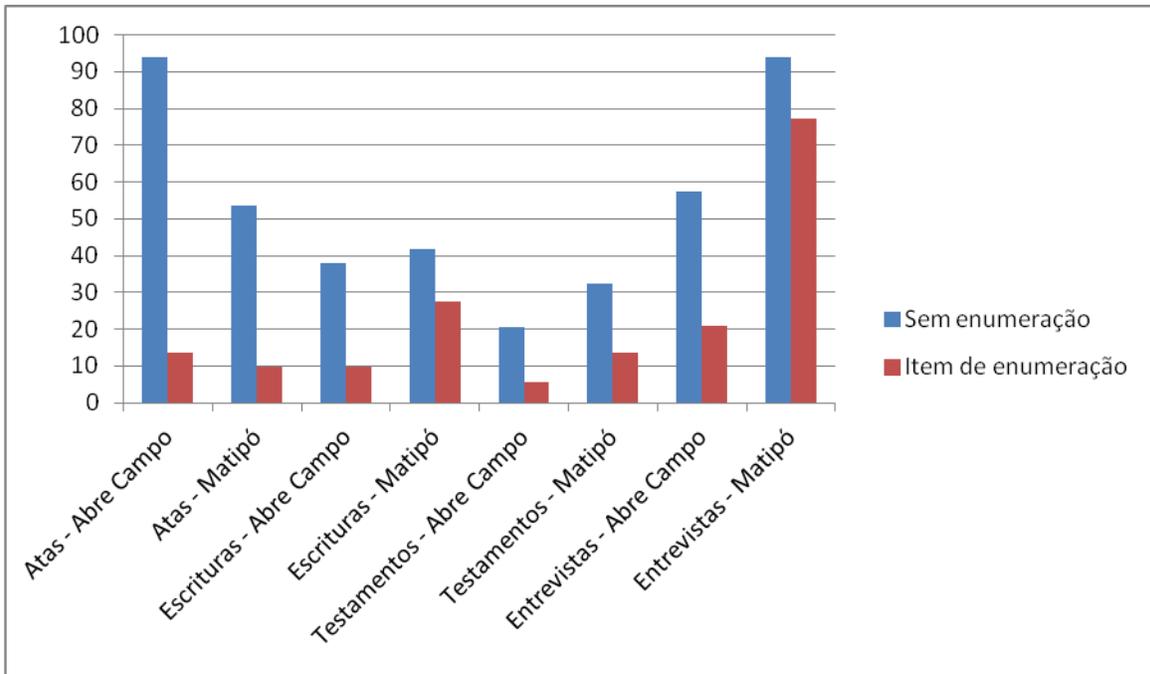


GRÁFICO 47: Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos com relação aos antropônimos que são item de enumeração em Abre Campo e Matipó

Apesar da presença de artigo definido ser mais saliente em todos os contextos em que não há enumerações, observa-se, através da leitura do gráfico 47, que o percentual de uso de artigo definido nos itens de enumerações tanto nas escrituras (27,5%) quanto nas entrevistas orais da zona urbana de Matipó (77,4%) é mais saliente entre os demais *corpora*. Esse fator não foi observado em Almeida Mendes (2009), não havendo como estabelecer um padrão com os dados de língua oral da zona rural.

Amaral (2003) verificou, durante as transcrições das entrevistas, que os falantes frequentemente faziam uso do antropônimo em enumeração e que essa estrutura ocorria desarticulada. Com base nos estudos de Brandão (1963 *apud* AMARAL, 2003, p.103) a respeito dos nomes comuns, percebeu que a enumeração também propiciava, nestes casos, um contexto de ausência de artigo definido.

Em Braga (2012), verificou-se que “o item enumeração desvaforece o uso do artigo definido, não somente em nomes comuns como apontado por Brandão (1963 *apud* Amaral, 2003, p.103), mas também diante de nomes próprios como verificado neste estudo.” (BRAGA, 2012,

p.95). Neste estudo, o antropônimo como item de enumeração apresentou um peso relativo de 0.12, tendendo assim a desfavorecer o uso do artigo definido.

Já em Faria (2012), dos 110 casos de antropônimos realizados como item de enumeração, 90% são de ausência de artigo definido nesse contexto de antropônimo; segundo ela, “quando o antropônimo encontra-se numa estrutura de enumeração favorece a ausência do artigo com peso relativo no valor de .65” (FARIA, 2012, p.56)

Em nosso estudo, esse fator foi selecionado como relevante em três rodadas, sendo o quarto mais importante dos fatores analisados. Observa-se que, durante as enumerações, não há um padrão, as enumerações ocorreram ora com a ausência total de artigo definido, ora com todos os antropônimos articulados, e ainda com o artigo definido aparecendo ora sim, ora não na mesma enumeração. Os dados (135), (136), (137), (138) e (139) ilustram muito bem isso:

(135) minhas brincadeiras sempre teve voltadas para três pessoas... que saum os meus melhores amigos desde a infância... que é *o Luan... Ø Lúcio... e o Raimundo...* mais *Ø Luan e Ø Lúcio...* na verdade saum dois... intaum toda a minha história de... de... de ensino fundamental e ensino médio... foi feito com os dois... **(I20M21Mt linhas 41-44)**

(136) era *a Carla... Ø Lucimar... a Cacau... a Meire...* a gente brincava disso... a gente brincava muito de boneca também... aí era assim... cada brincadeira tinha uma turminha né?... quando a gente brincava na rua era essas minina... quando a gente brincava na casa de colega era *a Natália... a Natália Marques...* aí a gente ia pra casa dela... brincava de Barbie... *a Luísa... a Meire...* era assim... cada brincadeira tinha uma turminha pra gente brincá né?... por que umas num podia brincá na rua... otras tinha que brincá den de casa... aí a gente ia brinca na casa delas... pur que na nossa rua era muita criança... intaum... foi assim... **(I15F30Mt linhas 51-57)**

(137) muito os meus vizinhos... né?... *Ø Juaum Luís...* filho do Juaum Santana... *Ø Diana...* que apesar dos pais dela naum morarem perto da minha casa... mais ela cresceu na casa da vó dela que é perto da minha casa... *Ø Hermane...* filho de Emílio... *Ø Camila...* filha de dona Cleuza... *Ø Fernanda...* filha de Fernando Quinaum... é::... meu primo... *Ø Luís Filipe... Ø Arlei...* inclusive eu sô abençoado... pur que teim dois mininos que istudavam comigo no pré de cinco... e eu sô amigos deles...que eu mantenho contato com eles até hoje... que *o Arlei e o Juaum Luís...* *Ø Amanda...* acho que ela é subrinha do advogado Luis Calais... *Ø Amanda...* é... *Ø Ana Paula...* irman de Jander... tem um tal de Juliana que eu naum me lembro o sobrenome dela... que ela formo em medicina e teim anos que eu naum encontro com ela... mais... sempre fomos bons amigos... *Ø Emiliane...* filha de Emílio... e teim otros... que eu num... naum lembro todos os nomes... eu num lembro agora... mais graças a deus eu sempre fui bem relacionado... **(I09M30AC linhas 24-33)**

(138) nessa época... que eu tenho até hoje... que eu tinha... pur que acabei de formá... í... era *Ø Paulo Henrique* mesmo... colega de bagunça... sempre juntava com ele... pegava no pé de todo mundo mesmo... *Ø Túlio... Ø Rodrigo...* naum Rodrigo eu naum istudei com ele naum... *Ø Túlio*

mesmo:::... *Ø Juaum Lucas...* eu sempre estudei com ele... mais... chegando no terceiro... chegado no primeiro grau assim... a gente naum istudô mais junto... pur que ele... foi istudá fora... (I11M18AC linhas 50-55)

(139) bem... eu me lembro sempre que a gente tinha uma turminha... que era eu... *a Maira... o Leonardo... o Félix... a Disaile... e a Cecília...* a gente sempre assistia filme... assim... amizade mesmo que a gente tinha um grupo menor no canto da sala... e a gente sempre saia nos finais de semana... ou pra tomá sorvete... ou a gente assistia TV... ou a gente assistia filme... (I11M18AC linhas 120-123)

Assim, como já informado, apesar de o fator ser tido como desfavorecedor do uso do artigo definido, cumpre relembrar que, nas entrevistas de Matipó, há um percentual alto de artigo definido diante de antropônimos (77,4%) e que esse uso é variável dentro de uma mesma enumeração como verificado nos exemplos (135) a (139).

5.4.1.8 Gênero do antropônimo

Esse fator foi selecionado por duas vezes pelo programa como relevante durante as rodadas, conforme informado em 5.3. Os resultados obtidos na quantificação de todo o *corpora* está presente no gráfico 48 abaixo:

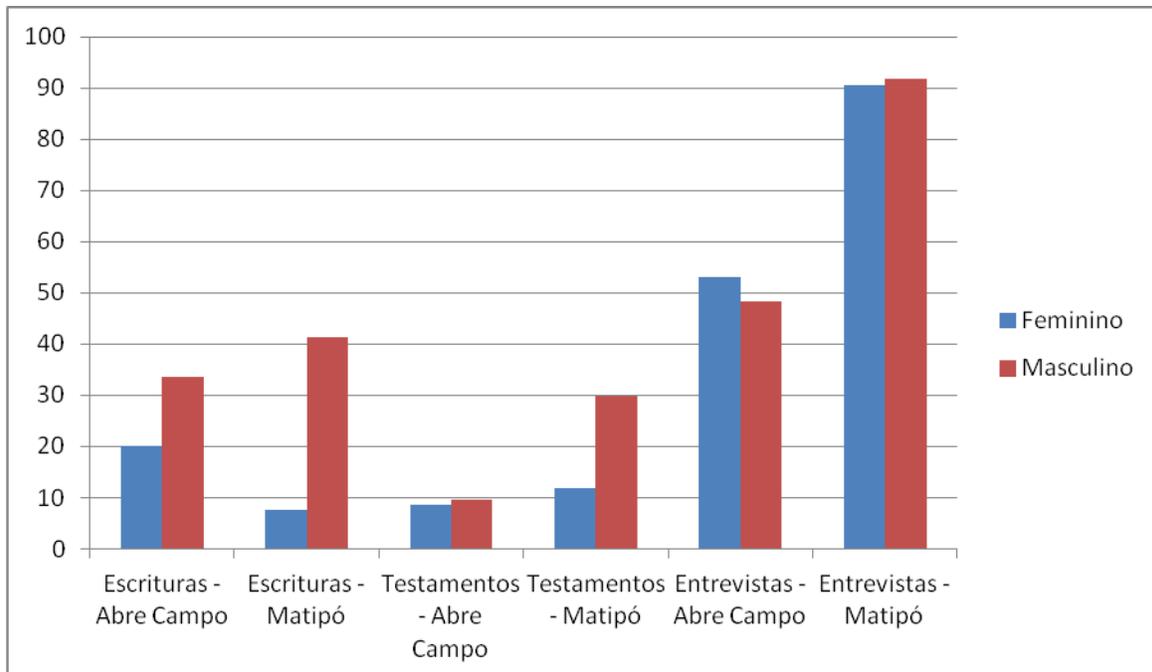


GRÁFICO 48: Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos com relação ao gênero do antropônimo em Abre Campo e Matipó

Antes de se analisar o gráfico, é necessário informar que esse fator foi eliminado pelo programa quantitativo tanto nas atas de Abre Campo quanto nas atas de Matipó, já que todos os antropônimos encontrados nesse gênero textual foram masculinos.

Esse fator foi selecionado como relevante nas escrituras e testamentos de Matipó, em que se observa que o uso do artigo diante de nomes masculinos é mais forte do que diante de nomes femininos; nos testamentos de Abre Campo e nas entrevistas de Abre Campo e Matipó, o padrão de uso de artigo definido diante de nomes próprios é basicamente o mesmo entre nomes femininos e masculinos, sendo certamente esse o motivo de haver sido descartado o fator; já nas escrituras de Abre Campo, a tendência também é a de se usar mais artigo definido diante de nomes masculinos, mas não o suficiente para ser apontada relevância pelo programa.

Ao estudar a fala da capital capixaba, Campos Júnior (2011) encontra uma tendência contrária a maior parte dos dados deste estudo, segundo ele, “apesar de não termos distinções polarizadas, parece que o capixaba da capital do Estado tende levemente a usar mais artigos quando diante de nomes femininos do que de nomes masculinos, o que contraria nossa intuição inicial” (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p.79); afirma ainda não ter identificado, até o presente momento, evidências que justificassem essa distinção. O padrão da fala capixaba estaria próximo do encontrado nas entrevistas da cidade de Abre Campo, em que a presença de artigo definido é mais acentuada diante de nomes próprios femininos.

A análise qualitativa dos dados dos *corpora* selecionados como favorecedores do uso do artigo definido quando o antropônimo é masculino mostra que os qualificativos possuem um papel preponderante nesse resultado: esse fator foi selecionado nas escrituras e testamentos de Matipó, gêneros textuais em que o uso de qualificativos diante dos nomes próprios é considerável; segundo Mendes (2000), os qualificativos “dom” e “dona” corroboram, na língua escrita pretérita, para a ausência de artigo definido no contexto de antropônimos; é sabido que o qualificativo “dom” não se popularizou, ao contrário do qualificativo “dona”, desse modo, é comum encontrar diversos nomes próprios antecidos por “dona” nos textos analisados, ao passo que não houve nenhum dado com o qualificativo “dom”. Justifica-se, portanto, que essa

tendência a se encontrar mais artigo definido diante de nomes próprios no masculino esteja associada a esse grande número de casos de antropônimos desarticulados antecedidos pelo qualificativo “dona” e não realmente a uma relevância desse fator. Cumpre lembrar que Campos Júnior (2011) optou por não realizar a leitura de Mendes (2000), desconsiderando esse aspecto.

5.4.2 Fatores extralinguísticos

5.4.2.1 Período de tempo

Apesar do programa quantitativo ter selecionado o fator período de tempo apenas no *corpus* das atas e escrituras de Matipó, optou-se por realizar a descrição deste fator observando a sua evolução em todo o *corpora*. Como já informado na seção 5.1, o *corpus* de língua pretérita foi formado a partir de documentos notariais (escrituras e testamentos) e atas obtidas na Câmara de Vereadores das respectivas comarcas, bem como nos cartórios das duas localidades, esses documentos, datam de 1875 a 1950, em 3 intervalos de tempo (1875 a 1900; 1910 a 1925; 1935 a 1950). A quantificação dos dados presentes nesses documentos se apresenta nas tabelas abaixo:

Tabela 43

Uso do artigo definido em atas por período em Abre Campo

Período de Tempo	Ausência		Presença	
	Dados	%	Dados	%
1875 a 1900	5	38,5	8	61,5
1910 a 1925	65	49,2	67	50,8
1935 a 1950	70	57,9	51	42,1

Tabela 44

Uso do artigo definido em atas por período em Matipó

	Ausência	Presença
--	----------	----------

Período de Tempo	Dados		Dados	
	Dados	%	Dados	%
1875 a 1900	79	82,3	17	17,7
1910 a 1925	37	53,4	31	45,6
1935 a 1950	117	62,9	69	37,1

Ao se analisar apenas tabelas 43 e 44, percebe-se que, no gênero textual ata, em Abre Campo, o padrão de uso de artigo no período de 1875 a 1900 era o uso de artigo: 61,5 % dos dados; com o passar do tempo, ocorre o aumento da ausência de artigo definido, passando o artigo definido a ser usado em apenas 50,8% dos casos no período de 1910 a 1925, essa ausência aumenta ainda mais chegando a 57,9% dos dados em 1935 a 1950. Em Matipó, a ausência que era de 82,3% no período compreendido entre 1875 a 1900, cai para 53,4% no período de 1910 a 1925 e volta a crescer entre 1935 a 1950.

Tabela 45

Uso do artigo definido em escrituras por período em Abre Campo

Período de Tempo	Ausência		Presença	
	Dados	%	Dados	%
1875 a 1900	71	74,7	24	25,3
1910 a 1925	193	66,3	98	33,7
1935 a 1950	131	72,0	51	28,0

Tabela 46

Uso do artigo definido em escrituras por período em Matipó

Período de Tempo	Ausência		Presença	
	Dados	%	Dados	%

1875 a 1900	97	52,4	88	47,6
1910 a 1925	147	62,8	87	37,2
1935 a 1950	166	77,9	47	22,1

De acordo com as porcentagens obtidas na tabela 45, observa-se que o padrão de uso ou não de artigo definido em estruturas envolvendo antropônimos nas escrituras de Abre Campo praticamente se manteve com o passar dos anos: 25,3% de uso de artigo no período compreendido entre 1875 a 1900; 33,7% no período de 1910 a 1925 e 28,0% no período de 1935 a 1950. Em contrapartida, a ausência de artigo definido nesse mesmo contexto se manteve: 74,7% no período de 1875 a 1900; 66,3% no período de 1910 a 1925 e 72,0% no período compreendido entre 1935 a 1950. Como se observa, apesar de uma oscilação no período compreendido de 1910 a 1925, o padrão é quase o mesmo em 1875 a 1900 e 1935 a 1950.

Na tabela 46, observa-se que o uso ou não de artigo definido diante de antropônimos nas escrituras de Matipó diminuiu com o passar dos anos: assim, tem-se 47,6% de presença no período temporal de 1875 a 1900; passando a 37,2% no período de 1910 a 1925; diminuindo ainda mais, 22,1% no período de 1935 a 1950. A ausência de artigo definido, por sua vez, aumentou: o percentual que era de 52,4% no período de 1875 a 1900; passou para 62,8% em 1910 a 1925; chegando a 77,9% no período de 1935 a 1950.

Tabela 47

Uso do artigo definido em testamentos por período em Abre Campo

Período de Tempo	Ausência		Presença	
	Dados	%	Dados	%
1910 a 1925	106	77,9	30	22,1
1935 a 1950	387	94,9	21	5,1

Tabela 48

Uso do artigo definido em testamentos por período em Matipó

Período de Tempo	Ausência		Presença	
	Dados	%	Dados	%
1875 a 1900	93	73,2	34	26,8
1910 a 1925	128	74,9	43	25,1

Com relação aos testamentos, como já informado anteriormente, não foi encontrado, em Abre Campo, esse gênero textual no período compreendido entre 1875 a 1900; portanto, nossa análise, nessa localidade, pautar-se-á apenas em dois períodos de tempo: 1910 a 1925 e 1935 a 1950. Já em Matipó, não foram encontrados nos livros do cartório da cidade, testamentos relativos ao período de tempo de 1925 a 1935; desta forma, nessa localidade, a análise desse gênero textual pautar-se-á também em apenas dois períodos de tempo: 1875 a 1900 e 1935 a 1950.

Tanto em Abre Campo quanto em Matipó, o que se percebe é que a ausência de artigo definido diante de antropônimos aumenta com o passar dos anos, a diferença é que esse aumento é mais saliente em Abre Campo do que em Matipó: em Abre Campo, em 1910 a 1925, a ausência de artigo que é de 77,9% das ocorrências passa a 94,9% no período datado entre 1935 a 1950; já em Matipó, a ausência de artigo definido que era de 73,2% no período de 1910 a 1925 passa a 74,9% no período de 1935 a 1950. Percebe-se que a ausência de artigo, nas duas localidades, aumenta com o passar dos anos; inclusive em Matipó, cidade que registrou 83% de presença de artigo definido diante de antropônimos na modalidade oral de fala na zona rural de acordo com Almeida Mendes (2009) e que registrou 91,6% de presença de artigo definido nos dados obtidos na modalidade oral na zona urbana nesta pesquisa.

Com o intuito de melhor visualizar os resultados das tabelas 43 a 48, optou-se por ilustrá-los no gráfico (49):

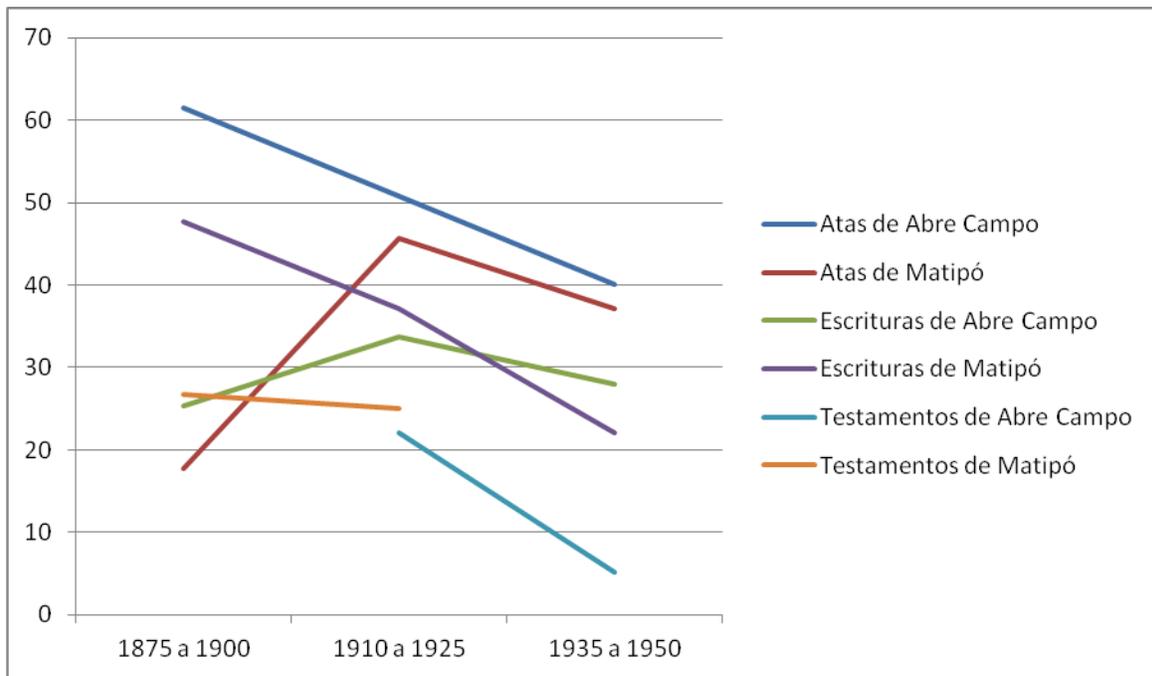


GRÁFICO 49: Realização do artigo definido diante de antropônimos na língua escrita pretérita com relação ao Período de tempo em Abre Campo e Matipó

Através do gráfico (49), registra-se uma queda, ao passar dos anos, no uso de artigo definido no contexto de antropônimos nos documentos de língua oral contemporânea nas atas de Abre Campo, nas escrituras de Matipó e testamentos de Abre Campo – apesar de nesses testamentos se registrar apenas dois períodos de tempo; com relação ao uso de artigo definido nas atas de Matipó e nas escrituras de Abre Campo, esse uso do artigo definido cresceu muito no intervalo de tempo que compreende os dois primeiros períodos de tempo, começando a cair no segundo intervalo; com relação aos testamentos de Matipó, apesar de também se ter analisado apenas dois períodos de tempo, o uso do artigo nesse contexto de antropônimo se manteve praticamente estável.

Devido à relevância desse fator, ele será posteriormente retomado na seção 5.6.1.

5.4.2.2 Intimidade

Conforme citado na subseção 4.6.2.3, optou-se, no início desta pesquisa, pela adoção da proposta de Amaral (2003), dividindo o grau de intimidade do falante com o referente em três

fatores: pessoa do meio social do falante, pessoa famosa e com prestígio na região e pessoa famosa nacionalmente. Entretanto, o programa quantitativo excluía sempre um dos fatores pela insuficiência de dados; assim, optou-se por uni-los e analisar apenas se o falante possuía ou não intimidade com o antropônimo em questão. Essa análise está apresentada no gráfico 50:

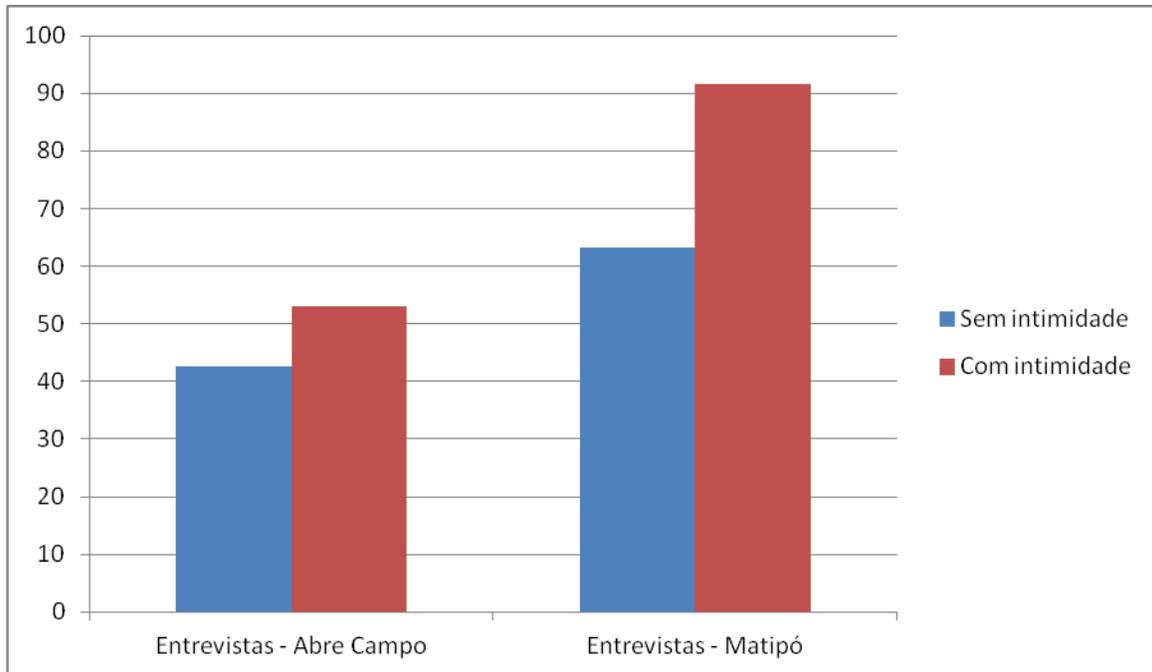


GRÁFICO 50: Realização do artigo definido diante de antropônimos na língua oral contemporânea com relação à intimidade em Abre Campo e Matipó

Apesar de ter sido selecionado pelo programa como relevante apenas em Matipó, registra-se que, nas duas localidades, há um aumento no uso do artigo definido quando há intimidade entre os falantes, a questão é que esse aumento em Matipó é mais acentuado – de 63,2% quando não há intimidade para 91,7% quando há intimidade – do que em Abre Campo – de 42,7% quando não há intimidade para 53% quando há intimidade.

Ressalta-se também que, apesar de o fator intimidade ter sido considerado relevante para o fenômeno sob análise em Matipó e de o uso do artigo definido diante de antropônimos em que se registrou intimidade em Matipó ter sido alto, a análise dos pesos relativos mostra que a intimidade não favorece o uso do artigo definido (0.50), mas a falta dela desfavorece esse uso

(0.16), o que nos faz concluir que a relevância desse fator em Matipó encontra-se no fato de o artigo definido ser desfavorecido nos casos em que não há intimidade com o referente e não o contrário.

Em Almeida Mendes (2009), ao se analisar este fator nos dados rurais destas localidades, registrou-se 89% de presença de artigo definido quando o informante de referia a pessoas mais próximas, ao passo que foi registrado 71% de presença de artigo definido ao se referir a pessoas mais distantes. No estudo atual, houve um aumento do uso de artigo definido diante de antropônimos com relação ao uso com intimidade (91,7%), ao passo que, com relação ao uso sem intimidade, houve uma diminuição do uso do artigo definido (63,2%).

Na seção 1.5, o fator intimidade foi considerado pelos gramáticos tradicionais como fator determinante para o uso ou não de artigo definido diante dos antropônimos; a regra postulada por eles é a de que se antepõe o artigo definido diante de antropônimos com o intuito de marcar intimidade, pois seu uso denota um tom de familiaridade ou afetividade.

Porém, segundo Moisés (1995), ao tratarem o fator intimidade como regra para o emprego do artigo definido nesse contexto, os gramáticos esquecem-se de determinar objetivamente em relação a quem essa intimidade deve estar relacionada, se ao falante, conforme Bechara (1987) e Almeida (1973), ao ouvinte, conforme Souza da Silveira (1960) e Said Ali (1964) ou aos dois. Para ela, o grau de intimidade entre o falante e o referente não é suficiente para explicar a ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo, pois o mesmo falante utiliza o nome próprio ora articulado ora não articulado; afirma ainda que a “tradição gramatical falha não somente por reduzir a noção de artigo aos parâmetros de determinação e indeterminação do substantivo, mas também por pouco explorar (ou ignorar) a dimensão discursiva nesse estudo” (MOISÉS, 1995, p. 34).

Neste estudo, considerou-se que, no fator intimidade, a relação que o falante tem com o referente. Assim como no trabalho de Moisés (1995), os falantes, principalmente os de Abre Campo, utilizaram o antropônimo ora articulado ora não, independente de ser essa a primeira ou a segunda menção. Os dados (140), (141), (142) e (143) comprovam o exposto:

(141) ele foi uma pessoa que... e ele tinha a cabeça mais aberta que mamãe... pur incrível que pareça... as vezes ês falava... mamãe falava alguma coisa... ele falava assim... “que isso... fia... quem vai falá *de Ø Celi*... pur que toda vida... a preocupaum dela... é o que os otros ia falá...“ah... *a Celi* tá fazeno isso”... eu toda vida eu gostei... quando eu vinha da iscola... o... o professor de Vitor e Léo morava aqui... aqui... em frente... e sempre tinha um barzim aqui na

esquina... e sempre... e toda sexta-fera ele cantava ali... aí quando eu vinha do colégio... as vezes eu passava... ((psiu... naum mexe aí naum filha))... as vezes ele passava e ele tava tocando... aí eu gostava muito de ficá tocando com ele... aí... ele chegava no outro dia... durmia tarde... aí... o meu marido nunca importô... o meu marido toda vida teve confiança comigo... aí... mamãe falava assim comigo... “ah... cuidado heim Celi... que eles vaum falá de você”... ah... meu pai virô uma fera... “que isso... quem vai falá *de Ø Celi*... que foi nascida e criada aqui nesse Abre Campo”... **(I02F62AC linhas 251-262)**

(142) *o Sô Marim* falô assim... “ô Juaum... faiz um curativo no dedo do Fortes aí”... ô prima... eu fui lá... eu lavei o dedo dele com água oxigenada... depois eu pensei... “vô colocá uma pumadinha aí e tampá né?”... e foi... mais antes eu vô colocá mertiolate pra desinfetá... na hora que eu coloquei o mertiolate no dedo dele... que eu virei pra pegá... né?... a... a gase... aquilo eu vi aquele barulhaum atrás de mim... ele caiu em cima da... da... da... daquela coisa da... da... da farmácia lá... da pratadeira... e ele ficô entre a pratadeira e... e a mesa... que eu olhei ele tava caído assim... ó... e o olho dele tava igualzim... é... mais tava mais branco... tava igual aquela mesa... tava igual aquele tampaum daquela mesa... aí ele... *Ø Sô Marim* falô... “quê que foi Juaum... quê que houve com ele”... eu falei... “mertiolate... Sô Marim... mertiolate que feiz ele caí”... “nossa senhora”... foi lá e colocô éter... e::... e aplicô uma coralina nele... daí a pouco ele voltô e falô assim... “o que que foi?”... aí *Ø Seu Mário* falô... “naum Fortes... num houve nada naum... cê viu sangue... cê... cê cumeçô a sinti mal aí... e tal”... **(I08M68AC linhas 310-322)**

(143) ês tinha que tê chegado perto *do dottor Marcos* e falado... “ô dottor... o senhor é nosso chefe aqui... o quê que o senhor acha?”... o prefeito divia de falá com ele... ele é chefe do município... ele é que manda... mais respeitá o amigo... respeitá as pessoa... eu falo perto de qualquer um... tinha que tê respeitado a presença *do dottor Marcos* naquele fórum... *Ø dottor Marcos* é um homi que teim vinte anos que tem aqui... *Ø dottor Marcos*... ele num é inimigo de ninguém... e nem amigo de ninguém... ele faiz o certo... cê tá intendeno?... dottor Dei/... *Ø dottor Marcos*... se ele vê que ocê tá certo?... ele faiz pro cê o certo... agora se ocê tá errado... ele te corrigi... cê tá intendeno?... ele fala... “naum Andréia... cê tá errado... cê teim que pagá pur isso”... agora se ocê tivé o seu direito... ele acha ele... é seu direito... é seu direito... intaum... ele tinha que tê falado... “ô Marcos... eu tava quereno cortá essas árvore aqui... o que que ocê acha?”... aí *Ø dottor Marcos* fala... “naum... o menos forga o meno essa do povo atendê aqui”... naum... num é modo de prefeito fazê aquilo naum... naum... eu já fui presidente de câmara aqui... já fui vereador dois mandatos... graças a Deus... naum achei certo... aquilo... mais como diz... ele que é o chefe tá meteno o cepo... probrema dele... mais eu diria que ele tinha tê respeitado um homi... que... é... que é... que *Ø dottor Marcos* é de fora... mais é um homi que nunca dexô o rastro pro zoto falá que *Ø dottor Marcos* feiz isso de errado... o homi anda direito... e no dia que nós perdê *Ø dottor Marcos* den do Abre Campo... nós perdeu a milhê autoridade... a milhê autoridade que nós perdeu dentro do Abre Campo... quando *Ø dottor Marcos* vei pra qui isso aqui era bagunçado... ele pois ordi nesse povo... cê tá intendeno?... é... ele pois ordi... **(I12M71AC linhas 129-148)**

(144) *a Maria* falô com ês assim... “ocês já armuçaru?”... ês falô... “já”... *Ø Maria* falô... “ô cumpadri... tem uma sopa... tem um resto de sopa aí... que eu fiz pro Dezim... ele deu desejo de cumê sopa”... o cumpadre Zé Driano falô assim... “essa eu num injeito naum”... perguntô pro cumpadre Sebastião... “cê aceita cumpadre?... papai?”... “tamém aceito um poquim”... aí *a Maria* troxe a sopa pra ês... ês cumero... **(I22M84Mt linhas 226-231)**

Como se vê, os antropônimos “Celi”, no primeiro exemplo, “Sô Marim/Sô Mário”, no segundo exemplo, “dotor Marcos”, no terceiro exemplo” e “Maria”, no quarto exemplo, apresentam-se ora articulado, ora não articulados, independente do grau de intimidade e do tipo de menção (primeira menção ou retomada de referente).

Silva (1996) observou que havia uma correlação direta entre o uso de artigo definido e a familiaridade com a entidade mencionada. Amaral (2007) conclui que, nas localidades estudadas por ele – Paracatu, Minas Novas e Campanha -, os falantes usam a variante não predominante para fazerem referência a pessoas com as quais não têm nenhum grau de intimidade e a variante predominante para fazer referência às pessoas mais próximas. O fator intimidade se mostrou importante em Campanha e Minas Novas, mas não em Paracatu.

Já Alves (2008), observou no grupo de Belo Horizonte, que o uso do artigo é “favorecido quando o entrevistado se refere a pessoas mais próximas (0.44), ligeiramente favorecido quando se refere a pessoas mais distantes (0.52), e altamente favorecido quando se refere a figuras públicas (0.87)” (ALVES, 2008, p. 109);

Braga (2012), por sua vez, registrou que o uso do artigo definido foi bastante desfavorecido em Mariana quando o entrevistado se refere à pessoa nacionalmente famosa (0.27), sendo também desfavorecido quando o entrevistado se refere à pessoa do meio social do falante (0.47) e favorecido quando o falante se refere à pessoa famosa e com prestígio na região (0.67).

Em Ouro Preto, Co, Silva e Terayama (2013) registraram 44% de ausência de artigo definido no contexto de antropônimo e 56% de presença; apesar de não ser esse o fator determinante, percebeu-se uma relação entre o grau de intimidade/afetividade e a ausência de artigo definido no contexto de antropônimos; assim, a ausência de artigo é favorecida em situações em que o informante se refere a pessoas às quais tem mais intimidade/proximidade.

Callou (2000) evidencia que, dentre as cidades pesquisadas, a única em que a intimidade condiciona a presença de artigo definido é a cidade do Rio de Janeiro. A autora discute, inicialmente, que para se postular o fator intimidade como regra para o uso ou não do artigo definido diante de antropônimos, necessita-se primeiro responder a seguinte indagação:

No que bloquearia a demonstração desses sentimentos [intimidade/familiaridade/afetividade] pelos portugueses antigos, visto que nos textos medievais a artigo ocorre pouco. Também por que brasileiros de algumas regiões, como São Paulo e Rio exteriorizariam a sua afetividade, enquanto outros, de Salvador (ou até de Niterói) são tão reprimidos, uma vez que não costumam usar artigo com nomes próprios, na fala cotidiana, mesmo ao se referirem a pessoas muito próximas, afetivamente. O que não se pode pensar é que portugueses e brasileiros sejam

desprovidos de afetividade ou incapazes de intimidade, em qualquer época de sua história. Se a intensificação do uso se verifica ao longo da história do português, seria necessário descobrir os fatores condicionantes, fora do âmbito emocional, afetivo, tarefa que não parece fácil. (CALLOU, 2000, p. 13)

Nos dados (141), (142), (143) e (144), já citados, nos quais se registrou que os falantes empregam os antropônimos ora articulados ora não, a intimidade também está presente em todos os casos: em (141) a informante cita as falas de seu pai, em discurso direto, nas quais se refere a ela, filha dele; em (142), o informante refere-se ao seu sogro; em (143), o informante refere-se ao juiz da cidade, que coincidentemente é também seu vizinho; em (144) o informante fala a respeito de sua esposa. Através dessa análise, conclui-se que o grau de intimidade com relação aos diversos referentes citados nos exemplos difere; mas, ao mesmo tempo, independente desse grau de intimidade, ora esses antropônimos são articulados ora não.

Os dados quantificados e os exemplos acima servem para nos mostrar que o parâmetro intimidade ou familiaridade do referente do antropônimo influencia sim no emprego de artigo definido diante de antropônimos – o que pode ser observado na fala dos moradores da zona urbana de Abre Campo e Matipó –, mas ele não pode ser visto sozinho como única justificativa para o uso do artigo no contexto de antropônimos, parece que há outros fatores que, junto a ele, condicionam esse uso.

5.4.2.3 Faixa etária

Esse fator só foi selecionado nas entrevistas de Matipó, apesar disso, devido a importância desse fator nos estudos sociolinguísticos, opta-se por analisar o comportamento na fala dos informantes nas duas localidades. O gráfico 51 traz esse resultado:

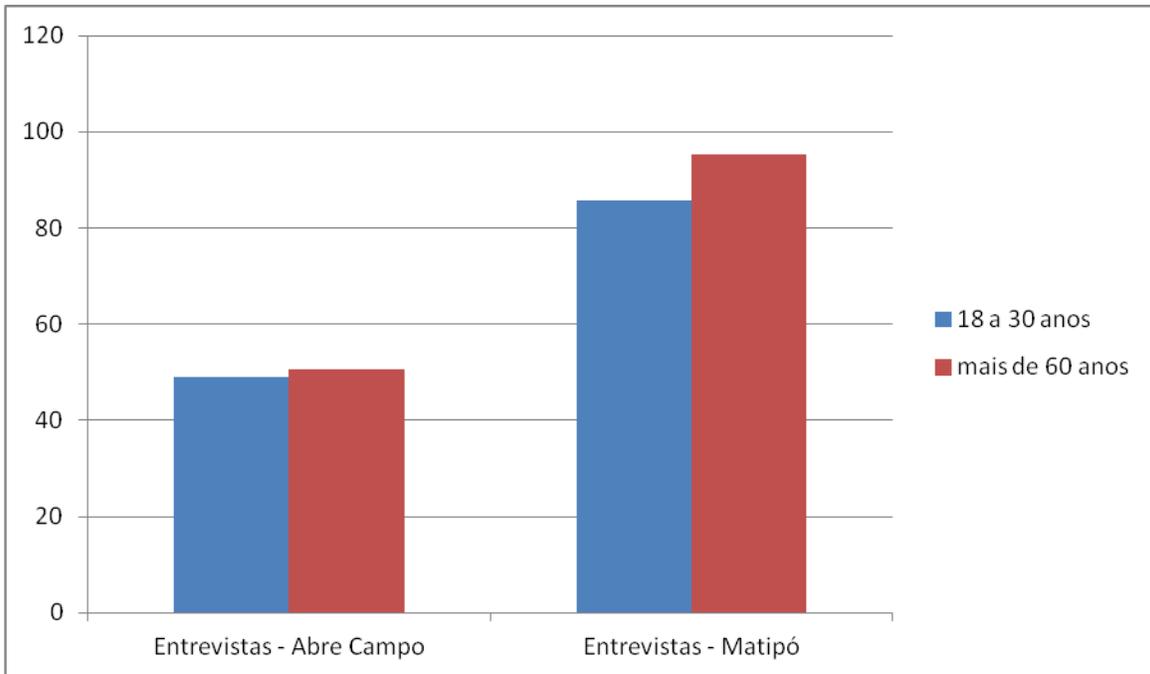


GRÁFICO 51: Realização do artigo definido diante de antropônimos na língua oral contemporânea com relação à faixa etária em Abre Campo e Matipó

A análise do gráfico 51 permite reafirmar, conforme já apontado pelo programa estatístico, que, em Abre Campo, o fator faixa etária não é relevante em relação ao uso ou não de artigo definido. Já em Matipó, é a fala dos mais velhos que apresenta maiores índices de artigo definido (95,3%) se comparada com a dos falantes entre 18 a 30 anos (85,8%); o uso do artigo definido é favorecido na fala dos informantes com mais de 60 anos (0.60), ao passo que é desfavorecido na fala dos informantes de 18 a 30 anos (0.35).

Em Almeida Mendes (2009), houve o registro de 50% de artigo definido na fala dos informantes de Abre Campo pertencentes à faixa etária de 18 a 30 anos e 46% de artigo definido na fala dos informantes da faixa etária acima de 70 anos. Já em Matipó, os informantes de 18 a 30 anos tiveram sua fala marcada por 90% de artigo definido no contexto de antropônimos, ao passo que os falantes com mais de 70 anos de idade empregaram artigo definido em 79% dos casos.

Ao se comparar o resultado das duas pesquisas, percebe-se que o padrão de 2009 obtido na análise da fala da zona rural em que os valores percentuais de uso do artigo definido eram maiores na fala dos informantes da faixa até mais nova (18 a 30 anos) do que na dos falantes idosos (mais de 70 anos) se inverteu nesta nova pesquisa realizada com falantes da zona urbana,

uma vez que, agora, os mais altos registros percentuais de uso de artigo definido no contexto de nome próprio de pessoa ocorrem justamente na fala dos moradores mais velhos, o que nos leva a acreditar que esse padrão poderia estar mudando; mas pesquisas posteriores, em que se considerem mais uma faixa etária necessitam ser realizadas para que se possa comprovar essa afirmação.

Em Amaral, esse fator foi considerado relevante em Minas Novas e Paracatu: nas duas localidades, os resultados apontaram que a faixa etária dos mais jovens (18 a 30 anos) favorecia o uso do artigo ao passo que a faixa etária dos mais velhos (acima de 50 anos) desfavorecia esse mesmo uso. Em Faria (2012), os informantes mais jovens, de 18 a 25 anos, utilizaram mais a presença de artigo, ao passo que os informantes adultos, com mais de 45 anos, utilizaram mais a ausência de artigo definido.

Campos Júnior (2011), em seu estudo na capital capixaba, controlou 4 faixas etárias diferentes, uma leitura dos pesos relativos obtidos em sua pesquisa permite afirmar que as faixas etárias de 26 a 49 anos e a de 50 anos em diante desfavorecem a presença de artigo definido diante de antropônimos com pesos relativos de (0.38) e (0.36), respectivamente; a faixa etária de 7 a 14 anos favorece ligeiramente a presença de artigo definido (0.54); enquanto que o uso de artigo definido é favorecido pela faixa etária de 15 a 25 anos (0.67). Observe esses resultados no gráfico 52 abaixo:

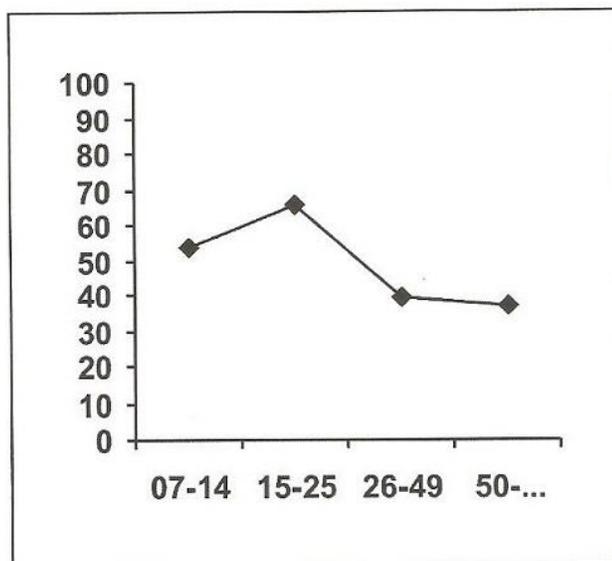


Gráfico 52: Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a faixa etária.

Fonte: PORTVIX, 2002 *apud* CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 83

Com base em suas quantificações, o autor esboça seus resultados relativos à quantificação do fator faixa etária e reproduz o gráfico acima em que se tem a curva em forma de S proposta por Labov (1994). Dessa forma, assume-se a hipótese de que os capixabas estariam em fase de aquisição do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa, mas essa hipótese é por ele descartada uma vez que a taxa média de uso de artigo está em torno de 50%, sendo, portanto, um ambiente neutro. Outra hipótese assumida pelo autor seria a de que “estaríamos lidando com um caso de gradação etária, isto é, um comportamento de cunho linguístico regular que se repete nos segmentos etários a cada geração (LABOV, 1994, p. 46)” (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 84)

Oliveira e Silva (1987 *apud* Callou 2000, p. 24) analisam a taxa de artigos frente a nomes próprios em dados da fala não culta no Rio de Janeiro, segundo a sua análise, as mulheres de idade mais avançada usariam mais artigo, enquanto que os homens usariam menos e que não haveria nenhuma explicação para o fato. Já em seu trabalho, Callou (2000) conclui que o fator faixa etária é determinante no processo de variação do Rio de Janeiro, bem como de Salvador e que, em São Paulo, a variável faixa etária não pode ser desvinculada da variável sexo, esta, por sua vez, bem nítida no processo de variação.

Apesar de não ser o objetivo desta pesquisa analisar se ocorre uma mudança em progresso nas duas localidades, por isso o uso de apenas duas faixas etárias, os resultados obtidos nesta pesquisa permitem-nos afirmar que, em Abre Campo, o padrão permanece o mesmo, ao passo que, em Matipó, o uso do artigo definido pelos falantes com mais de 60 anos é maior se comparado aos jovens de 18 a 30 anos; isso nos leva a refletir que o padrão de predominância de artigo definido em Matipó possa estar mudando; cumpre lembrar que, nos dados obtidos a partir da fala dos moradores da zona rural de Matipó, em 2009, os informantes de 18 a 30 anos tiveram sua fala marcada por 90% de artigo definido no contexto de antropônimos, ao passo que os falantes com mais de 70 anos de idade empregaram artigo definido em 79% dos casos. O padrão obtido através da análise dos falantes da zona rural é inverso ao encontrado na fala dos moradores da zona urbana: nos dados da zona urbana, o uso do artigo estaria mais acentuado na fala dos mais jovens, o que poderia resultar um fortalecimento ainda maior do uso do artigo

definido nas próximas gerações; já os dados da zona urbana apontam para uma mudança em progresso no padrão de fala dos moradores, deixando a presença de artigo definido de ser usada, aos poucos; caso isso se comprove em pesquisas posteriores, pode-se pensar na hipótese de que o crescimento mais acentuado de Matipó, juntamente com o fato da cidade receber pessoas de várias partes do estado e do país devido a presença de uma mineradora e da faculdade, possa estar afetando a tendência a se usar mais artigo definido nessa localidade.

5.5 Casos totalmente desconsiderados na análise quantitativa

Apresentar-se-ão, nessa seção, os casos desconsiderados pela análise quantitativa, por se achar necessário mencionar os fatores desconsiderados pelo programa: dos 15 fatores analisados, dois não foram considerados como relevantes em nenhuma das rodadas, são eles: gênero e antropônimo em estrutura de genitivo.

5.5.1 Gênero do falante

Esse fator foi observado nas entrevistas das duas localidades e não foi selecionado como relevante em nenhuma delas. O resultado dessa quantificação é encontrado nas tabelas 49 e 50 abaixo:

Tabela 49

Uso do artigo definido com relação ao fator gênero do falante em Abre Campo

Gênero do falante	Ausência		Presença	
	Dados	%	Dados	%
Masculino	197	52,3	180	47,7
Feminino	98	46,2	114	53,8
Total	295	100,0	294	100,0

Tabela 50

Uso do artigo definido com relação ao fator gênero do falante em Matipó

Gênero do falante	Ausência		Presença	
	Dados	%	Dados	%
Masculino	59	9,8	544	90,2
Feminino	50	7,7	597	92,3
Total	109	8,7	1.141	91,3

O que se percebe, em cada localidade, é que, em termos percentuais, o padrão de uso de artigo definido foi muito próximo com relação aos gêneros masculino e feminino, sendo possivelmente esse o motivo do fator não haver sido considerado relevante; apesar dos resultados percentuais próximos, fica claro que as mulheres, em Abre Campo, possuem a fala um pouco mais marcada pela ausência de artigo (53,8%) e, em Matipó, a fala das mulheres é caracterizada por 92,3% de artigo definido no contexto de antropônimo. Na pesquisa de 2009, na fala das comunidades rurais dessas duas localidades, o padrão registrado entre homens e mulheres não foi tão próximo quanto o encontrado no atual estudo: naquela época, registrou-se 56% de artigo definido diante de antropônimos na fala das mulheres entrevistadas em Abre Campo e 43% na fala dos homens; em Matipó, a fala das mulheres foi marcada por 80% de presença de artigo definido, ao passo que a dos homens apresentou 90%.

A análise comparativa entre a pesquisa atual e a de 2009 mostra que, em Abre Campo, o padrão de fala das mulheres mudou, deixando de ser marcada pela presença e passando a ser marcada mais fortemente pela ausência; já em Matipó, o padrão continua o mesmo, a presença de artigo definido, apenas em números mais altos.

Segundo Chambers (1995, p. 102), as mulheres tendem a usar menos variantes estigmatizadas e não-padrão do que os homens, considerando-se as mesmas circunstâncias; as inovações seriam difundidas pelas mulheres, uma das explicações para isso seria o papel social atribuído a ela na educação dos filhos. Com base nisso, podemos afirmar que, em nossos dados, os informantes do gênero masculino são mais conservadores, mantendo o padrão de ausência de artigo definido constatado na quantificação geral dos dados da localidade, ao passo que as mulheres seriam as inovadoras, uma vez que a presença de artigo definido é mais forte em sua fala. Já em Matipó, cidade em que o padrão de presença de artigo definido diante de nomes próprios de pessoa é alto, tanto os homens quanto as mulheres possuem a fala marcada pela

presença, sendo que a fala das mulheres é um pouco mais caracterizada pela presença do artigo definido nesse contexto.

Alves (2008) levanta, em sua hipótese, a idéia de Chambers (1995) de que as mulheres tenderiam a fazer o maior uso do artigo definido diante de antropônimo, mas comprovou que os homens mostraram-se levemente favorecedores da presença de artigo definido diante de nomes próprios de pessoa.

Em Campos Júnior (2011), constatou-se também que os homens usam mais artigo definido diante de nomes próprios de pessoa do que as mulheres, 54% e 30%, respectivamente. O autor apóia sua explicação em duas hipóteses: as mulheres seriam mais conservadoras e tenderiam a usar o padrão de ausência considerado na região; ou ainda, o artigo seria menos frequente pelo fato de a comunidade pesquisada ser de colonização mais antiga, a ausência funcionaria como um traço arcaizante propagado pelas mulheres de forma inconsciente - essa segunda hipótese estaria apoiada nos estudos de Callou e Silva (1997).

Em Ponte Nova, Faria (2012) registrou, em seus dados, 81% de ausência de artigo definido na fala do gênero masculino e 86% de ausência na fala do gênero feminino. Houve variação na fala de todas as mulheres, ao passo que na fala de dois homens pesquisados a ausência de artigo definido foi categórica; para a autora, isso poderia levar o leitor a pensar que os homens usam, nesse contexto, menos artigo do que as mulheres; mas os dados da pesquisa são insuficientes para tal afirmação.

Oliveira e Silva (1987 *apud* Callou, 2000, p. 24), ao analisar dados da fala não culta do Rio de Janeiro, concluem que “é no primeiro e segundo graus que se processa o aumento de frequência de uso do artigo, havendo ainda uma atuação da variável sexo frente ao percentual de artigos, as mulheres aumentando regularmente seu uso”, assim, as mulheres de idade mais avançada empregariam mais artigo definido no contexto de nome próprio.

Em pesquisa realizada em São Paulo, Porto Alegre e Recife/Salvador, Callou (2000) constata que, entre os homens, o uso do artigo definido parece estar regredindo, ao passo que, entre as mulheres, esse uso estaria se intensificando; ressalta ainda que o ápice de uso de artigo definido estaria na fala dos jovens.

Apesar desse fator não ter sido selecionado em nenhuma das rodadas, é interessante ressaltar que, nas duas localidades, o uso de artigo definido é um pouco mais saliente na fala das mulheres; esse fenômeno torna-se ainda mais interessante se relembramos que o padrão de uso de

artigo definido diante de antropônimos é diferenciado nas duas localidades: em Abre Campo prevalece a ausência de artigo definido nesse contexto, ao passo que, em Matipó, prevalece a presença de artigo definido.

Segundo Chambers (1995) e Labov (1972), dentro de um mesmo grupo social, as mulheres utilizam menos variantes estigmatizadas do que os homens, usando mais as variantes de prestígio do que os homens; além disso, eles ressaltam que as mulheres adaptam-se melhor linguisticamente do que os homens a uma variada gama de situações sociolinguísticas. Assim, essa tendência ao conservadorismo deve-se ao fato de as mulheres serem mais conservadoras do que os homens, inovando menos do que eles: ao utilizarem as formas de prestígio, elas tentam alcançar *status* social.

Isso é confirmado nos dados obtidos em nossa quantificação se considerarmos as normas consensuais de cada localidade: em Abre Campo, cidade em que a ausência de artigo é mais forte, prevalece a ausência de artigo definido na fala das mulheres; ao passo que, em Matipó, cidade em que a presença de artigo é o padrão, prevalece a presença de artigo definido na fala das mulheres.

Cumpramos lembrar ainda que, para Cameron e Coates (1990), essas conclusões são questionáveis já que a noção de conservadorismo é relativa e essa crença de que as mulheres são mais sensíveis ao *status* origina-se do machismo presente nas normas.

5.5.2 Antropônimo em estrutura de genitivo

Desde o início deste estudo, acreditou-se que as estruturas de genitivo influenciariam no uso de artigo diante de antropônimos na fala dos moradores das duas localidades, não só nos textos de língua escrita pretérita como também nas entrevistas de língua oral contemporânea, devido ao fato de que, em Almeida Mendes (2009), pesquisa desenvolvida na zona rural dessas duas localidades, esse fator foi um dos determinantes: em Abre Campo, 54% das estruturas em que ocorria genitivo foram articuladas, ao passo que em Matipó, o artigo definido ocorreu em 91% dos casos de estrutura de genitivo.

Mendes (2000) percebeu também, desde o primeiro contato com a fala contemporânea dos habitantes da cidade de Barra Longa, que este seria um dos contextos exemplificadores da variação estudada, ao se referir a estruturas de genitivo sem preposição, a autora relata: “chamou-

me a atenção o elevado número de ocorrências desta estrutura, principalmente quando se tratava de ‘casos genitivos’, pois, neste ambiente sintático, a ausência de artigos apresentava-se mais saliente.” Para ela, essa poderia ser explicada pelo fato de que, “por diversas vezes na língua oral, o falante fazer uso deste tipo de estrutura para se referir a uma pessoa, identificando-a como ‘fulano de fulano’”. (MENDES, 2000, p.13). A hipótese defendida em seu trabalho é a de que as estruturas de genitivo seriam um “resquício de uma forma pretérita da língua que se manteve no sistema linguístico de Barra Longa/MG” (MENDES, 2000, p. 148)

Em Amaral (2003), apesar desse fator não ter sido selecionado como relevante em nenhuma das três localidades pesquisadas, o autor adverte que isso não “invalida o que foi exposto sobre o ‘estranhamento’ que esses exemplos provocam em certos falantes e que parece ser uma marca de distinção de falares em Minas Gerais” (AMARAL, 2003, p. 121). Em sua pesquisa, 80% dos dados encontrados em estruturas de genitivo foram articulados em Campanha; em Paracatu, ocorreram 46% de artigo definido nesse mesmo contexto; já em Minas Novas, prevaleceu a ausência em 71% desses dados.

Em Braga (2012), esse tipo de estrutura também ocorreu com mais facilidade na comunidade de Mariana do que em Uberaba; segundo a pesquisadora, isso ocorreu devido ao fato de Mariana ser uma comunidade muito pequena, em que as pessoas se conhecem mais; apesar disso, não foi um fator selecionado como relevante para determinar a variação do artigo definido diante de nomes próprios.

O resultado da quantificação desse fator está apresentado no gráfico (53):

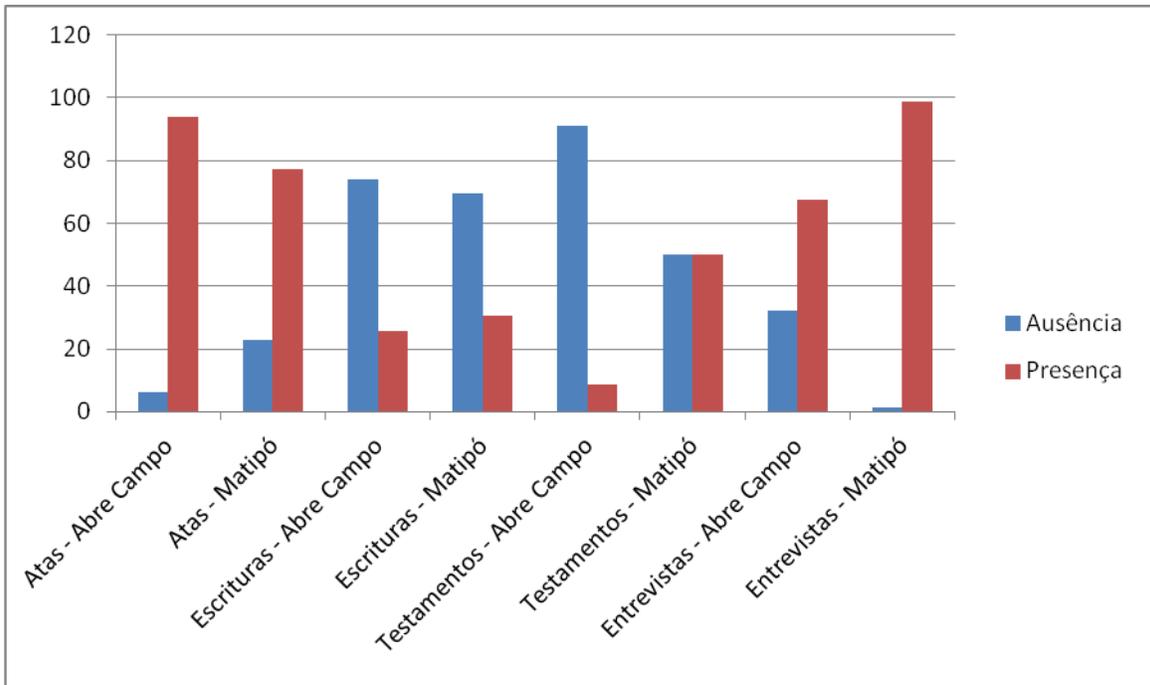


GRÁFICO 53: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação às estruturas de genitivo em Abre Campo e Matipó

A análise do gráfico mostra que a presença de artigo definido diante de nomes próprios de pessoa em estruturas de genitivo foi quase que categórica nas atas de Abre Campo (93,9%) e nas entrevistas de Matipó (98,7%); em contrapartida, a ausência de artigo definido foi de 91,2% nos testamentos de Abre Campo e de 74,1% nas escrituras desta mesma cidade.

5.6 Outras análises relevantes

5.6.1 Período de tempo

Na seção 5.4.2.1, realizou-se a análise isolada deste fator com relação a cada um dos *corpora* deste trabalho; opta-se, a partir deste momento, por outra análise, em que as atas, escrituras e testamentos de cada localidade serão agrupados e considerados apenas com relação ao período em que foram escritos. Observe atentamente o gráfico 54:

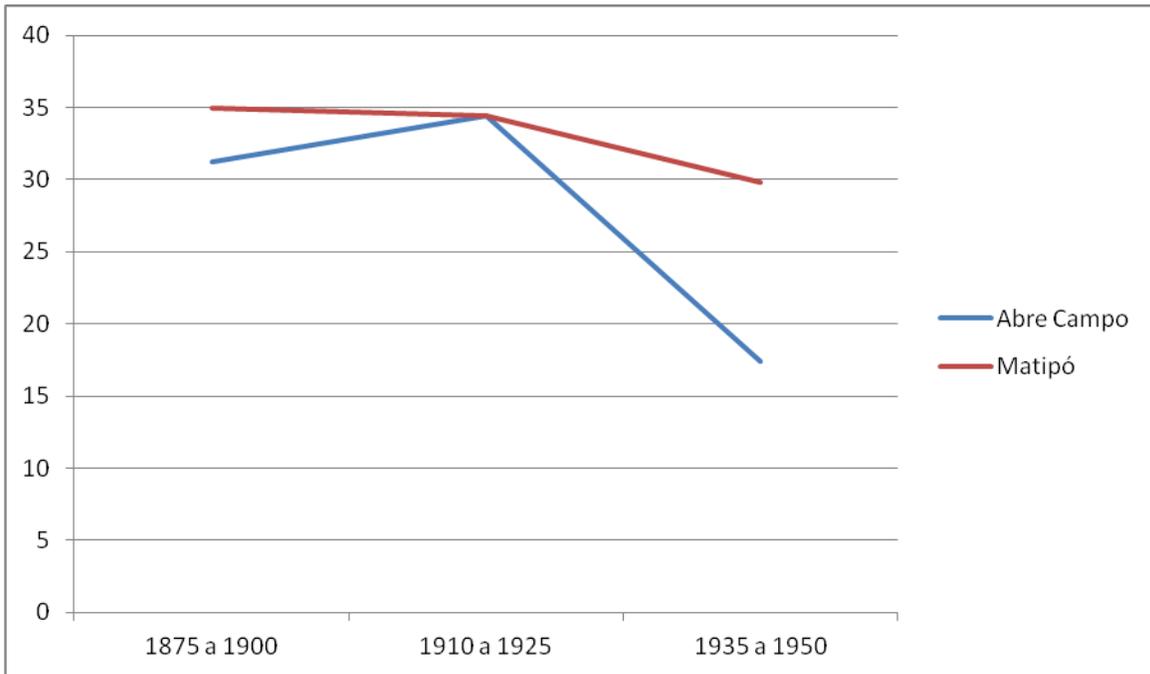


GRÁFICO 54: Realização do artigo definido diante de antropônimos na língua escrita pretérita com relação ao Período de tempo em Abre Campo e Matipó – rodada geral

Como informado, no gráfico 19, os dados do *corpus* de língua escrita pretérita foram analisados sem que se considerassem diferenças relativas ao gênero textual; assim, todos os textos relativos a determinado período de tempo foram analisados conjuntamente em cada localidade. No período de tempo compreendido entre 1875 a 1900, o padrão de uso de artigo definido foi muito próximo dos documentos escritos das duas localidades: 31,2% de presença de artigo definido em Abre Campo e 35,0% de uso de artigo definido em Matipó; já no período compreendido entre 1910 a 1925, o uso se iguala, sendo encontrado o mesmo percentual de uso de artigo definido diante de antropônimos nas duas localidades (34,4%); no último período de tempo, 1935 a 1950, esse padrão se diferencia havendo uma queda no uso do artigo definido nos textos escritos das duas cidades: passou-se a usar apenas 17,4% de artigo definido diante de nomes próprios nos textos escritos de Abre Campo e 29,8% de artigo definido nesse mesmo contexto nos textos escritos de Matipó.

Um fator político pode haver determinado essa diferenciação no último intervalo de tempo: segundo dados do IBGE, a localidade de Matipó foi criada como distrito pela lei provincial nº 3442, 767, de 02 de maio de 1956 e pela lei estadual nº 2, de 14 de setembro de 1981, estando subordinada ao município de Abre Campo; só em 1938 é que foi elevada a categoria de cidade pela lei estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, sendo então desmembrada do município de Abre Campo. Acredita-se que possa ser, possivelmente, essa uma das causas da diferenciação do padrão de uso de artigo nos textos da cidade de Matipó. Se se analisar a ano em que os documentos das duas localidades relativos a esse terceiro período de tempo (1935 a 1950) foram escritos, perceber-se-á que, em Abre Campo, apenas duas escrituras datam de 1935 e 1936 e um testamento do ano de 1937, todos os outros documentos são posteriores a 1938; já em Matipó, cidade emancipada de Abre Campo depois de 1938, nenhum dos documentos analisados no terceiro intervalo de tempo (1935 a 1950) é anterior a 1938, o que nos faz validar a hipótese de que a emancipação da cidade possa ter afetado esse distanciamento do padrão de uso do artigo definido diante de antropônimos nessas duas localidades. Cumpre lembrar que a confirmação dessa hipótese necessitaria de um outro estudo mais aprofundado.

Costa (1998) analisa o comportamento do artigo definido diante de nomes próprios em textos do período arcaico; o resultado de seu trabalho pode ser observado no gráfico abaixo:

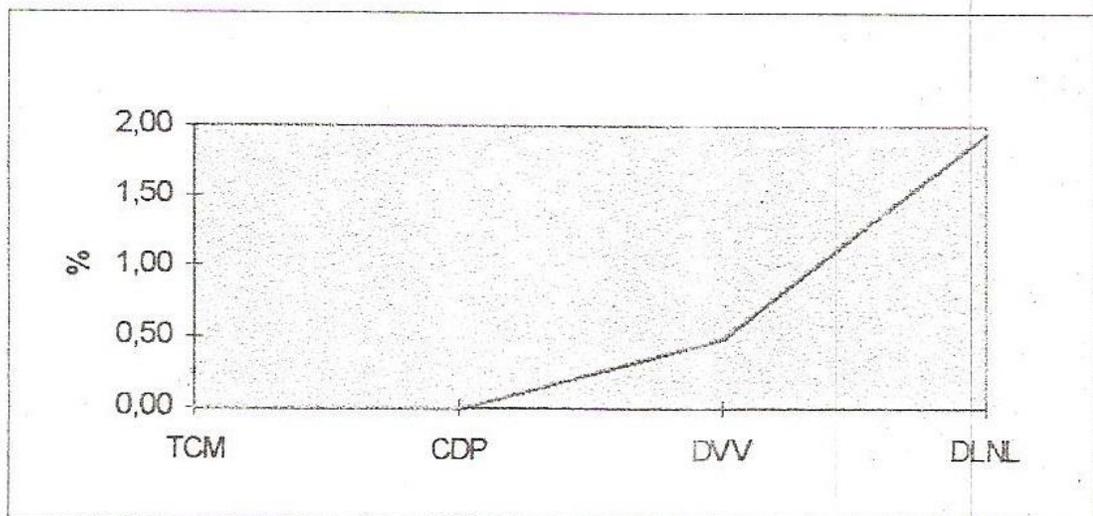


GRÁFICO 55: Percentagem de ocorrências de nome próprio em textos do período arcaico.

Fonte: COSTA, 1998, p.116.

A autora observa que o artigo definido só ocorre em DVV e DLNL, textos que pertencem aos meados do século XVI, ou seja, ao final do período arcaico; ressalta ainda que das 1.466 ocorrências analisadas, apenas duas foram articuladas (0,13%); confirmando a afirmação de Callou e Silva (1996, p. 136) de que o uso do artigo em linguagem escrita é muito baixo, sendo própria da linguagem oral.

Callou (2000), ao confrontar os textos escritos de diferentes fases da história da língua portuguesa, conclui que:

1) o percentual de uso de artigo definido diante de nome próprio de pessoa cresce gradativamente do sé XIII até os dias atuais, e 2) que é nos últimos três séculos (entre os séculos XVIII e XIX) que se processa um aumento significativo. A origem do uso de artigo corresponde a uma mudança qualitativa-estrutural, mudança de marcas internas para marcas externas, e a sua implementação, de natureza quantitativa, no contínuo diacrônico [...]" (CALLOU, 2000, p. 16)

Esse processo de implementação citado por Callou (2000) pode ser observado pela tabela e figuras abaixo:

Tabela 51

Frequência de uso do artigo definido diante de nomes próprios por século

	oco/total	%	Peso relativo
XIII	0/24		
XIV	1/166	1%	.02
XV	1/300	1%	.03
XVI	2/166	2%	.05
XVII	1/126	1%	.03
XVIII	13/77	17%	.42
XIX	156/657	24%	.65
XX	716/2274	34%	.76

Fonte: CALLOU, 2000, p. 17



Gráfico 56: Uso do artigo imediatamente antes do antropônimo

Fonte: CALLOU, 2000, p. 17

Apesar de julgar desnecessário, a autora lembra os leitores do fato de os textos relativos aos séculos iniciais ainda não retratarem o português brasileiro. Independente disso, nosso interesse está nos dados obtidos no período compreendido entre os séculos XIX e XX, uma vez que nossos documentos datam desse período. Segundo dados da tabela 51, há um registro de 24% de presença de artigo definido diante de antropônimos no *corpus* trabalhado por Callou (2000), em contrapartida, observa-se nos dados de Abre Campo um registro de 31,2% de artigo definido nesse mesmo contexto e 35% em Matipó, cumpre lembrar que esse maior registro de artigo definido nas duas localidades pode ser justificado, em parte, por se ter analisado apenas textos escritos no período compreendido entre 1875 a 1900. Já no século XX, há um registro de 34% de uso de artigo definido diante de nomes próprios na pesquisa realizada por Callou (2000); em Abre Campo e Matipó, registra-se um padrão de 34,4% no período compreendido entre 1910 a 1925; após isso, esse padrão cai no terceiro intervalo de tempo, passando a 29,8% de uso de artigo definido em Matipó e 17,4% em Abre Campo. Acredita-se que essa queda de uso do artigo definido diante de antropônimos possa estar associada ao fato de que, com o tempo, o grau de

letramento da população tenha aumentado, crescendo também a consciência da maior rigidez da língua escrita e do próprio gênero.

5.6.2 Percepção dos moradores com relação ao fenômeno da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos

Como já informado na seção 4.8, foi realizado um teste simples de percepção com os alunos de Abre Campo e Matipó que estudam na faculdade Univértix, o teste foi realizado *on line* via sistema webgiz, durante quinze dias, sendo enviado um total de 385 convites: 138 convites para os alunos de Abre Campo e 247 convites para os alunos de Matipó. Foram respondidas 20 questões de natureza sintática, morfológica, ortográfica e estilística; desse total, nove foram voltadas para o uso ou não de artigo definido diante de antropônimos.

Segundo Callou e Silva (1997), o fenômeno não é estigmatizado e nem é valorizado socialmente, está ligado somente a aspectos teóricos sobre definitude e à questão da mudança linguística; sendo, por essa razão, que a sua evolução é observada através do tempo. Apesar disso, a distinção com realização ao uso do artigo definido é presente na fala das pessoas: os falantes de Abre Campo reconhecem ter sua fala marcada pela ausência de artigo definido, enquanto que os de Matipó reconhecem ter como marca em sua fala a presença de artigo definido; cumpre lembrar que a pesquisa realizada em 2009 e a atual pesquisa confirmam essa diferenciação. Apesar de não ser um fenômeno estigmatizado, é comum não só os alunos das localidades em questão como os das outras cidades se referirem aos colegas que possuem um padrão de fala divergente do seu com expressões do tipo: “*Olha o jeito dele falar...*” ou “*Fulano não sabe nem falar... olha só professora...*”.

Ao realizar esse teste de percepção, esperava-se que os alunos optassem pelas alternativas que caracterizassem o padrão de fala de sua localidade de origem. Os resultados de cada uma das localidades podem ser observados na tabela (52):

Tabela 52

Resultado do teste de percepção - realização do artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo e Matipó

	Abre Campo	Matipó
1.1 Fui almoçar na casa de Paulo.	39,83%	41,87%
1.1 Fui almoçar na casa do Paulo.	60,17%	58,13%
2.1 Ele saiu com Maria.	48,31%	39,90%
2.2 Ele saiu com a Maria.	51,69%	60,10%
3.1 O Diego, na verdade, é primo do meu pai.	44,07%	35,47%
3.2 Diego, na verdade, é primo do meu pai.	55,93%	64,53%
4.1 Meu sítio divide com terras do Henrique da Silva Brandão.	48,31%	46,80%
4.2 Meu sítio divide com terras de Henrique da Silva Brandão.	51,69%	53,20%
5.1 Ele falou com Sílvio.	39,83%	45,32%
5.2 Ele falou com o Sílvio.	60,17%	54,68%
6.1 A dona Maria estava cansada.	32,20%	31,03%
6.2 Dona Maria estava cansada.	67,80%	68,97%
7.1 Carlinha veio correndo.	56,78%	58,13%
7.2 A Carlinha veio correndo.	43,22%	41,87%
8.1 Ele foi para casa de tio Joãozinho.	32,20%	27,09%
8.2 Ele foi para casa do tio Joãozinho.	67,80%	72,91%
9.1 Ele é pai da Viviane mais da Fabiene.	60,17%	59,11%
9.2 Ele é pai de Viviane mais de Fabiene.	39,83%	40,89%

Pela análise da tabela 52 percebe-se que o padrão de resposta nas duas localidades foi basicamente o mesmo, o que contraria a hipótese inicial de que os alunos optariam pelas alternativas que caracterizassem o padrão de fala de sua localidade de origem. Em alguns casos, como nas respostas referentes aos itens 1, 4, 6, 7 e 9, os resultados percentuais nas duas localidades foi basicamente o mesmo. Com exceção dos itens 4 e 7, em que houve o prevalecimento da ausência, em todas as outras questões referentes ao uso ou não do artigo definido diante de antropônimos, prevaleceu a presença do artigo definido independente da localidade em que o informante reside. Nas questões referentes aos itens 1, 5 e 9, a presença de artigo foi maior na localidade de Abre Campo, cidade em que o padrão de uso esperado seria o do prevalecimento da ausência de artigo definido.

Se compararmos esses resultados aos de língua escrita pretérita, veremos que o padrão de uso de artigo definido tanto de Abre Campo (25,3%) quanto o de Matipó (33,4%) estão distantes dos resultados encontrados pelo teste de percepção. Com relação aos resultados atuais de língua oral contemporânea, obtidos através da fala da zona urbana das cidades, há o registro de 48,6% de presença de artigo definido no contexto de antropônimos em Abre Campo e 91,5% de presença em Matipó, resultados esses razoavelmente próximos dos padrões de respostas dos itens das questões 2, 3, 4 e 7 em Abre Campo e totalmente distantes dos padrões de resposta de Matipó. Com relação à pesquisa de 2009, em que os dados foram extraídos de entrevistas orais realizadas na zona rural de Abre Campo e Matipó, houve o registro de 48% de artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo e 83,0% de realização de artigo nesse mesmo contexto em Matipó, resultados esses em que o padrão novamente se aproxima dos itens 2, 3, 4 e 7 em Abre Campo e ainda são bastante distantes dos padrões de resposta de Matipó.

Esperava-se que as estruturas envolvendo hipocorístico dos itens 7 e 8 apresentassem maior incidência de artigo, uma vez que esse tipo de antropônimo é o que envolve um grau maior de intimidade; o que ocorreu na estrutura 8 em que o hipocorístico estava associado a um qualificativo que denota ainda mais familiaridade “Tio”, mas não ocorreu no item 7 em que o hipocorístico encontrava-se no início da frase. Paralelo a isso, tem-se o exemplo 6 em que há novamente um qualificativo associado a um prenome e, nesse caso, a presença de artigo definido prevalece nas duas localidades. Os casos de preposição nos itens 1, 2, 5, 8 e 9 influenciaram a presença do artigo definido, mesmo nos casos em que a preposição não se contrai com o artigo definido, nos itens 2 e 5; o único caso em que ocorre preposição e há a ausência do artigo

definido é no item 4, em que a preposição poderia estar contraída ao artigo definido, mas isso não ocorre, acredita-se que o nome completo, por se distanciar do fator intimidade, possa ter condicionado essa ausência de artigo definido.

Resta lembrar ainda que, devido à formalidade da língua escrita e ao fato de se tratar de um “teste” em que se deveria analisar qual alternativa estaria mais adequada para uma situação formal de comunicação, o fator intimidade do falante com o referente tenha sido prejudicado, já que o informante que respondeu ao questionário certamente se sentiu distante do referente em questão. Mas, se todos os referentes estavam distantes da relação de intimidade, é estranho um padrão tão alto de uso de artigo definido, principalmente nas respostas dos alunos de Abre Campo, cidade em que a ausência é levemente favorecida.

Outra questão que precisa ser colocada, diz respeito ao fato de quase todas as respostas dos alunos irem contra ao que as gramáticas postulam como regra para o emprego do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa; segundo essa regra, os nomes próprios de pessoa não levariam artigo definido, salvo quando denotam intimidade/familiaridade/afetividade, conforme relatado na seção 1.5.

Conforme Cyranka e Roncarati (2008), a avaliação linguística deve analisar qualquer nível de atenção dos falantes em relação à fala e buscar compreender como os membros da comunidade de fala avaliam determinada variáveis; as respostas e as reações perpassariam todos os níveis de consciência, desde a discussão manifesta até a reações que são inacessíveis à introspecção. Para Labov (1975), os valores sociais atribuídos às duas formas linguísticas geralmente simbolizam uma oposição entre valores sociais, esses valores podem alcançar o nível de consciência e se tornar estereótipos ou permanecer abaixo desse nível de consciência, como marcadores inconscientes.

O que se observa com relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das duas localidades é que as duas formas linguísticas estão abaixo do nível de consciência dos falantes; por mais que eles percebam essa diferença em alguns contextos, principalmente com relação ao uso em casos de genitivo, esse fenômeno linguístico não é estigmatizado. Segundo Roncarati (2008), “nem sempre uma das variantes é menos prestigiada do que outra; a variação é passível de ocorrer tanto em formas igualmente aceitas pela tradição normativa quanto entre formas de *status* normativo desigual” (RONCARATI, 2008, p. 50); o que se observa, principalmente em Abre Campo, cidade em que o padrão de uso de artigo definido

diante de nomes próprios é de 48,6% na fala dos moradores da zona urbana e 48% na fala dos moradores da zona rural é que as duas variantes co-ocorrem sem que haja um prestígio maior para uma delas.

Mollica (1995), ao falar a respeito da relação entre o grau de percepção e o valor social da variável afirma que quanto menos notada ou percebida uma variante for, menor será o grau de estigmatização conferido a ela. Labov (1972) afirma que há um conjunto de normas que são encobertas, elas atribuem valores positivos ao vernáculo local e informal. Essa noção de prestígio encoberto estaria associada à noção de identidade social, ao orgulho linguístico, à pertinência a uma dada classe social ou comunidade de fala. Assim, o maior uso de artigo definido no contexto de antropônimos na fala dos moradores de Matipó, ou essa pequena tendência a se usar um pouco mais a ausência de artigo definido nesse mesmo contexto em Abre Campo são característicos da identidade linguística dessas duas localidades, sendo reforçada pelo grupo familiar, pelos grupos sociais que os adolescentes convivem nas respectivas localidades.

Mas como explicar padrões tão altos de artigo definidos em quase todos os itens do teste de percepção dos alunos de Abre Campo, lugar em que há um leve predomínio da ausência do artigo definido diante de antropônimos? Segundo Roncarati (2008),

a outorga de prestígio é afetada pelo grau de influência de agências emblematicamente simbólicas e institucionalizadas, tais como a norma acadêmica, a correção gramatical, a adequação pragmático-linguística dos enunciados às situações comunicativas e a aceitabilidade sintático-semântica (que não deve ser confundida com a norma, já que se relaciona às distintas alternativas sintático-semânticas de que os usuários da língua dispõe a partir de um sistema de produção de sentidos dentro de um determinado grupo sócio-cultural. Assim, um uso pode seja aceito em uma dada comunidade linguística ou da fala, mas ser rejeitado em outra). (RONCARATI, 2008, p. 47)

Acredita-se que o fato de o teste ter sido aplicado através do *site* uma instituição de ensino superior localizada em uma cidade em que há o predomínio do artigo definido diante de antropônimos possa ter influenciado nessas respostas. Os alunos, sem ter consciência da regra de uso do artigo definido diante de antropônimos, podem ter reconhecido que, naquele local e naquela situação de comunicação, um teste em que seriam avaliados linguisticamente, seria a presença de artigo definido reconhecida como padrão legítimo. Segundo Bourdieu e Saint-Martin (1976), “um dos mais seguros testemunhos de reconhecimento da legitimidade reside na propensão dos entrevistados a dissimular sua ignorância ou sua indiferença e a se esforçar em propor as opiniões e práticas mais conformes à definição legítima. (BOURDIEU e SAINT-MARTIN, 1976, p. 94); assim, os alunos podem ter “rendido homenagem” à legitimidade de um

padrão linguístico do local em que a instituição está localizada e até mesmo da própria pesquisadora em detrimento ao seu próprio estilo de fala, escolhendo assim a alternativa que mais lhe parecia estar de acordo com a definição legítima naquela situação de comunicação e naquela localidade. Cumpre lembrar que se trata de suposições que necessitam ser aprofundadas e testadas em estudos futuros a respeito da percepção desses alunos.

5.6.3 Mobilidade/colonização das localidades pesquisadas

Nesta seção, retoma-se o problema de pesquisa desta tese: por que duas localidades tão próximas, situadas a 22 quilômetros de distância uma da outra, possui padrões de fala divergentes no que diz respeito ao uso ou não do artigo definido diante de antropônimos? A hipótese inicial deste trabalho baseia-se no fato de que os padrões teriam se instalado de forma divergente desde a colonização destas localidades e teria se mantido assim até hoje. Ao se analisar o processo de povoamento e colonização dessas duas localidades, conforme analisado no capítulo 2, observa-se que, apesar de próximas, o processo de povoamento foi diferenciado.

Segundo Trindade (1945 *apud* PIRES, 2012, p.42), o povoamento de Abre Campo inicia-se em 1741 com a criação de uma freguesia por parte do bispo do Rio de Janeiro, D. Frei João da Cruz; essa freguesia foi queimada pelos índios botocudos da região, sendo reduzida a filial de São José da Barra e recebendo a denominação de Abre Campo, a partir de 1771. Em 1787, foi construído um presídio que não durou muito tempo, sendo destruído pelos indígenas da região; segundo esse autor, a cidade foi atacada quatro ou cinco vezes, mas foi reconstruída pelos moradores. O autor afirma ainda que os habitantes que deram origem ao processo de povoamento e colonização de Abre Campo vieram de Furquim, distrito de Mariana, que era a única porta de acesso para aquela região.

Matipó, por sua vez, foi fundada em 1876 (Cotta [s.d]); segundo Botelho (2011), o povoado só foi elevado a distrito em 1884, passando a ser subordinado ao município de Abre Campo até 1938, quando se torna município. Segundo esse autor, um dos primeiros moradores da localidade e dono de grande parte das terras da cidade chegou aqui em 1805, vindo de Ouro Branco; Trindade (1945), por sua vez, registra que os primeiros habitantes da cidade vieram de Catas Altas, sendo essa versão comprovada nos testamentos analisados no *corpus* de língua

escrita pretérita. Há ainda a versão de Machado (2003), na qual algumas das famílias que aqui chegaram vieram de Itabira do Mato Dentro.

Com base no fato do processo de povoamento das duas localidades ter sido diferente, acreditou-se que a análise do atual padrão de fala dessas localidades poderia confirmar a hipótese inicial de que eram realmente dois padrões distintos de uso do artigo definido diante de antropônimos desde o período de povoamento e colonização das duas localidades e esse padrão se manteve até hoje.

A análise do histórico das duas localidades já comprova parcialmente a hipótese inicial, uma vez que nos mostra que o processo de povoamento das duas localidades foi realmente diferente. No estudo realizado por Braga (2012) na cidade de Mariana, há o registro de 36,4% de presença de artigo definido no contexto de antropônimos e 63,6% de ausência nesse mesmo contexto. Nas localidades de Itabira e Catas Altas, apesar de não haver nenhuma pesquisa que analise o fenômeno da ausência/presença de artigo definido em nenhuma destas localidades, pode-se afirmar que, de forma subjetiva, há maior tendência à ausência de artigo definido na fala dos moradores dessas duas localidades, essa informação foi obtida através de pesquisas e consultas informais realizadas com moradores dessas localidades. Já na cidade de Ouro Branco, uma análise também subjetiva, através da percepção de moradores da localidade, mostra que predomina nessa localidade a presença de artigo definido no contexto de nomes próprios de pessoas.

Se o padrão encontrado hoje na fala das localidades de Mariana, Itabira, Catas Altas e Ouro Branco tiver se conservado, sendo o mesmo desde o momento que esses habitantes partiram até as localidades de Abre Campo e Matipó, em busca de novas terras, poder-se-á justificar parcialmente o padrão divergente de uso de artigo definido nas duas localidades. Assim, com base no processo de povoamento das duas localidades, seria justificado o fato de, em Abre Campo, a ausência de artigo definido diante dos nomes próprios de pessoa ser mais forte do que a presença, assim como em Mariana (64% de ausência de artigo definido diante de nomes próprios em Mariana e 51,4% de ausência de artigo definido nesse mesmo contexto em Abre Campo). Mas como justificar o fato de, em Matipó, cidade em que há registro que os primeiros moradores tenham vindo de três localidades distintas (Itabira, Catas Altas e Ouro Branco) tenha predominado o padrão que hoje ocorre na cidade de Ouro Branco? Cumpre lembrar que esse

questionamento carece de novos estudos que analisem através de pesquisas empíricas se esse padrão analisado de forma impressionística se comprova em uma análise quantitativa.

A partir da análise do gráfico (54), na subseção 5.6.1, elaborado a partir da quantificação geral dos textos escritos de língua escrita pretérita, pode-se elaborar uma nova hipótese: o padrão de uso de artigo definido diante de antropônimos nas duas localidades seria o mesmo, o que pode ser comprovado pela análise dos dois primeiros intervalos de tempo desse gráfico, principalmente no segundo intervalo de tempo, em que o padrão de uso de artigo definido nas duas localidades se iguala (34,4%). Com o tempo, sobretudo após a emancipação do distrito de Matipó, passando a cidade em 1938, esse padrão se diferenciou por dois motivos: em Abre Campo, devido a todos os registros de massacres, destruição e reconstrução da cidade, desenvolveu-se um sentimento de nacionalidade e valorização da cultura local maior do que em Matipó, cidade em que a adoção de uma variante inovadora simbolizou também uma emancipação linguística, paralela à política. Essa hipótese, bem como a que segue, induz-nos a considerar que o padrão de língua escrita da época, pelo menos no que diz respeito ao uso do artigo definido diante de antropônimos, fosse bem próximo daquele usado na língua falada.

Ou ainda: uma terceira hipótese, segundo a qual eram dois padrões distintos, oriundos de colonizadores de distintas cidades, conforme justificado na primeira hipótese; com o passar dos anos, devido ao domínio político e jurídico que a cidade de Abre Campo exercia sobre o distrito de Matipó esse padrão se iguala e, após a emancipação desse distrito, esse padrão se distancia novamente. Somado a esse fator, esse distanciamento do padrão de fala também pode ter se acentuado pelo próprio crescimento populacional das duas localidades: como citado no capítulo 2, a população de Abre Campo até o censo de 2010 sempre foi mais rural do que urbana, só atualmente que essa situação se inverteu: dos 13.311 habitantes computados pelo censo de 2010, 7.281 são moradores da zona urbana e 6.030 são moradores da zona rural; além disso, a população estimada para o censo de 2014 é de 13.711 habitantes, um crescimento relativamente pequeno para um período de 4 anos. Matipó, por sua vez, apesar de ter sido distrito de Abre Campo até 1938, apresentou um crescimento populacional e econômico acelerado se comparado às cidades pequenas da região, sua população é predominantemente urbana - dados do censo de 2010 mostram que, dos 17.639 habitantes, 13.832 viviam na zona urbana e 3.807 na zona rural – e a população estimada para 2014 é de 18.604 habitantes; além disso, cumpre lembrar como também foi destacado na subseção 2.1.2 que com a presença de uma instituição de ensino

superior, há 8 anos, na cidade de Matipó, com um total de 1.713 alunos, representados por 134 municípios de diversos estados, a cidade recebe, em virtude disso, não só alunos da região que vem a noite para estudar, mas também alunos de localidades mais distantes que passam a residir no município.

Com base nessa caracterização populacional das localidades realizada acima, pode-se ter noção da estrutura da rede social das duas localidades; segundo Milroy (1980), através desse estudo, conhecem-se padrões e conflitos das comunidades que possibilitam ao investigador analisar as diferenças sistemáticas no uso da linguagem entre os indivíduos e entre os subgrupos da população (MILROY, 1980, p. 17). As redes sociais são constituídas por laços fortes e laços fracos: quando todos os indivíduos se conhecem e compartilham mais de um tipo de relação, tem-se redes sociais densas, constituídas por laços fortes; nesse tipo de rede, há a maior probabilidade de operarem forças normativas, já que quanto maior a densidade, maior a homogeneidade de valores e normas, inclusive normas linguísticas, “as redes densas são responsáveis por uma certa estabilidade linguística uma vez que se mantém o vernáculo local, com resistência a pressões linguísticas e sociais de outros grupos.” (MILROY, 1980). Quando as ligações interpessoais são frouxas e com pouca multiplicidade, tem-se uma rede frouxa, constituída por laços fracos; essas redes funcionam como canais de transmissão de inovação e de influência de uma rede densa sobre outra, conectando os grupos, são relevantes na difusão de uma inovação linguística pela mobilidade a que seus membros estão sujeitos, estando, assim, mais expostos à influência da norma de prestígio (MILROY, 1980).

Na concepção de Bortoni-Ricardo (1985), quando as redes sociais são restritas à família e aos vizinhos, elas são consideradas isoladas; já aquelas em que não há um limite territorial definido, em que as pessoas se relacionam nos mais variados contextos, são denominadas integradas. Ao se somar as teorias de Milroy (1980), às de Bortoni-Ricardo (1985, 2011), pode-se dizer que “as redes isoladas tendem a ser densas e multiplex, enquanto as redes integradas são frouxas e uniplex”. (RIBEIRO e LACERDA, 2013, p.94)

Desta forma, as redes isoladas, devido ao seu alto grau de densidade, favorecem o conservadorismo linguístico, funcionam como meio de resistência à mudança; “essa mudança não opera necessariamente ao nível da consciência. Pelo contrário, é consequência do próprio estado de isolamento” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 135). Milroy (1980) alerta que há uma relação entre a densidade da rede e a mobilidade geográfica; deste modo, geralmente, as áreas rurais

tendem a apresentar densidade e alta multiplexidade; enquanto que as áreas urbanas tendem a ser frouxas e com baixa multiplexidade. Labov (2008, p. 342) acrescenta ainda que, nas comunidades rurais ou nos bairros periféricos, a identidade local é uma importante categoria de pertencimento que não pode ser comprada e que é difícil de ser conquistada; esse localismo “nasce de valores simbólicos na área construídos, é uma manifestação dependente do território na medida em que a contiguidade física, a vida na vizinhança e as interações sociais ali realizadas diariamente sustentam as normas sociais, entre elas as de uso linguístico” (BATTISTI *et al*, 2007, p. 7)

Se retomarmos o estudo de 2009 e compararmos com o estudo atual, veremos que: em Almeida Mendes (2009), houve o registro de 48% de presença de artigo definido nas ocorrências com antropônimos nas entrevistas orais realizadas na zona rural de Abre Campo e 52% de ausência de artigo definido; em contrapartida, registrou-se 83% de presença de artigo definido nas ocorrências de artigo definido diante de antropônimo nas entrevistas orais realizadas na zona rural de Matipó e 17% de ausência. Já na atual pesquisa, registrou-se 48,6% de presença de artigo definido nas ocorrências com antropônimos nas entrevistas orais realizadas na zona rural de Abre Campo e 51,4% de ausência de artigo definido; em contrapartida, registrou-se 91,5% de presença de artigo definido nas ocorrências de artigo definido diante de antropônimo nas entrevistas orais realizadas na zona rural de Matipó e 8,5% de ausência.

Essa comparação permite afirmar que, com relação aos dados de Abre Campo, o padrão de uso do artigo definido no contexto de antropônimo permanece basicamente inalterado; mas que, em Matipó, há um aumento significativo do uso de artigo definido nesse mesmo contexto. Com base nos estudo das redes, pode-se concluir que a cidade de Abre Campo possui uma rede social densa, constituída por laços fortes (não só na zona rural, mas também na zona urbana); em que operam forças normativas, assim, quanto maior a densidade, maior a homogeneidade de valores e normas, inclusive normas linguísticas, desse modo, mantém-se o vernáculo local, com resistência a pressões linguísticas e sociais de outros grupos. Já a localidade de Matipó, possui uma rede social mais frouxa, constituída por vários laços fracos; que são responsáveis pela transmissão de inovação e de influência de uma rede densa sobre outra, conectam os grupos e são responsáveis também pela difusão de uma inovação linguística, pela mobilidade a que seus membros estão sujeitos, estando, assim, mais expostos à influência da norma de prestígio.

Não se deve perder de vista que de um estudo para o outro há um intervalo de aproximadamente 5 anos e que, apesar de serem dados das mesmas localidades, o estudo de 2009

trabalha com dados de língua rural e o atual trabalha com dados urbanos dessas mesmas localidades. Como já citado, para Bortoni-Ricardo (2011), as redes sociais isoladas, como as da zona rural, favorecem o conservadorismo linguístico e funcionam como meio de resistência à mudança devido ao seu alto grau de densidade; “essa mudança não opera necessariamente ao nível da consciência. Pelo contrário, é consequência do próprio estado de isolamento” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 135). O padrão de fala encontrado na localidade de Matipó nos dois estudos pode ser explicado com base no fato de que a fala da zona rural de Matipó seria mais preservada do que a fala da zona urbana, resistindo um pouco mais às inovações linguísticas, isso explicaria padrões mais baixos de artigo definido na zona rural desta localidade em relação à zona urbana. Já em Abre Campo, o padrão encontrado na zona rural e urbana nas duas pesquisas é o mesmo; isso pode ter ocorrido em função do forte localismo existente na comunidade desde o seu período da colonização; assim, a fala se mantém independente do fato de o falante ser da zona rural ou urbana (cumpre lembrar que até bem pouco tempo atrás a população da cidade era predominantemente rural).

Outro questionamento que precisa ser levado em conta é com relação à faixa etária: em Almeida Mendes (2009), houve o registro de 50% de artigo definido na fala dos informantes de Abre Campo pertencentes à faixa etária de 18 a 30 anos e 46% de artigo definido na fala dos informantes da faixa etária acima de 70 anos. Já em Matipó, os informantes de 18 a 30 anos tiveram sua fala marcada por 90% de artigo definido no contexto de antropônimos, ao passo que os falantes com mais de 70 anos de idade empregaram artigo definido em 79% dos casos. Na atual pesquisa, os resultados mostram que, em Abre Campo, o fator faixa etária não é relevante em relação ao que diz respeito ao uso ou não de artigo definido. Já em Matipó, é a fala dos mais velhos que apresenta maiores índices de artigo definido (95,3%) se comparada com a dos falantes entre 18 a 30 anos (85,8%); o uso do artigo definido é favorecido na fala dos informantes com mais de 60 anos (0.60), ao passo que é desfavorecido na fala dos informantes de 18 a 30 anos (0.35).

Ao se comparar o resultado das duas pesquisas na localidade de Matipó, percebe-se que o padrão de 2009, obtido através da análise da fala da zona rural, em que os valores percentuais de uso do artigo definido eram maiores na fala dos informantes da faixa etária mais nova (18 a 30 anos) do que na dos falantes idosos (mais de 70 anos), inverteu-se nesta nova pesquisa realizada com falantes da zona urbana, uma vez que, agora, os mais altos registros percentuais de uso de

artigo definido no contexto de nome próprio de pessoa ocorrem justamente na fala dos moradores mais velhos, o que nos leva a acreditar que esse padrão poderia estar mudando, mas pesquisas posteriores, em que se considerem mais uma faixa etária necessitam ser realizadas para que se possa comprovar essa afirmação; acredita-se que essa mudança pode ter sido ocasionada pela influência que a vinda de alunos de outras cidades possa ter ocasionado na fala dos jovens da cidade.

Através dos trabalhos de Braga (2012) e Co, Silva e Terayama (2013), registram-se que as cidades de Mariana e Ouro Preto, assim como Abre Campo e Matipó, apresentam, respectivamente, padrões divergentes de uso de artigo definido no contexto de antropônimos apesar de serem também localidades limítrofes. Em Braga (2012), houve o registro de 36,4% de presença de artigo definido no contexto de antropônimos e 63,6% de ausência em Mariana; ao passo que, no trabalho de Co, Silva e Terayama (2013), na cidade de Ouro Preto, registrou-se 56% de presença de artigo definido nesse mesmo contexto e 44% de presença. Segundo Co; Silva e Terayama (2013), a ausência pode estar desaparecendo da fala dos falantes de Ouro Preto devido ao fato de a cidade, além de ser histórica e universitária, receber turistas e estudantes de diversas partes do país; mas, segundo as autoras, essa afirmação só pode ser realizada com base em pesquisas mais aprofundadas que considerem outros fatores extralinguísticos; Mariana também é uma cidade histórica e universitária, talvez o turismo e o número de universitários não seja em proporções tão elevadas quanto Ouro Preto, sendo isso, o que faz com que sua rede permaneça forte, resistindo mais firmemente às mudanças linguísticas.

Ressalta-se que algumas das hipóteses mencionadas nesta última subseção necessitam de novas pesquisas que possam comprová-las; tratam de suposições que os resultados obtidos levaram a pesquisadora a realizar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O homem deve seguramente acreditar que o
incompreensível se tornará compreensível,
ou então ele deixará de procurar”
(Goethe)*

Neste estudo, pretendeu-se analisar por que duas localidades tão próximas – Abre Campo e Matipó – distanciam-se por apenas 22 quilômetros – apresentam padrões divergentes no que diz respeito a ausência e a presença de artigo definido diante de antropônimos e verificar se os falantes das distintas localidades possuem percepção quanto ao fenômeno da ausência ou presença de artigo definido no contexto de antropônimo. Partiu-se da hipótese de que o padrão encontrado em Almeida Mendes (2009), na zona rural dessas duas localidades também ocorreria na língua oral contemporânea da zona urbana dessas cidades, bem como na língua escrita pretérita.

Essa pesquisa realizada no mestrado desenvolveu-se a partir de uma análise quantitativa e qualitativa de um *corpus* constituído por 848 dados, sendo que, desses dados, 620 eram antropônimos, assim divididos: 414 de Matipó e 206 de Abre Campo; e 228 eram topônimos assim divididos: 113 de Matipó e 115 de Abre Campo. Ao todo, foram realizadas 8 entrevistas na zona rural, 4 em cada localidade, foram considerados fatores como gênero (masculino e feminino), idade (de 18 a 30 anos e acima de 70 anos) e rede social, conforme a perspectiva de Milroy (1992). Com essa pesquisa, confirmou-se que, apesar de as duas cidades estarem localizadas a 22 Km uma da outra e de o Córrego do Pouso Alto e o Córrego dos Lourenços serem vizinhos limítrofes, essas duas localidades possuem um padrão linguístico divergente no que diz respeito ao uso ou não do artigo definido no contexto de antropônimo e que o fator preponderante para explicar essa variação seriam as redes que os informantes da zona rural das duas localidades pertenciam.

O *corpus* da atual pesquisa foi formado por dados da língua oral contemporânea dos moradores da zona urbana da cidade, bem como dados da língua escrita pretérita, com o intuito de investigar e descrever como as mudanças ocorrem ou como o sistema linguístico preserva uma

estrutura (BYNON, 1977, p.1); segundo Labov (1994), um olhar no passado pode ser fonte de indícios para explicações do presente; uma vez que “as forças que operaram para produzir o documento histórico são as mesmas que podem ser vistas em ação hoje” (LABOV, 1975 *apud* TARALLO, 1990, p. 62).

Os dados de língua oral contemporânea da atual pesquisa foram obtidos através da fala de 24 informantes: sendo 12 deles moradores da zona urbana de Matipó e 12 da zona urbana de Abre Campo. Já o *corpus* com dados de língua escrita pretérita constituiu-se por 145 documentos escritos (atas, escrituras e testamentos notariais e atas): 80 documentos em Matipó e 65 documentos em Abre Campo. Esses documentos datam de 1875 a 1950, em 3 intervalos de tempo (1875 a 1900; 1910 a 1925; 1935 a 1950). Esses gêneros textuais foram escolhidos por estarem entre os textos mais antigos que foram encontrados nas localidades e, por acreditar que, dentre as opções, seriam os que fossem apresentar uma estrutura sintática menos rígida.

Considerou-se se os falantes das distintas localidades possuem percepção quanto a esse fenômeno. Callou e Silva (1997) afirmam que o fenômeno não é estigmatizado e nem é valorizado socialmente; apesar disso, os falantes de Abre Campo reconhecem ter sua fala marcada pela ausência de artigo definido, enquanto que os de Matipó reconhecem ter como marca em sua fala a presença de artigo definido; cabe ressaltar que essa distinção só é confirmada com relação a alguns contextos e alguns fatores nas duas localidades, sendo comum encontrar na fala de alunos expressões do tipo: “*Olha o jeito dele falar...*” ou “*Fulano não sabe nem falar... olha só professora...*”; expressões essas sempre empregadas ao se referir a colegas de localidades diferentes da sua de origem. Além disso, foi analisado o papel que o processo de povoação e de colonização teve na distinção do uso de artigo definido nas duas localidades.

O programa quantitativo selecionou quais fatores seriam relevantes no *corpus*: nas atas de Abre Campo foram selecionados os fatores função sintática, estrutura do sintagma nominal, item de enumeração e antropônimos com qualificativos; nas atas de Matipó, os fatores selecionados foram: função sintática, estrutura do sintagma nominal, posição do antropônimo e antropônimo com qualificativo; selecionou-se nas escrituras de Abre Campo os fatores circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática, estrutura do sintagma nominal, posição do antropônimo na sentença e antropônimo com qualificativo; nas escrituras de Matipó, o programa selecionou os fatores função sintática, estrutura do sintagma nominal, período de tempo, gênero do antropônimo e antropônimo com qualificativo; nos testamentos de Abre Campo, houve a seleção

dos fatores estrutura do sintagma nominal e antropônimo com qualificativo; nos testamentos de Matipó, foram selecionados os fatores estrutura do sintagma nominal, gênero do antropônimo e antropônimo com qualificativo. No *corpus* de língua oral contemporânea, foram selecionados, em Abre Campo, os fatores estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, item de enumeração, posição do antropônimo e antropônimo com qualificativo; já em Matipó, houve a seleção dos fatores faixa etária, circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática, estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, item de enumeração e grau de intimidade. De todos os fatores selecionados nos *corpora*, três deles foram mais recorrentes: estrutura do sintagma nominal, selecionado por oito vezes; antropônimo com qualificativo, selecionado sete vezes e estrutura do sintagma nominal, selecionado cinco vezes; acredita-se que sejam eles os determinantes no processo de variação de uso de artigo definido nas duas localidades.

Após a análise dos fatores mais relevantes, realizou-se a discussão dos resultados em que se consideraram todos os fatores, inclusive os que haviam sido descartados pelo programa. Com relação ao fator função sintática, com exceção dos dados extraídos dos testamentos de Matipó, em que ocorreu um leve favorecimento do artigo definido por parte dos sintagmas sem preposição (0,54%), os sintagmas nominais sem preposição corroboram para a ausência de artigo definido diante de antropônimos; em todos os casos em que a preposição pode vir a se contrair, a presença de artigo definido foi quase que categórica; já com relação aos casos em que a preposição não se contrai, com exceção dos dados quantificados a partir das atas de Abre Campo em que ocorreu um favorecimento no uso do artigo (0.79), corrobora-se para a ausência de artigo definido nesses mesmos contextos.

A análise do fator função sintática mostrou que a ausência de artigo definido é determinada em Abre Campo pelas funções sintáticas de aposto (83,6%), predicativo (83,3%), adjunto adnominal (79,9%) e sujeito (71,2%); em Matipó, as funções sintáticas que mais favoreceram a ausência foram as de adjunto adverbial (78,4%), aposto (75,8%), predicativo (66,7%), de objeto indireto (65,3%). Em contrapartida, a presença de artigo definido é determinada, em Abre Campo, pelas funções sintáticas de agente da passiva (74,3%) e de objeto direto (55,45); em Matipó, as mesmas funções sintáticas foram também selecionadas com um índice percentual um pouco mais alto: agente da passiva com (85,2%) e objeto direto com (63,6%).

Com relação à presença de artigo definido diante de antropônimos em estruturas envolvendo qualificativos, observa-se, nas atas e escrituras de Abre Campo e Matipó, o predomínio de artigo definido, com os índices percentuais variando entre 54% e 72,4%. Nos testamentos, há um percentual de uso de artigo definido de 37,8% em Abre Campo e, em Matipó, o uso ocorre em 48,4% dos casos; já nas entrevistas orais, encontra-se situação divergente quando se comparam os resultados obtidos entre as cidades de Matipó e Abre Campo, o percentual geral de uso de artigo definido no *corpus* das entrevistas orais de Matipó que era de 91,3 sobe para 92,7 quando há a presença de qualificativos; ao passo que em Abre Campo, o uso de artigo definido que era de 49,9% na quantificação geral, passa para 39,1% na presença de qualificativos, o que implica que o uso dos qualificativos influencia na ausência de artigo definido nesse mesmo contexto. Em contrapartida, a ausência do qualificativo também influencia na predominância de ausência de artigo definido no contexto de nomes próprios de pessoa; com relação ao *corpus* de língua escrita pretérita, tem-se apenas 10,1% de presença de artigo definido no contexto de antropônimo nas atas de Abre Campo, 3,5% nas atas de Matipó, 19,9% nas escrituras de Abre Campo, 3,1% nas escrituras de Matipó, 3,1% nos testamentos de Abre Campo e 1,4% nos testamentos de Matipó. Esse fator exerce um condicionamento tão forte que chega a influenciar outros fatores, tais como gênero do antropônimo: por haver menos artigo definido diante de qualificativo “dona” e por esse qualificativo ser recorrente nos textos analisados, gerou menos ausência de artigo definido diante dos nomes próprios no feminino.

O teste de percepção aplicado contrariou a hipótese inicial de que os falantes teriam o padrão de resposta com base no padrão de fala de sua localidade de origem. Houve um registro praticamente harmônico nas respostas. Acredita-se que, por se tratar de um teste, fatores como a formalidade da língua escrita, monitoramento e falta de intimidade com o referente possam ter atuado. O padrão de respostas de Abre Campo causou um estranhamento, pois apesar de ser a ausência de artigo definido o que predomina na fala da cidade, no teste houve o prevalectimento da presença de artigo definido; acredita-se que possa ter sido motivado devido ao fato de se tratar de um teste aplicado em uma instituição de ensino superior localizada em uma cidade em que predomina o padrão de presença de artigo definido diante de antropônimo, os alunos de Abre Campo teriam tentado propor respostas próximas ao padrão considerado legítimo na localidade em que a faculdade se encontra.

Ressalta-se também a importância do valor literário dos documentos notariais como fontes de informações sobre os antigos estados da língua; a análise aqui realizada permite concluir que, apesar de os documentos notariais não serem um “espelho” fiel da língua, eles deixam transparecer certos fatos da época. Cada documento deixa transparecer, em diferentes proporções, certos traços da linguagem falada, de acordo com as circunstâncias e com a maneira que do próprio notário escrever, considerando-se o grau de educação, letramento e a época em que esse texto foi escrito.

Segundo Maia (1997), seu trabalho com textos do século XIII e XIV comprova que, devido à tradição notarial, os textos notariais deixam transparecer mais traços da linguagem falada do que os correspondentes ao período posterior; se se abstrair as fórmulas jurídicas diretamente copiadas, o estudo com esse tipo de texto se mostra precioso, principalmente, por constituir *corpus* amplo, por abarcar um número expressivo de lugares distribuídos por um território relativamente extenso, por apresentarem datação, podendo ser escalonados durante séculos. Assim, desde que analisados com sentido crítico e com discernimento para distinguir o que é artificial e o que é reflexo da língua da época, esses textos oferecem dados importantes sobre a cronologia de determinados fenômenos linguísticos.

Retomando o foco desta pesquisa – o uso de artigo definido diante de antropônimos – é interessante frisar que, apesar das inúmeras pesquisas realizadas até então, esse fenômeno linguístico ainda não foi totalmente estudado, existindo várias possibilidades e respostas a serem dadas para a compreensão desse fenômeno sintático.

7 REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Patrícia Vargas. **Direcionalidade da aquisição do artigo definido frente a N próprio em contexto de input variável.** 2006. 166f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ALIGHIERI, D. **De Vulgari eloquentia.** Torino, Einaudi, 1992.

ALVES, Ana Paula Mendes. **Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens moradores de Barra Longa/ MG que residem em Belo Horizonte.** 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de questões vernáculas.** 2.ed. São Paulo: LCTE, 1994.

_____. **Gramática metódica da língua portuguesa.** 43.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ALMEIDA MENDES, Andréia. **A ausência ou a presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó – MG.** 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque Amaral. **Nomes próprios: análise de antropônimos do espanhol escrito.** 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu.** Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

_____. A importância do fator intimidade na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. In: **Veredas on line – ATEMÁTICA – 1/2007.** p. 116-127.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários.** 2ª ed. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, [1972].

AYER, Alfred Jules. **As ideias de Bertrand Russel.** São Paulo: Cultrix, 1974.

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos da Gramática do Português.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Edição Comemorativa dos dois séculos e meio da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Saterb- Ltda., 1971.

BARRETO, I. F. *Ortografia da língua Portuguesa*. Lisboa, 1971.

BARROS, João de (1540). **Gramática da língua portuguesa**; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha. Reprod. facsim., leit., introd. e anot. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971. 482 p.

BECHARA, Ivanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BRAGA, Maria Luiza; NARO, Anthony Julius. **Quantos falantes preciso?** Ou a questão do tamanho da amostra. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, [s.d.]. Mimeografado.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolinguística. In: TARALLO, F. (org.) **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 167-180.

_____. **The Urbanization of Rural Dialect Speakers: a sociolinguistic study in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985

_____. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BOTELHO, Demerval Alves. **História de Manhumirim: município e paróquia**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2011, 1v.

BOURDIEU, P; SAINT-MARTIN, M. Anatomie du goit. **Actes de la recherché en sciences sociales**, 1976.

BRAGA, Luciene Maria. **Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na fala da comunidade de Mariana/MG**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BRAGA, Maria Luiza e NARO, Anthony J. **“Quantos falantes preciso?” ou a questão do tamanho da amostra**. [S.l.: s.e], s.d.

BRANDELLI, Leonardo. Atos Notariais. In: _____. **Teoria Geral do Direito Notarial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Código Civil**. Centro de Documentação e Informações. Coordenação de Publicações, Brasília, 2008.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. São Paulo: EDUC, 1992.

BRIGHT, William. As dimensões da Sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella; NEVES, Moema (Org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

BRONDAL, Viggo. **Les parties du discours**. Copenhague: Einar Munksgaard, 1948.

BYNON, Theodora. **Historical Linguistic**. London: Cambridge University Press, 1983.

CALLOU, Dinah. **A variação no Português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo**. Faculdade de Letras da UFRJ, Série Conferência, vol. 9. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **A variação no Português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1992. Conferência inédita.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.) **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. Problemas de linguística descritiva. 14. ed., Petrópolis: Vozes, 1991. _____. **Princípios de Linguística Geral**. 7. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. 4. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 15. ed., Petrópolis: Vozes, 1974.

CAMPOS JÚNIOR, Heitor da Silva. **A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a formação regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835) – MG – Brasil** – Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, 278p.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance**. Oxford: Blackwell, 1995.

CO, Joela; SILVA, Mariana Mendes da; TERAYAMA, Nathalia Carolina. Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na cidade de Ouro Preto. In: AMARAL, Eduardo Tadeu Roque (Org.). **O português falado em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FALÉ, 2013.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. *Mapa Geográfico: apresentação e breve estudo de documento relativo ao caminho para as Minas*. **Caligrama**. Belo Horizonte, v. 15, n.2, 2010, p.111-131.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. **A gramaticalização de -mente em português: reexame de um caso clássico**. Salvador, 2009. (Comunicação apresentada no ROSAE

– 1º Congresso Internacional de Linguística Histórica, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, no período de 26 a 29 de julho de 2009).

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. A pesquisa diacrônica em Língua Portuguesa. In: Anais da II Semana de Estudos da Língua Portuguesa. Cadernos do Departamento de Letras Vernáculas. Belo Horizonte: FALE, 1996.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. Análise ‘a posteriori’ de mudanças sintáticas. IX Encontro Nacional da ANPOLL, **Anais do IX Encontro nacional da ANPOLL**. 1995, vol.II, Linguística, Caxambu, junho de 1994. p.1468-1485.

COSTA, Iraneide. **Uso do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa: período arcaico**. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

COTTA, Orlando de Abreu. *O Dr. Orlando de Abreu Cotta, prefeito Municipal de Matipó, empenhado de conhecer minuciosamente os casos de alto interesse do município, resolve fazer a juntada do documento tendente do terreno doado para fundar o arraial de São João do Matipó e bem assim outros documentos que possam mostrar antigas provas do caso em apreço*. Matipó, [s.d/s.e]

CUNHA, C. F. da e CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça; RONCARATI, Cláudia. Crenças de professores e aluno de português de escolas públicas de Juiz de Fora- MG. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: Letras, 2008.

DAUZAT, Albert. **Anthroponymie**. Paris: Librairie Delagrave, 1946.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A língua de São Paulo. **Revista USP**. Set./out./nov. 2004.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo, 1990.

DINIZ, Maria Helena. Da sucessão testamentária. In: _____. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 6.

DOGLIANI, Evelyne. Os itens lexicais e sua atuação na interface entre Ideologia e Produção Linguística. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **O Léxico em Estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

DOMINGUES, José Henrique. Histórico de Abre Campo. In: TAVARES, Sandra Luiza Nacif Bastos; COTTA, Heber Sanches e DOMINGUES, José Henriques. **Redescobrimo Abre Campo**. Viçosa: Folha de Viçosa, 2006. pp. 19-26.

DU BOIS, John W. Beyond definiteness: the trace of the identify in discourse. In: CHAFE, W. L. **The pear stories – cognitive cultural and linguistic aspects of narrative production**. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980, v.3.

DU BOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

ELIA, Sílvio. **A unidade linguística do Brasil**: condicionamentos geoeconômicos. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. **Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na cidade mineira de Ponte Nova**: um estudo sociolinguístico. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**: seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.

GARCÍA SUAREZ, Alfonso. Nombres propios. In: _____. **Modos de significar**: una introducción temática a la filosofía del lenguaje. Madrid: Tecnos, 1997.

GARDINER, Allan H. **The theory of proper names – a controversial essay**. 2. ed. London: Oxford University Press, 1954.

GOULD, Stephen Jay. **Darwin e os grandes enigmas da vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRANGER, Gilles. A quoi servent lês noms propres? In: **Revue Langages**. Paris: Librairie Larousse, juin, n°66, 1982.

GREGÓRIO, Irmão José. **Contribuição Indígena ao Brasil**. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUY, G.R.; ZILLES, A.M.S. **O ensino da língua materna**: uma perspectiva sociolinguística. *Calidoscópio*, v. 4, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2006.

_____. **Sociolinguística quantitativa** – instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

IODAN, I e MANOLIU, M. **Manual de Linguística Românica**. Madrid, Gredos, 1994

JOSÉ, Oiliam. **Indígenas do Brasil** – Aspectos sociais, políticos e etnológicos – Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1965.

KIM, Han Chul. **Aquisição do artigo definido em português como segunda língua por aprendizes coreanos.** 2005. 189 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras da UFRS, Rio Grande do Sul, 2005.

KRIPKE, Saul. **La logique des noms propres.** Paris: Les éditions de Minuit, 1982.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. **The design of a sociolinguistic research project (DSRP).** Chapter II of the Report of the Sociolinguistics Workshop held by the Central Institute of Indian Language in Mysore, India, May-June, 1972a. Mimeografado.

_____. **Principles of linguistic change: internal factors.** Oxford: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of linguistic change: social factors.** Oxford: Blackwell, 2001.

_____. Where does the linguistic stop? A response to Beatriz Lavandera. In: **Working Papers Sociolinguistics**, nº 44, 1978.

LAUSBERG, H. **Elementos de retórica literária.** Lisboa: Gulbenkian, 1966.

_____. **Manual de retórica literária.** Madrid: Gredos, vol. II., 1973

LEAL, João Euripedes Franklin. **A rota imperial da estrada real: a estrada São Pedro de Alcântara.** Disponível em:

http://www.rotaimperial.org.br/rotaimperial/images/stories/historia/rota-imperial_histrico_artigo.pdf. Acesso em: 21/12/2014.

LEITE, Cláudia Aparecida de Oliveira. **O nome próprio e sua relação com o inconsciente.** 2004. 115 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudo da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah, MORAES, João. In: CASTRO, I & DUARTE, I. **Razões e emoção.** Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Vol. 1. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 87-114, 2003.

LYONS, John. **Introduction to theoretical linguistic.** New York: Cambridge University Press-London, 1968.

_____. **Semantics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. **Linguagem e Linguística: uma introdução.** Trad. Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1997.

LOBATO, Reis. **Arte da Grammatica da Lingua Portugueza:** Typographia Rollandiana: 1770

- MACHADO, Walter Silva. **São João de Matipó** – histórica verídica. Rio de Janeiro: [s.e.], 2003.
- MAGALHÃES, Raymundo Augusto de. *A farsa* – a história do município de Matipó – MG – de 1840 a 1994. Juiz de Fora: ZAS, 1995.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português** – estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. Fundação Calouste Gulbenkian: Coimbra, 1997.
- MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farâni. *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. São Paulo: Ave Maria, 1981.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. São Paulo, Ática, 1991.
- MARI, Hugo. **Aspectos da teoria da referência**. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2003.
- MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* **Gramática da Língua portuguesa**: Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. Coimbra: Almedina, 1983.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Primeiros estudos. v. 2. t. 2. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001. p. 275-301.
- MAURER JR., T. H. **Gramática do Latim Vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (Org.) **Por minha letra e sinal**: documentos do ouro do Século XVII. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.
- MENDES, Soélis Teixeira do Prado. **A ausência/presença do artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa**: um caso de retenção? Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- MILL, John Stuart. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MILROY, James. **Linguistic, variation e change. On the historical sociolinguistic of English**. GB: Basil Blackwell, 1992.
- MILROY, Lesley. **Language and Social Networks**. Massachussetts, Blackwell, 1980.
- _____. **Language and Networks**. GB: Brasil Blackwell, 1987.

MILROY, L.; GORDON, M. **Sociolinguistic Method and Interpretation**. Oxford: Blackwell, 2003.

MINAS GERAIS. **Manual de Redação Oficial**. Governo do Estado de Minas Gerais, 2013, p. 54-55. Disponível em: www.faop.mg.gov.br/arquivos/bancodenoticias/Imagens/editais/manualredacional2012v2-governomg.pdf. Acesso em: 12. jan. 2015.

MOISÉS, Juliana de Assis. **O “lugar” do artigo no discurso**: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MOLINO, Jean. Le nom propre dans la langue. In: **Revue Langages**. Paris: Librairie Larousse, n. 66. juin, 1982.

MOLLICA, Maria Cecília. Como o brasileiro fala, percebe e avalia alguns padrões linguísticos. IN: HEYE, Jurgem (org). **Flores Verbais**. Rio de Janeiro, Editora 34, p 121-29, 1995b.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2008. p. 43-50.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta (2003). O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: 96 RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). **Português brasileiro**: contacto linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras. p. 285-302.

NAZÁRIO, Maria de Lurdes. Variação e mudança linguística: a emergência do artigo definido na língua latina. **Via Litterae**. Anápolis, v.3, n.2, p.333-344.

NEGRI, Lúgia. **A natureza dêitica do artigo definido**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

NOVAES, M. O significante-nome próprio na escrita psicótica. In: MARIANI, B. (org.). **A escrita e os escritos**: reflexões em análise do Discurso e Psicanálise. São Carlos-SP: Clara Luz, 2006.

PAIVA, Maria da Conceição de. Articulação de orações: uma perspectiva variacionista. In: RONCARATI, Cláudia (Org.) **Gragoatá**. N. 9, p. 101-114, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1995.

PEREIRA, Déreck Kássio Ferreira. **Análise da ocorrência de artigos expletivos em dados de escrita**. Serra Talhada: USAT, 2014. 18 p. (Relatório final)

_____. A língua falada no sertão pernambucano: uma análise sociolinguística da sintaxe das construções nominais. Serra Talhada: USAT, 2011. 27 p. (Relatório final)

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

PIRES, Maria do Carmo. O termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII. In: CHAVES, Cláudia das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. (Org.) **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

Posner, R.. **The Romance Languages**. Cambridge: University Press, 1966

RESENDE, Afonso Celso F.; CHAVES, Carlos Fernando Brasil. Da competência dos Tabeliães. In: _____. **Tabelionato de Notas e o Notário Perfeito**. 5. ed. Campinas, SP: Millennium Editora, 2010.

RIBEIRO, Patrícia Rafaela Otoni; LACERDA, Patrícia Fabiane da Cunha. Variação, Mudança e não mudança linguística: resignificando o conservadorismo linguístico no português do Brasil. **Revista Linguística/ Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. vol. 9. dez. 2013.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**. ano/volu. 23, número 046. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil, pp. 253-270. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882003000200011&lng=es&esnm=iso&lng=es> Acesso em: 29 de agosto de 2008.

RONCARATI, Cláudia. Prestígio e preconceito linguísticos. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 36, p. 45-56, 1 sem. 2008.

RUSSELL, Bertrand. **Ensaio escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SACCONI, Luiz Antônio. *Português bem mais fácil*. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEARLE, J. **Actos Linguísticos**. Coimbra: Almedina, 1981.

SENNA, Nelson de. **Revista do Arquivo Público** [recurso eletrônico] _ ano I, n~I (jan./mar. 1896) - . Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais/ Arquivo Público Mineiro, 2005 – CD 1.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA NETO, Serafim da Silva. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

SOUZA DA SILVEIRA. **Lições de Português**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. 1960.

STRAWSON, P. F. Escritos lógico-linguísticos. In: RYLE, Gilbert *et al.* **Ensaio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

TARALLO, Fernando. “Túnel Morfológico II: Os ganhos”. In: **Tempos linguísticos – Itinerário da língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo, Ed. Scipione, 1991.

VASCONCELOS, José Leite de. **Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, e vida do conjunto dos nomes próprios, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

YACOVENCO, Lilian Coutinho. Pesquisa sociolinguística: sua importância no estudo da linguagem. **Signum**. Vitória: Centro de Ensino Superior Vitória, Ano III, n.3, p. 148-164, 2002.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial. 2006.

Apêndice I

Questionário

Considerando que o uso linguístico varia de acordo com a situação de comunicação, escolha, dentre as opções abaixo, a mais adequada para uma situação formal de comunicação:

- 1) a) Quer namorar comigo?
b) Quer me namorar?
- 2) a) Ana me chamou para conversar.
b) Ana chamou-me para conversar.
- 3) a) Fui almoçar na casa de Paulo.
b) Fui almoçar na casa do Paulo.
- 4) a) Vão fazer 5 anos que ele se foi.
b) Vai fazer 5 anos que ele se foi.
- 5) a) Deixou o livro para eu ler.
b) Deixou o livro para mim ler.
- 6) a) Ele saiu com Maria.
b) Ele saiu com a Maria.
- 7) a) O Diego, na verdade, é primo do meu pai.
b) Diego, na verdade, é primo do meu pai.
- 8) a) Qual o filme a que você assistiu?
b) Qual o filme que você assistiu?
- 9) a) Meu sítio divide com terras do Henrique da Silva Brandão.
B) Meu sítio divide com terras de Henrique da Silva Brandão
- 10) a) Qual presente de que você mais gostou?
b) Qual presente que você mais gostou?
- 11) a) Ele falou com Sílvio.
b) Ele falou com o Sílvio.

- 12) a) Ela comprou bastantes livros.
b) Ela comprou bastante livros.
- 13) a) A dona Maria estava cansada.
b) Dona Maria estava cansada.
- 14) a) Carlinha veio correndo.
b) A Carlinha veio correndo.
- 15) a) Prefiro mais cinema do que teatro.
b) Prefiro cinema a teatro.
- 16) a) A mulher estava meio nervosa.
b) A mulher estava meia nervosa.
- 17) a) Ele foi para casa de tio Joãozinho.
b) Ele foi para casa do tio Joãozinho.
- 18) a) O peixe tem muito espinho.
b) O peixe tem muita espinha.
- 19) a) Ele é pai da Viviane mais da Fabiene.
b) Ele é pai de Viviane mais de Fabiene.
- 20) a) Sacou a arma.
B) Sacou da arma.